

402 43 4-10 1/10

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVI-
ÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 390

Aos trinta dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no serviço de proteção aos índios e dá outras providências, compareceu Sra. Tereza Delta, brasileira, desquitada, de prendas domésticas, residente na Avenida Brasil, 721, em São Paulo, a qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Está aberta a sessão. Pediria, então, que D. Tereza Delta fizesse o compromisso formal que Regimento impõe de dizer, perante esta Comissão, a verdade, nas a veade, sobre tudo o que lhe fôr perguntado. A SRA TEREZA DELTA - Prometo V. Ex^a. e aos demais representantes desta digna Comissão dizer a verdade e só a verdade. E se tiver uma Bíblia para que eu sobre ela ponha ao, aqui estou. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Está aberto o compromisso. Neste caso, eu pediria ao nobre Relator que, ao ouvir de v^o, permita aos nobres colegas formularem suas perguntas primeiro porque S. Ex^a. encerre depois a inquirição. O SR CELSO AMARAL - Estou d^oordo, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Está dada a palavra ao nobre colega Rachid Maad. O SR RACHID MAAD - Sr. Presidente, não tenho nenhuma pergunta a fazer, porque eu que eu ia falar coincide exatamente com o do Sr. Relator. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Então, tem a palavra o nobre Relator, Deputado Celamaral. O SR CELSO AMARAL - D. Tereza, primeiro quero saber se a Sra. Tereza Delta se ligou a esta Comissão qual a sua ligação com o SPI. A SRA TEREZA DELTA - Conheci o Coronel Moacir Ribeiro Coutinho quando ele veio a residir em São Paulo. Este senhor, tendo conhecido com muita amizade, disse-me diversas vezes, que não se sentia bem nas Forças Armadas, porque era perseguido, e gostaria de arranjar um lugar, um emprego civil. Nas vezes em que o Sr. Presidente da República estava em São Paulo primeira vez - no Horto, lá estive e, como sempre fui socialista, e teibista, e continuo sendo janguista, pedi a S. Ex^a. a Sra. Presidente nunca havia visto a côr do seu dinheiro em sua carteira, a co o no SPI do Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coutinho. Tinha um pedido escrito. S. Ex^a despachou meu pedido, atendendo, e o senhor tornou-se então Chefe da Casa Militar, que é hoje o Ministro da Guerra, o l Amauri Kruel, e disse-me "Deputado, agora, estou em andamento General, porque a minha já está resolvida." Depois mandei a ter contato com o General Kruel, Chefe da Casa Militar, para a nomeação dele Moacir para a Diretoria do SPI. Quando, depois de um tempo, deu o Presidente dêste meu pedido, porque sabia que precisava do Coronel o homem adequado para o SPI, para cuidar dêste serviço, depois de acompanhar os trabalhos do Sr. Celso Amaral.

403
10
409
-2-
10
Ym

mentos, quero desobrigar o Presidente da República por ter atendido o meu pedido. E dou como testemunha o Ministro da Guerra, o Presidente da República, o Coronel ?, o então Capitão Paulo, hoje Major Paulo, do Gabinete da Casa Militar, hoje do Gabinete do Ministro da Guerra, de que esta nomeação foi atendida a meu pedido pelo Presidente da República. - Respondendo, agora, à pergunta do Deputado Celso Amaral, S. Ex^{sa}. não deve desconhecer que em São Paulo minha atividade é na parte de assistência social e educacional e, por esta razão, é que me procuravam para internar índios. Eu internava os índios no Hospital das Clínicas. Consegui com o Deputado Francisco Scarpa, colega de V. Ex^{sas}. nesta Casa, um enxoval para o primeiro casamento de uma índia, aqui em Brasília. Foi doado por este deputado. Esta foi a ligação que me trouxe diretamente ao SPI: assistência aos índios. Posso provar a V. Ex^{sas}. Está aqui um telegrama do Sr. Fernando Cruz, pedindo-me a internação de dois índios. (Passa o telegrama ao Sr. Presidente). O SR CELSO AMARAL - Conheço-o, pessoalmente? A SRA TEREZA DELTA - Pessoalmente. O SR CELSO AMARAL - É estranho proque, na última vez que esteve aqui Fernando Cruz, ele disse que desconhecia totalmente a Sra.. Estranho, principalmente tendo jurado dizer apenas a verdade. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MACALHES) - S. Ex^{sa}. é o Relator. Naturalmente, está anotando todas estas irregularidades, sobretudo no depoimento do Sr. Fernando Cruz, pois ele depois aqui contrariamente a este telegrama de sua autoria dirigindo-se à Deputada, que ele trata de "prezada amiga". Gostaria de saber se a Sra. não pode passar este telegrama em caráter definitivo. A SRA TEREZA DELTA - Não, Sr. Presidente. O SR CELSO AMARAL - V. S^{as}. tem conhecimento de arrendamentos de terras do SPI em Mato Grosso? A SRA TEREZA DELTA - Tenho. É um fato muito interessante, nesta ocasião em que eu tratava de internações de índios e enxovais, fui convidada por este cidadão, Fernando Cruz, Inspetor da 5^a Inspetoria em Campo Grande, para assistir aos debates sobre arrendamentos de terras numa das sociedades do local onde o advogado do SPI era irmão do Prefeito de Campo Grande. Rapaz muito distinto. O SR CELSO AMARAL - Se não me engano, está aqui o irmão dele, o Deputado Wilson Martins. A SRA TEREZA DELTA - Fui apresentada a este rapaz - não sabia que V. Ex^{sa}., nobre Deputado Wilson Martins, era irmão dele; permita que continue com a mesma simpatia pelo seu caso - não quis ir à Associação. Fiquei ouvindo pelo rádio, na Inspetoria, porque tinha interesse. Casa a política em Mato Grosso, ali go, em Campo Grande fôsse contrária ao interesse do SPI, eu iria fazer um discurso no Parlamento paulista. Mas achei muito interessante. Em Campo Grande, há duas facções: o PSD e a UDN. E, nessa reunião, tanto o PSD como a UDN eram favoráveis à aprovação do arrendamento. Por sinal, o advogado do SPI se saiu muitíssimo bem. E foi tudo

404
resolvido. Não havia razão para haver tiroteio e mortes. O SR CELSO AMARAL - Aumento de arrendamento? A SRA TEREZA DELTA - Lá, parece-me que é por rezes o pagamento da terra. Eu sei que tudo foi muito bem. Todas as facções políticas concordaram. Os fazendeiros também. Depois é que tive conhecimento que houve tiroteio. Até fiquei surpresa, porque não era preciso ter acontecido tudo isso. O SR CELSO AMARAL - Quais os funcionários do SPI que tiveram contato com a Sra. em São Paulo ou procuraram a Sra. em sua residência? A SRA TEREZA DELTA - Josias Macedo, Fernando Cruz, um Vereador de Campo Grande, Jurandir; um tal de Silvio Meireles, Francisco Meireles e Alisio de Carvalho, que hoje está na Inspetoria de Campo Grande. O SR CELSO AMARAL - Tive umas informações de que passou por São Paulo uma ocasião um funcionário do SPI com uma importância em dinheiro para ser levada para Porto Alegre. Realmente, isto aconteceu? A SRA TEREZA DELTA - Aconteceu. Quero esclarecer bem à Comissão. Era o Sr. Fernando Cruz. O SR CELSO AMARAL - O homem que não conhece a Sra? A SRA TEREZA DELTA - Sim. Mas o interessante é que ele foi à minha casa e levava uma maleta recheada de dinheiro. O SR CELSO AMARAL - Chegou a ver o dinheiro? A SRA TEREZA DELTA - Não. Cheguei a ver a maleta. Expliquei ao Deputado como foi. Ele pediu-me que guardasse a maleta no escritório. Eu mandei que ele entrasse e guardasse. Tratava-se de dinheiro e não queria pôr a mão naquilo. E ele me perguntou se eu tinha algum amigo que pudesse emprestar a ele uma pirua para que fôsse para Porto Alegre, um município cujo nome não me lembro agora, onde ia visitar a família, esposa e filhos. O SR CELSO AMARAL - Foram declarações dêle à Sra? A SRA TEREZA DELTA - Foram. Eu arranjei o amigo que emprestasse a caninhoneta que V. Ex.^a conhece. É o Edmundo, aquele que faz faixas para os candidatos nas épocas das eleições em São Paulo. Ele emprestou a pirua dêle a Fernando. Ela estava descalça. Ele emprestava se ele desse os quatro pneus. Ele, em vez de dar os quatro, porém, deu dois, e entregou a pirua quebrada. Posteriormente, Josias Macedo, que brigava com Fernando Cruz, é que me contou que Fernando Cruz tinha deixado no apartamento dêle 2 milhões de cruzeiros e, no dia seguinte, apanhou o dinheiro e foi para Porto Alegre com este dinheiro. Quer dizer, eu estou relatando a coincidência. Porque o Josias Macedo disse-me que Fernando Cruz havia deixado no apartamento dêle dois milhões guardados. O SR CELSO AMARAL - No apartamento do Sr. Fernando Cruz? A SRA TEREZA DELTA - No apartamento do Sr. Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL - Ele morava em São Paulo? A SRA TEREZA DELTA - No Rio de Janeiro. Apanhou este dinheiro e foi para o Sul, quando passava por São Paulo. Então, foi quando ele me pediu para guardar aquela maleta de dinheiro que eu mandei que ele guardasse no escritório. O SR CELSO AMARAL - Era uma maleta? Mas a Sra. não tinha conhecimento que tinha dinheiro, não era? A SRA TEREZA DELTA - Ele declarou que tinha dinheiro, mas não disse a importância. E quero esclarecer

405
mais a V. Ex^{as}. Quem disse a importância foi o Josias Macedo. E para de-
clarar mais a V. Ex^{as}. Quando tive conhecimento de que vinha depor nesta
Comissão, fui ao Rio de Janeiro, procurei o Sr. Josias Macedo, disse a
êle que viria depor e que êle não negasse o que me havia dito. Agora, es-
se dinheiro foi para o Sul. O Sr. Fernando Cruz ficou cinco ou seis dias
no Sul. Quando voltou, disse-me o Sr. Josias que vinha sem nenhum tostão.
O SR CELSO AMARAL - Mas não poderia levar o dinheiro para alguma Inspetoria
no Rio Grande do Sul? A SRA TEREZA DELTA - Era verba destinada à Ins-
petoria dêle, de Campo Grande! Não poderia levar para outra Inspetoria,
se a verba era dêle. E o Sr. Josias Macedo denunciou isto ao Diretor. E
o Diretor não tomou nenhuma providência. O Diretor tinha conhecimento do
fato denunciado pelo Sr. Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL - A Sra. ouvia
falar, em alguma ocasião, da compra de caminhões no Estado de São Paulo,
na Cidade de Tupã? A SRA TEREZA DELTA - Foram comprados três caminhões.
O que acho interessante é que um dêles foi comprado pela renda indígena
do Posto de Tupã e vendido ao SPI, novamente! Acho estranho. Se foi com-
prado pela verba indígena de um posto, como pode ter sido vendido para
o SPI, novamente, por Cr\$ 2.400.000,00? Foi o Sr. Josias Macedo que me
informou isso. Agora, deve ter nota, e estas notas V. Ex^{as}. devem exami-
nar muito bem, porque entre êles eu ouvia falar muito em "notas frias".
O SR WILSON MARTINS - Que são? A SRA TEREZA DELTA - Se V. Ex^{as}. me per-
mitem a minha sinceridade — eu tenho o grande defeito de ser muito ciu-
cera e muito leal ... O SR CELSO AMARAL - Mas não é defeito. A SRA TEREZA
DELTA - Infelizmente, politicamente, é. Quando os Srs. Deputados fo-
ram para êsses lugares, levassem um bom Contador, porque V. Ex^{as}. vão en-
frentar pessoas muito hábeis. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma coisa
do uso de veículos do Serviço em benefício do Diretor do SPI para trans-
porte do motor do carro particular do próprio Diretor entre São Paulo e
Rio? A SRA TEREZA DELTA - Conheço. Veio de Tupã, Rio de Janeiro, apanhou
o motor de um carro particular no Rio; levou a São Paulo na Ortona; de-
pois, foi a Tupã; quando ficou pronto, voltou a São Paulo, apanhou o mo-
tor e voltou ao Rio. Quando os índios, no Hospital das Clínicas, não ti-
nham transporte para sair do Hospital. O SR CELSO AMARAL - Essa caminha-
nete, que transportou o motor, era de Tupã? A SRA TEREZA DELTA - Sim.
O SR CELSO AMARAL - Foi ao Rio pegar o motor? A SRA TEREZA DELTA - Foi. Le-
vou para São Paulo. Voltou para o Rio. E quem deu esta ordem foi o Sr.
Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL - A 5^a Inspetoria comprou uma caminha-
nete pela renda indígena e consta que esta caminha-nete ficou no Rio para
serviço particular? A SRA TEREZA DELTA - Tenho conhecimento disso. E pos-
saria de esclarecer direitinho aos Srs. Deputados. Eu estava no Rio de
Janeiro. Havia sido operada, quando chegavam no meu apartamento, no ho-
tel, o Sr. Francisco Meireles, o Sr. Fernando Cruz e o Sr. Silva Meire-
les, parece que os três, iam-me procurar para que eu viesse a Brasília.

406
107
1083
1087
1088

para defender a causa deles, porque havia em Brasília dez caciques que vinham de Campo Grande e não conseguiam falar com o Presidente da República. Porque queriam derrubar o diretor. E eles precisavam da minha presença aqui para entrada nestes índios no Palácio para a manutenção do Diretor e da situação deles. Porque eles estavam sendo perseguidos e os índios, coitadinhos, iam sofrer com isso!... Mas uma vez — confesso a V. Ex^{as} — fui uma criminosa, por vir a Brasília acreditando nestas mentiras. Procurei os pobres dos índios, tive um contato com eles — dez caciques — em casa do Sr. Meireles, aqui na W3, Quadra 39. Mais uma vez eu errei. Vim a Brasília, sem alta médica, acreditando que os índios quisessem mesmo a manutenção do Diretor. Consegui levar estes índios, o Sr. Francisco Meireles, o Sr. Fernando Cruz e o Sr. Silvio Meireles na presença do Chefe da Casa Militar, o General Albino Silva, junto com o Coronel Barlel, acreditando que aquilo tivesse saído mesmo dos índios. Mas não é verdade. Não podia ter saído dos índios, porque os índios não teriam dinheiro para sair de Campo Grande, vir a Brasília, ficar hospedados no Brasília Palace. Mas, no Rio de Janeiro, quando eu saia de lá, eu vi o Fernando Cruz conversar com o Sr. Silvio Meireles para que este lhe arranjassem Cr\$ 700.000,00 que, depois, Campo Grande cobriria. E o Sr. Francisco Meireles arranhou os Cr\$ 700.000,00, no Rio, e entregou-os ao Fernando. Chegando a Brasília, ele arranhou mais Cr\$ 400.000,00, dizendo que vinha de Campo Grande, a mando de uma funcionária por nome de D. Lurdes, do SPI da 5^a Inspeção. E fui falar com o General. Levei os índios, falaram com o General, e o General ficou comovido. Acreditou que aquilo partisse mesmo dos índios. O Sr. Fernando Cruz, com o maior descaramento — permitam-me que eu seja franca e sincera — acusava o ex-Chefe da Inspeção de Campo Grande ao General. O General, com a maior boa vontade, disse: "Se o Sr. Diretor concordar, eu nomearei uma Comissão Militar para fazer um levantamento em Campo Grande; e vamos ver, então, como está a situação em Campo Grande." Quando o Diretor soube que o General queria nomear uma Comissão para fazer o levantamento lá ficou horrorizado: "Onde se viu uma Comissão de milícias fazer um levantamento em Campo Grande?" Seria um horror! Iria descobrir o passado e o que se está passando! Então, quando eles foram me buscar para vir a Brasília, no Rio de Janeiro, o Sr. Fernando Cruz vinha de Campo Grande com esta caminhoneta que havia comprado lá. E deixou esta caminhoneta para uso da família do Diretor no Rio. Como testemunha, peço a V. Ex^{as} que anote os nomes do Dr. Nelson Peres, do Sr. Josias Macedo e de Hernani Luz, também — funcionário do Museu, e o próprio motorista que guiava esta caminhoneta. O SR CELSO AMARAL — O motorista ficou servindo à família dele no Rio, do Coronel? A SRA TEREZA DELTA — Sim. A caminhoneta ficou à disposição dos familiares do Diretor no Rio de Janeiro. O nome do motorista eu não sei. Mas essas pessoas que citei poderão dar o seu nome. O SR PRESIDENTE (VA-

407

LÉRIO MAGALHÃES) - Continua ainda à disposição? A SRA TEREZA DELTA - Não, porque oito dias antes de V. Ex^a. convocarem o Diretor para vir depor nesta Comissão, ele esteve em São Paulo. Foi do Rio com esse caminhonete para São Paulo, percorreu o litoral do interior e mandou o caminhonete para Campo Grande, voltando, em seguida, de avião. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Em São Paulo, não há nenhum veículo para o fim de atender o Diretor? A SRA TEREZA DELTA - Tem esse de Tupã. Em São Paulo não temos Inspetoria, a não ser em Bauru. O SR CELSO AMARAL - Lá é forte. A SRA TEREZA DELTA - É Inspetoria. O SR CELSO AMARAL - A Sra. se referiu a dez caciques que vieram a Brasília. Como ocorreram as despesas? A SRA TEREZA DELTA - Não posso dizer, porque não poderia provar. V. Ex^a. terá que ver no levantamento da Inspetoria de Campo Grande, razão pela qual eu alerto que devem levar um bom guarda-livros. Porque a Prefeitura não foi que pagou. O Vereador que acompanhava os índios, o nome é Juandir - também não tem posse para custear uma viagem de dez caciques em cima de um caminhão, pagar o Brasília Palace. V. Ex^a. pode ir até lá e pedir a nota das despesas dos índios ... O SR CELSO AMARAL - Nem a Prefeitura de Campo Grande pode. O SR WILSON MARTINS - Realmente, a Prefeitura jamais forneceu um centil ao SPI. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Mas o Diretor era alheio a esta solicitação dos caciques? A SRA TEREZA DELTA - Esta solicitação dos caciques surgiu de fato devido ao tiroteio e armamento de índio. V. Ex^a. deve estar a par. Os jornais comentaram. Naturalmente, o Sr. Fernando Cruz e o Diretor, com medo que a repercussão do fato viesse a ocasionar-lhes a perda do cargo, passaram a dessemos infelizes e mandaram que eles pedissem a manutenção deles nos cargos. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Quer dizer que o Diretor tinha conhecimento disso? A SRA TEREZA DELTA - Tinha. É o Deputado presente, que agora tenho o prazer de saber que foi Prefeito de Campo Grande, deve me endossar ou desmentir, quanto ao que digo que o Diretor do SPI foi chamado pelo Comando da 9ª Região, em Campo Grande, para que tivesse conhecimento do que o Sr. Fernando Cruz estava fazendo com os índios lá. Foi quando o Sr. Diretor saiu daqui e foi para lá. Mas ele já sabia o que o Sr. Fernando Cruz estava fazendo, porque o Sr. Fernando Cruz nunca fez nada sem autorização do Diretor. O SR WILSON MARTINS - A deputada invocou o meu testemunho. O que observei em Campo Grande, na época, foi o seguinte: houve um desajuste profundo entre o SPI, naquela ocasião, e o fiado pelo funcionário Fernando Cruz, e os fazendeiros. E tal foi o ambiente de insegurança que o General da Região convocou de fato uma reunião do próprio QG, da qual deviam participar os fazendeiros e o Diretor do SPI. Isso é exato. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento da venda de gados em Mato Grosso? A SRA TEREZA DELTA - Sei que foi uma ordem lá para vender determinado número, mas parece que foi vendido mais. Era uma confusão. Não posso provar. Houve uma ordem do Diretor para que vendessem

408 409 1084
gado lá. O SR CELSO AMARAL - Conhece irregularidades em outras Inspetorias, vamos dizer, Manaus? A SRA TEREZA DELTA - Não. O que tenho que anotar é que o Coronel Diretor do SPI esteve sexta-feira em São Paulo - ameaçando-me. Disse que tinha pressa em ir para o Rio e queria falar comigo no Aeroporto. Apanhei uma senhora amiga e fui lá ver o que ele queria. Chegando lá, acredito que o homem não teve coragem de falar comigo, porque quem tem a verdade não teme. Virei as costas e sai. E ele me mandava dizer por essa senhora que eu tivesse cuidado no meu depoimento aqui, quando aqui viesse, porque ele iria me acusar de que eu, Tereza - Delta, queria extorquir o SPI. Mas como ele não havia admitido que eu extorquisse o SPI eu estava com esta conspiração contra ele. SR. Presidente, Srs. Deputados, eu peço encarecidamente a V. Ex^{as}. independentemente de política, pelo amor que V. Ex^{as}. tem a suas excelentíssimas e respeitáveis mães, que a todos os funcionários do SPI que aqui vierem depor, ou em outros lugares do País, V. Ex^{as}. exijam que declarem se eu, Tereza - Delta, alguma vez, pedi, exigi ou tomei um real do SPI. Quero declarar a V. Ex^{as}, que o SPI me deve Cr\$ 15.000,00, pelo Sr. Josias Macedo, pois apareceram uns índios na Assembléia e o Guarda os levou em casa. Eles não tinham passagem. Eu, então, telefonei ao Sr. Josias que eles ficaram hospedados no Abrigo. Ele foi para São Paulo. Eu emprestei Cr\$ 15.000,00 para passagens destes índios. O funcionário me deu um cheque. Na hora de descontar o cheque, não tinha fundos. Fui ao Rio, devolvi o cheque ao funcionário. O SR CELSO AMARAL - O atual Diretor a ameaçou? A SRA TEREZA DELTA - Ameaçou-me e me disse que abriria um processo contra mim. Eu não tenho medo de ninguém, nem de Deus, eu tenho respeito a Deus. A verdade é preciso ser dita, doa a quem doer. O SR CELSO AMARAL - Conhece o atual Inspetor da 5ª, Alísio de Carvalho? A SRA TEREZA DELTA - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Há algum processo contra ele? A SRA TEREZA DELTA - Há um processo arquivado e que resultou em suspensão por noventa dias. A própria Comissão pediu o afastamento dele do SPI. Mas isso não foi feito e o processo foi arquivado. O SR CELSO AMARAL - Conhece Francisco Neira, um funcionário do SPI? Conhece algum processo contra ele? A SRA TEREZA DELTA - Conheço este Sr. Para falar a verdade, houve, uma ocasião, a criação de 24 Comissões de Inquérito para apurar irregularidades no SPI. Mas a verdade é que não há um funcionário lá que não tenha processo. Então, temos o seguinte, Sr. Deputado. É nomeada uma Comissão. Esta Comissão não pode apurar o que este funcionário fez, porque este funcionário sabe do processo daquele. Então, não dá nada. O que V. Ex^{as} deviam fazer era terminar com este SPI, para o bem do País e dêsses verdadeiros brasileiros que são os índios. Cada Estado tomaria conta de seus índios. Aí ninguém teria mais interesse pelo SPI. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo em poder do Sr. Josias Macedo para fazer coação? A SRA TEREZA DELTA - Eu não conheço. Mas V. Ex^a pode inquirir este funcionário se mi-

409
1036

nha presença, como qualquer outro sobre quem depus. V. Exa. poderia chamar-me novamente na presença dessas pessoas. Mas é um processo que envolve o Mota Cabral, o Francisco Meireles. É uma turma de funcionários. Este processo foi roubado. Está nas mãos do Sr. Josias Macedo, confessado por ele mesmo a mim. Ele disse que não entregaria este processo, porque, assim, ele tem essas pessoas nas mãos. O SR CELSO AMARAL - O negócio é mais grave do que eu pensava, Sr. Presidente. Conta que aqui, em Brasília, houve uma ocasião, uma ameaça ou que foi solicitada uma importância do SPI — 5 milhões de cruzeiros — para manter o Diretor no cargo? A SRA TEREZA DELTA - Mas quem seria? O SR CELSO AMARAL - Foi um padre. Não sei qual o nome desse padre. Foram pedidos a ele 5 mil contos para ele manter o Diretor. A SRA TEREZA DELTA - O Padre não pediu. O Sr. Fernando Cruz ofereceu ao padre. O SR CELSO AMARAL - Mas foi dado este dinheiro? A SRA TEREZA DELTA - Não posso dizer se foi dado, porque eu estive em São Paulo. Estes funcionários viajam que nem passarinho. Quando se pensa que estão em Brasília, estão em Campo Grande, estão no Rio, passando por conta destes coitados dos índios. O SR CELSO AMARAL - Qual o nome desse padre? A SRA TEREZA DELTA - Vou dizer a V. Exa. como foi. O Padre Lúcio — não me lembro agora o seu sobrenome — frequenta a casa de um amigo meu aqui em Brasília, que era de São Paulo. É um padre muito bom, muito distinto. É Vice-Presidente do PTB em Brasília. Mas eu fui que apresentei o Sr. Sílvio Meireles, que foi exonerado a bem do serviço público, para que ele fizesse revisão no processo dele, para ver porque tinha saído do SPI e, com esta apresentação, chegaram o Sr. Fernando Cruz e o Sr. Francisco Meireles e fizeram amizade com este Padre, e este Sr. Meireles, que não tem nada com dos Meireles do SPI, e o Fernando, na minha presença, na presença de Sílvio Meireles, de Francisco Meireles, de Alísio de Carvalho, ofereceu 5 milhões de cruzeiros ao padre para manter o Sr. Diretor no lugar. O SR CELSO AMARAL - Qual a resposta do Padre? A SRA TEREZA DELTA - O Padre, na minha presença, disse: Não custa nada; é um favor que eu posso fazer. A SRA TEREZA DELTA - Ele respondeu: "Não, cinco, dez, quinze, vinte milhões, Padre. Agora, vêm as eleições aqui em Brasília. O Sr. é candidato a Senador. Nós custeamos a campanha do Sr. e o Sr. vai ser o representante do SPI no Senado." O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. É o bastante! A SRA TEREZA DELTA - Eu acho que não! Eu gostaria que os Srs. perguntassem ao Sr. Diretor se as viagens dele é por sua conta própria. O SR CELSO AMARAL - A Sra. é inimiga dele? A SRA TEREZA DELTA - Depois que ele me ameaçou em São Paulo, ele me deixou meia braba, porque não gosto de ser ameaçada. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. Sa. declarou que o Diretor só havia sido nomeado a seu pedido? A SRA TEREZA DELTA - Sim. O SR PRESIDENTE - Naquela ocasião, não tinha animosidade com ele? A SRA TEREZA DELTA - Como não tinha até sexta-feira passada. O SR PRESIDENTE - Mas já era sua vez de ir.

410
96
1032
1032

nhecida. A SRA TEREZA DELTA - Já, sim. O SR PRESIDENTE - O pedido feito ao Sr. Presidente da República resultava deste conhecimento, desta amizade? A SRA TEREZA DELTA - V. Ex^a. sabe que todos nós, políticos, temos decepções na nossa carreira; O SR PRESIDENTE - Claro. A SRA TEREZA DELTA - Aqui é um aleijado de que V. Ex^a. tem pena, compra-lhe uma mula e, depois, ele quebra a mula na cabeça de V. Ex^a. Ali, é um doente que V. Ex^a ampara e que amanhã lhe vai ser ingrato. Comigo aconteceu a mesma coisa. Quando vi um Oficial do Exército dizer que nas Forças Armadas era perseguido, que queria sair das Forças Armadas, que procurava uma colocação civil e conhecendo as dificuldades, a pobreza com que ele vivia, como eu tinha força e prestígio junto ao Presidente da República, procurei ajudar esse cidadão, como ajudo qualquer um que amanhã me venha procurar. O SR PRESIDENTE Qual o juízo que V. S^a. faz sobre o Coronel, como Diretor do SPI, no que tange à movimentação dos dinheiros públicos? A SRA TEREZA DELTA - V. Ex^a. me obriga agora a dizer uma coisa que ouvi - ele dizer. Ele dizia o seguinte: "Fernando Cruz e Josias Macedo são uns vigaristas e uns escroques profissionais." Muito bem. Se são vigaristas e escroques profissionais, como pode um Diretor confiar uma Inspetoria e uma Chefia de um Museu a qualquer deles? Eu fico no ar com o que o Sr. - Diretor dizia e a pergunta que V. Ex^a. acabou de me fazer. O SR PRESIDENTE - Não, porque não envolvi nomes de outras pessoas. E peço a V. S^a que me diga sim ou não. Qual o juízo que V. S^a. faz a respeito do Diretor do SPI no que tange ao manuseio dos dinheiros públicos, como Diretor que é dessa instituição? A SRA TEREZA DELTA - O que posso adiantar a V. Ex^a é que, quando o conheci, ele era pobre, não tinha nem meios para se representar. Logo depois de uns quatro ou cinco meses, comprava um Simca na Ortonauta. A entrada era de Cr\$ 200.000,00, o Diretor deu Cr\$ 300.000,00. A prestação era de Cr\$ 25.000,00; o Diretor deu 30.000,00. O carro ficou guardado na minha casa durante 3 ou 4 meses. Depois, ele mandou o motorista buscar. Não posso responder a V. Ex^a. de outra maneira. O SR CELSO AMARAL - V. S^a. já fez um juízo do Coronel... A SRA TEREZA DELTA - Talvez, o Sr. Presidente não compreendesse ... Se o Diretor disse que dois funcionários são escroques e vigaristas e nomeia um deles Inspetor de Inspetoria, o que posso fazer deste homem? Que conclusão posso tirar dele? Boa não é, não é verdade? O SR PRESIDENTE - V. S^a. tem conhecimento de que, na atual administração do SPI, tenha havido despesas não enquadradas completamente nas dotações previstas no Orçamento da República? - Ou que elas, para o enquadramento, sejam representadas por documentos que não espelhem a realidade destas mesmas despesas? A SRA TEREZA DELTA - Eu disse a V. Ex^a e aos demais deputados a conversa que ouvi entre eles e "notas frias", razão pela qual eu disse a V. Ex^as. que conseguissem um Contador muito bom. O SR PRESIDENTE - V. S^a. sabe se o Diretor do SPI tem conhecimento dos desvios de verba de arrendamentos, verbas internas

411
20
169A

das Inspetorias? A SRA TEREZA DELTA - Não posso afirmar isto, nem con-
firmar. Só mesmo V. Ex^a. e os demais Deputados, indo às Inspetorias fazer
um levantamento, é que poderiam constatar. Seria muito interessante pro-
curarem em Campo Grande o Presidente da Associação Rural, que tem conhe-
cimento de tudo lá e que fala de cátedra a V. Ex^{as}. Eu ouvia falar em
"notas frias". O SR PRESIDENTE - V. S^a. viajou, alguma vez, com passa-
gem fornecida pelo SPI? A SRA TEREZA DELTA - Graças a Deus, não. Eu ti-
nhava desconto, como Deputada. O SR PRESIDENTE - Mesmo depois de deixar
o mandato, nenhuma vez lhe foi oferecida passagem pelo SPI? A SRA TEREZA
DELTA - Não. E eu não aceitaria. O SR PRESIDENTE - A pergunta veio a pro-
pósito, porque V. S^a. disse que vários funcionários passeiam graciosamen-
te e como V. S^a. tinha ligações de amizade com a família do Sr. Diretor
e com ele próprio, não era nada de mais que ele lhe tivesse oferecido. Ou-
tras pessoas estranhas, de seu conhecimento, têm recebido passagens, não
sendo do SPI? A SRA TEREZA DELTA - Quem poderia dar uma informação po-
sitiva a V. Ex^a. neste sentido é o funcionário Ernani Luz. V. Ex^a. até
poderá dizer a ele que eu disse isto. O SR PRESIDENTE - A que atribui V.
S^a. este desejo do Coronel de se manter no cargo a qualquer custo? A SRA
TEREZA DELTA - Não sei. Às vezes, é vaidade; às vezes, é necessidade. SR
PRESIDENTE - Qual o vencimento do Coronel como Diretor? A SRA TEREZA DEL-
TA - Não sei. Como Tenente-Coronel, deve ser Cr\$ 110.000,00. Em Brasília
é dobrado. Depois, há uma ajuda de custo, parece. Devem ser quase Cr\$..
300.000,00 mensais. O SR PRESIDENTE - V. S^a. tem conhecimento de que a
saída do Inspetor Cruz de Campo Grande resultou de imposições dos políti-
cos de Campo Grande junto ao Diretor? A SRA TEREZA DELTA - Sei que o Ins-
petor Fernando Cruz saiu de Campo Grande devido ao que ele fez com os in-
dianos. Matou um rapaz, lá; tirou os olhos, a orelha, decepou o corpo. E
ele, chorando, com um revólver na mão, disse ao Sr. Josias Macedo, que
ia deixar uma carta por escrito contando tudo que havia acontecido no
SPI e que ia depois suicidar-se. O Josias Macedo contou a mim e ao Dr.
Nelson que estava presente. Foi quando o Josias Macedo foi procurar
o Governador de Manaus, parece que o Deputado Mestrinho, pedindo a ele
que pedisse ao Ministro a volta de Fernando a Manaus. Isto contado por
Josias Macedo. Então, o Sr. Fernando Cruz não se suicidou. O SR PRESIDEN-
TE - Ele declarou que se retirou de Campo Grande por pressão de políticos
prestigiosos. Logo, não foi este o motivo. A SRA TEREZA DELTA - Acredi-
to que não. Porque ele dizia que era prestigiado pelo Senador Felinto Mal-
ler! Eu não sei se é verdade porque não conheço o Senador. O SR ORELSON
AMARAL - Declarou também que foi por receio da própria vida ... O SR PRE-
SIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Pela pressão dos fazendeiros. A SRA TEREZA
DELTA - Talvez, mas por política não acredito. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO
MAGALHÃES) - Mas se ele tinha tantas faltas que eram do conhecimento do
Diretor - como V. S^a. mesma disse acrescentando que o Diretor até o tra-

112
108
-11-
gr

tava com adjetivos não muito agradáveis — como se justifica a ida d'êlê para a Inspetoria do Amazonas? A SRA TEREZA DELTA — A pedido de um político do Amazonas, pelo menos é o que diz o Josias. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) — Esse pedido foi feito ao Presidente da República ou ao Diretor? A SRA TEREZA DELTA — Isso êle não esclareceu, apenas disse que foi um pedido do Deputado Mestrinho. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) — Quer dizer que êle está no Amazonas, mais em função política do que — mesmo como Inspetor dos Índios, mais por injunções políticas do que pela necessidades do serviço? A SRA TEREZA DELTA — Eu até me admirei d'êle ir novamente para o Amazonas porque há um processo no SPI, do Sr. Fernando Cruz, de 6 ou 8 mortes praticadas por êle há tempos, contado por êle mesmo. Não sei onde está êsse processo. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) — Esse processo não chegou à Justiça? A SRA TEREZA DELTA — Não sei, sei é por ofício secreto da Polícia ou do Exército. Se V. Ex^{as}. se interessarem pelo assunto, V. Ex^{as}. irão descobrir. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) — A que atribui V. S^a. a viagem do Diretor, quando em inspecção da sua Inspetoria, uma viagem, por exemplo, de Brasília a Campo Grande, efetuada com trajeto Rio-São Paulo e outras cidades mais para depois ir a Campo Grande? A SRA TEREZA DELTA — Tenho conhecimento de que o Diretor foi duas vêzes para o litoral e interior da Capital de São Paulo. Foi logo que êle tomou posse no cargo e 8 dias antes de vir depor na Comissão que êle mandou a caminhonete para Campo Grande. Não tenho conhecimento de que êle tivesse ido a São Paulo mais vêzes pela Inspetoria. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) — Sabe de alguma irregularidade no Pôsto de Bauru que possa depor nesta Comissão? A SRA TEREZA DELTA — Sr. Presidente, ouvi falar. Se V. Ex^a. ficar no meio dos funcionários do SPI, V. Ex^a põe todo mundo no tipiti ou sai correndo do meio d'êles porque é um tal de um falar mal do outro e depois a gente os vê unidos outra vez que não sabe qual o verdadeiro, qual o mentiroso. Eu sei que o Inspetor de Bauru — dito também pelo Sr. Josias Macedo — era um tal de Pimentel e êsse Pimentel parece que deixou até vender os móveis da Inspetoria, mas foi contemplado, foi promovido a chefe de seção na diretoria do SPI. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) — Êle continua em Bauru? A SRA TEREZA DELTA — Não, foi promovido para cargo elevado. Saiu da Inspetoria mas recebeu uma promoção de chefe de seção da diretoria. Também foi indicado pelo — Fernando Cruz. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) — V. S^a. teve conhecimento de uma venda de gado dos Índios não somente na região do Mato Grosso, mas também no alto Território de Roraima? A SRA TEREZA DELTA — Uma ocasião ouvi falar de uma venda de gado aqui em Goiânia. Depois êles comentavam entre si, era um tal de Francisco Meireles que dizia: pois é, — aquêlê lote de gado que foi vendido, o homem que comprou só num boi — expressão d'êle — apurou 2 milhões porque era um reprodutor. Isto o que ouvi aqui de Goiás. Agora que foi vendido, foi, Presidente. O SR PRESIDENTE

413 11/12/54 3090

(VALÉRIO MAGALHÃES) - A venda de gado está escrita, não é feita no SPI propriamente dito, e sim nas inspetorias. A SRA TEREZA DELTA - Presidente, que eu sei, quando há venda de gado, é um membro do Ministério da Fazenda, um da Agricultura e um do SPI que recebe as propostas, julga e vende o gado. Mas parece que no SPI não existe isso não. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. S^a. tem alguma notícia de que o material mencionado em tantas faturas do SPI — material agrícola, material de assistência aos índios, material de uso doméstico — tem sido realmente distribuído aos índios ou está estocado ou nunca existiu? A SRA TEREZA DELTA - Presidente, o que ouvi falar — não sei se é verdade, não assisti — é que em compra de remédios eles têm uma comissão que chega até 35%. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Mas eles quem? A SRA TEREZA DELTA - Bom, entre a quadrilha lá, Presidente. Por exemplo, quem compra remédios ... O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. S^a. está dando uma denúncia, tem de ser apurada, de maneira que ... A SRA TEREZA DELTA - É claro. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Se há uma quadrilha, V. S^a sabe que existe, deve pelo menos materializar, dar os nomes dos seus componentes. A SRA TEREZA DELTA - Permita que eu esclareça melhor. Por exemplo, o Sr. - Josias chegou para mim e disse: comprei 4 ou 6 milhões de remédios no Rio de Janeiro... O SR CELSO AMARAL - Devem ser 8 milhões. A SRA TEREZA DELTA - Não, parece que também aqui em Brasília se comprou. Sei que o total é 8 milhões. Então, diz ele: há um laboratório aí que fez um desconto de 35%, outro de 20%. Eu acho que na situação em que estamos não é possível ser feito esse desconto. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. S^a não pode dizer quais os laboratórios que venderam? A SRA TEREZA DELTA - Não conheço. Sei que são do Rio. Nessa parte de remédios felizmente os índios estão amparados, porque remédios existem. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Quanto ao material agrícola, não há notícias? A SRA TEREZA DELTA - Posso adiantar que no dia 13 deste mês esteve na televisão de São Paulo o Padre Cícero com índios da tribu dos gaviões do Belém do Pará pedindo ao povo paulista que mandasse roupas, ferramentas para eles, pois estavam morrendo de fome. Esse índiozinho está no colégio desse Padre Cícero em São Paulo e o Padre declarou que se ele conseguir pagar este inverno ele iria buscar o outro irmãozinho dele porque eles têm tendência para tuberculose. Então não sei dizer mais a V. Ex^a se eles têm assistência porque eu vejo na televisão se pedir, se esmolar, se implorar. O SR EDSON GARCIA - Sr. Presidente, eu queria perguntar à Sra Tereza Delta se conhece o Sr. Fernando Cruz. A SRA TEREZA DELTA - Conheço. O SR EDSON GARCIA - A Sra. Tereza Delta disse que teria sido ameaçada pelo Diretor do SPI. A SRA TEREZA DELTA - Foi. O SR EDSON GARCIA - Tenho todos os motivos para acreditar no depoimento da Sra Tereza Delta, Sr. Presidente, porque a mim, antes da apresentação do pedido de comissão de inquérito, o Sr. Coronel mandou perguntar, através do Sr. Fernando Cruz, se eu não temia, como Deputado novo, uma campanha que ele podia fazer, tinha

414
109

como fazer, pela imprensa nacional, que me poria desmoralizado. E entrevista aos jornais êle iniciou realmente a sua campanha, procurando inclusive envolver meu sogro e outras pessoas da minha família, citando nomes, como V. Ex^a. sabe. Chegou-me também uma informação de Campo Grande de que um funcionário, cujo nome esqueço agora, mas que transmiti ao Deputado Celso Amaral, havia mandado pedir, através de um jornalista do Correio do Estado, Sr. Barbosa Rodrigues, a quem procurou para denunciar isso, que êsse funcionário havia sido transferido de Mato Grosso para Itariri, em São Paulo, justamente porque o jornal, 15 dias antes, havia dito que a Comissão iria a Campo Grande. São declarações do jornalista para mim, dizendo que o referido funcionário fôra lá para dizer a êle, Sr. Barbosa: êles estão-me mandando embora porque têm medo de que a Comissão, estando em Campo Grande, me ouça: Por isso me mandaram para Itariri, em São Paulo. Veja V. Ex^a. que são duas informações que só vêm confirmar essa, digamos assim, petulância dêsse homem em ameaçar a depoente justamente quando ela se preparava para vir depor na Comissão de Inquérito. Era o que queria dizer, precisamente em abono das declarações de S. Tereza Delta. Queria ainda perguntar à D. Tereza Delta se depois que o Sr. Fernando Cruz depôs na Comissão ela esteve com êle ou se sabe de alguma coisa a propósito disso. A SRA TEREZA DELTA - Não. Não estive. Agora, queria adiantar, Presidente, que eu fui ao Rio, como declarei a V. Ex^{as}., conversei com o Sr. Josias Macedo, liguei para Brasília e falei com o Sr. Sílvio Meireles e êste contou ao Coronel que eu vinha depor. O Coronel foi para o Rio, e chegando lá o Josias naturalmente contou a êle que eu havia estado no Rio. Fui com êle até o aeroporto e o Sr. Josias mandou um telegrama a V. Ex^a dizendo que não podia comparecer hoje, ... O SR CELSO AMARAL - Não, na última vez, hoje êle... A SRA TEREZA DELTA - ... porque ia para a bacia, não me lembro onde. Êle mesmo me disse que havia enviado um telegrama à Comissão dizendo que não poderia vir hoje. Sr. Presidente, se me permite, eu não sou funcionária do SPI e sofri esta coação. Imaginem V. Ex^a. quanto material não teriam nas mãos se êsse diretor fôsse afastado e se os funcionários tivessem mais liberdade, pelo que acaba de expor o Deputado Edson Garcia. A presença do diretor é uma coação e muitos têm medo mesmo, não virão depor. O SR CELSO AMARAL - Aí cabe ao Relator... A SRA TEREZA DELTA - Desculpe, Deputado, eu estou falando sobre a coação que eu sofri. O SR EDSON GARCIA - Sr. Presidente, de seja tão-somente agradecer à Sra. Tereza Delta a contribuição que prestou à Comissão. Todos a conhecemos como uma das políticas mais eficientes do Estado de São Paulo e o simples fato de se dispor assim a vir contribuir da maneira como parece que vai contribuir para conseguirmos aquilo que é do nosso interesse averiguar, faz com que nós lhe sejamos muito gratos, ainda mais quando se trata de um pedido de um Deputado de Mato Grosso a uma Deputada de São Paulo. Muito obrigado portanto por es-

415
14
102

ta oportunidade à contribuição que D. Tereza Delta nos presta neste processo que nos está parecendo mais escabroso do que supunhamos. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, eu tenho um ofício, uma denúncia de um Inspetor Amarinho de Oliveira. V. Ex^a. chegou a ler essa denúncia? O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Não, passei-a a V. Ex^a. sem a ler. O SR CELSO AMARAL - Por ela se vê o que é o SPI. Diz o Sr. Amarinho: "... Quando na chefia da 8^a Inspetoria Regional do S.P.I. sediada na cidade de Goiânia, de onde saiu a pedido, em caráter irrevogável, houve por bem, no curso das suas atividades, acolher e atender ao Ofício nº 38/SOP/62, da Inspetoria Regional do FOMENTO AGRÍCOLA do Ministério da Agricultura, fazendo cessão de sessenta (60) novilhas da safra de 1959/60 do rebanho da "Ilha do Bananal", solicitadas por aquela unidade (S.P.I. nº 1.452, de 27 de fevereiro de 1962). Posteriormente, em decorrência da cessão mencionada, foi remetido ao Senhor Diretor do S.P.I. o Ofício nº 118, de 6 de julho de 1962, cópia anexa. Somente agora, com surpresa e estarrecimento, chegou ao conhecimento do peticionário, através do "BOLETIM INTERNO" nº 57, página 81, a publicação da "ORDEM DE SERVIÇO" nº 170, de 20 de dezembro de 1962, do Senhor Diretor, Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, da designação de uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar irregularidades constantes do processo referido." Um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente. Então, um funcionário cumpre uma determinação e recebe um inquérito? Este um dos documentos que demonstram realmente a ordem reinante no SPI. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. Ex^a não acha conveniente convidar esse funcionário para depor? O SR CELSO AMARAL - Seria, Sr. Presidente, esse e vários outros. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Ele é do Rio ou daqui? O SR CELSO AMARAL - Daqui mesmo, de Brasília. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Se me permite, eu sugeriria que a Comissão o ouvisse antes de se deslocar para o Rio. O SR CELSO AMARAL - Eu pedi também uma relação de todos os inquéritos, irregularidades, dentro do SPI e até hoje nada me chegou às mãos. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - O ofício foi feito e assinado por esta Presidência. O SR CELSO AMARAL - Chegou relatório aqui de uma comissão de inquérito pedindo a verificação de irregularidades no Pôsto Capitão Vasconcelos, atribuídos aos Srs. Leonardo Vilas Boas, Cláudio Vilas Boas e Orlando Vilas Boas, - aliás conhecidos mesmo como desbravadores do sertão. A conclusão dessa comissão foi realmente bastante violenta contra esses irmãos Vilas Boas. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Em conversas aí fora sugeri mesmo uma visita a esse posto. A SRA TEREZA DELTA - Presidente, permita-me mais um esclarecimento. Se V. Ex^a. fôr a Campo Grande, na 5^a Inspetoria, encontrará lá um inspetor, Anísio de Carvalho. Esse senhor teve 16 anos de seminário. Numa ocasião, conversando com ele no aeroporto de São Paulo, em companhia de uma Sra., Madalena Russe - que também poderá depor - ele me disse que tinha documentos, mas que não os daria à Comissão e se eu dissesse isto aqui ele me desmentiria na cara perante os Deputados e

416
10/1
109
109
não entregaria os documentos. Como eu sabia com quem falava, levei essa senhora que poderá confirmar o que digo. Por isso que falei a V. Ex^a. que lá é um lugar muito melindroso. Esse inspetor esteve 5 ou 10 minutos para ser padre. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer indagações, só resta à Presidência agradecer à D. Tereza Delta o seu comparecimento. Se fôr necessário, a Comissão a convidará para uma nova inquirição, em ocasião que julgar oportuna. V. S^a. irá assinar o termo respectivo e, depois, está desvinculada dos nossos trabalhos, podendo regressar a São Paulo. A SRA TEREZA DELTA - Presidente, quero agradecer a V. Ex^a. e aos Srs. Deputados membros desta Comissão a gentileza de me terem enviado a passagem para vir aqui. De fato eu precisava, e se não a mandassem eu iria empenhar qualquer coisa para vir depor. Eu agradeço a V. Ex^{as}. e me ponho à disposição da Comissão para ser acareada com aquêles que eu aqui referi. V. Ex^{as}. podem ter certeza de uma coisa: foi uma mulher que veio depor, mas uma mulher que sustenta o que depõe, mesmo que lhe custe a própria vida. Obrigado a V. Ex^{as}. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Está encerrada a sessão.

/NJM

417
578
1035
Ym

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

O SR PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga atos e fatos da administração do Serviço de Proteção aos Índios. Encontra-se presente o Sr. Cildo Furtado Soares de Meirelles, que já foi qualificado e vai prestar o compromisso legal. V.Sa. promete dizer a verdade sobre o que souber e lhe fôr perguntado? O SR CILDO MEIRELLES - Prometo. O SR PRESIDENTE - Dou a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral, para iniciar o interrogatório. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. prestou, há alguns anos, serviços ao SPI e atualmente presta uma espécie de assistência. O SR CILDO MEIRELLES - Uma vez ou outra, porque me dedico, há muitos anos, a esse assunto índio. De quando em vez, estão mudando o diretor e, conseqüentemente, os chefes de seções. Quer dizer, a cúpula do Serviço sofre verdadeira alteração periodicamente. Por tradição, sabendo que sou um indivíduo estudioso do problema índio, e tendo servido muitos anos no SPI, quando eles têm qualquer dificuldade, sobretudo quanto às questões de terras, pedem para dar minha opinião, porque conheço quase todos os postos do Brasil. Servi em todas as inspetorias regionais. Sucede que, às vezes, há casos fora do conhecimento do diretor, ou do chefe de seção, ou mesmo do chefe de inspetoria, que se vêem em dificuldades e pedem minha colaboração. Eles perguntam se posso dar minha opinião e eu a dou gostosamente, desde que seja em favor do índio. Tenho prestado colaboração. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Exa. não recebe ordenado a título de colaboração? O SR CILDO MEIRELLES - Não. Duas vezes, quando tive de me locomover, digo, locomover para Campo Grande, numa questão que houve por lá, e como não tinha qualquer interesse naquela região, porque atualmente me dedico a negócios imobiliários, disse ao Mota Cabral, que tomava conta desse setor, que eu não tinha qualquer interesse em ir lá e, então, me arranjaram um dinheiro. Assim, viajei nessas condições duas vezes para Campo Grande. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. conhece bem o Coronel Moacir, Chefe atual do SPI? O SR CILDO MEIRELLES - Conheço. Em junho ou julho, mais ou menos, fiquei conhecendo o Coronel. Ele entrou para o Serviço em dezembro de 1961, se não me engano. O SR ANTONIO BRESOLIN - Permite-me nobre Relator? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Pois não. Até gostaria que fizessem perguntas, porque estou esperando o depoimento do Coronel para poder inquirir o depoente. O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN - Em que mês V.Sa. recebeu dinheiro para viajar? O SR CILDO MEIRELLES - Não me recordo. Em agosto, se não me engano, do ano passado. O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN - Qual a importância? O SR CILDO MEIRELLES - 40 mil cru-

Cildo Meirelles.

zeiros. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - De uma só vez? O SR CILDO MEIRELLES - Sim. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Não recebeu outras importâncias? O SR CILDO MEIRELLES - Recebi em outra ocasião, também no mesmo ano. Não me recordo o mês. Se não me engano, foi em janeiro deste ano. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Quanto recebeu? O SR CILDO MEIRELLES - Também 40 mil cruzeiros. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. nessa ocasião que foi para Campo Grande, teve contacto com o Diretor? O SR CILDO MEIRELLES - Não estava lá o Fernando Cruz. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Refiro-me ao Diretor do SPI, em Brasília. O SR CILDO MEIRELLES - Eu me entendia mais com a secção que cuida desse assunto. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. teve contacto com o diretor alguma vez? O SR CILDO MEIRELLES - Sim, duas ou três vezes. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - O que estranho -- e até estou esperando o depoimento do Diretor do SPI -- é que esse diretor diz que não conhecia V.Sa. O SR CILDO MEIRELLES - Disse que não me conhecia? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Aqui está a fotografia de uma reunião. Essa reunião foi referente a quê? O SR CILDO MEIRELLES - Foi em novembro de ano passado. Ele convocou todos os chefes de inspetorias, porque não tinha tido contacto com eles e conhecia dois ou três chefes. (O Sr. Presidente exhibe uma fotografia e o depoente reconhece que está nessa fotografia). O SR CILDO MEIRELLES - Os chefes são os que estão na mesa. Isto, como disse, foi em novembro de 1962, quando reuniu os chefes de inspetorias para saber das novidades, porque até aquela altura a verba do SPI não tinha sido distribuída, que só o foi em dezembro. Ele ainda não tinha corrido as inspetorias e não conhecia as suas necessidades, digo, necessidades. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Formulei duas perguntas ao depoente e ele afirmou que em duas vezes recebeu 40 mil cruzeiros, sendo essas as únicas vezes. O SR CILDO MEIRELLES - Sim, nas duas viagens. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Tenho aqui fotocópia de um recibo, assinado por V.Sa., que diz ter V.Sa. recebido R\$ 18.840,20. Isso em 16 de agosto de 1962. O SR CILDO MEIRELLES - Sim, recebi. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Então, além daquelas duas importâncias, V.Sa. recebeu mais esta. O SR CILDO MEIRELLES - Foi para comprar uma passagem. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Qual era o objetivo dessas excursões, já que V.Sa. não era funcionário? O SR CILDO MEIRELLES - Não era, nem sou. Fui muitos anos funcionário. O objetivo é que eles me têm em conta de conhecer um pouco o serviço. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. prestou algum serviço ao SPI nessas viagens? O SR CILDO MEIRELLES - Prestei, observando de fora o movimento, diagam, digo, digamos assim, como o caso de Campo Grande, que foi muito saliente naquele ano de 1962. Fui lá, observei o ambiente e dei alguns conselhos, algumas sugestões ao Fernando Cruz. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. nunca transportou nada para o Serviço, não fez serviços para eles, a não ser dar sugestões? O SR CILDO MEIRELLES - Não. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN

Cildo Meirelles

LIN - Aqui também está a fotocópia de um recibo assinado por V.Sa., com carga de inúmeros processos do SPI. O SR CILDO MEIRELLES - Estava faltando a memória, digo, a memória. Sucede, por exemplo, às vezes casos de terra. Eu disse há pouco que já viajei por este Brasil inteiro e cuido de, digo, e me especializei mais no setor de terras, porque acho que a maior defesa do índio é defender sua terra. Há casos em que o chefe da seção me pergunta. Olho o processo e posso dar a minha opinião. Há porém, casos muito mais complexos, mais graves, e preciso fazer consultas etc. Então, eu levava o processo, mas deixava um documento dizendo que o processo estava em meu poder. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Quantos desses processos levou? O SR CILDO MEIRELLES - Não posso calcular. Todos que estiveram em meu poder, deixei recibo. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. tem recibo da devolução dos documentos? O SR CILDO MEIRELLES - Não exige. Estão, porém, todos entregues. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRASOLIN - Vou passar estes dois documentos às mãos do Relator. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Volto à pergunta inicial: todas as vezes que V.Sa. prestou serviços ao SPI não foi orientado pelo diretor? O SR CILDO MEIRELLES - Não, absolutamente. Apesar de ele ser Coronel do Exército e ter curso do Estado Maior, acho, modestia à parte, que tenho mais cabeça do que ele e não precisava do seu auxílio como também prescindindo do auxílio de muitos doutores, embora eu não seja formado. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Então, se perguntar ao Coronel Moacir se conhece Cildo Meirelles, ele deve conhecer. O SR CILDO MEIRELLES - Depende da personalidade dele. V.Exa. disse que ele já negou. Não posso obrigá-lo a dizer que me conheceu. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Não é obrigar. V.Sa. está aqui para dizer a verdade. O SR CILDO MEIRELLES - Exatamente, dêa a quem doer. O SR PRESIDENTE - O Senhor Relator deseja saber se V.Sa. pode referir fatos que nos convençam de que o Coronel conhece realmente V.Sa. Se ele já lhe deu pessoalmente alguma incumbência; se ele já o chamou pelo nome. O SR CILDO MEIRELLES - Tivemos um assunto de matéria de trabalho. Ele idealizou, a título de experiência, em Buriti, Campo Grande, numa aldeia de índios próxima àquela Cidade, de muito fácil acesso, dar autodeterminação ao grupo de índice, digo, índios Terena, achando que eles já estavam em nível cultural e mental avantajado, prescindindo, pois, da tutela do SPI. Essa era uma ideia antiga do Teixeira Mendes, que era Chefe do Positivismo aqui no Brasil e precedeu a Rondon, que foi seu discípulo. Teixeira Mendes pregava a autodeterminação das corporações indígenas da América. Ele achava que a ação do Governo devia ser apenas de assessoria, ajudando aquele povo a se desenvolver. Pois bem, quando o Coronel Moacir esteve em Buriti, idealizou também, a título de experiência, dar autodeterminação ao grupo Terena. Nessa ocasião, ele me pediu que fôsse olhar, observar o nível cultural desse grupo indígena, que é muito apreciável, sendo o maior

Cildo Meirelles

que conheço no Brasil. Visitei os Terenas e apresentei um trabalho para ele, a título particular, como poderia apresentar a qualquer pessoa, pois não estou impedido disso. Aliás, tenho apresentado a várias pessoas que me pedem, tenho escrito alguma coisa sobre índios. Escrevi nessa ocasião sobre Buriti e também disse, no trabalho que apresentei, o estado cultural em que encontrei o grupo de Terenas. Foi o trabalho que me lembro ter feito para o Coronel, como faria e tenho feito para qualquer outra pessoa. O SR ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. continua como funcionário? O SR CILDO MEIRELLES - Não, absolutamente. Fui demitido por sem-vergonhice e perseguição do Ministro João Cleofas, um patife. O SR PRESIDENTE - Foi aberto processo? O SR CILDO MEIRELLES - Foi aberto da maneira como o Ministro quis. Basta dizer que não me deixaram ser ouvido. Eu, funcionário de 28 anos de serviço, desde o tempo de Washington Luiz, ele não deixou que eu fôsse ouvido, não deixou que arrolasse testemunhas, nada. Quando tive que apresentar minha defesa, ela foi deficiente. Não mandaram o processo à Divisão do Pessoal à Secção de Direitos e Deveres. Levaram o processo às pressas ao Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, que culpa nenhuma teve do ato, pois encontrou aquêlê expediente todo feito e assinou minha demissão a bem do serviço público. Depois disso, o Consultor Geral da República, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Antônio Gonçalves Oliveira, fazendo um estudo do processo, achava que o mesmo devia ser anulado ou, então, fôsse feita uma revisão. Tentei já três vezes fazer essa revisão e não consigo. V.Exas. desculpem se às vezes falo animadamente, porque é do meu feitio. O SR ANTONIO BRESOLIN - Nesse trabalho que prestou em Buriti não recebeu nenhuma importância? O CILDO MEIRELLES - Não, recebi a passagem. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Há uma referência no Boletim Interno nº 57 dizendo que V.Sa. teria recebido remuneração. O SR CILDO MEIRELLES - Não. Só se outros receberam por mim. O Coronel mandou publicar o trabalho sobre Buriti nesse Boletim 57. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Queria fazer algumas perguntas a V.Sa., que tão bem conhece a 5ª Inspeção, em Mato Grosso. V.Sa. pode informar qual o número de índios, digo, de índios adultos da tribo dos Terenas, que estão na 5ª Inspeção, ou da tribo dos Terenas, que estão na 5ª Inspeção, ou da tribo dos Cajués? O SR CILDO MEIRELLES - Os cajués são outra nação, não pertencem aos Terenas. Os Cajués estão nas fronteiras com o Paraguai, nas fraldas do Maracaju. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Qual o número de índios que V.Sa. calcula? O SR CILDO MEIRELLES - Calculo que existam 5 mil terenas. O Darcy Ribeiro, que lá esteve algum tempo, também calcula no seu livro em 5 mil índios. É a maior nação que conheço em todo o Brasil, aliás bem desenvolvida. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Quanto aos cajués, qual o número de índios adultos que V.Sa. calcula? O SR CILDO MEIRELLES - Calculo que sejam 400 e tantos índios, entre mulheres, homens e crianças.

Cildo Meirelles.

O SR RACHID MAMEDE - V.Sa. conhece o caso, tão comnet, digo, comenta-
do e há poucos dias abordado da tribuna da Câmara pelo Deputado Edson
Garcia, de políticos de Mato Grosso, especialmente de Aquidauana, ha-
verem procurado comprar eleitores indígenas? O SR CILDO MEIRELLES --
Ouvi êsse fato. Se compraram, não sei. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE -
Não conhece o caso? O SR CILDO MEIRELLES - Não conheço, porque o meu
interêsse é o assunto terra. Estudei a questão da terra para poder de-
fender o índio dêsses que querem avançar nas suas terras. O SR DEPUTA-
DO RACHID MAMEDE - V.Sa. sabe que na 5ª Inspetoria tem sido arrendada
grande parte das terras do cajuês? O SR CILDO MEIRELLES - A Inspetoria
foi obrigada a arrendar terras porque os magnatas, os fazendeiros e
pecuaristas, invadiram completamente a área dos cajuês, criando, real-
mente, um fato consumado. O SPI não tinha forças nem meios para reti-
rar aquela gente que se apoderou completamente da área dos cajuês. Hou-
ve uma enchente no Paraguai, que regressou, digo, represou os afluen-
tes. Os fazendeiros, por justiça, por direito, para defenderem sua
propriedade, seus animais, apoderaram-se da área. Diante do fato con-
sumado, o SPI tinha que arranjar um jeito de ajudar os índios quase
sem terras contra aquêles fazendeiros que ali foram procurar abrigo,
socôrro etc. Na ocasião, o SPI foi obrigado a arrendar as terras. An-
tes, nunca foi. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Sabe V.Sa. qual a im-
portância provável arrecadada por ano? O SR CILDO MEIRELLES - Não pos-
so estimar. Conhecia a parte da invasão e da ocupação e o modus viven-
di que encontraram entre os arrendatários e os índios do SPI. Aliás,
de modo geral, os fazendeiros que conheci estão de acôrdo em pagar, co-
mo de direito e de justiça, aos índios aquelas terras, porque não é
vergonhoso o índio oprimido como foi, debaixo de pressão, ser obriga-
do a arrendar suas terras, terras essas que foram dadas para uso e go-
zo dêles e que êles podem usufruir da maneira que entenderem. Mais ver-
gonhoso é os fazendeiros de Mato Grosso, Bahia e Rio Grande do Sul ar-
rendarem, homens de dinheiro, de recursos, de capacidade, arrendarem
grandes áreas de Mato Grosso por muito mais do que arrenda o SPI aos
fazendeiros que lá estão. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Nessa oportu-
nidade em que V.Sa. esteve em Campo Grande, teve ocasião de entrar em
contacto com o Inspetor Fernando Cruz? O SR CILDO MEIRELLES - É meu
amigo há muitos anos. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. esteve como
assessor dêle? O SR CILDO MEIRELLES - Não. Um jornal, por amabilidade
naturalmente, vendo que eu era velho e pela conversa que o jornalista
teve comigo, deu-me o título de sucessor, digo, de assessor. Isso foi
publicado e parece que houve reprodução da notícia. O SR DEPUTADO CEL-
SO AMARAL - Quanto tempo V.Sa. ficou lá? O SR CILDO MEIRELLES - 15
dias. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Na oportunidade em que esteve
lá, V.Sa. tomou conhecimento de como eram feitos os arrendamento das
terras? O SR CILDO MEIRELLES - Não me interessei propriamente por es-

Cildo Meirelles

sa parte. Interessei-me em dar execução ao acordum do Supremo Tribunal Federal. Havia, desde 1961, um acordum do Supremo Tribunal reconhecendo aquela área como limite da nação dos cajuês. Mas, por ignorância daquela gente e descaso mesmo do diretor anterior ao Coronel, esse acordão ficou no ar. Essa a verdade. Não foi executado. Eu é que disse ser preciso dar execução, prosseguir. Chamei o Dr. Paulo Bugre, que foi o advogado na primeira fase, para prosseguir, porque queriam dar o assunto até a outro advogado. O mais indicado seria o Dr. Paulo Bugres para anular os títulos. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Embora não sendo V.Sa. do Serviço de Proteção aos Índios, com sua experiência superou ao próprio diretor. O SR CILDO MEIRELLES - Há pouco disse que não preciso da orientação deles. O Dr. Bugres propôs ação em juízo, na comarca, para anulação dos títulos que o Estado de Mato Grosso cedeu a algumas pessoas. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Naquela oportunidade, V.Sa. não tomou conhecimento se naqueles contratos de arrendamento não estava sendo recebida uma jóia também por parte da Inspetoria? O SR CILDO MEIRELLES - Digo com sinceridade que na gestão do Fernando eu ignoro completamente. Ouvi falar -- também não tenho provas, não é documento -- que na gestão de Edson Mangena, que antecedeu ao Fernando, que recebiam jóias. Acho, porém, que é tudo fantasia. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. profundo conhecedor do SPI, pôde verificar in loco melhoramentos importantes levados a efeito pelo Inspetor Fernando Cruz, que aqui depois há dias? O SR CILDO MEIRELLES - Na minha opinião, há duas fases na Inspetoria de Mato Grosso: do Coronel Nicolau Horta Barbosa, até 1946. Era um Coronel do Exército reformado, que dirigiu aquela Inspetoria durante alguns anos e deixou obra apreciável. Depois disso, houve verdadeira hiato administrativo na R-5. Quem fez retornar o trabalho e o amor ao índio foi Fernando Cruz. Fernando Cruz era um líder devotado à causa do índio, embora para obter o que desejava em benefício do índio tumultuava imensamente a sua administração. Ele tinha meios mais moderados, como o atual chefe, para atingir o objetivo, evitando os ataques que eles às vezes sofriam. Ele construiu um campo de aviação naquela região, que não possuía nenhum. Hoje, em Campo Grande, pode-se tomar um teco-teco e descer naquela região. Restaurou as casas de Tomé, verdadeira cidadezinha; restaurou as escolas de Buriti, iniciando a construção de casas de alvenaria. Fez cinco estações de rádio. Ele, de Campo Grande, falava para o interior. Instalou motor de luz em duas ou três aldeias. Sobretudo, o índio passou a ter assistência hospitalar, que nunca teve, nem mesmo no tempo do Coronel Horta Barbosa. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Sabe V.Sa, se dessa importância arrecadada era recolhida alguma soma para a direção central do SPI? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei sobre essa parte. Não me imiscuia nesses assuntos. Digo, com sinceridade, que me interessava mais pela questão de terras. Em Dourados,

Cildo de Mello

exemplo, há uma questão muito séria em solução até hoje. Há uma questão naquela questão toda. O Estado deu à Colônia de Pedra Branca uma área e hoje está uma encrência. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - V.Sa. sabe dizer se o SPI, durante a presente administração, fez distribuição de ferramentas, de medicamentos, de arames para essa inspetoria? O SR CILDO MEIRELLES - Essa parte ignoro, porque não entro nela. V.Sa. pergunte-me sobre terra, que poderei dar alguma informação. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - A par das perguntas sobre terras, faria outras perguntas e V.Sa. se tiver conhecimento, informará. O SR CILDO MEIRELLES - Acho que houve distribuição, porque quando fui visitar a R-5, em Fernando, vi muitas ferramentas lá. O SR RACHID MAMEDE - Essas inspetorias têm atribuições para arrecadar e dispor sem prestação de contas? O SR CILDO MEIRELLES - Não. O SPI, como repartição do Governo da União, tem o seu patrimônio, o patrimônio nacional. Por exemplo, uma máquina de escrever, um arquivo de aço, um bureau, um plantel de animais, isso é patrimônio da União. É uma escrita à parte, pois são bens da União. Ao lado desse patrimônio nacional, existe o patrimônio do índio. Amanhã, extinguindo-se o Serviço de Proteção aos Índios, a União só poderá, digo, pode retirar o que é seu, mas, o gado, que é do índio, a cêrca, que é do índio, a casa, que é do índio, os parques, a criação, lavoura, cafezais, cacauzeiros etc., isso é patrimônio do índio. Ele não será espoliado com a extinção do SPI. O patrimônio de cada tribo continuará sendo particular da tribo. A Ilha de Bananal, por exemplo, em Goiás, já tem um gado muito apreciável, que pertence à coletividade. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - É sobre a Inspeção de Goiás? O SR CILDO MEIRELLES - A Inspeção de Colônia superintende todo o Estado de Goiás. Esse gado da Ilha de Bananal, por exemplo, pertence à coletividade, aos Carajás e, não, à União. O diretor deve ser responsável de da venda desse gado. Aliás, o gado só poderá ser vendido por autorização do diretor. Só ele pode alienar bens de patrimônio indígena, enquanto que de patrimônio nacional só pode o Ministro. Se pretender vender um caninhão que pertença ao patrimônio nacional, um caninhão velho, não prestável, tem de fazer concorrência ou coleta de preços: é preciso que o ministro autorize. Quanto ao patrimônio indígena, o diretor, pelo Regimento, é o seu gestor e presta contas ao ministro. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Um inspetor de uma inspetoria pode adquirir algum terreno por conta dessa verba indígena, sem autorização do diretor? O SR CILDO MEIRELLES - Não, Precisa ter autorização do diretor. O diretor, aliás, é o gestor de patrimônio indígena. Ele presta contas diretamente ao ministro. O SR PRESIDENTE - Há um regulamento a respeito disso? O SR CILDO MEIRELLES - Há. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Tem-o aqui. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Qual a função de seu irmão que trabalha no SPI? O SR CILDO MEIRELLES - Ele foi chefe da inspetoria do Pará, de Rondônia, ultimamente de Goiás e, agora, foi chamado para

Cildo Meirelles

tor aqui em Brasília. Ele é Chefe da Seção de Orientação e Assistência. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Depois de ter V.Sa. deixado de ser funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, V.Sa., já foi, mais de uma vez, convidado para determinados serviços? O SR CILDO MEIRELLES - Em Campo Grande. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Quando em Campo Grande? O SR CILDO MEIRELLES - 36. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Não teve oportunidade em outras vezes O SR CILDO MEIRELLES - Não, porque depois foi tumultuado. O Fernando foi para Campo Grande em julho do ano passado e tumultuou imensamente, com o objetivo de fazer bem ao índio, mas tumultuou imensamente a Inspetoria. Saiu praticamente em janeiro. Ele teve uns 4 ou 5 meses de administração. Depois, veio uma chuva de queixas, de acusações contra o diretor, que praticamente não tem podido administrar o SPI, que, de fato, está parado devido a essa questão. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Qual o conceito sincero que V.Sa. faz da vontade de acertar, da capacidade, enfim, o conceito que faz do atual diretor? O SR CILDO MEIRELLES - Ainda antes dizia ao meu irmão, à noite, que achava o Coronel sem interesse de acertar. Ele demonstra em vários atos que tem vontade de fazer algum bem pelo índio, de modo geral. Acho, porém, que ele não tem capacidade para isso. Ele é tumultuado. Por exemplo, o meu irmão Francisco Meirelles, grande conhecedor dessa parte prática referente ao índio, é assessor do Coronel, porque é o Chefe da Seção de Orientação e Assistência. O Francisco conversa com ele, mas na hora o Coronel faz o que lhe dá na cabeça, e sai cada burrada. Essa a verdade. Ele tem vontade de fazer bem ao índio, mas as consequências são maléficas. Mas, que ele tem vontade de fazer o bem, tem. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa., tem conhecimento de que meses atrás estiveram em Brasília 10 caciques? O SR CILDO MEIRELLES - Estive com eles. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Vieram aqui para pedir a manutenção do diretor do SPI? O SR CILDO MEIRELLES - Foi, justamente. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa., foram pagas as despesas de viagem desses caciques? O SR CILDO MEIRELLES - Parece-me que foi a Prefeitura de Campo Grande. É o que acho. O caminhão é do Serviço. Foi o que me disseram. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Vou esclarecer à testemunha e também aos colegas que estão aqui. O Prefeito de Campo Grande era eu. De fato, não foi a Prefeitura quem pagou. Eles vieram, segundo me recorde, num caminhão adquirido por um dos chefes do Serviço, que, aliás, funcionava ao lado do meu escritório. Quando vim aqui para tomar posse do cargo de Deputado, juntamente com os demais colegas, vi os índios e os cumprimentos, digo, os cumprimentos. Eles já estavam de regresso também nesse caminhão. De modo que a Prefeitura de Campo Grande não concorreu com nada, digo, nenhuma coisa para essa viagem. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa., então, quem pagou as despesas? O SR CILDO MEIRELLES - Sim. Foi que, em Brasília, os Diários Associados hospedaram esses índios. Não disse nada mais.

Cildo Meirelles

randir, Vereador de Campo Grande, me falou que eles foram fazer visita ao Chateaubriand e ele os hospedou num hotel e mandou tirar as dígitas, tôdas as contas em nome dos Diários Associados e ainda deu a importância de 40 mil cruzeiros para prosseguirem viagem para Brasília. Deu-lhes, inclusive, roupas etc. Em Brasília, soube também que foram hóspedes do Prefeito de Brasília, conforme me contou o Jurandir, Vereador de Campo Grande. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- V.Sa. tem conhecimento que na ocasião o Sr. Fernando Cruz precisou de uma importância e o Sr. Francisco Meirelles conseguiu 700 mil cruzeiros? O SR CILDO MEIRELLES - De onde? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- No Rio. Depois, veio o dinheiro, digo, o dinheiro de Campo Grande para esse pagamento. O SR CILDO MEIRELLES - Ignoro. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Quando V.Sa. estava em Campo Grande foi adquirida uma camioneta F-100 pela verba indígena? O SR CILDO MEIRELLES- Sim. Disso estou a par. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Houve autorização do diretor para aquisição dessa camioneta? O SR CILDO MEIRELLES - Não posso saber, mas sei que foi adquirida pela renda indígena. Tanto que o Fernando não chegou a pagar toda a importância. Quando acabou de pagar foi o atual chefe. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- Ela ficou servindo em Campo Grande? O SR CILDO MEIRELLES- Ela esteve no Rio de Janeiro, porque as viaturas do SPI estavam no conserto. Parece que veio para o Museu do Índio. Esteve dois ou três meses e depois foi devolvida a Campo Grande. Foi o que me disseram. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- V.Sa. tem conhecimento que, em Brasília, determinada pessoa recebeu uma importância para pedir que o atual diretor fosse mantido no cargo? O SR CILDO MEIRELLES- Não ouvi falar. Desconheço isto. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- Completamente? O SR CILDO MEIRELLES- Completamente. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Quem apresentou V.Sa. ao Coronel? O SR CILDO MEIRELLES- Foi o Mota Cabral, em julho do ano passado. Sabendo que ele estava em dificuldades, com processos de terra, assoberbado, sem saber o que fazer, tinha lembrado o meu nome como a pessoa capaz de, pelo menos, empurrar aquilo para diante. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- V.Sa. tem conhecimento de que o Tribunal de Contas devolven um processo ao SPI por não estar de acordo com a prestação de contas? O SR CILDO MEIRELLES- Sou apaixonado pelo índio e me inflamo muito. O Tribunal de Contas, infelizmente, traduz e espelha a antipatia do povo, não do povo que está distante das aldeias dos índios, dos seus habitats, mas a antipatia daqueles que querem avançar em cima das terras dos índios, espoliar o índio. Isso se reflete até dentro da Câmara dos Deputados. Aqui mesmo, por exemplo, há um projeto de lei, um substitutivo apresentado pelo Senador José Varela, que foi unanimemente aprovado em tôdas as comissões do Senado. Chegou à Câmara e ficou procrastinado, até que apareceu um nêno Rondon e deu um impulso para diante. O SR PRESIDENTE- Esse projeto versa sobre o que? O SR CILDO MEIRELLES - Está aqui; a propósito eu o trouxe. Esse substitutivo teve pa

Cildo Meirelles

recer de tôdas as comissões do Senado. Particularmente, informo que esse substitutivo foi redigido por Darcy Ribeiro, quando Chefe da Seção de Estudos do SPI. Darcy Ribeiro, a pedido de Rondon, redigiu esse substitutivo, que foi aprovado unânimeamente, digo, unânimeamente pelo Senado e está agora na Câmara. Regulamenta o Art. 216 da Constituição. Quer dizer, o Executivo não tem meios para dar uma solução a essa questão de terras, por não dispor de um diploma legal regulamentando o Art. 216 da Constituição. Alguma coisa temos obtido para o índio no Poder Judiciário, porque o Poder Executivo é impotente. Essa a verdade. V.Exa. recorre a um governador ou a um prefeito e eles preferem ficar ao lado do cabo eleitoral, do chefe político local e não atendem o que pedem o chefe do SPI. Esse substitutivo está na Câmara desde o ano passado. Quanto ao registro dos processos, o Tribunal de Contas tem uma assinatura tremenda em cima do SPI. Todo o processo que lá chega é transformado geralmente em diligência. É quase sistemática mente. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Não seria porque a documentação é insuficiente? O SR CILDO MEIRELLES - Pode ser. Não sei. O fato, porém, é que é coisa sistemática. Por exemplo, para o Tribunal de Contas registrar as verbas de 61 e 62, do SPI, que é uma verba essencial, pois é a que cria o patrimônio indígena e dá assistência e auxílios aos funcionários, digo, aos índios, foi preciso que um grupo de deputados e senadores interviesse, como o Deputado Cunha Bueno, de São Paulo, muito amigo dos índios, o Deputado Abel Rafael, o Senador Filinto Muller e outros -- V.Exa., Sr. Presidente é amigo dos índios mas não estava na Câmara na época -- se não fôsem esses amigos, que foram pessoalmente pedir aos ministros na segunda quinzena de dezembro, essas verbas não seriam registradas. Isso traria mal tremendo ao Serviço. O maior mal que fazem ao índio, digo com sinceridade, é a falta de um concurso, de uma seleção. Se o DASP obriga qualquer indivíduo, por mais modesta que seja a função, a um concurso quase acadêmico, quase que lhe dando a láurea de doutor, para ser datilógrafo, escrevente, etc., exigindo, às vezes, até o conhecimento de idioma estrangeiro, entretanto, para ser funcionário do SPI, a porta está aberta, é uma enxurrada, correm todos para o SPI, porque não há concurso. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Últimamente, têm sido admitidos funcionários? O SR CILDO MEIRELLES - Atualmente, não. Até dois anos atrás, era assim. Se amanhã, o Presidente da República fizer uma circular permitindo a admissão de funcionários, em outras repartições, inclusive no Ministério da Agricultura, só entrarão os que forem habilitados em concurso. No SPI, porém, vão entrar aqueles que nunca fizeram concurso para o cargo de inspetor dos índios, chefes de inspetoria, encarregados etc. Gente que nunca viu índio será admitida, só pelo fato de ser coronel etc. O SR ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. informou que em meados de agosto do ano passado ... O SR CILDO MEIRELLES - Calculo que foi em agosto. O

Cildo Meirelles

O SR ANTONIO BRESOLIN - Ainda não acabei de formular a pergunta. V. Sa. tem conhecimento do número de cabeças de gado vendidas naquele mês? O SR CILDO MEIRELLES - Não posso saber. Tenho idéia de que havia uma comissão, composta do Sr. Diniz, um rapaz de Dourados, e do Sr. Castel, juntando o gado. Isso em agosto. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Mas, V.Sa. não sabe o número de rezes vendidas? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei. O Diniz ainda se encontra em Dourados. O Castel está no Amazonas. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Foi baixada uma ordem de serviço interna, nº 113, no dia 16 de agosto, justamente tratando do assunto. A operação foi realizada e, segundo estamos informados, até hoje, não houve prestação de contas. O SR CILDO MEIRELLES - O diretor tem um ano para prestar contas do patrimônio indígena. Isso foi em agosto. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. conhece o Sr. Aluizio Carvalho? O SR CILDO MEIRELLES - Há muitos anos. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Atualmente, sabe onde ele está? O SR CILDO MEIRELLES - Atualmente, é Chefe da Inspeção, digo, Inspetoria de Campo Grande. É um rapaz culto, preparado, muito sensato, completamente diferente do Fernando. É amigo do índio e muito sereno. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Ele teve algum processo no Paraná? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei falar que ele esteve envolvido em processo. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Esse processo já chegou ao final? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei qual o desfecho do processo, pois é raríssimo o funcionário do SPI que não tenha um processo. Talvez só o Coronel, e tem este andando aqui. Mas, posso esclarecer à Comissão que esses processos se originam, quase todos, por politicagem locais do prefeito e dos deputados e senadores. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Discordo um pouco, porque nós, desta Comissão, já chegamos a uma conclusão. O SR CILDO MEIRELLES - O Deputado Azzis Maron, da Bahia, por exemplo, é um dos grandes invasores da área da reserva de Itabuna. Essa reserva dos índios da Bahia é quase toda ela em zona de cacau, terra de primeira qualidade. Às vezes, a terra é boa para o café, mas não presta para o cacau. O filho do Senador Juracy Magalhães, que se suicidou e era deputado, era também dono de outra grande área invadida. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Já que esses processos todos são gerados dessa forma, queria perguntar se V.Sa. conhece o posto de Guarita, no Rio Grande do Sul. O SR CILDO MEIRELLES - Estive lá em 1941. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Então, V.Sa. deve ter tido conhecimento que só no posto de Nonoai foram devastadas mais de 400 colônias de puro pinheiral e mais de 400 colônias no posto dos índios Taquari, onde estão as melhores madeiras da região. No entanto, os índios daquela região vivem na situação mais miserável possível e até hoje nenheu, digo, nenhum daqueles chefes de posto foi para a cadeia. Onde foi parar aquele dinheiro? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Acho que esse processo não é político. Pelo contrário. O SR CILDO MEIRELLES - O Sr. Daniel de Carvalho, essa grande in

Cilto de Carvalho

428 429

teligência e cultura jurídica de Minas Gerais, ex-Ministro da Agricultura, até a época em que exerceu aquela Pasta não houve devastação de florestas. Ele é quem iniciou para proteger os seus amigos políticos do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina etc. O SR ANTONIO BRESOLIN - Conheço o caso de um tal Sr. Ronildo, chefe do posto dos índios Gaarita. Ali os índios plantaram, a enxada, e colheram mais de 400 sacas de trigo, colhido a foice. Ele mantinha em Ijuí uma prostituta, sua amante, que era a mulher que melhor se vestia em minha cidade. Os índios não viram nem cheiro de pão e o tal Ronildo não foi processado. O SR CILDO MEIRELLES - Na região dos Carués há uma reserva riquíssima de carandá. Trata-se de uma palmeira muito preciosa. O SPI está guardando isso, até o dia em que vier o amigo de um Ministro, que consiga mandar cortar êsses carandás e vender para qualquer firma, como aconteceu com os pinheiros, com a imbuia, etc. O SR CELSO AMARAL - V.Sa. conhece Josias Macedo? O SR CILDO MEIRELLES - Conheço. O SR. CELSO AMARAL - É funcionário do SPI? O SR CILDO MEIRELLES - É inspetor de índios. O SR CELSO AMARAL - Onde está servindo atualmente? O SR CILDO MEIRELLES - Atualmente está no Museu do Índio. Está encons, digo, encostado. Há uma porção de funcionários encostados, enquanto a diretoria está com uma enorme carência de servidores. Não há quem bata um ofício, um telegrama. No Museu do Índio estão encostados mais de 20 funcionários, que não querem vir para Brasília. Só vêm se o Governador lhes der casa. Se não me engano, são 26, inclusive êle. O SR. CELSO AMARAL - Tem conhecimento de que o Sr. Josias Macedo está com o processo de Aloísio Carvalho? O SR CILDO MEIRELLES - Ignoro isso. O SR CELSO AMARAL - O SPI costuma dar requisições para passagens ou dá verbas também? O SR CILDO MEIRELLES - Conforme. Geralmente é uma requisição. O SR CELSO AMARAL - No caso do Senhor foi verba? O SR CILDO MEIRELLES - Foi a Renda Indígena. O SR CELSO AMARAL - O SPI quando precisa de qualquer coisa recorre à Renda Indígena. Por que? O SR CILDO MEIRELLES - É uma verba liberada, de gestão do diretor. Ele é que gere, como entende, essa verba do patrimônio indígena, porque os índios são tutelados. A Renda Indígena é patrimônio indígena, pertence ao índio. Não é verba nacional... O SR CELSO AMARAL - E o índio é espoliado dessa maneira. Compra-se uma camioneta e manda-se para o Rio em vez de estar servindo o índio. O SR CILDO MEIRELLES - Devia estar. O SR CELSO AMARAL - E serviu no Rio essa camioneta? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei dizer. O SR CELSO AMARAL - Tenho conhecimento de que você servindo particularmente. Tem conhecimento de alguma irregularidade, na 1ª Inspeção, no Amazonas? O SR CILDO MEIRELLES - Estive lá há muitos anos, em 1947. Ultimamente afastei-me do serviço e não estou a par. O SR CELSO AMARAL - Conhece a cidade de Tupã, em São Paulo? O SR CILDO MEIRELLES - Só de nome. O SR CELSO AMARAL - Não tem conhecimento da compra dos caminhões em Tupã? O SR CILDO MEIRELLES

Cildo Meirelles

Não tenho. Sei que um caminhão foi comprado em Tupã, o que está na R-5. Parece que o encarregado do posto tinha primeiramente adquirido para o posto dessa região. Esqueço o nome do posto. Entretanto, pelo fato de Campo Grande precisar mais, porque iria começar essa obra de alvenaria do Buriti - precisava arrastar material de construção, etc. - conseguiu uma transferência da compra do posto de Tupã para a inspetoria de Campo Grande, tanto que quem pagou foi o posto de Campo Grande, pela Renda Indígena. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de um funcionário que estava em Campo Grande e foi transferido recente - mente para Iacri, em São Paulo? O SR CILDO MEIRELLES - É o Jaffet Chaves. Ele estava em Capitão Vitorino, no interior de Campo Grande e foi transferido para esse posto de Iacri. Trata-se de um indivíduo muito correto. O SR CELSO AMARAL - A informação que tenho é de que foi transferido para se esconder esse funcionário. O SR CILDO MEIRELLES - Não. Tenho impressão de que a transferência foi um prêmio. O SR CELSO AMARAL - Conhece a ex-Deputada Tereza Delta, de São Paulo? O SR CILDO MEIRELLES - Conheço. Ela esteve aqui durante um ano e tanto. Sou meio candango em Brasília. Trabalhei algum tempo na Novacap e relacionei-me um pouco no meio da candangada. Ela andou estudando a possibilidade de se candidatar a deputado ou qualquer coisa. O SR CELSO AMARAL - Em relação ao SPI: Ela internava índios em São Paulo ou alguma coisa dessa natureza? O SR CILDO MEIRELLES - Ignoro o assunto. Ela foi-me apresentada com o objetivo de eu colocá-la em contato com os grupos políticos que conheço. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de uma expedição científica denominada Arariquera? O SR CILDO MEIRELLES - Foi programada essa expedição para o ano passado. Parece que o dinheiro foi retirado, mas dada a premência de tempo, pois a verba vence em, creio, 27 de dezembro, não daria para fazer a expedição dentro do exercício financeiro. Tenho impressão que o Josias iria chefiá-la. Não estive com ele. Tenho a idéia de que esse dinheiro foi devolvido ao Tesouro. Ainda não foram prestadas contas, porque há um prazo mais dilatado para lugares longínquos, como Rondônia e outros. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, eram essas as minhas perguntas. O SR PRESIDENTE (Wilson Martins) - Alguém mais deseja fazer uso da palavra? (Pausa) Agradeço a presença do depoente e declaro encerrada a sessão.

Cildo de Mello

438 438 1109
Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no
Serviço de Proteção aos Índios.

Reunião de 14/5/63

Depoente: JOSÉ FERNANDO DA CRUZ

O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Havendo número legal, está aberta a sessão. (LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA). Vamos ouvir o depoimento do Sr. José Fernando da Cruz, ex-Inspetor da 5ª Inspetoria do SPI, que espontaneamente passou à Presidência um telegrama, pedindo para vir depor. No momento, está como Inspetor da 1ª Inspetoria, em Manaus. Aliás, já há depoimentos, aqui, que fazem menção à sua pessoa. Solicito ao depoente que faça seu compromisso junto à Comissão Parlamentar de Inquérito, de dizer a verdade, apenas a verdade, sobre tudo que lhe fôr perguntado. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- (presta compromisso). O SR. VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- O depoente poderá fazer uma breve exposição, de vez que temos compromisso em outra comissão. Depois, o Relator e os demais colegas farão a inquirição necessária. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ex-chefe da 5ª Inspetoria do SPI, na sede de Campo Grande, desejaria, para facilitar meu depoimento, que eu fô, digo, eu fôsse interpelado primeiro. Realmente, comuniquei várias irregularidades. Preferiria ser interpelado inicialmente. O SR. VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- A interpelação será decorrência da sua exposição. Depois desta, cada um de nós anotará os pontos, digo, os pontos a serem aclarados e passaremos à interpelação. Muitos desses pontos poderão já estar em conexão com os depoimentos aqui feitos. Daí por que sua exposição é de início mais importante, para que possamos sobre ela interrogá-lo. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sr. Presidente, designado para a Chefia da 5ª Inspetoria do SPI, em julho de 1962, assumi o cargo sem um levantamento dos bens pertencentes ao Patrimônio Nacional e ao patrimônio indígena. Solicitei à direção do Serviço a nomeação de uma comissão para que fôsse feito o arrolamento desses bens. Essa comissão foi designada mas, até a data em que deixei a Inspetoria, não foi feito em absoluto esse levantamento. Na oportunidade em que assumi a Inspetoria, encontrei-a na maior desorganização possível e imaginável, mesmo na parte contábil, que não havia. Procurei fazer um levantamento dos contratos existentes de arrendamento de terras, em número, se não me falha a memória, de 61, que, calculadamente, davam à Inspetoria uma renda de 3% sobre a produção de gado, no montante de 400 rêsas, numa área aproximada de 3 mil hectares. Procurei rever o arquivo e a documentação da Inspetoria e não havia contabiliza, digo, havia contabilidade dessa importância. Imediatamente, mandei, digo, imediatamente mandei confeccionar os talões de recebimento numerados e passamos então a fazer

431 632 1110
esse recebimento em talões numerados e a contabilizar toda a renda proveniente de arrendamentos, que atingiu aproximadamente de 10 a 12 milhões de cruzeiros, num espaço inferior a 7 meses. De 1959 até aquela data, calculo que a Inspetoria tenha arrecadado nada menos de 50 milhões de cruzeiros. O SR. PRESIDENTE- Até que ano? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Até a minha posse. Comuniquei isso em ofícios à Diretoria, pedindo a instalação de uma comissão de inquérito para apurar essas irregularidades. O SR. DEPUTADO RA SHID MAMED- A quem V. S.^a substituiu? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Ao Sr. Érico Sampaio. Encontrei também na reserva inúmeras pessoas que ocupavam a área, sem contrato. Imediatamente comuniquei à Diretoria essa irregularidade, conforme consta em ata da reunião de Chefes de Inspetoria, realizada em Brasília. Fiz essa comunicação naquela época. Tomei ciência também de que, por acórdão do Supremo Tribunal Federal, de outubro de 1961, foi assegurado aos índios Carueus a reserva que eles habitam. Existe também, na Inspetoria, um memorial de medição, digo, de medição e de marcação, se não me falha a memória, do ano de 1903, que assegura também a posse dos índios carueus naquela reserva. Expedi memorandos e notificações a todos os ocupantes da reserva, para que procurassem a Inspetoria, a fim de legalizar a situação. Imediatamente, houve uma revolta geral por parte dos senhores arrendatários, com a minha interferência, procurando tirar o arrendamento da maneira estranha, como era feito, onde os talões de arrendamento, em seis vias, eram usados cada via para um arrendamento. Então, de seis vias eles faziam seis recebimentos. Comuniquei o fato à direção do Serviço e pedi imediatas providências a respeito. Fui pessoalmente ao município de Aquidauana e procurei o Sr. Manoel Aureliano da Costa, ocupante de uma área aproximada de 80 mil hectares da reserva dos índios Carués, a área mais rica da reserva, onde se localizam as matas e a área própria para caça. Em ofícios e relatórios enviados à Diretoria, desde o momento em que assumi a chefia da Inspetoria, fui contra os arrendamentos, propondo inclusive medidas judiciais para anulação daqueles que foram feitos de maneira irregular, não tendo o chefe da Inspetoria, na época, credencial devida do diretor para a delegação de competência a fim de realizar esses contratos. Mas acontece, Sr. Presidente, que a região do pantanal, a região sul do Mato Grosso tem épocas de secas como também de inundações, conforme o ilustre Deputado Rashid Mamed conhece perfeitamente. Até certo ponto, era compreensível a localização desses fazendeiros, desses criadores dentro de nossa reserva, procurando fugir à invasão das águas, coisa que ocorre também nas secas. Procuramos

432 133 1147

de toda maneira possível achar um meio para haro, digo, para harmo-
nizar a situação do Serviço com o interesse da pecuária do sul de
Mato Grosso. Foi feita até uma reunião a que compareceu o ex-Depu-
tado Dolor de Andrade, representante da Associação dos Criadores
de Campo Grande e de Aquidauana, e na qual ficou mais ou menos as-
sentado um "modus vivendi" entre a Inspetoria e os senhores arren-
datários. A maneira como se vinham processando os recebimentos da
Inspetoria a ilustre comissão parlamentar de inquérito terá oportu-
nidade de ver: talões de arrendamento em que não figuram os elemen-
tos, digo, os elementos exigidos; nuns, constam bois, noutros impor-
tâncias em dinheiro, noutros não consta nem a data do pagamento.
Outros ocupam áreas superiores a 20 mil hectares, quando no contra-
to são somente 3 mil hectares. Uma situação totalmente difícil e,
acredito mesmo, de muito difícil solução, porque está de um lado o
interesse do SPI e, do outro, o interesse da pecuária, dos fazen-
deiros localizados no sul de Mato Grosso. Estas são as minhas pon-
derações com respeito a reserva dos índios Carués. Durante minha
permanência na chefia da Inspetoria, concedi a três fazendeiros, a
três arrendatários que se encontravam em dificuldades para locali-
zação do gado-- foi uma das sên, digo, das sêcas bastante acentua-
das a dêste ano, no sul de Mato Grosso-- mediante recibo, e eles pa-
gando o arrendamento desde 1959, sendo essas importâncias recebi-
das devidamente contabilizadas: números de cheques e as importân-
cias na Contabilidade da Inspetoria. Houve, na minha gestão, três
pessoal, digo, três pessoas apenas que colocaram o gado na região
dos índios. Aliás, não chegaram a fazê-lo, porque houve um tumulto,
uma confusão entre os índios e os arrendatários e eles não tiveram
tempo nem sequer de colocar o gado, conforme tinham pedido. O SR.
DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN- Gostaria de perguntar a V. Sª se exer-
ceu suas atividades também durante a administração do Coronel, em
exercício, e se suas atividades foram quando o atual diretor do SPI
assumiu o cargo. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Iniciei na gestão da
atual direção. O SR. RELATOR- Em julho de 1962? O SR. JOSÉ FERNANDO
DA CRUZ- Sim. O SR. ANTÔNIO BRESOLIN- Pergunto se tem a escritura -
ção de todas as rendas do SPI, na Inspetoria atual. O SR. JOSÉ FER-
NANDO DA CRUZ- Na minha gestão, existe. Durante o período em que
lá estive, está tudo contabilizado. Se V. Exª fôr a Campo Grande,
terá oportunidade de ver isso. O SR. RELATOR- V. Sª continua lá?
Teve sete meses de gestão? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR.
RELATOR- Nesses sete meses, teve uma renda de 10 a 12 milhões de
cruzeiros? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO
BRESOLIN- Não leve a mal qualquer pergunta minha... O SR. JOSÉ FER-
NANDO DA CRUZ- Fico até satisfeito. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESO -

433 434 111

LIN-... mas gostaria de saber o motivo por que foi afastado da Inspeção. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Fiu , digo, fui afastado, atendendo primeiro à minha segurança de vida. Porque eu estava ameaçado de assassinato dentro de minha Inspeção. Em segundo lugar, porque era uma reivindicação dos senhores arrendatários a minha saída de lá. Eu estava criando embaraços sérios aos interesses dos arrendatários dentro da região. E eu representava o serviço e não os arrendatários. O SR. RASHID MAMED- Durante a gestão, digo, a gestão de V. Sª é que se deu aquele incidente? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Exatamente. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente-V. Sª pode prosseguir em sua exposição. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - Com relação à 5ª Inspeção, encontrei os postos na maior miséria possível e o Serviço completamente abandonado. No posto indígena José Bonifácio, por exemplo, o serviço tinha um grande erval. A produção de erva mate nunca deu entrada, nunca foi contabilizada. O responsável pela produção desse erval, deo, digo, erval, depois de fazer a erva, incendiou criminosamente o erv, digo, o erval. Isso ocasionou uma comunicação minha à Diretoria, pedindo abertura de inquérito. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Foi feita? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- E o resultado? Chegou a positivar e a punir? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Foi comprovado isso e está nas mãos de uma outra comissão de inquérito, determinada pelo Ministro, também para o mesmo fim: quanto aos arrendamentos e a essas outras irregularidades. Com relação a essa parte de arrendamentos, era o que eu tinha a dizer. Com relação às divisas do Serviço, da área pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios, isto está bem claro no acórdão do Supremo Tribunal Federal de outubro de 1961 e no memorial de medição e demarcação de 1903. Minha missão, até certo ponto, em Campo Grande, era bastante antipática para aqueles que se localizavam dentro da reserva, porque me competia defender o interesse do Serviço e, como tal, eu a defendi até o momento em que saí de Campo Grande. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Por que o Diretor do SPI então deu guarida às denúncias dos arrendatários, se V. Sª estava prestando valioso serviço àquela repartição? Por que motivo foi transferido? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Para segurança de vida. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Pela sua própria vontade? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, a meu pedido. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- O SPI M, digo, não está à altura de dar a garantia necessária? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Absolutamente; nem a 9ª Região Militar. Quando o arquivo e a prestação de contas foi para lá, porque queriam incendiar a Inspeção, houve inclusive morte de um funcionário, por causa do inqué

434 435 110
Ym

rito. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Neste caso, estamos, digo, estamos num país onde não se pode punir ninguém. Se um funcionário quer cumprir com seu dever e é forçado a retirar-se porque não há quem lhe dê garantias, então estamos num far-west, não há possibilidade de se agir. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Devo dizer a V. Ex^a que me sentia sem garantia de vida. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Poderia citar as pessoas que o ameaçavam? Estamos numa comissão parlamentar de inquérito e V. S^a prometeu dizer a verdade sobre tudo quanto lhe fôsse perguntado. Deve citar os nomes das pessoas que naquela região têm tanta influência política e administrativa, a ponto de forçar um funcionário que está cumprindo seu dever a afastar-se. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Devo dizer a V. Ex^a que, no incidente havido na reserva dos índios Carués, entre índios e pessoas lá localizadas, morreu um cidadão que não conheci. A família desse cidadão culpava a mim e culpa a mim a responsabilidade pela morte dessa pessoa. Então, as ameaças eram constantes à minha pessoa, muito embora eu não estivesse lá. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a chegou a denunciar essas ameaças regular e legalmente às autoridades do Estado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, e isso ocasionou a ida do Secretário do Interior e Justiça, de Mato Grosso, a Campo Grande, digo, Campo Grande. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Cite o nome das pessoas que o estavam ameaçando. O SR. JOSÉ FA, digo, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- É uma família muito grande, a família Couto. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Se V. S^a estava tão ameaçado, a ponto de ter deixado o cargo, não é possível esteja na dúvida em citar nomes; deve tê-los bem de seu conhecimento pessoal, visual. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Pessoalmente não conheço nem um membro da família. Mas é a família Couto. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- É muito vago isso. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- A pessoa que foi assassinada é Primitivo do Couto. É uma família muito grande em Aquidauana. Dias, semanas depois, num incidente onde o delegado foi prender uma pessoa, o delegado de Polícia de Aquidauana foi também assassinado. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES- Também por elementos dessa mesma família? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não. Foi fazer uma prisão, ele que presidira ao inquérito policial dentro da nossa reserva, e foi assassinado. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Se a tese de V. S^a prevalecesse, esta Comissão não iria a Campo Grande. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Há uma grande diferença entre um deputado federal e um modesto funco, digo, modesto funcionário. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES- O Diretor do SPI esteve ausente em providências compatíveis com a sua responsabilidade de chefe? O SR. JOSÉ FERNANDO

Ym

435 486 1177
DA CRUZ- Tomou tôdas as providências. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- E em lhe dar garantias para que sua atuação, digo, sua atuação se fizesse sentir positivamente? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Tomou tôdas as providências. Mas, entre a dúvida e a certeza, preferi a certeza e pedi minha saída de Campo Grande. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a pode ainda dar uma informação? Esses índios estavam armados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Por armas fornecidas pelo SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Na oportunidade do incidente, os índios estavam armados com armas muito antigas, do tempo ainda da Comissão Rondon. Posteriormente, tomei conhecimento de que os fazendeiros iriam fazer uma represália aos índios na região. Então, providenciei dar aos índios condições para se defenderem, no caso de ser invadida a reserva. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a entregou armas de que porte? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Revólveres. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Há algum dispositivo ou regulamento do SPI que dê credencial ao inspetor para armar os índios? V. S^a estava escudado em dispositivo do regulamento do SPI, a ponto de poder pessoalmente, por sua livre e espontânea vontade e sob sua responsabilidade, armar os índios? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O Regimento do SPI determina que o Chefe da Inspetoria é responsável pela manutenção da posse da terra, dos costumes e do respeito às tribos indígenas. Dentro da própria reserva foi assassinado um índio. Pedimos tôdas as, digo, tôdas as providências cabíveis e legais para prender o criminoso. Também não houve nenhuma providência. Houve um verdadeiro tumulto nessa época em Campo Grande. V. Ex^a não pode imaginar como se formou o ambiente de tensão, de nervos, com relação a êsse fato. Os índios fugiram e localizaram-se na mata. Então, para que eu pudesse ter um domínio sobre êles, para evitar que êles atacassem fazendas, fizessem violências e praticassem depredações nas fazendas, fui lá e disse a êles que não havia perigo, que ficassem calmos que nós garantiríamos. A prova de que não haveria violência é que eu instalaria, como instalei, uma estação de rádio e falaria diariamente com êles. Mas o índio cariéu é de tal índole pacífica, mas não é covarde. Êles, no início, não acreditaram em minhas ponderações; acharam que eu realmente não estava tomando as providências cabíveis. Então, em vista dêsse fato, comprei na Casa Nasser 11 revólveres e disse: " Para provar que estou ao lado de vocês e que devem me ouvir e não praticarem violências, está aqui." E dei a êles. Foi o suficiente para acalmá-los. Sr. Presidente, a maneira de nos entendermos com o índio é um tanto fora do normal, porque é um homem que não tem a nossa evolução intelectual. Temos

de nos entender com êles mais com atos do que com palavras. Porque, se formos analisar bem a vida do nosso Serviço, em cinquenta e dois anos o índio não está sendo realmente assistido. Pacificamos o índio e o entregamos à desgraça, à miséria, porque a terra é invadida. As aldeias são corrompidas: o vício, a cachaça, a embriaguês destrói os índios. V. Ex^a conhece perfeitamente o problema da Amazônia e sabe como sofre o índio. O SPI, no Acre, não tem um representante. Lá, o índio vive no mais completo abandono por parte do poder público. Nós, funcionários, quando estamos nesta situação, temos de agir, procurar evitar um mal maior. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a não foi escudado em nenhum dispositivo; espontaneamente, achou que devia armar os índios. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Dar-lhes confiança de que eu estaria ao lado dêles. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Não se trata de confiança. V. S^a mesmo disse que a situação do índio permite tratamento todo diferente de nossa parte, porque não está no mesmo nível de raciocínio. Como então levá-lo a comportar-se como fera? V. S^a mesmo disse que não está nas mesmas condições de raciocínio nosso. Como dar-lhe armas, o que não só o regimento proíbe, ou melhor, não diz taxativamente, nem sequer de longe que se possa armar os índios, bem como a própria legislação federal e, mais, a de segurança do indivíduo? Se nós mesmos não podemos andar armados senão com prévia permissão policial, nós que estamos numa Capital, como é que o índio recebe armamento do próprio Inspetor do SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Estou dizendo realmente a verdade. Fiz um juramento. O SR. DEPUTADO VALÉRIO GUIMA, digo, VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a tem grande responsabilidade. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- É a verdade. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Se em tôda a parte onde houvesse falta de garantia cada um de nós achasse que devia armar, então viveríamos num pandemônio neste País. Daí por que a Comissão registra êsse ponto do seu depoimento... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Como expressão da verdade. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- As consequências da Comissão virão depois, mas não está perfeita a atitude que V. S^a tomou. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Permite-me V. Ex^a terminar meu pensamento? O índio caiapó, no Estado do Pará, ataca o seringueiro para tirá-lhe a arma. Ele não tem contra o seringueiro outro problema a não ser a posse da arma. Isso trouxe ao Serviço sérios embaraços. Desde que se fêz a pacificação dos índios Caiapós, no Pará, em que o Serviço atendeu a êles nas suas necessidades, V. Ex^{as} têm visto que se têm mantido calmos, serenos. Depois dêsse fato, devo dizer a V. Ex^a que não houve sequer uma violência praticada pelos índios. E assumi a responsabilidade publicamente em Campo Grande por

1115

437 24 1440
qualquer coisa, qualquer ato de violência praticada pelos índios. Eu assumiria inteira responsabilidade. Apenas quis dar a eles uma demonstração de que eles não seriam molestados e que ficassem tranquilos. Quer dizer, minha atitude se traduz num linguajar para um homem que vive abandonado, desgraçado, relegado à sua própria sorte. Se V. Exa tiver oportunidade de ver como vivem os índios caia-pós, no estado de miserabilidade chocante... O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Aliás, todo o serviço de proteção aos índios, no Brasil, eu já disse, tem sido um fracasso. O SPI não trouxe para a civilização, até hoje, realmente com bases positivas, digo, bases positivas, nenhum elemento indígena que pudesse estar aqui, como deputado, ou como promotor, advogado ou médico. O SPI não nos trouxe até hoje nenhum índio para vir comungar conosco. Os índios têm sido explorados na realidade. É o que estamos constatando nesta comissão parlamentar de inquérito e V. Sa está também positivando isto, quando diz que a situação deixada pelo seu antecessor é de completo abandono. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em todo o Brasil, por todos os locais onde passei. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Eram os arrendatários? Não. Eles pagab, digo, eles pagavam. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Religiosamente. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Então, eram os elementos do SPI. Então, esse Serviço tem protegido mais seus próprios funcionários do que os índios. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- São administrações. Não posso lançar tôdas as administrações do serviço nessa posição. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Mas lá foi assim. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- A administração atual do Serviço está procurando acertar, coordenar essas coisas. V. Exa sabe perfeitamente que defender o interesse do pequeno é difficílimo; é difícil e até certo ponto antipático, perante o poder público. Para defender o interesse do SPI, precisaríamos ter de fato o interesse do Congresso, a fiscalização do Congresso, comissões permanentes para isso. Tôda a nossa verba, até o ano retrasado, não dava uma enxada para cada índio. As prelasias do Amazonas recebem 3% da verba da SPVEA. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Essa renda vai para as missões, mas as missões têm colégios que dão ensino primário gratuito. Não é bem o caso de se comparar o SPI com as missões, em que um terço talvez dos colégios é constituído dos Salesianos. Deposi, digo, depois as Missões já trouxeram resultados positivos de assistência ao índio. Conheço um pader, digo, um padre índio, um médico índio, dois advogados índios. Um foi meu colega de ginásio. Os Salesianos já provaram que o índio é recuperável. Mas o SPI ani, digo, Mas o SPI ainda não provou. O SR. ANTÔNIO BRESOLIN- Dentro da argumenta

438 124 1112
-9- 1239

ção do ilustre depoente, de que as verbas não eram pagas, pergunto: V. S^a informou que em sete meses de Inspetoria arrecadou 12 Milhões? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. ANTÔNIO BRESOLIN- Em que foram aplicados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Ex^s e os ilustres membros da Comissão Parlamentar de Inquérito terão oportunidade de ver que êsse dinheiro foi aplicado em algo palpável: casas, ferramentas, oficinas, ambulatórios. V. Ex^s, terão oportunidade de comprovar centavo por centavo dessa verba. Assumo inteira responsabilidade se comprovarem um só deslize na aplicação dessa verba. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN- É justamente isso que queremos saber. Queremos ressaltar a sua administração. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Uma pergunta puxa outra. A renda anterior não estava contabilizada, segundo declaração de V. S^a. Há lá, também palpável, uma casa, um curral, uma cêrca, qualquer coisa que demonstre a aplicação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Absolutamente nada. Em Campo Grande, só existe uma obra executada pelo Coronel Nicolau Horta Barbosa, e assim mesmo tôda em ruínas. Foi a única coisa que se realizou no sul de Mato Grosso. Nada mais. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Em quanto estima, a grosso modo, a renda dos índios, no que tange à exploração do erval, do arrendamento da terra? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Acredito que aproximadamente, de 196, digo, de 1959 à data em que assumi o cargo, os arrendamentos deveriam ter dado ao SPI uma renda nada inferior a 50 milhões de cruzeiros. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Vinte milhões de ano, digo, por ano, mais ou menos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Varia muito, em virtude do preço do gado, que é oscilante. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- E com o erval? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O erval dá relativamente pouco, O de José Bonifácio, por corte, dá uma base aproximada de Cr\$...... 150.000,00. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- No total? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não tive tempo de fazer um levantamento. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- A sua renda foi de 10 milhões, em sete meses? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- De 10 a 12 milhões. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Dá uns 18 milhões por ano, aproximadamente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sr. Presidente, queria dizer a V. Ex^s que conheço o depoente, Sr. José Fernando da Cruz, que foi o Inspetor Regional da 5^a Inspetoria, com quem travei os primeiros conhecimentos, logo à sua chegada, quando de sua passagem pelo meu município, Aquidauana, ru mo às terras dos índios carués. Digo a V. Ex^s que acreditei mesmo na sua boa intenção de bem dirigir o Serviço que acabava de lhe ser destinado. Quando eu tomava assinaturas para a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito, fui por êle procurado, por duas ou três

1114

438
1170
-10-

vêzes, quando teve êle a oportunidade de me prestar informações que eu julgava necessárias ao meu conhecimento, para poder melhor esclarecer a própria comissão parlamentar de inquérito, contra a qual êle não se insurgia. Êle gostaria até que a comissão o ouvisse. Mas eu gostaria que o depoente expusesse à Comissão: em primeiro lugar, êle encontrou, nessa questão de arrendamento da 5ª Inspetoria, cerca de 62 contratos realizados. Êle notificou todos os contratantes, para que comparecessem à sua Inspetoria, a fim de liquidar os débitos por ventura existentes. A maioria dêles, ou quase todos êles lá compareceram e lhe exibiram recibos de pagamentos já efetuados. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Justamente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Além disso, muitos dos arrendatários, como dizia, a maioria dêles lá comparecia, a seu chamado, e exhibia recibos fornecidos pelo Serviço, de pagamentos já feitos, pagamento ora em, digo, ora em dinheiro, ora em gado. Esses contratos, como já foi exposto aqui, totalizaram cerca de 60 a 70 mil cabeças de gado, existentes em toda a reserva, rendendo uma média de 12 rêses por 400 cabeças, ou seja um total de quase 2 mil cabeças anuais. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Permite-me V. Exª? Devo esclarecer que nem todos os arrendatários davam exatamente o número de rêses que tinham. Quando davam aproximadamente o número de rêses que tinham no pasto, davam 800. Não há nenhum que tenha declarado número superior a 1.200. De forma que não dá cálculo exato. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sei. No contrato de arrendamento, se exigia que o arrendatário tivesse pelo menos 400 cabeças. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, no mínimo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- São 60 arrendatários, e são 24 000 cabeças, o mínimo existente lá. Eu gostaria que explicasse à Comissão quais os seus antecessores na direção da 5ª Inspetoria, que explicitamente V. Sª acusa como responsáveis pelo desvio dessa renda paga. É a primeira pergunta. V. Sª disse à Comissão que, no seu período, de julho a dezembro de 62, arrecadou cerv, digo, arrecadou cerca de 10 a 12 milhões de cruzeiros. Nesse período foram feitas vendas de gado indígena, produto desses arrendamentos? A quanto montaram essas vendas? Por concorrência ou não? Esse dinheiro foi contabilizado? O SPI forneceu à Comissão uma relação da Receita de 1962 e disse que tem, de arrendamento, 769 milhões. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Minha prestação de contas não foi terminada, está sendo ultimada pelo meu sucessor, porque não tive tempo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA DE F, digo, GARCIA BRITO- Esse movimento financeiro foi mandado pelo SPI à Comissão. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Mas, digo, mas não consta ainda a minha gestão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não se refere ao seu período? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Aí não está computada a minha arrecadação. Fizemos a arrecadação e aplica-

mos. Entao, essas prestações de contas vêm para a aprovação da Diretoria. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Aí é só receita, e não despesa. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não foi computada ainda. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Diz o SPI que, em 6 meses, arrecadou 769 milhões de arrendamento e 4 milhões e 125 de pecuária. Pecuária é quê? Venda de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O arrendamento é pago em bezerros e estes são contabilizados pelo preço da venda. É contabilizada a renda em dinheiro. Também é escriturado o número de bezerros que se recebem, pelo talão, e quando são vendidos são convertidos em dinheiro. Então, será a produção. Porque o arrendamento não é pago em dinheiro, mas em bezerros. Alguns fazendeiros, por dificuldades, pagam à razão de bezerro, pelo preço existente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quais são os nomes dessas pessoas que administraram a 5ª Inspetoria antes do senhor, e responsáveis pessoalmente pelo desvio de toda a importância arrecadada anteriormente à sua administração, já que diz que, quando lá chegou, não encontrou nada? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Absolutamente an, absolutamente nada. Substitui, na Inspetoria, o Sr. Érico Sampaio. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Ele foi Inspetor por quanto tempo? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Por mais de cinco anos, se não me engano. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- É funcionário do SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Aposentou-se. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Onde reside? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em São Paulo. Tem fazenda lá. Aliás, devo esclarecer um caso bastante curioso: em Campo Grande, os funcionários do Serviço, todos eles, são economicamente independentes. Há uns com frota de caminhões, fazendas. É o caso de jo, digo, de José Mongenor Filho. Também o Sr. Érico Sampaio é proprietário. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Quer dizer que, como frisei há pouco, o Serviço é de proteção aos funcionários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª há de convir em que tomei as providencias todas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Sr. Érico Sampaio é fazendeiro em São Paulo? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, na cidade de Braúna. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Sr. José Mongenor Filho também foi Inspetor? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Trabalhou lá, dirigiu o Serviço lá e recebia também os arrendamentos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Sr. Érico Sampaio tem algum processo contra ele? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Tem um inquérito. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Por desvio? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não estou bem lembrado se é por essa razão ou por outra. Parece-me que responde a um inquérito, ou respondeu, ou foi afastado por qualquer motivo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E o Sr. José Mongenor Filho? O SR. JOSÉ FEN, digo, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Quanto a isso, co

447

1142

1120

-12-

muniquei à Diretoria, pedi comissão de inquérito e até hoje ela não atuou. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pediu abertura de inquérito para apurar o que? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Para fazer uma devassa na Inspetoria e apurar a responsabilidade pelos desvios que eu reputava superiores a 50 milhões de cruzeiros. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E o Coronel não tomou providências? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Pediu ao Ministro a instalação de uma comissão de inquérito. Ao que me consta, ela até hoje não funcionou. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Não foi instalada? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posso afirmar, porque estou ausente de Brasília. Segundo soube, ela foi constituída agora, depois da instalação da comissão parlamentar de inquérito. Parece-me que foi isso. Não posso garantir. Parece-me que foi nomeada essa comissão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Depois que V. Sª tomou posse na Inspetoria, foi feita alguma venda?, digo, venda de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Foram feitas três vendas de bezerros: uma no valor de 4 milhões e 246 mil cruzeiros, aproximadamente. Sei que o total foi de 6 milhões e pouco. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Só de venda de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- De gado indígena. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Esse dinheiro foi totalmente aplicado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, na minha gestão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Além desses 6 milhões que V. Sª recebeu pela venda do gado, recebeu ainda de arrendamento... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Mais ou menos 6 milhões. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Também aplicados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Totalmente. Inclusive, na minha gestão, digo, minha gestão foi feito o levantamento da área de todos os arrendamentos feitos pelo Serviço. Até a data em que saí de Campo Grande, o que tinha menor área de terra ocupada tinha 5 mil hectares, quando o contrato dava tão somente 3 mil hectares. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos arrendatários V. Sª levantou? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª se refere a quantos tiveram medidas a área? Até minha saída, uns seis ou sete. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Dos sessenta e tantos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- As distâncias são grandes e há uma turma só de medição. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos arrendatários, entre contratados e não contratados, pagam lá o arrendamento? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Todos pagam. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Calcule em mais de 100. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- A 5 mil hectares cada um, a quanto vai essa área? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Da reserva? Alguns ocupam 5 mil, outros 20 mil. Há um detalhe: nessa área, acredito que exista mais de 300 mil hectares. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Qual a que o senhor supões haja lá? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não

[Handwritten signature]

442

443 1124
- 13 -

foi feito levantamento por perímetro. Foi feito dos arrendamentos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas o Coronel disse que foi feito por perímetro e deu um cálculo de 800 mil hectares. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Calculadamente isso... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Em que se baseia ele para essa informação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Nós nos baseamos no fato de que entre a Serra da Bodoquema, Niutaca, Nabileque e Aquidauana, se sobrevoarmos as extremidades norte a sul, pela velocidade do avião, se nota que o tempo que leva para cobrir a distância dá mais de 300 mil hectares. Não temos uma medição de perímetro. O memorial de medição e demarcação é de 1903. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas esse dá 364 mil hectares. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - Não estou capacitado a responder a essa pergunta. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não lembra dos dados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - Não lembro. Cálculo que seja isso. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Ainda sobre a reserva do Estado, V. Sª mandou proceder ao levantamento do gado existente sob cuidados do Serviço? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em primeiro lugar, o nosso maior problema é pessoal. Procedi à contagem do gado da reserva e encontrei 2025 rezes nos postos da reserva. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- São dois pontos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Ialique e São João. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Entre gado adulto e bezerro? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, o que foi ferrado. Porque o gado do SPI, nesta região, até a gestão do Coronel Moacir, não conhecia ferros. O gado o gado ferrado por mim tem a marca 62 no cupim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Coronel Moacir foi nomeado para o SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em dezembro de 1961. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O senhor só foi em julho de 1962. Tem um espaço de sete meses a gestão de Erico Sampaio e do Coronel Moacir, concomitantemente. Nesse período não houve marcação de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Conheço da minha gestão o que marquei. Acredito possa ter havido. Marquei 2025 cabeças. Ferrei no cupim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Esse gado vive em que área? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Na reserva do PI, no Lique. O gado vive dentro da reserva. Não temos aramados. Quem tem são os arrendatários. Só temos um aramado que divide o campo ao meio. O SR. DEPUTADO RACHID MAMED- Todos os contratantes têm aramado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Têm. Foi feito à vontade de cada um: estendeu a linha, cercou e fechou. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos índios adultos, homens, há na reserva dos carués? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Acredito que uns cento e poucos, entre adultos, mulheres e homens. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Só que ro homens. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Uns 80 ou 90. Não tenho cer-

[Handwritten signature]

teza, porque não tínhamos iniciado o censo demográfico. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Esses 80 homens vivem nos postos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- São João e Alves de Barros. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Esse Alves de Barros não fica no pantanal? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Fica no pé da serra. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Tem campo de aviação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Tem. Aliás, mandei fazer um em São João também. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. S^a disse à Comissão que calcula existirem cerca de 139 arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Porque uns subarrendam o arrendamento a outros, subdividindo o arrendamento. Não se pode precisar o número exato. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. S^a é proprietário, arrenda sua terra e há de ter um levantamento. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Ex^a há de compreender que se fôr computar o número exato de cabeças de gado numa fazenda de V. Ex^a, V. Ex^a não pode dizer... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não estou falando em cabeças de gado. Quero o nome dos arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não conheço. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Dos que pagam a renda. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não conheço. São 61. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O SPI tem a relação deles? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Dos arrendamentos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Então, dos arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Mas há os que não têm arrendamentos. Todos eles pagam. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. S^a disse que calcula em 50 milhões a renda já paga, antes da sua administração. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Daí para fora. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E sua administração? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Pelo que recebi; pelo que contabilizei, calculo... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. S^a recebeu 6 milhões. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Mais ou menos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto pelo levantamento mandado efetuar pelo senhor, qual a renda suposta. Há de concordar em que deve receber o SPI muito pelo arrendam, digo, pelo arrendamento, considerando o número de cabeças declarado e o número de arrendatários existentes. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Primeiramente, não tem menos de 90 mil cabeças de gado dentro da reserva. Acontece que o arrendatário não diz que tem 500, mas que tem 50, quando ele tem 2 mil ou 3 mil até. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Isso é normal no Brasil. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Estou respondendo pela norma. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto: pelo levantamento existente no SPI, o cidadão faz contrato, o cidadão declara pagar o número de cabeças tal. Por isso quero saber. O senhor disse que as administrações anteriores receberam 50 milhões. Esses 50 milhões são calculados sobre determinada quantia. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Há um fato a mencionar. Por incrível que pareça, na nossa reserva

nos nossos pastos de criação, o gado daquela região é diferente do gado de todo o Brasil. A tendência do nosso gado é diminuir. Enquanto um fazendeiro com 3 mil cabeças de gado produz, o do SPI se acaba. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- É uma verdade. Na Amazônia, as 20 mil cabeças estão reduzidas a 2 mil e poucas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Existem X arrendatários regularmente pagando sua renda. Essas rendas foram recebidas pelos anteriores e também pelo senhor. É claro que, quando começou a administrar a Reserva, V. Sr. fez um cálculo do que iria receber, não pelo existente só no campo, mas pelo existente nos arquivos do próprio SPI. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- É muito fácil. Pelos contratos temos a base exata, uns com 400 reses, outros com 800 e, se não me engano um ou dois com 1 200 reses. Na época, somei e fiz o cálculo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Deu quanto? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não sei de cabeça. Mais ou menos 500. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Calculou receber quanto? E só recebeu 6. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Recebi o fim, porque a safra já tinha sido feita. Recebi dos retardatários o pagamento. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Exatamente isso é que quero. Porque eu disse que a renda, suposta, é de 48 milhões de cruzeiros. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exa foi benevolente. Vai a mais. Calculei que vá a mais de 50 milhões. Já declarei isso à Comissão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pelos contratos existentes e pelos contratos de fato, reconhecidos pelo Serviço. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Por aqueles que eu, digo, que estão dentro da Reserva. Se formos computar o declarado na Associação dos Criadores e Associação Pecuária, vai a 90 mil cabeças de gado, dentro da Reserva. Acontece que eles pagam na base talvez de 30 mil. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Os arrendatários, até certo ponto, têm razão, porque, se eles pagam 1/3 do que deviam pagar e esse terço é dilapidado, como pagar os 3/3? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Se o SPI tem essa falha, os senhores arrendatários também têm grandes falhas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Estamos apurando a responsabilidade do nosso serviço. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu também, procuro também chamar a atenção para a responsabilidade dos que se encontram dentro da Reserva, porque nosso Serviço está sendo examinado, está sendo feita uma radiografia do Serviço e, como tal, deve aparecer tudo; deve aparecer também que dentro de nossa reserva se escondem elementos da pior espécie, inclusive na aldeia, digo, na aldeia, como V. Exa sabe perfeitamente. Existem lá criminosos, existem egressos de penitenciárias, existem criminosos paraguaios. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Essa declaração, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa que anotasse. Realmente, isso que o depoente acaba de declarar é uma fa

te triste para o SPI. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não para o SPI, mas para as autoridades policiais do sul de Mato Grosso a quem temos nos dirigido e não têm tomado providências. Inclusive pus à disposição da autoridade policial do sul de Mato Grosso condução e homens para ser feita uma batida na região. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Dentre esses 80 homens existentes na Reserva dos carués V. Se confirma existirem também egressos de penitenciárias, pessoas que não são índios nem têm origem indígena. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Inclusive há arrendamentos feitos a crianças de oito anos de idade. V. Ex^a quer saber melhor? O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto entre os habitantes da Reserva, não os arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Atinjo a todos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Vamos por partes. Quero saber: entre os índios, ou tidos como tais, há egressos de penitenciárias, há conhecidos criminosos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Há inclusive arrendatários que são criminosos condenados e estão dentro da Reserva. V. Ex^a quer focalizar tão somente a ação dos índios, mas quero focar, digo, quero focalizar também a ação dos arrendatários. Quero tornar bem expla este ponto. Há arrendatários criminosos e condenados pela Justiça. Há elementos dessa natureza entre os índios e entre os arrendatários. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sei que existem. E o SPI faz muito mal em arrendar-lhes as terras. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Nenhum desses arrendatários tem contrato. São aqueles sem contrato. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a pode indicar os nomes? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Posso, inclusive o primeiro, que respondia por crime de morte e que foi morto, era criminoso. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Há outros que estejam vivos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O Sr. Vieira Branco, cujo apelido não recordo- é carmelinho, ou qualquer coisa assim. Temos esse dentro da Reserva. Na época, comprometi-me com o Deputado Edson Garcia Brito-- e quero que V. Ex^a confirme o que vou dizer-- a entregar à Justiça todos aqueles que praticaram violências. A Inspetoria responsabilizou-se a entregá-los à Justiça. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a não pode nem precisar os nomes? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Estou falando dos índios. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Mas os arrendatários que não têm contrato e são criminosos e estão lá? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não os conheço a todos. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a esteve durante sete meses à frente do serviço. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Ex^a conhece a região pode ver que nem em três anos se pode conhecê-la. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. S^a cita fatos e não diz os nomes? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posso precisar, porque não os tenho de memória. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Então está acusando a esmo junto à Comissão. O SR.

JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O Sr. Vieira Branco, Primitivo Couto e gualios numa quantidade enorme. Tenho documentos com nomes e tudo, mas estou de passagem por Brasília... O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Então V. Sª nos mande em caráter reservado à Presidência o nome de todos os arrendatários que não têm contrato e que não, digo, que têm crimes. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Daquelles que conheço, porque dentro da Reserva é quase impossível uma pessoa precisar tudo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Entre os índios há elementos que não são índios e que vivem até em concubinato, no meio dos índios, exercem influência sobre os índios, vivem inclusive nas malocas ou nas suas habitações., dirigem os passos dos índios, comandam os índios nos assaltos que eles praticam. Entre esses índios existem criminosos, desordeiros, pessoas que não têm família, que não têm bens, não têm coisa alguma e vivem em comum com os índios, sob os olhos complacentes da direção do SPI. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Peço a V. Exª que se refira à Inspetoria, porque o Chefe da Inspetoria é o responsável direto, porque está em contato direto com os índios. Quanto a essas pessoas a que V. Exª se refere, pedi uma relação delas e faria entrega à Justiça. Conversei com V. Exª na época a respeito, em Campo Grande. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto: V. Sª confirma o que mediase, isto é, que realmente sabe da existência dessas pessoas? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não tenho a menor dúvida. Existem. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Veja V. Exª, Sr. Presidente, nesses fatos já referidos, dos assaltos havidos ou dos choques com posseiros da região vizinha... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posseiros; invasores. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. Sª chama invasores, eu chamo posseiros. ... do qual resultou a morte desse menino Primitivo do Couto, esses índios foram comandados por essas pessoas, que falam corretamente, correntemente o português e que dirigiam os passos dos índios nos, digo, índios no assalto a essa propriedade vizinha, de que resultou a morte desse Primitivo do Couto. Inclusive V. Sª sabe de fazendeiros residentes bem longe da Reserva, no alto da serra, como é o caso daquele... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Vê como, digo, vê V. Exª como é difícil gravar os nomes? V. Exª conhece e não sabe o nome. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Como é o nome? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não me recordo. O nobre Deputado tinha conhecimento, porque reside em Aquidauana, é filho da região e conhece muito melhor a região do que eu. Eu estava numa Inspetoria com sete postos para percorrer. Acredito que o nome seja Olívio Couto, da pessoa a quem V. Exª se refere. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Esse é o fazendeiro. V. Sª sabe que é o fazendeiro que teve sua fazenda ameaçada, mandaram avisá-lo que iam

cercar a fazenda no dia apazado. Ele retirou seu gado, sua fazenda, foi à sede da Polícia Militar do Estado para pedir garantias, e a Polícia, tomando conhecimento do fato, mandou que soldados fôsse para lá... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Quem forneceu o avião, a condução à Polícia fui eu. Tomei tôdas as providências exigidas na lei. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Agora, quero exatamente esclarecer com o senhor depoente a segunda parte, justamente a dê se assalto dos índios aos fazendeiros vizinhos, que o senhor Fernando chama de invasores. Existe uma demanda judicial entre os proprietários do Condomínio do Nabileque e a Reserva dos índios Cadiuêus do SPI, disputas judiciais de limites, fixando a divisa do Condomínio do Nabileque e da Reserva, cujos domínios são nesses limites que se supõem... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Acredito que haja essa disputa judicial. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não estou dando informação, estou indagando sobre um ponto. Essa disputa judicial existe? Vi nas mãos de V. Sª uma representação do SPI para o Tribunal, sobre esses limites, fixando esses limites. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª está equivocado. Não foi isso. V. Exª viu em minhas mãos uma ação que propus na Comarca de Porto Motim, para anulação... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Isso é outra coisa. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Os limites estão no acórdão do Supremo Tribunal Federal. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Refiro-me aos limites das terras dos índios cadiuêus, o título do antigo Condomínio Nabileque. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- É bem posterior. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O título é posterior ao título da Reserva. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu queria pedir a V. Exª que me apontasse irregularidades do Serviço, porque não estou capacitado a responder sobre esse assunto de terras. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Estou pedindo a sua colaboração. Existem dois tipos de terra: o da Reserva, de 1903, e o do Condomínio do Nabileque, de 1914. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Aliás, V. Exª sabe tanto quanto eu. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas Comissão não sabe, ilustre depoente. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª sabe tanto quanto eu que esta questão de terras em Mato Grosso é bem complexa. Aliás, quero nesta oportunidade dizer à Comissão que V. Exª foi um dos que muito se interessaram pela questão das terras dos índios cadiuêus. Se há esse problema do condomínio Nabileque e da Reserva dos índios cadiuêus, acredito que a Justiça se fará sentir, dando direito a quem tem. Eu disse a V. Exª das vezes em que o procurei: que eu faria todo o possível para uma solução honesta e criteriosa, não criando nenhum embaraço à ação da medição. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- É justamente por isso que quero ser honesto com V. Sª e quero que V. Sª o seja comigo. O SR. JOSÉ FER =

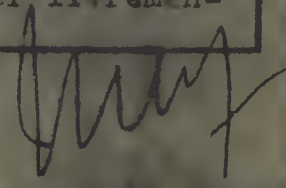
NANDO DA CRUZ- Com todo o prazer. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quero que V. Sa explique a comissão que realmente existe essa disputa entre os condôminos do Nabileque e o SPI, numa questão de limites em determinada área cujos títulos se superpõem. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª está me fazendo uma pergunta bastante difícil de responder. Reconhecendo que existe essa disputa entre o Condomínio Nabileque e o SPI, estou dando a argumentação para que V. Exª me venha dizer que é legal a invasão das terras. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas há essa disputa. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Se há contestação, deve ser, não contra o SPI, mas contra o Supremo Tribunal Federal. Não conheço o caso, sei dêle por ouvir de V. Exª essa declaração. Não tive nenhum documento em minhas mãos. Aliás, tive um mapa que eu fiz do Condomínio Nabileque, e que é a única coisa de que tive ciência. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E a representação que o SPI fez ao Supremo Tribunal Federal... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu não era o chefe da Inspecção. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sei disso, mas estou apelando para os fatos. Houve uma representação. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Houve. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E ela falava desses limites. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não conheço o texto dessa representação. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Havia- insistido. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Apenas sei que o Supremo Tribunal Federal deu os limites para a Reserva. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Esses limites falam no rio Niutaca? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Falam. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E o SPI, através do General Horta Barbosa, diz: nasce num determinado lugar... Porque para o SPI nasce num determinado lugar. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- E para o Condomínio do Nabileque nasce em outro. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Isso existe? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª me mostrou o mapa. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Existe essa situação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- No mapa que eu vi... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Diga se os condôminos do Nabileque argumentam assim. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª está bem a par dessa parte, porque inclusive foi advogado dessa firma. Não estou a par. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Certo. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sei dizer a V. Exª que na medição existente, quer dizer, na demarcação está: Serra do Bodoquema, Niutaca, Nabileque, Aquidauana e Paraguai. Não sei onde nasce o rio. Deve nascer na Serra do Bodoquema. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Esse Valter dos Santos, que tinha uma posse e cuja casa foi queimada, pagava arrendamentos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Que alegava êle para não pagar? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Alegava que a posse havia sido dada pelo Sr. Manuel Aureliano da Costa pa-

448

1128

ocupar a terra no prazo de seis anos e depois devolvê-la ao proprietário. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Que alegava Manoel Aureliano da Costa para não pagar esse arrendamento? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Alegava que era dele. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Por força de título? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu alegava que era do Serviço, por força de um acórdão do Supremo Tribunal Federal. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E ele alegava que era dele? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. Aliás, procurei-o duas vezes na residência e tirei dele a melhor das impressões. Acredito que, se eu tivesse conhecimento, na época, de que havia essas pessoas residindo dentro da Reserva, e conhecendo as pessoas, como conheci o Sr. Walter dos Santos talvez eu tivesse evitado isso. V. Ex^a deve compreender que essa área ocupada é a área mais importante da Reserva, é a mais rica, onde estão localizadas as matas e as reservas de caça. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Que alegavam os índios para fazer os acordos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Alegavam que a terra era deles. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Essas pessoas tinham as terras há muito tempo? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Quando cheguei lá já ocupavam as terras. Inclusive um índio que foi lá tratar desse assunto e que na minha gestão foi até espancado e tem um defeito na mão, proveniente de uma surra... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Antes de sua gestão? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E eles resolveram fazer a revanche, não foi? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Resolveram isso desde o momento em que eu, com a obrigação de funcionário, fiz sentir que a posse das terras da Reserva dos cadiuêus havia sido assegurada a eles, como fiz vêr a todos os índios em toda a região. Inclusive, obtive do ex-deputado Fernando Ribeiro facilidade para solução do problema daquelas terras do Limão Verde, em que havia grande disputa. Ele prometeu solucionar amigavelmente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- É isso que nos faz descrever daquela boa intenção que V. Ex^a manifestou quando da sua ida para o Serviço. V. Ex^a fez duas afirmações hoje, anotadas pelo Sr. Presidente. A primeira é a do fornecimento das armas. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posso negar. Jurei dizer a verdade. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Claro. V. Ex^a diz que a revanche que os índios tiveram contra dois posseiros ou invasores, seis meses depois de um fato acontecido antes da sua administração; que só foi tomada a revanche depois que V. Ex^a os certificou de que as terras eram deles e que, portanto, tinham o direito de defendê-las. Era justamente isso que eles próprios, índios, declaravam quando chegaram a essa casa; declarações essas que foram prestadas pelas vítimas sobreviventes. Os índios chegaram lá e declararam: " Os senhores têm de dar as terras, porque nosso chefe disse que elas são nossas, e que, se não defendermos o que é nosso,

Ele irá fazer isso por nós." E V. S^a disse mais: que só resolveu ci-
entificar dessa situação, depois que teve o acórdão do Supremo Tri-
bunal Federal, dando aos índios o direito sobre essa faixa habitada
por intrusos. Pergunto se, diante dessa situação, não ficaria me-
lhor para a tranquilidade pública e para o próprio, digo, o próprio
SPI, já que arrendava a terra de índios, resolver esse impasse atra-
vés da via judicial, e não ir dizer aos índios que estavam no pleno
direito de expulsar os invasores. Que entendem índios de Supremo
Tribunal Federal? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não foi dito isso.
Que eles são donos das terras? Posso dizer a V. Ex^a que inclusive
um ex- Ministro da República foi um dos que defenderam esse ponto
de vista. Esteve lá o ex-Ministro Darci Ribeiro e esclareceu bem o
fato. Rogo a V. Ex^a que convide o ex- Ministro Darci Ribeiro a vir
dizer aqui que os índios, já naquela época—não só eles, mas muitos
outros—sabiam que as terras pertenciam a eles. Acontece que, comple-
tamente desassistido e mesmo não acreditando nos propósitos do che-
fe da Inspetoria, que vem se arrastando de maneira dolorosa desde
que saiu o Coronel Nicolau Horta Barbosa, eles não acreditavam mais.
Se eu tivesse tido oportunidade de mais vezes estar com eles, não te-
riam ocorrido esses fatos. V. Ex^a sabe que de Campo Grande à Serra
da Bodoquema um avião cobra Cr\$ 35.000,00. É uma viagem dispendiosa.
Fui lá umas oito vezes. Gastei mais de seiscentos contos de avião
para ir lá contornar a situação. Eu não poderia estar lá permanente-
mente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. S^a há de convir-se que
esses assaltos feitos aos fazendeiros das redondezas tiveram origem
depois de a direção do SPI procurar reconquistar limites perdidos
para invasores—para usar a palavra do depoente—. Segredou aos ín-
dios que cabia a eles tomar providências, já que é irresponsável e
ninguém os levará a cadeia pelo fato. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ -
O índio é responsável quando pratica crime de morte. Isso prevale-
ceu, se não me engano, até três anos atrás. Agora, ele responde cri-
minalmente pelos crimes que pratica. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA
BRITO- Depois que o SPI resolveu cientificar os índios de que cabia
a eles tomar as providências para expulsar os invasores...O SR. PRE-
SIDENTE- Aliás, o Diretor declarou aqui, e hoje numa entrevista que
concedeu ao Correio Braziliense, que acha que o índio é autosufici-
ente e autodirigível, tese esta que, então, daria margem ao SPI não
existir. Se ele, por si próprio, pode agir, ir e vir e pensar, re-
solver seus problemas, o SPI é um órgão obsoleto. O SR. DEPUTADO
EDSON GARCIA BRITO- Enquanto isso se dá, com relação aos vizinhos ou
aos possuidores de terras de limites duvidosos, por outro lado ar-
renda o SPI quase toda a reserva, numa demonstração de que realmen-
te não precisa das terras para que os índios possam viver livreman-



457 6.12 1130
22 - 11/12/30

+ . Isto é que causa espanto. Isso põe em pânico — não esses vizinhos, que são poucos, são três, quatro ou cinco — os arrendatários. Porque índio não sabe discernir entre invasor e arrendatário, entre o que paga e o que não paga. Para ele, é a mesma coisa, todos estão na sua terra. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente — Mesmo porque o índio não recebe o benefício desse pagamento. Está provado pelo próprio depoente que o dinheiro não foi escriturado, nem encontrado, nem transformado em utilidades necessárias ao índio. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO — Ele há de supor que talvez são invasores. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente — Se o dinheiro foi transformado em benefícios aos próprios funcionários — o depoente declarou que quase todos os serventuários do SPI estão bem de vida — logo, tanto faz ao índio ser arrendatário, pagar ou não pagar. É a mesma coisa. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO — Essa situação botou em pânico os arrendatários. Esse pânico aumentou, desde o tempo em que a Inspetoria chamou a si o direito de armar os índios ou de armá-los. Essas armas seriam contra os invasores ou contra os arrendatários? É a pergunta. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente — Resta saber do depoente se o Diretor do SPI esteve de acordo com essa providência de armar os índios. Que sabe o depoente a respeito? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ — Absolutamente; fiz sob minha inteira responsabilidade. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO — Diante do fato, tem V. S. conhecimento de que os arrendatários se armaram? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ — Tm, digo, tenho, inclusive, de que V. Ex. solicitou tropa. Eu estava procurando responder, sem levar esse assunto no sentido das paixões. Mas sou forçado a dar maiores esclarecimentos. V. Ex. inclusive sabe que armaram muitos homens em Aquidauana para invadir a Reserva. Foram dramáticos os apelos que fiz, pelo rádio, ao Delegado da Polícia de Campo Grande, para que não invadissem a Reserva. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente — Depois de terem os índios sido armados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ — Antes, muito antes. Que poderia eu fazer com 100 ou 50 homens armados contra, digo, armados entrando na Reserva? As armas que têm ainda datam da Comissão Rondon. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente — Não foram as novas armas fornecidas por V. S.? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ — Foram; depois que o Deputado Edson solicitou e que os ânimos estavam mais calmos e não havia violências, foram tôf, digo, foram tôdas recolhidas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO — Que eu solicitei? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ — V. Ex. teve a oportunidade de dizer na Inspetoria que eu era responsável por ter armado os índios, e eu disse a V. Ex. que, embora me custasse perder o emprêgo, eu cumpria a obrigação de defender a integridade do índio e que iria mesmo pa

Amey

ra ser massacrado junto com ele. Disse a V. Ex^a e repito: o que me atingir me atingirá consciente, porque sou obrigado a defendê-los. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Eu lhe disse isso? Quantos dias depois do assalto? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não houve assalto. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas as casas queimadas. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sinto-me constrangido, porque V. Ex^a tem ilustração bastante, tem cultura bastante para me interrogar e eu não estou à altura de travar com V. Ex^a um diálogo dessa natureza. Tudo que faço, como funcionário do Serviço, é apenas na defesa do índio. Não posso discutir problemas de Justiça com relação a terras. Não posso discutir problemas dessa natureza. Apenas digo que as pesoas que se localizaram naquela área são invasores. Este é o meu ponto de vista. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ não fez foi legalizar ou tirar os invasores. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Perdoe-me V. Ex^a. Foram chamados à Inspetoria para encontrarmos uma fórmula. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Se até aqui em Brasília se despejam Deputados, como não despejar lá invasores? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Como? O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Pela lei. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Ex^a compreende o que representa o poder da pecuária no sul de Mato Grosso? V. Ex^a não pode nem imaginar. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Ache que perante a lei não há poder. Só há a lei. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Eu gostaria de esclarecer à Comissão, para que ela se capacitasse do alcance dessas medidas. Eu já disse que duas posses foram queimadas, duas apenas. Numa delas foi morto um fazendeiro que lá se encontrava e que era seu primitivo dono. Na outra, as pessoas que lá se encontravam foram despejadas. Esse fato mobilizou toda a polícia do sul do Estado, inclusive o Exército Nacional, já que foi solicitada pelo Inspetor a cobertura do Exército para salvaguarda da vida dos índios. Nesses dois ou três dias, logo depois desses dois fatos. Mas o que causou apreensão foi justamente o fato de que toda a investida, todo o preparo era feito, não no sentido de expulsar esses dois invasores, mas o índio, assim instruído, passou a atentar contra toda, digo, contra todo esse número de cento e tantos arrendatários dos quais o SII recebia renda. Porque o arrendatário não podia esperar que o índio distinguisse entre invasor e arrendatário. Então, os arrendatários se armaram, diante do que podia acontecer, já que duas casas tinham sido incendiadas. Ainda mais que o índio havia sido rearmado pela Inspetoria. Acredito que o Inspetor, quando armou os índios, o tivesse feito no intuito de defensiva contra uma possível revanche dos arrendatários. Mas o que não se pode negar é que os arrendatários tiveram razão de se pôr em pânico, diante da ori-

[Handwritten signature]

453

454

24

entação que o SPI dava aos índios irresponsáveis. Foi um Deus nos a
cuda em Campo Grande! O Exército foi chamado, o Senador Filinto Mul
ler foi chamado, a Associação Rural de Campo Grande, que até então
não tinha tomado parte ativa no momento, se mobilizou. A reunião na
da Associação Rural foi coisa monstruosa. Todos os fazendeiros,
não contra o índio, mas diante da própria situação que se criava,
quando o próprio SPI armava os índios, ficaram em pânico. Eram as
explicações que eu queria que V. S. prestasse à Comissão. O SR. JOSÉ
FERNANDO DA CRUZ- Com relação a essa movimentada assembléia da Asso
ciação dos Tecuaristas, nada mais é do que o desejo ardente de que
se processasse, dentro da Reserva dos índios cadiués, uma reforma a-
grária, digo, reforma agrária. Este é o desejo. Então, quando da re-
união estabelecida pelo General Hugo Alvim, quando os arrendatários
foram levar conhecimento do fato ao Comandante da Região, no momen-
to em que foi marcada a reunião, não compareceu um só arrendatário.
O representante dos arrendatários foi um médico, se não me engano,
que queria de ser eleito Vice-Presidente da Associação. Nessa oca-
sião, foi solicitado ao General que determinasse o desarmamento dos
índios. Ele respondeu que determinaria o desarmamento, desde que fos-
sem também desarmados os arrendatários. Encaminhei à 9ª Região Mili-
tar facis de guerra novos, munição, balas de metralhadora inclusive,
dos senhores arrendatários, que foram apreendidos. O SR. DEPUTADO
VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Também dos índios foram recolhidas?
O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Todas encaminhadas ao Comando da Região.
O SR. PIUT, digo, SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Sus-
pendo aqui o depoimento para atender a uma reunião do PSD. Voltare-
mos a 31 de manhã, às 10 horas da manhã. Encerro e levanto esta ses-
são.....

José Fernando da Cruz

454
4/11/63
4/11/63

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

DEPOENTE: José Fernando da Cruz

REUNIÃO: 15 de maio de 1963 (matutina)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a reunião. (Feita a leitura da ata da reunião anterior pela Secretária, e ratificada.) Dou a palavra ao nobre Relator, para proceder a inquirição que julgar necessária. O SR. RELATOR - Sr. Presidente, gostaria que o Deputado formulasse antes de mim as perguntas, porque estou aguardando um documento que ainda não foi datilografado. É uma questão de minutos. O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre Deputado Rachid Mamed. O SR. RACHID MAMED - Tenho apenas, Sr. Presidente, duas ou três perguntas a fazer. Antes, porém, queria que o depoente nos esclarecesse, o que naturalmente será útil ao nosso Relator, qual a situação em que encontrou a Inspetoria a que está afeta a sua administração, Amazonas, parece. Que Inspetoria é essa? O SR. DEPOENTE - Primeira Inspetoria. O SR. RACHID MAMED - Gostaria que o depoente nos fizesse um rápido relato sobre a situação em que encontrou essa Inspetoria, e se ela, como tantas outras, possui fontes de renda e em que condições se achavam. É uma informação que antecipamos para a reunião posterior. O SR. DEPOENTE - Sr. Deputado, ao ser designado para a primeira Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, encontrei-a em estado calamitoso. Revendo-se o arquivo da repartição, não foram encontradas as prestações de contas referentes aos anos de 1959 a 1961, originando isso um pedido de inquérito feito ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Tomei conhecimento também da existência, na prestação de contas do ex-Chefe daquela Inspetoria Regional, de recibos falsos nos valores de 150 mil cruzeiros, 300 mil cruzeiros, 30 mil cruzeiros etc. O SR. RELATOR - Gostaria que V. Sa. citasse o nome desse seu antecessor. O SR. DEPOENTE - Substituí o Sr. Manoel Moreira de Araújo. Em virtude da representação do funcionário José Faria, que denunciou esses fatos, encaminhei ao Sr. Diretor o competente pedido de abertura de inquérito. O SR. PRESIDENTE - Foi aberto o inquérito? O SR. DEPOENTE - O pedido de inquérito foi encaminhado ao Sr.

4/11/63

455
11/11/51
Fls. 2

binete do Sr. Ministro, a fim de que S. Exa. designasse os membros da Comissão de Inquérito. Com relação aos postos da Inspetoria, só tive tempo de visitar dois, porque as distâncias na Amazônia são bastante grandes. Nesses dois Postos, o Manoel Miranda e outro, cujo nome não me recordo agora, encontrei escolas funcionando em estado precaríssimo, as crianças sentadas em cima de táboas, e coberta a casa com palha. Na administração do Sr. Alberto Pizarro Jacobina as escolas haviam sido deixadas com telhas e os prédios funcionando regularmente. Encontrei também obras, que haviam sido feitas nas administrações anteriores, no mais completo abandono, com as casas caindo, e numa situação calamitosa, com o índio completamente desassistido. Com relação aos outros Postos da Inspetoria, tive informação de que funciona do Posto indígena de Jatapu uma companhia de mineração, de exploração de manganês. O SR. PRESIDENTE - Dentro da terra dos índios? O SR. DEPOENTE - Sim. Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Sabe o nome dessa Companhia? O SR. PRESIDENTE - Sr. Presidente, de momento não me recordo. Mas sei que é de propriedade do Sr. Sócrates Bonfim. O SR. PRESIDENTE - Dentro das terras dos índios? O SR. DEPOENTE - Segundo as informações que me chegaram, porque não estive lá. Tomei conhecimento de irregularidades praticadas na Fazenda de São Marcos, no Território do Rio Branco, onde tem havido abate e venda de gado de maneira irregular. O SR. PRESIDENTE - Em particular posso dizer que essa Fazenda há trinta anos tinha cerca de 20 mil cabeças e hoje possivelmente se tiver 2 mil será o máximo. O SR. DEPOENTE - Acredito que não tenha isso, Sr. Presidente. V. Exa. deve conhecer bem essa situação. O SR. PRESIDENTE - O gado particular aumenta. O do governo desaparece. O SR. DEPOENTE - Exatamente. O SR. PRESIDENTE - Não encontrou V. Sa. nenhuma escrituração a respeito da venda do gado da fazenda de São Marcos? O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, foi feita a escrituração da última venda, no valor de 2 milhões e poucos mil cruzeiros. Encontrei escriturado isso. O SR. PRESIDENTE - Foi a última venda? O SR. DEPOENTE - Sim. O SR. PRESIDENTE - Mas todos os anos, segundo estou informado, lá desde 1959 se vende gado para Manaus. O SR. DEPOENTE - Justamente. Sempre é vendido para Manaus. O SR. PRESIDENTE - Os Territórios vendiam para os marchantes também, e uma parte para Boa Vista, por intermédio do próprio governo. O SR. DEPOENTE - Sobre esta parte não estou bem informado, porque estou lá há apenas um mês, e V. Exa. há de convir que no Amazonas, Acre e Território do Rio Branco é difícil tomar conhecimento de todos esses problemas. Devo dizer a V. Exa. que no Estado do Acre não existe uma representação do Serviço. Não há funcionando nenhum Posto. O SR. PRESIDENTE - Mas não há um Posto criado? O SR. DEPOENTE - Há o Posto de Sena Madureira para o qual foi adquirido

material para a sua instalação. O SR. PRESIDENTE - No entanto, o Diretor do Serviço, aqui, em resposta a uma das indagações, não sei se do nobre Relator ou do Sr. Deputado Edson Garcia, declarou que todos os Postos estavam funcionando. O SR. DEPOENTE - É que nos Relatórios consta isso, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - A resposta deve estar aí com o Sr. Relator. Ele disse que todos estão em funcionamento, quando se sabe que vários estão parados. O SR. DEPOENTE - Ele ignora, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Mas como um Diretor de Serviço, que já está no cargo há mais de um ano, ainda ignora que um Posto está parado? O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, V. Exa. sabe que no Amazonas as viagens levam meses... O SR. PRESIDENTE - Mas aí o caso não é de viagem. Ele já viajou muito e seus funcionários também, para cima e para baixo. Ele deveria, logo que assumiu, organizar uma rede de funcionários que percorressem esses Postos todos. E os que fossem para o Amazonas iriam até esses Postos fantasmas, onde as prestações de contas das verbas a eles atribuídas são feitas nas sedes das Inspetorias. O SR. DEPOENTE - Aliás, V. Exa. conhece bem a situação do Amazonas. Na administração do Sr. Alípio Edmundo Lage, se não me engano, foram fechados sete Postos. O Coronel Moacyr determinou a abertura do Posto de Sena Madureira, já tendo adquirido o material suficiente para iniciar os trabalhos de sua localização. O total da verba destinada a esse material já foi adquirido e se encontra em Manaus. São 2 milhões de cruzeiros, como V. Exas. poderão verificar quando da visita da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Amazonas. O SR. PRESIDENTE - Por aí V. Sa. vê como o SPI funciona sem uma base certa e segura. Conheço o Acre. Sou, aliás, funcionário do Estado; era do extinto Território. Fui Governador lá. Sena Madureira é o lugar talvez menos indicado para a instalação de um Posto. O SR. DEPOENTE - A instalação foi a pedido do governo. O SR. PRESIDENTE - Talvez sob aspecto político. Mas acontece que no SPI não se deve fazer política. A meu ver, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios não deveria atender ao pedido do governo, mas, sim, ele próprio mandar verificar qual o local mais indicado. O SR. DEPOENTE - O SPI atendeu à determinação do Congresso. Trata-se de verba específica do Congresso para a instalação do Posto de Sena Madureira. O SR. PRESIDENTE - Isso é errado completamente. Lá não há índios. Os índios estão no Alto Itaroacá. É outra bacia. Sena Madureira está no Iaque, que é afluente do Purus, na Bacia do Acre. Pega lá em baixo, ao passo que Itaroacá e Envira são da Bacia do Juruá. Veja V. SA. como esse Posto não vai poder dar assistência ao índio, O SR. DEPOENTE - De maneira nenhuma. E eu fiz um relatório ao Diretor sobre a impraticabilidade da instalação do Posto em Sena Madu

W X

reira, visto como a localização dificulta a concentração dos índios - que estão na Bacia do Purus. O Sr. PRESIDENTE - E que estão lá em Ita-roacá e Envira, muito em cima. Eles foram corridos pelos seringuei-ros. O SR. DEPOENTE - E eles não viriam para Sena Madureira. Mas como a verba é específica, dada pelo Congresso para a instalação de um Pôsto Indígena em Sena Madureira, nada podemos fazer. O SR. PRESIDENTE - V. Sa. pode prosseguir no seu depoimento sobre a Amazônia, porque realmente das suas informações já deveremos ter dados seguros para a nossa ida a essa região. O SR. DEPOENTE - Encontrei as lanchas do Serviço, a não ser uma que foi recuperada, em péssimo estado de funcionamento, oferecendo até perigo de vida para os que nelas viajavam. O SR. PRESIDENTE - É possível à Comissão Parlamentar de Inquérito, chegando a Manaus, deslocar-se para pelo menos um Posto na área propriamente da Bacia do Solimões? O Sr. DEPOENTE - V. Exa. poderia ajudar-me? A que posto se refere? O SR. PRESIDENTE - São vários os Postos. Por exemplo, o do Alpés (?), na Bacia do Rio Negro. Já acho muito distante para ir de lancha. O SR. DEPOENTE - V. Exa. pode ir lá com uma lancha nossa em vinte e quatro horas. O SR. PRESIDENTE - Veja V. Sa. que o Alpés fica muito lá em cima. Acho que se levam uns quatro ou cinco dias de lancha. O SR. DEPOENTE - Não me recordo o nome do Rio em que está localizado esse Posto. O SR. PRESIDENTE - Não é no Altar-Mirim, no Município de Itacoatiara? O SR. DEPOENTE - Para os Postos de Barbosa Rodrigues e Manoel Miranda é fácil o acesso. Agora lembro o nome. É altar-Mirim, que confundi com Alpés. Há esses dois Postos de fácil acesso. Seria interessante também que a Comissão Parlamentar de Inquérito inspecionasse a Fazenda de São Marcos. O SR. PRESIDENTE - Essa, aliás, é uma das pretensões do Presidente, porque, sendo filho de lá, sinto-me na obrigação moral de apurar o que lá ocorre. Sempre reclamei contra isso, e agora que estou na Comissão Parlamentar de Inquérito seria até uma omissão da minha parte junto à região da qual sou filho, se não fôsse com os ilustres colegas até São Marcos. Inclui-se quando era representante do Território de Roraima, ex-Rio Branco, na tribuna da Câmara várias vezes reclamei e chamei a atenção do SPI para essa Fazenda. Há até projeto meu pedindo que a Fazenda de São Marcos passasse à administração do Território e saísse do Serviço de Proteção aos Índios. Não se justifica uma Fazenda nacional daquelas completamente abandonada, quando o Território poderia ter nela uma fazenda-modelo, uma escola de iniciação agrícola. Os colegas vão visitar a região e terão oportunidade de verificar que ali é o ponto nevrálgico para uma escola de iniciação agrícola, a fim de preparar, sobretudo, os práticos rurais para vacinação do gado em toda a área,

porque São Marcos está situada num ponto chave, na embocadura de dois rios formadores do Rio Branco. Esta Comissão deve ir até lá, embora tenhamos que viajar duas horas e meia de rio, de Manaus até Boa Vista, e depois mais ou menos vinte minutos até a fazenda de São Marcos, de avião. Aliás, eu chamaria a atenção do Sr. Inspetor para um campo muito bom que existe lá, mas completamente abandonado. O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, não é só o campo que está abandonado. Também a casa está caindo. O SR. PRESIDENTE - A casa é uma das melhores daquela região. O que se fez é um crime. Os senhores deputados vão ver como se joga fora o dinheiro desta Nação. A casa foi feita, e naquela época havia escola, estação de rádio; os índios vinham e eram atendidos. Hoje está tudo em completo abandono. O SR. DEPOENTE - Aliás, o irmão de V. Exa. chefou a Inspetoria do Amazonas e seria também bastante interessante o depoimento dele, que há de consubstanciar as minhas afirmações sobre o estado de abandono em que se encontra aquela Inspetoria. O Sr. PRESIDENTE - Naquela época eles terminaram essa casa. Foi concluída por um rapaz que é meu primo, engenheiro agrônomo Durval Magalhães. O Sr. DEPOENTE - É a melhor construção que existe dentro do Serviço de Proteção aos Índios. O Sr. PRESIDENTE - É uma construção que deve valer hoje, mesmo abandonada como está, uns 5 milhões de cruzeiros, e que se prestaria muito bem para instalar a escola de iniciação agrícola. O SR. DEPOENTE - É pensamento, dentro da nova organização do serviço, com relação ao Território do Rio Branco, a criação de uma Inspetoria com os postos de Pia e Xerixaná, na margem esquerda do Rio Mucajaí, junto à Cachoeira dos Índios para assistir os indígenas daquela região. O SR. PRESIDENTE - É lá que estão os americanos, conforme falei aqui. Esta Comissão, se for até lá, fatalmente terá que visitar esses postos. Como disse aqui, foi feito um campo e a FAB está descendo na Serra Parima. Além desses há um posto sobre a margem do Rio Mucajaí, e outro sobre a margem do Alto Aripuera.(?) Nesses postos não há ninguém do SPI. Lá estão os americanos. Tenho delas a melhor impressão, como homens dedicados. Mas as denúncias que chegam à região são de que vez por outra vem um avião da Guiana Inglesa com técnicos em geologia, americanos, a fim de estudarem aquela área. Segundo se fala em Boa Vista, já existe até um mapeamento muito bem feito. Dizem também que os aviões voltam carregados de areia monazítica. Só quem não conhece o peso da areia monazítica é que pode afirmar isso. Transporte dessa natureza só poderia ser feito de navio, não em avião. Eles não fazem contrabando. Isso eu positivo. O que eles fazem, tenho a certeza, de par com a assistência ao índio, que é

precária, porque estão apenas colhendo dados etnológicos e linguísticos, e uma pesquisa daquilo que haja de material radioativo e sobretudo de material estratégico, para que os Estados Unidos saibam quais as possibilidades do país com que podem contar. Quando precisarem do auxílio do Brasil, poderão dizer: vocês têm aí isto e aquilo; vocês não sabem, mas eu sei. É o que se fala em Boa Vista. Realmente acho que devemos visitar esses Postos. Estou dizendo aos meus companheiros que a região não é de fácil acesso, a não ser de avião. Mas estaremos arriscando a vida, porque são aviões pequenos sobrevoando uma região de matas e de montanhas. O campo ali existente está precisando de limpeza e de reparos para que se possa descer ali imediatamente. O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, devo esclarecer a V. Exa. que esse Posto a que me referi vai ser criado ainda, bem como o Posto de Peri-Surucu - cu, situado na serra do mesmo nome, para assistir os índios alcanterri; o Posto Iupia-Parima, situado na Serra do Parima, nas cabeceiras dos dois formadores do Rio Parima, para assistir os índios xamatari; e o Posto indígena Iuacá, situado no Uraripuera, acima do Igarapé da Saútabema, para assistir os índios do Iuacá. O SR. RACHID MAMED - Quero perguntar ao depoente se, além desta renda da venda do gado ali existente, há alguma outra que esteja sob o controle da Ia. Inspectoria, como arrecadação através de vendas de madeira, extração de borracha, aluguel dos pastos de internada etc. O SR. DEPOENTE - A Ia. Inspectoria é considerada a mais rica do SPI na indústria extrativa da borracha, do caucho, do pau rosa, do curare. Há venda de madeiras de lei, e acredito, não tenho certeza, há informações, de que alguns postos pertencentes à nossa Inspectoria estão invadidos por particulares que estão explorando minério etc. V. Exa. há de convir que basta eu chamar um desses elementos a fim de esclarecer junto à Inspectoria a sua posição para que seja pedida imediatamente a minha transferência, como aconteceu em Campo Grande. O SR. RACHID MAMED - Dessas fontes de arrecadação com quais delas V. Sa. já tem entrado em contato, recebido ou acertado forma de pagamento? O SR. DEPOENTE - Da Ia. Inspectoria ainda não recebi um centavo de arrecadação de nenhum setor, nem mesmo do Território Federal do Rio Branco. Foi a gestão anterior quem recebeu. Pedi a instauração de uma comissão para proceder ao levantamento de bens e materiais da Inspectoria, patrimônio indígena, patrimônio nacional. Com a minha ausência ficou interrompida essa minha gestão e não estou a par se já entrou algum arrendamento. Acredito que não. O SR. RACHID MAMED - V. Sa. encontrou contratos anteriores? O SR. DEPOENTE - Nenhum contrato. Existe invasão. O SR. RACHID MAMED - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Relator, para inquirir o depoente. O SR. RELATOR - Ontem, V. Sa. decla-

rou que a renda da 5a. Inspetoria foi mais ou menos entre dez e doze milhões de cruzeiros. Gostaria de saber também se houve alguma dotação orçamentária. O SR. DEPOENTE - A Inspetoria recebeu, no exercício de 1961, 7 milhões da verba de auxílios aos índios; para motores: 1 milhão e 500 mil cruzeiros, e para a compra de gado reprodutor 500 mil cruzeiros. O SR. RELATOR - E em 1962, em que V. Sa. esteve como Chefe? O SR. DEPOENTE - No exercício de 1962 a verba foi entregue - nos últimos dias do ano. Aliás, tivemos o prazo de somente três dias para aplicação dessa verba. O SR. RELATOR - A compra de uma camioneta Ford F-100, chapa 3-11-53, de Mato Grosso, pela sua Inspetoria foi feita por que verba? O SR. DEPOENTE - A Inspetoria não só comprou esta viatura como também um caminhão, uma camioneta Chevrolet e dois jipes, com a verba de arrendamentos. Com relação a nossa camioneta não recebemos dinheiro. Entregamos bezerros em pagamento. O SR. RELATOR - Todos esses veículos ficaram servindo em Mato Grosso? O SR. DEPOENTE - A camioneta F-100 veio servir na Diretoria dos Funcionários da Asa Norte e se encontra aqui em Brasília. O SR. RELATOR - Conhece V. Sa. o Sr. Sílvia Meireles, no SPI? O SR. DEPOENTE - Conheço. O SR. RELATOR - Sabe se pertence ao quadro do SPI? O SR. DEPOENTE - Este funcionário está fora do Serviço. O SR. RELATOR - Há quanto tempo? O SR. DEPOENTE - Há muitos anos. O SR. RELATOR - O Sr. tem conhecimento se correu alguma lista entre os servidores de apoio à administração do Coronel Macedo Ribeiro Coelho, ultimamente? O SR. DEPOENTE - Tenho. Aliás, assinei essa lista. O SR. RELATOR - O Deputado Edson Brito declarou que a Inspetoria estava passando os contratos de 3 para 6%. O SR. DEPOENTE - Justamente. Quem propôs esse aumento fui eu numa reunião efetuada com os pecuaristas da região, e foi feito um acordo no sentido de que eles pagariam os 6%. O Sr. RELATOR - Houve êxito, então, nesses entendimentos. O SR. DEPOENTE - Posteriormente, eles pediram que baixasse a percentagem, que depois da minha saída foi para 4,5%. O SR. RELATOR - O Deputado Edson Brito declarou que todas aquelas divergências com os índios se referiam a questões entre a reserva e o condomínio da NABILEC, e que para solucionar isso se deveria fazer uma faixa, de maneira pacífica, e que o Inspetor Fernando Cruz, da 5a. Inspetoria, era responsável, o que não acontecia com o Coronel Macedo Ribeiro Coelho. Daí o grande conflito que abalou toda a região. Realmente houve isso? O SR. DEPOENTE - Absolutamente. Carece de verdade essa afirmação. O Deputado Edson Garcia de Brito defende 80 mil hectares de terras invadidas pelo seu sogro Manoel Orellano da Costa. Esse o ponto de vista de que parto e a acusação que faço. Inclusive, Sr. Presidente, quero pedir garantias de vi-

da para poder depor e esclarecer exatamente o fato em si. Pediria também garantias quanto à minha situação funcional para poder depor exatamente a verdade. Fui procurado pelo Deputado Edson Garcia de Brito na Inspetoria com um mapa do Fomento Argentino, hoje Condomínio Nabilec. Nessa ocasião S. Exa. ainda não estava eleito Deputado Federal. Fazia-me sentir que eu estava errado nos limites da terra e que o Rio Niotaque corria de maneira diferente. No mapa que o Deputado me mostrou, os Morros da Lontra e da Arara figuravam no lado oposto do Rio. A margem esquerda do Rio Niotaque pertence ao Serviço de Proteção aos Índios. Há nesse mapa uma inversão da margem do rio. Esses morros estão do lado direito do rio. Então não concordei. Discutiu mais de duas horas comigo. Inclusive, ameaçou-me com uma Comissão Parlamentar de Inquérito por estar tentando ocupar uma área que não pertence ao Serviço de Proteção aos Índios. Apresentei, então, o memorial e os documentos que tinha, provando que a terra nos pertencia. Vem aí essa pendenga, esse conflito todo com relação a essa área de terra. Não conheço, sob hipótese nenhuma, o Condomínio NABILEC dentro da área pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios. Aliás, invoco o testemunho do Deputado Rachid Mamed, que conhece a região e que sabe que o Condomínio NABILEC nada tem a ver com a margem esquerda do Rio Niotaque. O Condomínio do NABILEC fica na margem direita desse Rio. Não tem nenhuma penetração. O SR. RACHID MAMED - Não conheço in loco, mas através das plantas do Estado. Mas passou pelas minhas mãos um projeto de lei de desapropriação de uma área dessas terras do SPI. O SR. DEPOENTE - Não é da margem esquerda, não é, Sr. Deputado? O Sr. RACHID MAMED - Exatamente. Só quero esclarecer que não conheço in loco. O SR. DEPOENTE - O projeto de V. Exa., na época, dava na margem esquerda. O SR. RACHID MAMED - O projeto não era de minha autoria. O Sr. DEPOENTE - Não tenho elementos e cultura para discutir o assunto juridicamente. Mas há um acórdão do Supremo Tribunal Federal, dizendo que a margem esquerda do Rio Niotaque pertence ao Serviço de Proteção aos Índios. Não compete a mim, Chefe de Inspetoria, conceder permissão para que uma pessoa se intitule dono da terra. Posso, quando muito, propor à Diretoria que essa pessoa pague um arrendamento e que fique naquela área. Propus mesmo ao Sr. Mancel Crellano da Costa que entrasse em entendimentos com o Diretor do Serviço e procurasse legalizar aquela área pagando o arrendamento, coisa que ele não fazia e a arrendava a outros. Esse fato é público e notório, Sr. Presidente. Estou defendendo o meu Serviço e o direito do índio à terra. Por isso tive que sair de Campo Grande, porque achei vergonhosos os arrendamentos feitos dentro da nossa reserva, pois, se disputamos, se pedimos a ter-

ra para o índio, não é para arrendar essa terra, mas para que nós mesmos promovamos a exploração agrícola e a pecuária em benefício do índio. Mas já que existe esse mal, já que existe esse arrendamento por imposição na época de 1959, quando se deu a enchente, quando fomos pressionados e o SPI teve que ceder essa área para os pecuaristas, ainda admito isso como um mal necessário se a renda auferida nesses arrendamentos for honestamente aplicada, criteriosamente aplicada. É um benefício aos índios. Estamos atendendo à pecuária do sul de Mato Grosso e dando realmente assistência ao índio. O que não se pode aceitar é o fazendeiro, por ser um homem poderoso, um homem rico, tratar o índio num regime escravagista, num regime em que não tem direito sequer às aguadas. Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exa. que quando for à reserva dos Calduéus, muito embora esteja desde a minha saída o Deputado Edson Garcia de Brito movimentando todas as forças da pecuária do sul do Estado de Mato Grosso para comprovar em contrário às minhas afirmações, verifique o que existe. Todas as aguadas, inclusive as nossas, estão fechadas pela cercas de fazendeiros. Isso não é possível. O Serviço não tem a menor força dentro da área. O índio sente-se desprotegido, Sr. Presidente. Depois que cheguei disse aos índios que iria protegê-los e que estaria com eles. Disse inclusive que morreria com eles na defesa dos seus direitos. E isso não é demagogia, Sr. Presidente, nem força de expressão, porque acho que na posição que ocupava tinha duas alternativas: ou me submetia, trazendo vantagem para mim, aos interesses econômicos, recebendo importâncias que variavam de 5 milhões de cruzeiros para mais para atender ao suborno, aceitando aquela condição, ou então me incompatibilizava. Saí de Campo Grande, Sr. Presidente, numa situação bastante deprimente para mim.

O SR. PRESIDENTE - Houve ofertas? O SR. DEPOENTE - Inúmeras ofertas. O SR. PRESIDENTE - Pode V. Sa. precisar alguma delas? Ou o autor de alguma delas? V. Sa. está falando perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito e tem que esclarecer todos os pontos duvidosos, porque em relação ao depoimento de V. Sa. também em Campo Grande outros irão dizer talvez o contrário de V. Sa. Assim, é necessário que V. Sa. diga o que sabe. Para isso fez o juramento perante a Comissão. O SR. DEPOENTE - Exa., tenho dito até fatos que me prejudicam. O SR. PRESIDENTE - V. Sa. diz que recebeu inúmeras propostas de suborno. Dê, pelo menos, uma. Materialize uma delas. O SR. DEPOENTE - O Deputado Edson Garcia de Brito propôs o meu retorno a Campo Grande, por escrito, num papel da Câmara, que cansei de procurar e não encontrei, primeiro, dando garantias à minha vida... O SR. PRESIDENTE - Até aí não havia maldade nenhuma. V. Sa., sendo um bom funcionário, ele estava procurando trazê-lo de

volta. O SR. DEPOENTE - Mas acontece que eu saí de lá a pedido d'ele. O SR. PRESIDENTE - Naturalmente reconheceu que necessitava do seu retorno. O SR. DEPOENTE - Propôs o meu retorno desde que eu recordasse em que a situação das terras invadidas ficasse a critério da Justiça. O SR. PRESIDENTE - Até aí, permita-me, está perfeito, desde que a Justiça é que iria decidir. O SR. DEPOENTE - Mas a Justiça já decidiu, Sr. Presidente. Há um acórdão do Supremo Tribunal. Não posso permitir que se invada a área. O Sr. PRESIDENTE - Até aí não vejo suborno por parte do Deputado Edson Garcia. Suborno seria o que V. Exa. disse antes, que houve oferta até de 5 milhões de cruzeiros. Mas de quem? O de quem é que a Comissão precisa saber. O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, tive oportunidade de receber dentro da minha Inspetoria inúmeros arrendatários que até diziam que eu era um homem com quem não era possível entrar num acordo. Permiti a três fazendeiros da região que localizassem o seu gado num período difícil de seca, em Campo Grande, naquela área do pantanal, e eles se propuseram a cumprir todas as formalidades exigidas pela direção do Serviço, inclusive propondo-se a pagar o arrendamento desde 1959. Estou procurando fixar-me na identidade das pessoas, para que possa caracterizar bem o fato. Recebemos propostas por intermédio de fazendeiros, de arrendatários de que, se concordássemos em não mandar medir os arrendamentos - o maior conflito originou-se justamente da medição dos arrendamentos - a Inspetoria não teria problema nenhum. Inclusive todas as vezes que precisávamos de qualquer importância para efetuar um pagamento - para que V. Exa. veja que procurávamos acertar - os próprios arrendatários se propunham fazer pagamento dos arrendamentos por adiantamento. Na minha gestão devo ter recebido dois pagamentos. Estou procurando lembrar-me da pessoa. O SR. PRESIDENTE - V. Sa. ainda não respondeu à minha pergunta. Quería saber um caso positivo de suborno. Qual a pessoa que ofertou a V. Sa. quantia aproximadamente de 5 milhões de cruzeiros, como disse V. Sa. O SR. DEPOENTE - Recebi ofertas do Sr. Ivo Mota e de um outro, parece-me que o Sr. Baldomero. Disse a eles que de maneira nenhuma aceitaria; que se o problema deles era esse, cederia o local para colocarem o gado, porém sem nenhuma vantagem econômica. O SR. PRESIDENTE - Acha V. Sa. que os seus antecessores tinham incorrido nessa irregularidade, nesse grave crime? O SR. DEPOENTE - Não tenho provas, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Mas eles viviam bem e em paz com esses arrendatários? O SR. DEPOENTE - Acredito que o único que se deu mal com eles fui eu. O SR. PRESIDENTE - Foi encontrada escrituração dessas quantias? O SR. DEPOENTE - Não encontrei. Não havia contabilidade organizada. Quero dizer ainda a V. Exa. que naquela região os campos são

somente se igualam aos da Ucrânia, tal o seu valor em pastagem. V. Exa. há de convir que uma coisa é receber propostas e outra, receber. E recebi muitas, Sr. Presidente. Mas temia e temo sempre a intenção das pessoas. Acredito que fui muito experimentado lá dentro da minha Inspeção, e testado várias vezes. Para um funcionário que ganha Cr\$. 26.600,00 receber 5 milhões e poder comprar um apartamento é a solução de um grande problema. E V. Exa. pode mandar fazer uma devassa para ver qual a propriedade que tenho, ou qual o bem que possuo. O SR. PRESIDENTE - O nobre Relator pode prosseguir. O SR. RELATOR - V. Sa. declarou que houve proposta do Sr. Ivo Mota. É esse o nome ou é Alfredo Mota? O SR. DEPOENTE - Ivo Mota. A situação dele era tão angustiante que ele se propôs a pagar ao Serviço qualquer importância que fôsse, contanto que pudesse colocar o gado dentro da reserva; tanto ele como inúmeros outros. Acho, Sr. Deputado, que o desespero do fazendeiro, do pecuarista no sul do Estado de Mato Grosso é tão grande que eles não medem sacrifícios em dar 10 milhões para poderem colocar o gado. Quando chega o período da seca, o quadro é simplesmente trágico. O SR. RELATOR - V. Sa. tocou o nome do Sr. Baldomero, não foi? O SR. DEPOENTE - Sim, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - Aqui diz à página 6: "Ainda ontem V. Sa. declarou, dirigindo-se ao Coronel" - Diretor do Serviço de Proteção aos Índios - que durante a sua gestão nenhum contrato havia sido realizado. O SR. DEPOENTE - Não foi feito nenhum contrato. O SR. RELATOR - "Lembrei que os Srs. Alceu..." - não sabe o sobrenome - ... "Alfredo Mota..." O SR. DEPOENTE - Ivo Mota. O SR. RELATOR - Então houve engano. "... Baldomero Pena Ferraz entregara ao Sr. Fernando Cruz 1 milhão... a título de arrendamento." Quer dizer que esse Sr. Baldomero ofereceu 5 milhões e foi feito o arrendamento. O SR. DEPOENTE - Esses três fazendeiros propuseram-se a pagar ao Serviço o que fôsse necessário, até mais de 5 milhões de cruzeiros, para que pudessem colocar o gado dentro da reserva. A Inspeção acedeu à solicitação, atendendo à necessidade urgente deles, sem receber um centavo a mais; a não ser o que estritamente prescreviam os antigos arrendamentos. Estou explicando a V. Exa. que atendemos ao problema sem nenhuma vantagem e sem nenhum benefício. O SR. RELATOR - Conhece V. Sa. alguma irregularidade mais na 1a. Inspeção do Amazonas, fora essa que o Sr. declarou agora a pedido do Deputado Rachid Mamed? O SR. DEPOENTE - Conheço essas invasões nos pastos, nas minas, essa exploração do caucho, da extração da essência do pau rosa, e o índio vivendo num regime escravagista. O SR. RELATOR - Declarou o Deputado Edson Garcia, novamente falando sobre a questão dos arrendamentos em Campo Grande, na 5a. Inspeção: "Acredito, Sr. Presidente, que eles este -

jam cobrando àqueles que têm contrato ainda nao vencidos 3%, passando a exigir 6% por contrato vigente. Poderei citar, entre os que sei de memória, Ivo Mota, Baldomero..." Volta novamente o Sr. Baldomero. O SR. DEPOENTE - Sr. Deputado, na Inspetoria existe uma contabilidade organizada. Existem os recibos dessas importâncias, o número do cheque, a quem foi pago, onde foi gasto este cheque. E segundo estou informado a 9a. Regiao Militar também tem tôdas as informações referentes à minha gestao. O SR. RELATOR - Com relação a essa jóia de 500 mil cruzeiros para terem direito a arrendamento, realmente havia isso? O SR. DEPOENTE - Nao houve essa jóia. É computado, a fim de que possa ser feita a cessão da terra, o arrendamento desde 1959, data da enchente. Então eles se propuseram, para que cedêssemos a área, a efetuar o pagamento ao Serviço, desde 1959. Na cópia dos recibos, assinados por mim, deve haver a parte dêsses senhores. Pelo texto, V. Exa. terá a oportunidade de ver a maneira como foi cobrada essa importância. O SR. RELATOR - Quer dizer que, na sua gestao, nao foi feito nenhum contrato nôvo? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Absolutamente. Foram feitas três cessoes para que o diretor julgasse da conveniência ou nao, desde que havia êsse problema, mais de pastagem, de localização do gado. O SR. RELATOR - Esse advogado que foi para a Inspetoria, Dr. Salvador, cujo nome está declarado aqui... Declara o Deputado Edson Brito que conhece a assinatura dêsse contrato. Ele próprio redigiu o contrato e o nôvo Inspetor Fernandes Cruz teve oportunidade de celebrar outros. Essas três pessoas, Ivo Mota, Baldomero Flôres e Alceu Queirós, êsses três deveriam fazer contratos e fizeram. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não houve contrato. Eles têm em sua posse o documento relativo ao pagamento, que receberam a título precário. O SR. RELATOR - Então, não houve novos contratos na sua gestão? O Sr. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Houve essas três cessões, que foram devidamente escrituradas e contabilizadas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O senhor disse que não houve contratos. Eles pagaram Cr\$500.000,00 para usar de determinada área por determinado tempo, pagando arrendamento pelo tempo em que a usaram. A isso V. Sa. chama de permissão? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não celebramos nenhum contrato, porque não temos delegação de competência para isso. Atendemos a uma necessidade premente dêsses três Fazendeiros que não tinham onde colocar o gado. E nem colocaram o gado na reserva, dados os conflitos que se originaram naquela região. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pergunto se essa importância foi recebida pelo SPI, de Cr\$500.000,00, para atender a isso. Por êsse pagamento, êsses cidadãos adquiriram o direito de usar determinada área ;

por determinado tempo, pagando determinada renda. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eles se propuseram a pagar desde 1959, para se candidatar, para, vamos dizer, pedir, para demonstrar o interesse em colocar o gado. Não abrimos precedente nenhum. Se houvesse um precedente que fôsse beneficiar A, B ou C, teríamos recebido arrendamento desde 1959 porque eles se propuseram inclusive a pagar 5 ou 10 milhões, se fôsse possível, para o contrato. A necessidade deles era tal, que não mediriam esforços para pagar, e permitimos, pagando eles tão somente a importância que consta do recibo, que está devidamente escriturado. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Insisto na pergunta. A informação que tenho é de que o SPI recebeu Cr\$500.000,00 de cada um deles. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não chegou a receber de todos. Foi 1 milhão e 400, se não me engano. Não chegou a Cr\$500.000,00 cada um. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Mas recebeu essa importância, para permitir o quê? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Que eles localizassem 1.200 cabeças de gado, cada um, na região. Eles pagaram pela pastagem do gado. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quando houve o incidente, eles se encontravam na região? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim, e não colocaram o gado. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Encontravam-se na região. Suas armas foram apreendidas pelos índios, suas ferramentas, cavalos e outras coisas, porque eles estavam procurando o lugar para fazer posse, nessa época. Sr. Presidente, não entendo essa situação. Cidadãos pagaram Cr\$500.000,00 para localizar 1 200 cabeças de gado e estavam no local. Se isso não é contrato de arrendamento, não entendo o que seria contrato de arrendamento. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - O contrato, V. Exa me permite, é celebrado de forma legal. Não houve contratos. V. Exa. deve ter a cópia do recibo assinado pelo Chefe da Inspetoria. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Houve permissão de ocupação. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Queria lembrar ao depoente que o contrato de arrendamento se faz de duas maneiras: verbal ou por escrito. Os contratos que o SPI teria feito antes da sua investidura no cargo foram por escrito. Mas esses a que se refere agora não deixaram também de ter a condição de contrato, embora apenas verbal. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não; foram por escrito. Quitei que a importância que recebi. Não houve contrato porque não houve assinatura nem as características de avalista etc. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Eu queria manifestar que o contrato de arrendamento se celebra verbalmente ou por escrito. De maneira que os contratos a que se refere o Deputado Edson Garcia são de fato contratos, embora celebrados em condições diversas das anteriores. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Inclusive aguardamos o julgamento da Diretoria, de momento que não se localizaram

O Sr. EDSON, digo, EDSON GARCIA BRITO - Basta fazer a devolução da importância. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Acredito que o SPI sob sua gestão, embora não quisesse prosseguir na orientação anterior de executar contratos celebra-os para atender às circunstâncias especiais conforme a referência que V. Sa. fez. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. sabe, Deputado Edson Garcia, que quando da seca na região, o gado nem sequer pode locomover-se no pantanal. O único local que eles solicitavam era o suficiente para colocar o gado. Não seria eu que iria dar prejuízo à pecuária do sul de Mato Grosso em mais de 3.000 cabeças de gado. O SR; EDSON GARCIA BRITO - Não divirjo daqueles que em boa hora, tendo campo para oferecer, o puseram à disposição daqueles que no pantanal do Nabilec estavam carentes. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Se mais tivesse, mais teria cedido. O SR. EDSON GARCIA BRITO - Quero que fique esclarecido que o SPI, não só anteriormente à administração atual, como na atual, continua celebrando contratos. Portanto não pode lançar-se contra os arrendatários de modo geral. Contrato se não me falha a memória é altamente favorável ao SPI, pois todas as benfeitorias realizadas na área ao fim do contrato ficam com o SPI sem nenhuma indenização. Por isso estranho essa campanha que o SPI faz contra os arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não é contra os arrendatários. O SR. EDSON GARCIA BRITO - Porque não só ele os venha corretando, fazendo novos contratos ou recebendo renda dos já existentes, como se dispõe os arrendatários a pagar, como disse o depoente não só Cr\$500.000,00 mas até Cr\$10.000.000,00, desde que o SPI dê a terra. Não vejo por que o SPI se deveria negar a atender a essa situação, quando o próprio depoente reconhece que não seria ele capaz de dar esse prejuízo à pecuária. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - O SPI se nega a celebrar contratos com maus elementos e admiti-los na reserva. A prova é que esses 3 senhores a quem deu consentimento para colocar o gado na reserva são reconhecidamente homens de bem. O SR. RELATOR - O Sr. declarou, a uma das indagações do Sr. Presidente os nomes das pessoas que tinham oferecido ao Serviço a quantia. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Todas elas. O SR. RELATOR - V. Exa. citou um Ivo Mota. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Inúmeras outras, todas as que precisam da terra. O SR. RELATOR - V. Sa. disse que tentaram comprar. Agora diz que são homens de bem. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Porque eles precisam, Sr. Presidente, pagam até Cr\$.... Cr\$10.000.000,00, se puderem, para colocar o gado na Reserva. Se recebêssemos de uma pessoa necessitada 10 milhões para permitir a colocação do gado, haveria de nossa parte má fé no recebimento dessa importância. Recebemos única e exclusivamente dentro das bases do con -

contrato, isto é, o que é previsto e nem um centavo a mais do que as 12 rêsas anuais. E computamos o valor do gado. O SR. EDSON GARCIA - V. Exa. acabou de dizer: recebemos unicamente aquilo que está dentro das bases do contrato... O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente - Ele queria se referir à base dos contratos anteriores, talvez das bases fixadas pelo Serviço. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não foi cobrado excedente nenhum. Não aceitamos nenhuma gratificação, nenhuma importância a mais do que aquilo que pela lógica eu julgava que deveria ser pago. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - É justamente isso: essa importância fixada e foi tendo em vista os contratos anteriores? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Justamente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Aplicou-se a norma dos contratos anteriores a esses três casos? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eu não poderia aumentar nem receber importância a mais, porque estaria completamente fora daquilo que já havia. Havia uma rotina. Então, atendi aos casos estritamente dentro daquilo que já era previsto. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Outra coisa: esses três cidadãos estavam, como se disse, no local onde se deu a chacina ou o assalto ou a queimada das casas, já referida aqui anteriormente. Era justamente aquele o local onde se encontravam, tanto que foram apanhados pelos índios; e ali estavam fixando posse. V. Sa. confirma isso? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - A prova de que eu ignorava essa atitude dos índios é, inclusive, a de que eles estavam legalizados. Quanto ao que ocorreu com eles, se eu tivesse qualquer pressentimento de que pudesse haver, teria oferecido garantias a eles, que estavam no local. Houve uma coisa imprevista nesse ataque dos índios. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Pergunto se realmente eles se encontravam nessa área onde se deu o choque e de que resultou a morte do Sr. Primitivo do Couto. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eles declaram que se encontravam. Eu não estava presente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Mas declararam ao senhor? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Declararam a mim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Ali é que eles tencionavam formar... O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não sei, porque não conheço a região. V. Exa. há de convir em que, para conhecer a Reserva dos Índios Carués, é meio difícil. Conheço o perímetro. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Quando V. Sa. autorizou a formação de posse, V. Sa. não designou local? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Não seria esse o local? O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Não posso precisar a V. Exa. Eu apenas me informei de que o local estava vago e que poderia ser colocado o gado. Não oferecia nenhum prejuízo. Louvei-me nas informações do Sr. Leônicio de Souza, que reputo de idoneidade moral. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Os locais estavam vagos? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ -

Não; porque era área ocupada pelo Sr. Primitivo do Couto. Depois é que vim a saber que área que eles pediram era justamente essa área. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Qual a área que cada um dos três podia ocupar pelo contrato de arrendamento, de permissão? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - De 3 mil hectares, cada um. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Era 9 mil hectares? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Aproximadamente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Essa área, como V. Sa. diz, estava ocupada pelo Sr. Primitivo do Couto e por Walter dos Santos? Ou só por Primitivo do Couto? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Acredito que pelos dois. Não conheço bem a região. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - O senhor Manoel Aureliano da Costa, no caso apontado como patroa desses dois, ocupa só 80 mil hectares de terra? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Aproximadamente é essa a base. O SR. RELATOR - Então, o Sr. Manoel Aureliano da Costa tem a posse da área? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Ele a ocupa, sem contrato; não paga arrendamento. Ele alega que é propriedade dele. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - O senhor afirma que ocupa, baseado em que? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Baseado em que ele me disse que a terra é dele. V. Exa. mesmo disse... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Eu não disse isso. A gente, quando afirma... O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. levou inclusive o mapa do Condomínio do Nabileque. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - ... tem de fornecer os elementos. Quando V. Sa. diz que um cidadão ocupa determinada área, V. Sa. deve falar, primeiro, que ele tem essa área fechada, que tem benfeitorias na área e que exerce realmente... O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Domínio. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - ... domínio. Quais os elementos que V. Sa. tem para fazer essa afirmação: de que há um cidadão ocupando determinada área? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Porque ele cedeu essa área com arrendamento pelo prazo de seis anos, ficando em benefício dele as benfeitorias, após esse prazo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Cedeu a quem? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - A essas pessoas que lá estavam. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - V. Sa. então afirma que essas duas pessoas, Primitivo do Couto e Manoel Aureliano da Costa, ocuparam 80 mil hectares? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - A área disputada é de 80 mil hectares. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Eu não disse disputa; falei em posse daqueles 80 mil hectares. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Para V. Exa. dizer que ocupam, terá de fechar 80 mil hectares. V. Exa. disse que a propriedade se resume no fechamento e na posse. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Não sofisme. V. Sa. afirmou aqui que arrendou, permitiu que ocupassem, três cidadãos, 3 mil hectares cada um; que esses três cidadãos não puderam efetivar sua posse, porque essa área estava ocupada por Primiti-

vo do Couto e Waldo do Couto. O que sei é que êsses dois cidadãos tinham nessa área um rancho, um curral feito de madeira branca, um fecho de 1 hectare em tórno da casa e cêrca de cento e poucas cabeças de gado, cada um dêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. vai me perdoar. Quero consignar em meu depoimento que a família do Sr. Primitivo do Couto e do Sr. Walter reivindica 400 cabeças de gado extravias dos do Serviço. V. Exa. disse cento e poucas. Quero consignar que a responsabilidade do Serviço é de cento e poucas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Que sejam 200 cabeças. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. disse cento e poucas. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Que sejam, digo, Não estou falando em nome da família do Sr. Primitivo do Couto, mas em nome próprio e tentando esclarecer os demais membros da Comissão sobre o fato. Como V. Sa. observou, a família reivindica 400 cabeças de gado. Pois bem, êsses dois moços de vinte e poucos anos cada um possuíam duas benfeitorias e 200 cabeças de gado cada um. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Então, já atingiu 400. Eram cento e poucas. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Sobre essa área, quase tóda ela mata... O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - A melhor área que existe. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Eu a sobrevoei inclusive. Êsses dois rapazes criaram essas cabeças de gado. Não é crível que alguém possa afirmar, alguém com responsabilidade da direção de um Serviço, como êsse, que essas duas pessoas, possuindo apenas isso, exerçam posse sobre aquêles 80 mil hectares. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. me permite? O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - E que, dentro dêsses 80 mil hectares, três pessoas não possam tirar, com a permissão do SPI, três áreas de 3 mil hectares cada um. Tenho impressão de que não havia necessidade. Mas, se a Comissão fôr à região e sobrevoá-la, vai custar a localizar êsses dois ranchos que foram queimados, vai custar a descobrir, dentro dessa área tóda, onde estão realmente essas duas posses. O que o Sr. Fernandes Cruz não explicou ainda à Comissão é que ela terá oportunidade de verificar que há muitos anos há uma luta, naquela região, para que se legalize a situação de mil e tantos posseiros. Não são 139, mas mil e tantos. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Dos quais V. Exa. é advogado, no Condomínio Nabileque. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Mil e tantos posseiros do Condomínio Nabileque. O Condomínio Nabileque é uma antiga propriedade de uma companhia argentina com sede em Buenos Aires. Essa Companhia não realizou uma só benfeitoria, permitindo que posseiros se apoderassem de tóda a área. São mil e tantos, com áreas desde 2 mil a 8 mil hectares, o máximo permitido pelo Governo do Estado. O Governo do Estado conseguiu apoderar-se de 454 mil hectares e, depois,

de mais 239 mil hectares dessa companhia. Através de lei votada pela Assembléia, o Governador Ponce de Arruda, seu ilustre correligionário, distribuiu a todos os posseiros a área, legalizando portanto sua posse. São mil e tantos cidadãos que tiveram como patrono o hoje Senador Vicente Bezerra Neto e seu colega, na defesa de seus interesses. Acredito que eu tenha sido levado a isso, porque meu sogro era um dos posseiros e através dêle tomei conhecimento do problema. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Quer dizer que V. Exa. reconhece que o sogro de V. Exa. está dentro dessa área? O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Do Condomínio Nabileque? Como não? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Da margem direita do Miutaca? O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Não sei qual é a área. Estou falando de 1 milhão de hectares. V. Sa. está falando de 80 mil hectares. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Pergunto se é à margem direita ou esquerda. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Às duas margens. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não é possível. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Mas, Sr. Presidente, como eu estava dizendo, é êste o fato. Ele, o meu sogro, se tornou, podemos dizer assim, o líder de toda essa classe de posseiros, defendendo interesses, inclusive mobilizando a opinião pública para forçar o Governo a resolver a situação dêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - E forçaram a minha saída de Campo Grande. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Pra conseguir a legalização dessa situação. Hoje, êle está sendo acusado de grileiro de terras, quando o que possui é apenas um título que lhe foi cedido pelo Governo do Estado, de 8 mil hectares de terra. O SR PRESIDENTE - Pediria nos cingíssemos tanto quanto possível à finalidade da comissão. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Está sendo desviada. Das irregularidades do SPI estamos indo para caso de terras, e não conheço esta parte. O SR DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente-O Relator, que tem a responsabilidade final de apresentar o relatório com as conclusões desta Comissão, tem de prosseguir em sua inquirição. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Perfeitamente, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Naturalmente trazem luz as indagações que estamos fazendo, mas solicitaria aos nobre colegas que tanto quanto possível fôsem concisos. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Vou terminar, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - E o depoente já alegou que não poderia demorar mais em Brasília. Já está à nossa disposição há dois dias. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Apenas eu trouxe êsse fato, que, afinal, está sendo resolvido na Justiça. Mas não podemos permitir, Sr. Presidente, que a direção do SPI, no intuito de aumentar sua área, para facilitar novos arrendamentos a novos arrendatários, venha criar conflitos em seus limites, procurando desalojar posseiros que negam ao SPI o direito de cobrar-lhes arrendamento para nesse lugar colocar arrendatários que es -

tejam dispostos a êsse pagamento. É para isso que estou chamando a atenção da Comissão. V. Exa. está vendo que, justamente nos lugares onde se fizeram os assaltos pelos índios, posseiros que estavam com contrato já feito com o SPI estavam procurando localizar-se. Então, o SPI estava no dilema: conceder a área a essa gente que não tem nem gado para colocar... O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eles não tinham gado para colocar na reserva. Ficam consignadas as palavras de V. Exa. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - O SPI procurava lançar os índios contra seus vizinhos, para que êstes, se retirando da área, proporcionassem ao SPI mais área para novos arrendamentos. Para êste pormenor é que chamo a atenção da Comissão, porque isso explica todos os assaltos a propriedades ali feitos pelos índios, que são comandados pelo próprio SPI. Foi o Serviço que foi levar aos índios a palavra de que tais áreas lhes haviam sido destinadas pelo Supremo Tribunal Federal e que cabia a êles defender sua propriedade. Depois, o próprio SPI, uma vez feito isso, ia arrendar a outros. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. me permite? O SR PRESIDENTE - O nobre Relator está com a palavra, para a inquirição. V. Sa responderá às perguntas de S. Exa., para darmos norma a nossos trabalhos. O SR RELATOR - V. Sa poderia informar qual o período em que esteve como chefe na 5a. Inspetoria? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - De julho a novembro. O SR RELATOR - Durante o período das últimas eleições de outubro, V. Sa estava como chefe lá? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Exatamente. O SR RELATOR - Poderia informar o que houve com venda de votos e compra de votos dos índios? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo explicar a V. Exa que eu ia tocar nesse assunto agora. Em Aquidauana, uma das mais prósperas cidades do sul do Estado de Mato Grosso, que o ilustre Deputado Edson Garcia representa no Congresso, decide-se a eleição por cinquenta votos, entre o PSD e a UDN. Eu era o chefe da Inspetoria e os índios, na região, que atingiram o nível intelectual, onde existem professôres - devo esclarecer a V. Exa que há professôres que tornam os índios artífices, relojoeiros, alfaiates - êsses índios tiveram o assédio dos políticos. Na região, havia dois candidatos fortes: um da UDN, Dr. Fernando Alves Ribeiro, ex-Deputado, de quem tenho a honra de dizer que sou grande admirador, e do PSD o Dr. Elói, cujo sobrenome nao me recordo. Às vésperas das eleições, os índios tiveram promessas de tratores, promessa de construção de escolas, para que votassem nos candidatos. Então, a UDN, por intermédio de seu candidato a prefeito, oferecia um trator aos índios, conforme o documento que apresentarei a esta Casa, para que votassem na UDN. O PSD, por intermédio do seu chefe político na região ofereceu

dois tratores. Começou, nessa altura, no dizer no Deputado Edson Garcia, um verdadeiro leilão. O Sr. EDSON GARCIA - Presidido por V. Sa. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Com muita honra. Fui chamado e fui participar desse leilão, de fato. A UDN oferecia um trator, e o PSD dois tratores aos índios. Minha atitude era um tanto difícil. Eu disse aos índios: Vocês votem em quem bem entenderem. Não exerço a menor influência. Invoco mesmo o testemunho de várias pessoas da região. Então, o PSD, o Sr. Adelino Costa encheu o cheque de 3 milhões e 600 mil cruzeiros e entregou ao índio João Evangelista; este me entregou o cheque. O SR RELATOR - Esse cheque foi dado antes da eleição? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim. O SR RELATOR - Com data posterior? O SR JOSÉ FERNANDES DA CRUZ, digo, O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Com data do dia em que foi emitido. Apanhei o cheque e depois, falando aos índios, disse-lhes o seguinte: que achava que eles deveriam votar no candidato que mais benefícios trouxessem na criação de escolas. O Deputado Fernando Alves Ribeiro nos ajudou na construção de dois campos de pouso, em Toné, e nos prometeu auxiliar na perfuração de poços para água destinada aos índios. Devo dizer mesmo a V. Exa.: a figura do Deputado Fernando Alves Ribeiro é bastante simpática aos índios. Acontece que peguei o cheque e fui a S. Exa. o Senador Filinto Muller entregar o cheque, antes das eleições, para que S. Exa. inutilizasse o cheque. Invoco o testemunho de S. Exa. que recebeu e inutilizou o cheque. Esse cheque era ao portador e fiz a entrega dele. Com esse ato meu, fui imediatamente explorado. Aconteceu que o PSD perdeu as eleições, porque eu devolvi o cheque. Ganhou a UDN. Se houve algum erro de minha parte, foi ter devolvido o cheque antes das eleições, para que eles, tomando conhecimento, votassem na UDN. Acho que o Deputado deve estar satisfeito, porque teve vitória o seu partido, nesse caso. O SR EDSON GARCIA - V. Sa. permite um esclarecimento? Esse leilão a que V. Sa. se referiu foi realizado dois dias antes. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Esse leilão vinha de muitos dias. O SR EDSON GARCIA - Foi formalizado dois dias antes das eleições, em praça pública, na aldeia, presentes as autoridades, os índios. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - As autoridades civis. O SR EDSON GARCIA - Obedeceu a um ritual, com a presença de V. Sa. A cena, Sr. Presidente, chegou a ser cômica, porque um dizia: Eu dou tanto; o outro dizia: Rebato para tanto. E os índios a tudo assistindo. O SR PRESIDENTE - Isso vem provar que o SPI, longe de evitar os males que a civilização leva aos índios, nesse particular estava agindo diretamente para que esses males fossem incutidos nêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Proibimos a entrada de políticos na região. O SR PRE-

SIDENTE - O índio naturalmente, embora eleitor, vendo que, com a presença de um Inspetor, havia solicitação de votos, achava que isso era legítimo. E em praça pública, com a presença de V. Sa., que era chefe deles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo dizer a V. Exa. que proibimos comícios dentro da nossa Reserva, proibimos a penetração de políticos. O SR PRESIDENTE - Mas recebeu êsse cheque na frente dos índios? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Recebi; entregue por um índio. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Na hora da oferta da importância, o ofertante não tinha seu talão de cheques. Para que a oferta se concretizasse, um dos presentes ofereceu seu talão de cheques. - "É para valer? Então toma o talão de cheques." E isso na frente dos índios: arrancou o cheque e êle subscreveu no talão alheio. Pediria ao Sr. Fernandes Cruz que confirmasse: se êles fôsem vitoriosos, a Prefeitura, até abril, poderia à, digo, poria à disposição do SPI um trator para ser usado nas terras dos índios, trator êsse que seria entregue ao SPI, para fazer o trabalho dentro da Reserva. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo dizer a V. Exa que meu interêsse era incluir na gestão do atual Prefeito de Aquidauana, Dr. Fernando Alves Ribeiro, alguns benefícios aos índios daquela região. Entao, êle se prontificou a nos dar assistência. Quanto à parte dêsse leilão, eu me encontrava no pôsto no dia em que houve êsse entendimento entre os políticos. V. Exa. sabe que, apesar de ser o Deputado Fernando Alves Ribeiro candidato a prefeito, tinha imunidades parlamentares e podia entrar em qualquer repartição pública, em qualquer local. Eu não poderia de maneira alguma proibir o acesso dêle às aldeias indígenas, coisa que fiz com relação a outros elementos. Cheguei a proibir a distribuição de bebidas alcoólicas. Dias antes, houve um conflito num comício, se não me engano do PSD, ou da UDN, nao me recordo o partido, onde deram até facada em um índio, uma confusão tremenda que o Deputado esqueceu de mencionar. Minha situação era por demais difícil ante aquilo que ocorria. Eu não poderia de maneira alguma evitar que se processasse aquêle comício a que um deputado federal estava presente. Tenho certeza de que, se V. Exa. ouvir a palavra do Deputado Fernando Alves Ribeiro, êle irá defender-me, irá dizer a verdade. Minha situação era bastante difícil. A prova é que não foi beneficiado em nada o Serviço, porque fiz a devolução do cheque. Acredito que a política do Senador Filinto Muller, no Estado de Mato Grosso, é bastante conhecida e êle é um homem que jamais permitiria processar-se um escândalo dessa natureza. Levei o cheque a S. Exa., que ficou bastante contrariado, bastante chocado com o fato. Sou um tanto suspeito para falar, porque pertenco ao PSD

e me vejo numa situação bastante difícil. O SR. EDSON GARCIA - Não acredito que o depoente tivesse tentado trair aqueles que haviam conseguido, diante dos índios, votos mediante a emissão daquele documento. Mas estou seguramente informado de que realmente o cheque foi entregue ao Senador Filinto Muller, depois de verificado que não tinha a devida cobertura. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Protesto, Sr. Presidente. Se me permite, não houve nem sequer apresentação desse cheque. Protesto, porque o Senador Filinto Muller não cogitou sequer de saber se tinha fundo, e inutilizou o cheque. O SR. EDSON GARCIA - Sr. Presidente, preocupa essa situação na colônia dos postos indígenas de Toné e Ipeque, porque essa reserva que, parece-me, tem 3.600 hectares, pertence a um distrito judicial, que é o de Toné, já quase uma cidade e, inclusive, deverá ser município. Essas duas povoações indígenas distam cerca de 2 ou 3 quilômetros no máximo da sede do Distrito. Esses índios são a grande população do Distrito e não são nem 200 ou 300. Se formos contar todos os seus descendentes que fazem a vida daquele distrito, eles se elevam a 2 ou 3 mil. Eles se espalharam por todas aquelas fazendas da redondeza. Em tudo V. Exa. vai encontrar uma série enorme de trabalhadores índios. Eles fazem de Toné o centro de sua convergência. Mesmo quando morrem fora de lá, trazem o corpo para ser enterrado em Toné. Mas estão sendo vítimas, agora, da negligência do SPI, de uma verdadeira exploração dos partidos, nesse afã de aliciá-los, de tal maneira que o alistamento deles foi feito completamente à revelia do partido, porque houve um juiz preparador indicado especialmente para fazer esse alistamento, sem que se designasse o local onde esse alistamento seria feito. Fomos surpreendidos pela chegada ao Cartório Eleitoral de cerca de 400 ou 500 títulos eleitorais, assim como que jogados ex-abruptamente diante dos fiscais - e eu era um dos credenciados junto ao Juiz Eleitoral - sem que se dispusesse pelo menos de tempo para fazer um exame, a fim de verificar se as pessoas existiam ou não. A verdade é que hoje foram incorporados ao nosso rol de eleitores, e quando chega a época de eleições a maioria deles comparece trazendo no bolso uma cédula com um quadrinho recortado no lugar correspondente àquele em que deve fazer o X. Na hora da votação vai à mesa eleitoral, tira a cédula do bolso, assinala o X, e acabou-se a história. O SR. PRESIDENTE - É o que ocorre em todo o Brasil. O SR. DEPOENTE - Isso não é culpa minha. Já encontrei esses eleitores feitos lá e a maioria, com a permissão de V. Exa., feitos em Aquidauana, que esses índios foram feitos eleitores em Aquidauana. O SR. EDSON GARCIA - Apenas contei a história. O SR. DEPOENTE - Mas V. Exa. dá a entender, com isso,

que o Serviço de Proteção aos Índios é culpado. O SR. EDISON GARCIA - O que há é negligência do Serviço, que deveria evitar isso... O SR. DEPOENTE - Mas como? O SR. EDISON GARCIA - ...pois os índios são seus tutelados. O SR. DEPOENTE - Absolutamente. Protesto, Sr. Presidente! O SR. EDISON GARCIA - Inclusive as certidões de nascimento são fornecidas pelo SPI e juntadas ao processo. O SR. DEPOENTE - Absolutamente, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Atenção. A testemunha deve, na ocasião oportuna, esclarecer os fatos. Mas não pode entrar em diálogo com o Deputado que está interrogando. O diálogo nesta base não é permitido pelo próprio Regimento. O SR. RACHID MAMED - Sr. Presidente, V. Exa. naturalmente tem acompanhado esses serviços eleitorais em seu Estado e sabe que essa crítica só pode ser geral, como diz o nobre Deputado. Não pode atingir a este ou àquele Partido, porque cada um deles tem o seu delegado a quem está afeta essa fiscalização. Não seria uma Inspeção de Índios que poderia estar encarregada de fiscalizar se estão ou não dentro da lei, ou se estão sendo aliçados para determinado Partido. Mas o que podemos depreender de todo este debate é que quem levou a melhor foi, sem dúvida nenhuma, o Partido do nobre Deputado Edison Garcia que conseguiu, ou pela influência direta do Prefeito ou pela benevolência do então Diretor da Inspeção, eleger-se Prefeito por uma diferença muito pequena naquele Município. Podemos confessar que o nosso ex-colega Fernando Ribeiro já tinha sido Prefeito daquele mesmo Município e foi um dos melhores dali. Isso não implicaria em que o seu outro contendor de agora fôsse também um bom administrador. De forma que estamos numa polêmica que não vem ao caso, que não é o motivo da nossa presença nesta reunião ao qual parece nos devemos ater. Deveríamos interrogar o depoente e pô-lo à liberdade, logo depois da inquirição. O SR. PRESIDENTE - Realmente, Deputado Edison Garcia, não devemos entrar em detalhes que não tragam esclarecimentos precisos sobre a finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito solicitada por V. Exa., e pediria mesmo que deixasse prosseguir o nobre Relator com o interrogatório, mesmo porque a hora já se faz adiantada. Com a palavra o nobre Relator. O SR. RELATOR - V. Sa. tem conhecimento de uma expedição científica à Arariquera, em Mato Grosso ou Goiás? O SR. PRESIDENTE - Deve ser no Território do Rio Branco. O SR. DEPOENTE - Não estive lá ainda. Não conheço. O SR. PRESIDENTE - São essas missões dos americanos. O SR. RELATOR - V. Sa. conhece a ex-Deputada paulista Teresa Delta? O SR. DEPOENTE - Não, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - V. Sa. uma ocasião passou por São Paulo com uma importância de 2 milhões de cruzeiros para ser entregue no Rio Grande do

Sul? O SR. DEPOENTE - Absolutamente. O SR. RELATOR - Eu até pediria que se convocasse a ex-Deputada, porque fui procurado por ela que declarou que V. Sa. havia passado por São Paulo com aquela importância para ser entregue ao Rio Grande do Sul. O SR. DEPOENTE - Eu? O SR. RELATOR - Sim. O SR. DEPOENTE - Acho que há equívoco. O SR. RELATOR - Isto será esclarecido posteriormente. O ex-Diretor da 1a. Inspetoria fez uma representação ao Coronel Moacyr, ao Conselho de Segurança Nacional. V. Sa. tem conhecimento disso? O SR. DEPOENTE - Tenho, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - V. Sa. foi ouvido sobre essa representação? O SR. DEPOENTE - Não, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - Na ocasião em que houve esse atrito entre posseiros e índios em Mato Grosso, V. Sa. soube se o Exército, tomando conhecimento disso, quis intervir? O SR. DEPOENTE - O Exército determinou, a meu pedido, a ida de um observador militar à região, mas não sei qual foi a conclusão a que chegou o observador. O SR. RELATOR - Sr. Presidente, essas são as perguntas que desejaria fazer ao depoente. Estou satisfeito. O SR. PRESIDENTE - Há mais algum dos senhores membros desta Comissão que deseje interrogar o depoente? O nobre Deputado Rachid Mamed tem ainda alguma pergunta a formular? O SR. RACHID MAMED - Não, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - O nobre Deputado Edison Garcia? O SR. EDISON GARCIA - Não, Sr. Presidente. O Sr. PRESIDENTE - O nobre Deputado Wilson Martins? O SR. WILSON MARTINS - Não, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - A presidência agradece o comparecimento do depoente e se reserva o direito de convocá-lo novamente, se for necessário, no decurso deste inquérito. Naturalmente, com as viagens a que iremos proceder a presença de V. Sa. será necessária para esclarecer pontos que possam vir a ser focalizados no decurso de nossa incursão ao Estado de Mato Grosso. O SR. DEPOENTE - Estarei à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sempre que for necessário. O SR. PRESIDENTE - Assim sendo, V. Sa. já está desvinculado do compromisso prestado de aqui permanecer em Brasília. O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, queria pedir permissão a V. Exa. para, antes de encerrada a reunião, dar um pequeno esclarecimento que reputo da mais alta importância no meu depoimento, com referência ao nosso Regimento, ou seja, ao Art. 11, sobre as competências das Inspetorias. A alínea a diz o seguinte: "Compete às Inspetorias executar ou fazer executar, por intermédio dos Postos, medidas de proteção, assistência e educação ao índio, amparando-lhe a vida, a liberdade e a propriedade, defendendo-o do extermínio, na conformidade das instruções;...executar e pacificar...; não permitir violência contra o índio, promovendo a punição dos crimes que se cometerem contra ele, garantindo o respeito à família indígena e promovendo a punição dos que violarem ou tenta -

rem violar." Quero esclarecer a V. Exa. que medidas foram tomadas junto à Polícia de Campo Grande para a prisão de criminosos existentes dentro da nossa reserva, por ofícios a ela dirigidos solicitando providências, e nenhuma atitude foi tomada por parte da Polícia do Estado de Mato Grosso nesse sentido. Quero apresentar também à Comissão Parlamentar de Inquérito a apreciação feita à nossa gestão pelo órgão de imprensa campo-grandense pertencente ao Bispado de Campo Grande, apreciação feita pelo Frei Tobias de Samanduva, do Bispado de Campo Grande, com respeito às nossas atividades. Há um outro recorte aqui que me levou a iniciar as medidas de moralização com a denúncia nominal feita pela imprensa, do seguinte teor: "Em um esforço de reportagem conseguimos apurar que estão sendo envolvidos como principais acusados os seguintes funcionários: Eurico Sampaio, José Mongero (pai e filho), Pantaleão Barbosa de Oliveira, Alcebiades Martins Ferreira, Arindo, Alberto e Arlindo Ferreira e Leandro Correia da Rocha." Esses funcionários foram denunciados pela imprensa por espoliações e uma série de crimes praticados contra o patrimônio indígena. O SR. PRESIDENTE - Fêz o SPI inquérito sobre isso? O SR. DEPOENTE - Sim. O SR. PRESIDENTE - Chegou a conclusões? O SR. DEPOENTE - Esse inquérito foi anexado a um outro do Ministério da Agricultura. O SR. PRESIDENTE - Está em mãos do Sr. Ministro? O SR. DEPOENTE - Está com a comissão designada por S. Exa., o Sr. Ministro da Agricultura. O SR. PRESIDENTE - Essa Comissão não terminou ainda os seus trabalhos? O SR. DEPOENTE - Creio que não. O SR. PRESIDENTE - Peço a V. Sa. encaminhe à Comissão essa leitura que fêz e também, se possível, o Regimento, face à citação que V. Sa. fêz nesta reunião. O SR. DEPOENTE - Há ainda uma outra parte que pediria também para ler, porque se trata de um documento que seria interessante para a Comissão, da Comissão de Pré-História de São Paulo, assinado pelo Professor Paulo Duarte, Diretor, onde S. Sa., entre outras coisas, diz dirigindo-se ao Sr. Presidente da República: "Essas gravíssimas revelações foram feitas pela primeira vez por uma alta autoridade"... - referindo-se ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios - ... mas os fatos denunciados são do conhecimento do país, inclusive o massacre, em massa, de índios assaltados em suas malocas, permanecendo os ladrões de terra e gado freqüentemente protegidos por partidos poderosos que garantem a impunidade de tais sórdidos criminosos." "Não é a primeira vez que o Instituto Histórico de São Paulo se manifesta contra a prova de selvageria e barbaria que o Brasil vem reiterando com a vergonhosa indiferença diante desses atentados contra os nossos, digo, cometidos contra os nossos índios."

Há pouco tempo enviou o Instituto uma longa representação ao então Presidente do Conselho, na qual demonstrava a importância social, científica e humana da assistência aos índios e chamava a atenção do governo em relação a eles. Permita-me V. Exa. que relembre algumas das razões que levaram o Centro de Pesquisas Científicas, intimamente ligado à sociologia e à etnologia, a dirigir-se àquela alta autoridade executiva do Brasil, no momento em que se anuncia a disposição do Executivo nacional em treinar índios para guerrilhas no sertão." O SR. PRESIDENTE - Uma vez que V. Sa. leu esse documento, há de convir que ele terá que ficar com a Comissão de Inquérito, pois são citadas aí acusações até ao Executivo. O SR. DEPOENTE - Esse documento, Sr. Presidente, foi enviado pela Casa Civil da Presidência da República ao Serviço de Proteção aos Índios, e eu solicitei ao Sr. Diretor a missão de trazê-lo para aqui explicar a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão o fato de que até o Executivo pretende treinar os índios para guerrilhas no sertão. O SR. PRESIDENTE - Trata-se de documento de particular importância, eis que, digo, por que a Comissão Parlamentar de Inquérito o requisita. O SR. DEPOENTE - Pediria então a V. Exa. que o requisitasse do Serviço de Proteção aos Índios, e este documento viria então à Comissão. O SR. PRESIDENTE - A Secretaria tomará providências no sentido de que seja requisitado esse documento do SPI. O SR. DEPOENTE - Essas, Sr. Presidente, as considerações que desejava fazer perante esta Comissão. O SR. EDISON GARCIA - Sr. Presidente, solicitaria se anotasse o nome da autoridade encarregada da Polícia Civil do Sul do Estado, com jurisdição sobre a 5a. Inspetoria de Mato Grosso, que é o Major Benedito Couto... O SR. DEPOENTE - Primo do representante que foi assassinado. O SR. EDISON GARCIA -... que, inclusive, estava em companhia do depoente na reserva dos Caldués e poderá prestar à Comissão esclarecimentos sobre o fato, mesmo porque foi lembrado aqui que a autoridade policial do sul do Estado não havia tomado quaisquer providências para punir os possíveis criminosos apontados pela Inspetoria do SPI. Poderia até, se fôr o caso, fornecer cópia dos inquéritos policiais abertos nesse sentido. O SR. PRESIDENTE - Aliás, o depoente mencionou, no caso, uma das famílias que por diversas maneiras teria influído para a sua saída de Campo Grande. Daí por que o Major Couto será ouvido, quando de nossa ida àquela região. O SR. DEPOENTE - Aliás, o Secretário do Interior e da Justiça do Estado de Mato Grosso, tomando ciência dos fatos que ocorriam em torno dessa invasão de terras, estêve em Campo Grande e responsabilizou o Major Couto pela minha vida. O SR. PRESIDENTE - O nobre Relator deseja ainda fazer mais

alguma pergunta? O SR. RELATOR - Terminando, Sr. Presidente, gostaria que a Comissão solicitasse ao Ministro da Agricultura uma relação dos inquéritos existentes no Serviço de Proteção aos Índios com os nomes dos indiciados, informando quantos já foram concluídos e quantos estão ainda para serem terminados, como também as representações contra funcionários e Diretores do Serviço de Proteção aos Índios. O SR. DEPOENTE - Solicitaria também à Comissão que pedisse o inquérito instaurado pelo Sr. Jaime Moreira, no Estado do Rio Grande do Sul, e um outro feito contra a venda de pinheiros a que respondeu o Sr. José Maria da Gama Malcher, responsável pela venda de cerca de 180 milhões de cruzeiros de pinheiros naquele Estado. O SR. RELATOR - Seria interessante também solicitar os inquéritos, ou ao Sr. Ministro, ou ao Sr. Diretor do SPI, pois não sei onde os mesmos se encontram. O SR. DEPOENTE - Sei que o Coronel está encontrando dificuldades para localizar esses inquéritos, porque a maioria desapareceu. O SR. PRESIDENTE - Peço à Secretaria faça as anotações, a fim de que os ofícios sejam expedidos. Convoco uma reunião de caráter ordinário para amanhã, às 15,00 horas, a fim de traçarmos as diretrizes para a nossa viagem, neste mesmo local. O SR. DEPOENTE - Gostaria, Sr. Presidente, que V. Exa. informasse qual os transportes que deseja sejam postos à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito em Manaus. O SR. PRESIDENTE - No momento não posso precisar, porque daqui a Manaus iremos de avião. De lá seguiremos naturalmente o roteiro traçado pelo Relator. Com certeza iremos à Fazenda Nacional de São Marcos, e apenas pediria a V. Sa. a providência de mandar preparar o campo. Há lá um campo muito bom, mas sei que está abandonado. É talvez um dos melhores do Território de Roraima, em terreno sólido, bem encostado à Fazenda, e nos dará bastante facilidade para ir de Boa Vista até lá em vinte minutos, no máximo. Mas esse campo não está sendo praticável há mais de três anos. De maneira que a utilização dêle como está importa em perigo e pediria essa providência preliminar, a fim de facilitar a ida da Comissão àquela região. Quanto a Manaus, possivelmente não teremos tempo hábil de visitar todos os Postos, e de acordo com as observações feitas in loco, após ouvirmos alguns depoimentos, é que o Sr. Relator sugerirá quais os Postos que deveremos visitar, aqueles que a Comissão julgar conveniente. O SR. RELATOR - A base aérea de Manaus possui helicóptero? O SR. DEPOENTE - Não. O SR. PRESIDENTE - Nobre Relator, há pouco falava com o nobre Vice-Presidente desta Comissão, e parece que na ocasião poderemos ter em Manaus - entrarei em entendimentos com o Sr. Ministro da Aeronáutica - um bimotor à nossa disposição. Nada mais havendo a tratar, vou levantar os

481

672

1160

10/

Ym

1846

Fls. 28.

trabalhos. Está encerrada a reunião.

Antônio Carlos

Ym

482 1224
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Presidente: Deputado Valério Magalhães.

Depoente: Benedito Pimentel

Reunião de 6 de junho de 1963

O SR PRESIDENTE - Sr. Benedito Pimentel, o Sr., antes de iniciarmos as perguntas que queremos formular, V. S. prestará compromisso de que irá dizer a esta comissão parlamentar de inquérito, a verdade sobre tudo que lhe seja perguntado? O SR DEPOENTE (BENEDITO PIMENTEL) - Prometo dizer a verdade. O SR PRESIDENTE - V.S. é funcionário do SPI há quantos anos? O SR DEPOENTE - Na função de inspetor estou há 18 anos. O SR PRESIDENTE - Tem o cargo de inspetor, mas no momento chefia a Seção de Administração. O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Chefiando essa Seção de Administração a parte contábil sobre as verbas da União está devidamente escriturada nessa sua seção ou na seção financeira? O SR DEPOENTE - As verbas? O SR PRESIDENTE - A verba da União. O SR DEPOENTE - A verba orçamentária é escriturada na minha seção. Os adiantamentos são feitos por intermédio da seção. As prestações de contas, por intermédio da seção. É verba orçamentária e de acordo com o Regimento pertence à seção de Administração. O SR PRESIDENTE - Todas as compras têm obedecido rigorosamente ao preceito do código de contabilidade pública, isto é, quando atinge aquele teto estabelecido nesse código, mediante tomada de preços, aquilo que esteja quem dêse teto e as de concorrência pública, as que estejam além? O SR DEPOENTE - Aqui no nosso Serviço a verba é distribuída às inspetorias, tanto as verbas orçamentárias, quando as específicas. A aplicação não é feita por intermédio da seção. A seção requisita os adiantamentos e o diretor determina a distribuição de acordo com o plano de trabalho para as inspetorias. O SR PRESIDENTE - Mas as compras, como temos notícia, de medicamentos, não foram feitas pelas inspetorias e sim pela diretoria. A sua seção deve ter conhecimento. O SR DEPOENTE - A única compra que foi feita para a inspetoria foi de uma verba de 400 mil cruzeiros. A compra maior foi feita por intermédio da Seção de Estudos no Rio de Janeiro. O SR PRESIDENTE, - Essa seção tem alguma coisa com a compra? O SR DEPOENTE - Foi suprido o chefe da seção, por ordem do diretor. O SR PRESIDENTE - Mas esse dinheiro transitou por sua seção. O SR DEPOENTE - Não. Nos últimos dias de dezembro é que saíram as verbas específicas, as verbas grandes, que foram de 8 milhões e 600 mil cruzeiros. O Coronel Moacyr e mais o Mo-

483 471 1225
2
ta Cabral, que era o chefe titular da Seção no Rio, fizeram o suprimen-
to às pessoas que deveriam fazer a aplicação. O SR PRESIDENTE - E a
prestação de contas foi enviada para quem? O SR DEPOENTE - Foi envia-
da para eu fazer os balancetes e encaminhar. O SR PRESIDENTE - A en-
trada da documentação veio à sua sua seção? O SR DEPOENTE - Está vin-
do porque tem o prazo de acôrdo com a Lei 2.583, de setembro de 1940,
que regula nossa aplicação, que dá o prazo de 9 meses para aplicação.
Eles vão mandando para fazermos. Algumas já foram encaminhadas. Ou-
tras estamos aguardando a vinda da documentação. O SR PRESIDENTE - In-
clusive a da compra de veículos. O SR DEPOENTE - Aqui teve um veículo
que foi comprado no Rio, por um funcionário da Seção de Estudos. O SR
PRESIDENTE - Como é o nome dêle? O SR DEPOENTE - João Bezerra de Melo.
O SR PRESIDENTE - Comprou com verba diretamente enviada para êle? O SR
DEPOENTE - Distribuida no Rio e entregue a êle. O SR PRESIDENTE - da
União ou da renda? O SR DEPOENTE - Da verba orçamentária, que é 4. 2
Investimentos. Foi comprado um caminhão. O SR PRESIDENTE - A escrita
da sua seção está perfeitamente em dia? O SR DEPOENTE - Não porque fal-
ta a comprovação dêsse pessoal todo. O SR PRESIDENTE - Eu digo no que
tange aos adiantamentos feitos. Por exemplo, se esta comissão pedir
uma inspeção à sua escrita e chegando lá haja um adiantamento de 4 mi-
lhões para êsse fim. V. S. havia já recebido 3 milhões em documentos.
Está perfeitamente palpável de que 1 milhão ainda está a descoberto.
Pder-se-á ver isso pela escrita? O SR DEPOENTE - Não. Estamos apenas
com 2 funcionários na seção, duas moças. De ll só temos 2 moças. O SR
PRESIDENTE - E os outros? O SR DEPOENTE - A maioria foi saindo. Mesmo
Contador ou técnico de contabilidade nós não temos. O SR PRESIDENTE -
Mas já na gestão do Coronel Moacyr? O SR DEPOENTE - Tinha mais funci-
nários. O SR PRESIDENTE - Quantos funcionários tinha quando o Coronel
começou? O SR DEPOENTE - Quando vim para aqui tinha D. Margarida, Quei-
roz Garcia, eu, D. Cremilda... Esses funcionários saíram. O SR PRESI-
DENTE - Por que saíram? O SR DEPOENTE - Não era eu o chefe. O chefe e-
ra o Mota Cabral. O SR PRESIDENTE - Por que êle e outros funcionários
deixaram a seção? O SR DEPOENTE - Um foi posto à disposição do Tribu-
nal Regional Eleitoral. D. Cremilda foi relotada numa outra repartição
no 8º andar. O Wilson Queiroz de Garcia pediu demissão porque êle era
agente nível 6 e foi nomeado assessor de imprensa, no Departamento Fe-
deral de Segurança Pública, nível 17. Conseguiu a nomeação antes das
proibições. D. Margarida continua, mas está licenciada para tratamen-
to de saúde. O SR PRESIDENTE - De modo que sua escrita não está em
dia porque falta funcionários. O SR DEPOENTE - Estou agora treinando
um funcionário. O SR PRESIDENTE - Por êsse motivo não poderá dar a es-
ta comissão as informações que necessita na parte contábil. O SR DE-
POENTE - Posso dar naquilo que foi suprido e nas prestações de contas

- 3 -

que estão chegando. O SR PRESIDENTE - Não está em dia a movimentação? O SR DEPOENTE - A maioria das prestações de contas não vieram. Foram recebidas dia 17, dia 19, dia 21, até 27 de fevereiro foram recebidos adiantamentos. Foram supridos no Rio por uma exposição de motivos que o Mota fez ao diretor. O SR PRESIDENTE - Foi para a compra de medicamentos? O SR DEPOENTE - Para tudo, essa verba de 86 milhões. O SR PRESIDENTE - O funcionário do Rio que recebeu esse dinheiro era o chefe da Seção de Estudos? O SR DEPOENTE - Josias Ferreira de Macedo. O SR PRESIDENTE - Foi o funcionário que recebeu esse numerário? O SR DEPOENTE - Uma parte do numerário, 7 milhões e pouco. O SR PRESIDENTE - Por intermédio d'ele foram feitas as compras de medicamentos. O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Uma última pergunta: Essas passagens, requisição de passagens, passam pela sua seção? O SR DEPOENTE - Não, as requisições são feitas pela Seção Administrativa. O SR PRESIDENTE - Só são feitas para funcionários. O SR DEPOENTE - Eu só faço para funcionários. Se tem alguém de fora não sei. Não faço sem uma ordem de serviço, para poder justificar no Tribunal de Contas. O SR PRESIDENTE - V.S. assegura que não há nenhuma requisição a não ser para funcionários em serviço, pagos pelo SPI? O SR DEPOENTE - Não - posso afirmar porque algumas foram feitas por ordem do Gabinete. O SR PRESIDENTE - O Gabinete tem verba própria? Não passa pela sua seção, uma vez que se trata da Seção Administrativa, e as verbas são camamentárias? O SR DEPOENTE - Eu quero explicar. O SR PRESIDENTE - Como o Gabinete faz requisições e V. S. paga sem conhecer se essas requisições foram feitas e para quem? O SR DEPOENTE - Foram feitas por funcionários do Gabinete. O SR PRESIDENTE - Mas se já outras requisições não feitas para funcionários, elas são feitas com verba da União. Como vão pagar? O SR DEPOENTE - Aqui na seção não foi feito. O SR PRESIDENTE - V. S. falou, talvez pelo Gabinete. O SR DEPOENTE - O Gabinete tem algumas passagens que não são para funcionários nossos, mas funcionários do Gabinete do Ministro. Parece-me que até a comissão aqui pediu umas passagens terrestres. O SR PRESIDENTE - Que eu saiba nós não pedimos nenhuma passagem terrestre. O SR DEPOENTE - Parece que a comissão pediu que dissessem as passagens para pessoas estranhas nos processos tais e tais. Eram 4 processos. Esses não são funcionários. É de uma missão lá de Jacutinga. Isso sei que foram fornecidas pelo Coronel, mas são passagens ferroviárias. São 4 processos dos quais foram pedidos os números. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito. O SR CELSO AMARAL - Qual foi o Decreto que citou que dispõe sobre a aplicação de créditos? O SR DEPOENTE - 2.583, de 14 de setembro de 1940, que dá no Art. 2º, 9 meses de prazo para comprovação da aplicação. O SR CELSO AMARAL - O Sr. declarou que essas requisições são feitas unicamente para funcionários do SPI. O SR DEPOENTE - Do -

485 466 1227
-4- *[Handwritten signatures and initials]*

SPI. Algumas foram pedidas pelo Gabinete para funcionários de lá, inclusive chefe de gabinete. Eram funcionários do gabinete do Ministro. O SR CELSO AMARAL - Nós temos uns documentos aqui que comprovam o fornecimento, não sei se de passagens aéreas ou ferroviárias a um ex-funcionário do SPI, Silvio Meireles. O SR DEPOENTE - Passagens requisitadas pelo Serviço, pelo Diretor? O SR CELSO AMARAL - Sim. O SR DEPOENTE - Não tenho conhecimento. No meu arquivo não consta nenhuma requisição. Se a requisição foi feita, o foi então da seção. O SR CELSO AMARAL - Outra coisa que me causou bastante estranheza é um ofício assinado - pelo Sr., um relatório assinado por V. S., sobre o Inspetor Iridiano Amarinho de Oliveira. Esse ofício chegou às nossas mãos no dia 4 de junho, ante-ontem, na hora em que o funcionário vinha depor, sem uma requisição nossa, sem um pedido nosso. O SR DEPOENTE - Ofício assinado por mim? O SR CELSO AMARAL - Exatamente. Brasília 30 de maio. O SR DEPOENTE - Pode ser um relatório sobre uma sindicância mandada proceder pelo diretor. O SR CELSO AMARAL - Quem a pediu, o próprio diretor? O SR DEPOENTE - Sim. Ordem de Serviço nº 22, de 20 de março, determinando que eu fizesse uma sindicância na 8ª Inspeção, sobre pessoal assalariado. Fiz a sindicância. Não citei nome de ninguém. Citei sobre a chefia. O SR CELSO AMARAL - Houve ordem do diretor para que esse ofício chegasse em hora e data determinadas? O SR DEPOENTE - Não tenho conhecimento disso. Apresentei apenas o relatório a ele, diretor. O SR CELSO AMARAL - Ele pediu há quanto tempo? O SR DEPOENTE - Aí cita a Ordem de Serviço de 20 de março. O SR CELSO AMARAL - Dêste ano? O SR DEPOENTE - Isso deve constar do início. O SR CELSO AMARAL - O Sr. diz que há duas contabilidades, e que uma é a renda indígena, que está fora da seção. O Sr. está com a parte orçamentária? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR CELSO AMARAL - Antigamente era uma seção só. A Seção de Contabilidade é que fazia toda a escrita? O SR DEPOENTE - Não, pelo menos não tenho conhecimento. A verba orçamentária sempre foi da Seção de Administração, apesar de não ser eu o chefe. Era o Mota. O SR CELSO AMARAL - Há um contador responsável por isso na sua seção? O SR DEPOENTE - Não. Tinha um que saiu no ano passado, e que está agora no Tribunal Regional Eleitoral. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que não há contabilidade, não há contador? O SR DEPOENTE - A seção não tem contador. O SR RACHID MAMED - O Sr. é contador? O SR DEPOENTE - Sou inspetor. O SR CELSO AMARAL - Quem assina os documentos contábeis? O SR DEPOENTE - A prestação de contas é encaminhada pelo chefe da Seção de Administração. Foi o Mota. Agora, na minha administração eu é que encaminho os balancetes. O SR CELSO AMARAL - Não há contador para assinar os balancetes, então? O SR DEPOENTE - Não. O SR CELSO AMARAL - O Sr. conhece o Laboratório Leo, nesta cidade? O SR DEPOENTE - Conheço o representante deles aqui. O SR CELSO AMARAL - Houve uma compra de

486 4th 1228
- 5-
remédios. Sabe porque dotação foi paga? O SR DEPOENTE - Deve ter sido paga pela verba orçamentária. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, eram essas as perguntas que desejava fazer. O SR PRESIDENTE - O nobre Depu-
tado Rachid Mamed tem alguma pergunta a fazer? O SR RACHID MAMED - V. S. é velho funcionário do SPI? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RACHID MAMED - V. S. está há dois meses aqui em Brasília? O SR DEPOENTE - Há dois meses chefiando a Seção de Administração. O SR RACHID MAMED - V. S. está aqui desde que o SPI foi transferido? O SR DEPOENTE - Assumi aqui em 2 de março de 1962. Vim trabalhar como simples funcionário. O SR RACHID MAMED - Desde que o Coronel Moacyr assumiu a chefia? O SR DEPOENTE - Vim pouco depois. Parece que ele entrou em 1961 e eu vim para cá em fins de fevereiro de 1962 e comecei a trabalhar no dia 2 de março de 1962, em Brasília. O SR RACHID MAMED - Temos percebido pelos interrogatórios que têm sido feitos a funcionários do SPI que vários deles têm-se mostrado descontentes, desgostosos com a orientação do atual diretor. Outros têm abandonado o SPI, por este ou aquele motivo. Eu queria ouvir o ponto de vista de V. S. a respeito do diretor, da sua orientação, um ponto de vista franco, que esclarecesse a comissão, com a franqueza que lhe é peculiar. O SR DEPOENTE - Eu acho que ele vem orientando o Serviço de acordo com o que deve ser feito. Agora, há divergências com outros funcionários. Eu não tenho divergências com ninguém. O SR RACHID MAMED - Com o Coronel V. S. se entende perfeitamente? O SR DEPOENTE - Me entendo perfeitamente. Não tenho queixa de nenhum funcionário. Não tive atritos com ninguém. Dou-me com todos, com os que estão com ele e com os que saíram. Não faço restrições a nenhum. Quanto à administração do Coronel acho que está, pelo menos até agora, perfeitamente bem. O SR RACHID MAMED - O Sr. Fernando Cruz esteve na 5ª Inspetoria, em Campo Grande. Fêz arrecadações que ele mesmo nos confiou vultosas. Destas arrecadações alguma importância teria sido remetida aqui para a direção do SPI e estaria registrada ou escriturada? O SR RACHID MAMED - A renda indígena não é da minha seção. É da Seção de Orientação e Assistência. O SR RELATOR - V. S. não tem conhecimento disso? O SR DEPOENTE - Não, porque não se referia a minha seção. Lá não ouvi dizer que tenha havido qualquer coisa. Não tomei conhecimento de nenhum recolhimento, nem de recebimento, nem do "quantum" do recebimento. Sei que chegou lá, que lá há renda e movimento. Mas do montante não tenho conhecimento. O SR RELATOR - Era o que eu tinha a perguntar, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Perguntaria ao Depoente se nota, dentro do SPI, no momento, certa irregularidade no funcionamento dessa repartição quanto a funcionários em choque com o Diretor, ou o Diretor com alguns funcionários. O SR DEPOENTE - Disse que desde o princípio, que lá cheguei noto irregularidade e divergência de funcionários com o Diretor ou do Diretor com funcionários. Isso toda

487 179 1229
- 641/

repartição tem, como a nossa também. Uns descontentes, outros conten-
tes. O SR PRESIDENTE - As viagens do Diretor para Campo Grande são
feitas sempre pelo trajeto Rio-São Paulo-Campo Grande. Há muita difi-
culdade de ter outro meio de locomoção daqui para Campo Grande? Aliás,
pergunto em causa própria, porque quero ir lá. Terei que ir ao Rio, a
São Paulo, para chegar lá? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Pos-
so ir daqui... O SR DEPOENTE - Daqui a São Paulo. O SR PRESIDENTE -
Daqui a Campo Grande não posso? Tenho de ir a São Paulo? Por Goiânia
não há possibilidade? O SR DEPOENTE - Nunca viajei para lá, nunca re-
quisitei, nessas condições, nem paguei. Apenas sei que as viagens têm
sido ou por São Paulo ou pelo Rio. Mesmo porque há no Rio a seção que
está lá, agora transferida para cá. O SR PRESIDENTE - Em São Paulo,
qual a seção que tinha para atender? O SR DEPOENTE - No Rio. Em São
Paulo o SPI não tem seção. O SR PRESIDENTE - Outros funcionários, quan-
do nessas viagens, fazem o mesmo percurso? O SR DEPOENTE - Têm feito:
Rio, São Paulo... Outros, daqui a São Paulo. O SR PRESIDENTE - Pode
informar à Comissão se agora, já em junho, a verba de passagens já ul-
trapassou os duodécimos? Essas passagens da verba normal? O SR DEPOEN-
TE - Bem... O SR PRESIDENTE - A escrita é sua, da sua seção. O SR DE-
POENTE - Precisaria ver os empenhos, as requisições que tenho feito.
Fazemos a requisição de passagem hoje e a conta vem daqui a um, dois
meses. O SR PRESIDENTE - V. Sa. pode avaliar pelas requisições e em-
penhos se a verba está ultrapassada no duodécimo. Somando duas, três,
quatro, cinco requisições, sabendo o preço da passagem, V. Sa. podia
dizer realmente o montante... O SR DEPOENTE - Creio que tenham ultra-
passado as requisições feitas para funcionários. Vinte e poucos que
foram no fim de dezembro para o Rio receber adiantamentos. Foram fun-
cionários do Pará, um do Amazonas, quatro de Recife,... O SR DEPOENTE
O adiantamento não podia ser enviado pelo Banco do Brasil? É preciso
que o funcionário venha ao Rio de Janeiro, fazendo despesa muito mai-
or do que a comissão que o Banco poderia cobrar? O SR DEPOENTE - Não
temos pagamento aqui ao funcionário, ou remessa. Tem que ser recebido
no Tesouro. O SR PRESIDENTE - Mas o Diretor-Geral tem autoridade, pe-
lo Regimento, para receber verbas do SPI. V. Sa. disse há pouco que
êle é que faz o adiantamento. Fêz para o Rio de Janeiro, faria para
qualquer Inspetoria. O SR DEPOENTE - Não faz. O SR PRESIDENTE - Eu
disse que êle, Diretor, receberia o montante e faria a transferência
para tôdas as Inspetorias. O SR DEPOENTE - Mas não faz. Estou bem a
par, trabalhei muitos anos na administração, desde o José Maria de Pau-
la que trabalhei no Rio. O adiantamento, quando anterior a julho, po-
de ser dividido em duas parcelas. Uma se recebe no primeiro semestre,
outra no segundo. Cada funcionário só pode receber dois adiantamentos.
O SR PRESIDENTE - Está certo. Mas aí manda pelo Diretor. O SR DEPOEN-

188 1230
- 3 -

TE - Não pode sair no nome do Diretor. Temos 20 verbas: as 20 verbas têm que sair em 40 requisições. O Diretor não pode recebê-las todas e distribuí-las. O SR PRESIDENTE - Permita voltar a este assunto. Conheço administração pública e bem, releve-me a imodéstia. Posso dizer que os diretores, chefes de serviço recebem no Tesouro, diretamente. A não ser que não queiram. Por sua vez, fazem o adiantamento, normalmente. E prestam contas ao Tribunal de Contas. O SR DEPOENTE - O Diretor, que encaminha... O SR PRESIDENTE - Logo, essas importâncias, esse numerário poderia ser enviado por intermédio do Diretor, que o recebia e mandava pelo Banco o adiantamento. Não só dava escrita no Banco, como se escriturariam as idas e vindas; e se usaria com maior eficiência a dotação se o dinheiro fôsse, e não viesse o funcionário de Manaus ao Rio de Janeiro para receber 50 mil cruzeiros, gastando quase isso. O SR DEPOENTE - Podia fazer a consulta e trazer esse documento, onde o Tribunal recusou registro porque o funcionário tinha já dois adiantamentos. O SR PRESIDENTE - Mas aí não é adiantamento feito pelo Tesouro, porém adiantamento interno, feito pelo Diretor, que recebe a quantia correspondente e ele, então, distribui pelas diversas Inspetorias as quotas. Seria movimento interno, escrita interna. O SR DEPOENTE - O Diretor não pode receber várias consignações, só duas. Nenhum funcionário pode receber mais de dois adiantamentos. O SR PRESIDENTE - Fui Governador do Acre e recebia o trimestre integral. O SR DEPOENTE - Aí é verba específica, global. O SR PRESIDENTE - Também essa é específica. O SR DEPOENTE - A nossa não é global. O SR PRESIDENTE - Também a nossa não é. As dos Territórios não o são. O SR DEPOENTE - Mas é feita com adiantamento global para distribuição, e a nossa não. O SR PRESIDENTE - Bem, o assunto veio à baila porque V. Sa. queria justificar as viagens desses funcionários. A meu ver, são supérfluas, continuo dizendo, porque mesmo que recebessem, podiam passar procuração para isso. V. Sa. sabe que é possível, dentro da lei. O SR DEPOENTE - Posso provar com as requisições... O SR PRESIDENTE - O procurador tem plenos poderes para receber dinheiro em qualquer parte do Brasil em que ele tenha importâncias a receber. Desde que a procuração esteja legal, em ordem, ele recebe. O SR DEPOENTE - Posso trazer documentos que provam o contrário, que não aceitam mais que dois adiantamentos; que o Tesouro exige comprovação da pessoa. Recebi vários adiantamentos na dotação passada. Foi recusado um, em meu nome, porque a comprovação anterior não tinha sido homologada pelo Tribunal de Contas. O SR RELATOR - Quer dizer que é normal? O SR DEPOENTE - Sim, só aceitam dois adiantamentos. A nossa é toda uma legislação especial. Aí está o Código de Contabilidade de União, Lei 830, que especifica: 60 dias, com prerrogativa de 30 outra comprovação dos adiantamentos em todos os Ministérios e repartições. O SR PRESIDENTE - Mas V. Sas. têm 9 meses. O SR DEPOENTE

488 / 491 / 1231 /
- 8 - *Am. N. 1231*

TE - Por isso digo que nossa legislação é especial, específica. Ela nos dá 9 meses. O SR PRESIDENTE - O nobre Relator tem alguma pergunta a formular? O SR RELATOR - Não, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Por mim, estou satisfeito. O SR DEPOENTE - Pos não. O SR PRESIDENTE - Teremos, possivelmente, necessidade de sua presença em outra ocasião. O SR DEPOENTE - Muito obrigado. O SR PRESIDENTE - V. Sa. está liberado nesta reunião. O SR DEPOENTE - Pois não.

Prumo

Prumo; na fls. 1. última
linha, lida. e: " 88.600.000,00
em vez de 8 milhões e 600 mil
cruzados.

480 492 1233
47/38 mm

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Presidente: Deputado Valério Magalhães.

Deponente: Luís de França Pereira Araújo.

Reunião de 6 de junho de 1963

O Sr. PRESIDENTE - Está aberta a sessão. Vamos passar a ouvir o deponente, Sr. Luís de França Pereira Araújo, funcionário do SPI. De acordo com a Constituição e o regimento que preside os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, V.S. deverá prestar o compromisso de que dirá, perante os membros desta comissão, a verdade, somente a verdade, sobre tudo quanto lhe fôr perguntado. O SR DEPOENTE - Direi somente a verdade. O SR PRESIDENTE - Temos sempre procurado ouvir, primeiramente, o deponente para então, depois, fazermos as inquirições. Gostaríamos de saber do nobre relator se poderemos seguir o ritmo normal ou se deveremos passar às perguntas e se alguma coisa for omitida em nossas perguntas, ao final o deponente poderá acrescentar. O SR CELSO AMARAL - Seria mais interessante. O SR PRESIDENTE - Sendo assim me permitiria formular algumas perguntas antes de passar a palavra aos outros membros da comissão e principalmente ao Relator. Trabalha no SPI há quantos anos? O SR DEPOENTE - 10 anos, mais ou menos. O SR PRESIDENTE - Qual tem sido sempre sua atividade junto à Diretoria do SPI? O SR DEPOENTE - Contabilidade. Com o concurso que prestava, naturalmente, ascendi à chefia da seção a que pertencia como Contador e onde continuo como Contador. É a seção de Orientação e Assistência. Posteriormente, há uns 2 ou 3 meses atrás, é que fui exonerado, exoneração essa que já havia pedido por duas vezes à atual direção. O SR PRESIDENTE - No momento não está chefiando nenhuma seção mas continua no trabalho? O SR PRESIDENTE - digo, O SR DEPOENTE - Nenhuma seção mas continuo no trabalho de contabilidade. O SR PRESIDENTE - V.E. na qualidade de contabilista tem feito inspeções às inspetorias, nas escritas de cada uma delas? O SR DEPOENTE - Nunca foi determinada essa inspeção. O SR PRESIDENTE - Não houve qualquer inspeção nas escritas das inspetorias? O SR DEPOENTE - Procedi - das pelo serviço contábil não. O SR PRESIDENTE - A escrita da diretoria é atualizada? O SR DEPOENTE - Não. Com a mudança da diretoria para Brasília houve uma redução muito grande de funcionários. Esse serviço ficou bastante atrasado. O SR PRESIDENTE - Por que essa redução de funcionários? Ficaram no Rio de Janeiro? O SR DE-

POENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Tem alguma seção do SPI no Rio? O SR DEPOENTE - Seção de Estudos, onde está instalado o Museu do Índio. O SR PRESIDENTE - Lá ficaram vários funcionários que eram de outras seções? O SR DEPOENTE - Alguns de outras seções, outros que conseguiram lotação em outras repartições do Ministério. O SR PRESIDENTE Mas são pagos pelo SPI e continuam no quadro do SPI? O SR DEPOENTE - Esse detalhe não estou a par. O SR PRESIDENTE - A grosso modo poderá dizer quantos funcionários do SPI ficaram no Rio? O SR DEPOENTE - Aproximadamente, sem contar a Seção de Estudos, calculo uns 10 a 15 funcionários. O SR PRESIDENTE - E a Seção de Estudos quantos funcionários tem, também aproximadamente? O SR DEPOENTE - Uns 15, não sei dizer exatamente. O SR PRESIDENTE - No Rio, então, devem estar uns 30 funcionários? O SR DEPOENTE - Talvez um pouco menos, uns 20 e poucos. O SR PRESIDENTE - Passo para o setor objetivo de V. S, antes de dar a palavra aos demais colegas e principalmente ao relator a quem cabe toda a responsabilidade no que concerne a nossas conclusões finais. Felizmente esta comissão está ótimamente servida. Tenho observado que o relator está realmente desejoso de trazer a esta comissão parlamentar de inquérito aquela contribuição indispensável ao êxito que esperamos, porque as comissões parlamentares de inquérito já estão um pouco desmoralizadas no conceito público. Elas se constituem e praticamente nada sai ao final. Esperamos que com a nossa, graças ao grande relator, isso não aconteça. Vamos às perguntas: De que se compõe a renda indígena, tão falada? O SR DEPOENTE - Compõe-se de resultados comerciais na atividade da agricultura, da indústria extrativa e algumas indústrias rudimentares e também da pecuária. O SR PRESIDENTE - São 4 fontes, conseqüentemente, para a renda indígena. Todas as inspetorias têm essas fontes ou alguma delas como renda indígena? O SR DEPOENTE - Todas elas têm, dependendo da região. Umas têm mais de agricultura, outras, como nas regiões do norte, mais a indústria extrativa. O SR PRESIDENTE - Essa indústria extrativa é feita por intermédio dos índios? O SR DEPOENTE - Dos índios e também sem ser por parte deles. Os índios participam. O SR PRESIDENTE - Há uma outra fonte que V. S. não citou e que aqui já se falou sobre ela. É a renda dos arrendamentos. O SR DEPOENTE - Escapou-me. Há também os arrendamentos para a exploração da própria terra, arrendamentos para pastagem. Isso existe. O SR PRESIDENTE - Então são cinco fontes. V.S. como contador - não iremos pedir números redondos, mas aproximadamente - calculando essa renda indígena - de todas as inspetorias para o SPI, a grosso modo, num exercício, digamos no de 1962, a quanto montaria, aproximadamente uma pela outra? O SR DEPOENTE - Há uma oscilação de ano para ano, oscilação por influência, vamos dizer, das operações com a pecuária, porque essas operações, com a pecuária, não são comuns, normais, constantes. O SR PRESI

DENTE - Elas variam? O SR DEPOENTE - Variam. É a venda de gado. O SR. PRESIDENTE - Agora, quanto a essa venda de gado. Quantas são as fazendas do SPI, fazendas de pecuária? O SR DEPOENTE - As mais importantes são São Marcos, Getúlio Vargas, a que nós chamamos as reservas dos cauduels, em Mato Grosso é depois vêm outras em plano secundário. O SR CELSO AMARAL - A Fazenda Getúlio Vargas fica localizada em que Inspeção? O SR DEPOENTE - Pertence ao posto indígena Getúlio Vargas, situado na Ilha do Bananal e subordinada à 8ª Inspeção. O SR PRESIDENTE - Acho, nobre Relator, que depois dessa viagem a Mato Grosso teremos que fazer uma a Goiás, porque a 8ª Inspeção é em Goiás. O SR DEPOENTE - A 8ª tem sede em Goiânia. O SR PRESIDENTE - De Goiânia poderemos ir a esse posto. Mas essa renda da pecuária, toda ela está escriturada na Diretoria ou algumas inspeções, acidentalmente, mandam seus resultados. O SR DEPOENTE - Essa operação obedece a certos preceitos. Por exemplo, o encarregado do posto e também o chefe de inspeção não pode promover uma operação dessa ordem sem autorização, sem um entendimento com a Diretoria. O SR PRESIDENTE - Depende sempre de autorização prévia da Diretoria? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - A venda de gado tem sido só de bois ou também de matrizes? Gado de corte ou gado de cria? O SR DEPOENTE - Não estou bem certo mas suponho que também é possível que entrem matrizes. Mas a orientação é sempre de conservar as matrizes. O SR PRESIDENTE - A Diretoria do SPI poderá fornecer-nos nomes de pessoas que tenham adquirido gado dessas fazendas? O SR DEPOENTE - Sim sr., é possível. O SR PRESIDENTE - Eu pediria ao nobre Relator, caso esteja de acordo, que solicitasse os nomes de todas as pessoas que têm comprado gado do SPI, mencionando as fazendas e a qualidade, se de corte ou de cria, para podermos ter uma base. Há informações de que até funcionários compraram gado de cria, por preço muito baixo e hoje são pequenos fazendeiros, inclusive no Rio Branco, na minha terra natal, eu tenho notícia disso. Daí porque seria interessante termos os nomes dos adquirentes e mais se se trata de gado de corte ou de cria, ou uma coisa e outra. O SR DEPOENTE - A orientação é sempre para conservar as matrizes. O SR PRESIDENTE - V.S. sabe se houve venda de gado na gestão atual? O SR DEPOENTE - Houve. O SR PRESIDENTE - Em todas as inspeções onde há fazendas ou particulariza alguma? O SR DEPOENTE - As que me recorde foram uma realizada em Mato Grosso, na inspeção de Cuiabá, outra realizada em Campo Grande e uma que foi feita mais a título de cessão, foi negociada com a IFA, em Getúlio Vargas, no Bananal. O SR PRESIDENTE - 3 vendas de gado na atual gestão. O SR CELSO AMARAL - De fato, essas vendas por leilões, concorrência... O SR DEPOENTE - Essa de Cuiabá e a de Campo Grande foram realizadas mediante concorrência pública e essa de Getúlio Vargas foi negociada com a IFA, que é a inspeção regional de fomento animal.

me parece. O SR CELSO AMARAL - Quantas cabeças, o Sr. recorda? O SR DEPOENTE - Não estou bem certo mas me parece que 60. Não afirmo categoricamente, mas me parece que foram 60 rezes. O SR PRESIDENTE - Pergunto: O resultado dessa venda é depositado no banco? Qual é a maneira de recolhimento dêsse dinheiro? O SR DEPOENTE - O resultado dessa venda é depositado no Banco do Brasil. O SR PRESIDENTE - Todo - êle? O SR DEPOENTE - Todo êle. O SR PRESIDENTE - É movimentado com uma escrita à parte, de renda indígena? O SR DEPOENTE - Esses depósitos são feitos na conta do SPI, conta de depósitos de rendas do patrimônio indígena. É uma conta que conseguimos na gestão do General José Luís Guedes, em que apesar de ser de uma entidade pública, ela rende juros. Essa conta é movimentada pelo diretor e em seu impedimento pelo seu substituto legal. O SR PRESIDENTE - As inspetorias - têm escrita sobre a venda de gado, inclusive a de Campo Grande? O SR DEPOENTE - Não estou capacitado a declarar, porque, como já disse, de início, nunca fui mandado... O SR PRESIDENTE - Mas deveriam andar - balancetes que devem ter passado pelas suas mãos. O SR DEPOENTE - Geralmente, quando há venda, vem à parte vem em processo especial, em processo próprio da venda. Ali contém tudo. O SR PRESIDENTE - A própria inspetoria recolhe o dinheiro? O SR DEPOENTE - Recolhe ao Banco do Brasil lá, transferindo para Brasília. O SR PRESIDENTE - Geralmente há balancetes de todas as vendas realizadas já na gestão do atual diretor do Serviço? Há balancetes na sua contabilidade que se possam verificar? O SR DEPOENTE - Dessas 3 existem. Há outras pequenas vendas, 10 cabeças, 20 cabeças... O SR PRESIDENTE - ... que são feitas pelos próprios chefes dos postos. O SR DEPOENTE - Eles pedem sempre permissão. O SR PRESIDENTE - E eles mesmo aplicam essa renda. O SR DEPOENTE - Essas pequenas vendas são sempre feitas para atender necessidades imediatas, de forma que quando é assim, em pequeno número, o diretor autoriza. O SR PRESIDENTE - Aplicam lá mesmo? O SR DEPOENTE - É aplicado lá mesmo. É para necessidade local. O SR PRESIDENTE - E a renda dos arrendamentos está toda escriturada aqui ou também é escriturada nos postos? O SR DEPOENTE - Deve ser escriturada nos postos, nas inspetorias e na diretoria. O SR PRESIDENTE - Mas na diretoria V. S. tem conhecimento se já passaram pelas suas mãos os balancetes das vendas de arrendamento, anualmente, com pontualidade, sem nenhuma falha? O SR DEPOENTE - Eles mandam o mapa de caixa mas não há, vamos dizer, uma investigação, para ver se aquilo representa a realidade. O SR PRESIDENTE - Todos os anos, inclusive de Campo Grande, mandam pontualmente as demonstrações dos arrendamentos feitos? O SR DEPOENTE - A de Campo Grande mandou em fevereiro, uma prestação de contas de arrendamento cobrado em atraso. De lá para cá não chegou mais nada. Não digo que não tenha mandado mas não chegou às minhas mãos. O SR PRESI

DENTE - Isso de 1962. E de 1961 e 1960, vieram? Há no arquivo da sua seção documentos que nosso relator pudesse manusear mediante os quais se tivesse certeza desses recolhimentos? O SR DEPOENTE - Não posso dizer com precisão porque houve uma viagem do diretor logo no início, a essas inspetorias. O SR PRESIDENTE - Esses arrendamentos são sempre autorizados pelo diretor ou os inspetores lá fazem arrendamentos a seu bel-prazer? O SR DEPOENTE - O problema de arrendamento é muito complexo, Já vem isso de anos, muitos anos. Esse de Mato Grosso foi provocado por uma enchente que dizem ter havido num daqueles rios, u na inundação muito grande e que os pecuaristas se viram forçados a invadir uma parte daquela reserva pertencente aos índios. Depois, o Coronel Tasso procurou legalizar uma forma de compensação por essa invasão na área dos caduells e promoveu, vamos dizer, um convênio, um acordo, um contrato, entre os pecuaristas e o SPI. Mas com precisão - não sei dizer a quanto montam esses contratos e se eles estão atualizados, e se outros arrendamentos foram feitos posteriormente, porque não sei se algum outro pecuarista, se aproveitando... O SR CELSO AMARAL - Durante a gestão do Coronel, o Sr. soube se houve algum arrendamento? O SR DEPOENTE - Não é do meu conhecimento. Sei até que assim que chegou instaurou uma comissão de inquérito para fazer uma apuração desse problema, mas não é do meu conhecimento o resultado do inquérito. O SR PRESIDENTE - V.S. sabe se o diretor tomou algumas providências moralizadoras a respeito das denúncias que o Deputado Edson Garcia formulou? O SR DEPOENTE - Não tenho conhecimento. Se ele tomou é completamente desconhecido de mim. O SR PRESIDENTE - Mas sabe se ter havido compra de veículos e se essa compra foi feita mediante concorrência? O SR DEPOENTE - Consta que houve compra de veículos. O SR PRESIDENTE - Mas se V.S. trabalha numa contabilidade, acho que deve saber o que se passa na contabilidade. O SR DEPOENTE - Quando passa na contabilidade. O SR PRESIDENTE - Nem sempre passa na contabilidade? O SR DEPOENTE - Essa operação de compra de veículos não sei se foi cumprida, digo não sei se foi compra com o dinheiro da renda indígena, porque isso não me chegou às mãos. O SR PRESIDENTE - A renda indígena não é contabilizada também aí? O SR DEPOENTE - Mas na inha mão não passou. O SR PRESIDENTE - Há outro contador? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Como se explica esse fenômeno de se fazerem compras de vulto e o chefe de contabilidade ou mesmo não sendo - mais o chefe, desconhecer? O SR DEPOENTE - Desconheço. Não sei se na época havia verba orçamentária para aquisição desses veículos. O SR PRESIDENTE - A verba orçamentária não é escriturada à proporção que é paga? O SR DEPOENTE - Não Sr. O SR PRESIDENTE - Por exemplo, recebe-se uma parte da quota destinada no orçamento ao SPI e não se escritura? O SR DEPOENTE - A verba orçamentária fica sob a responsabilidade

de outra seção, que é a Seção de Administração. O SR PRESIDENTE - Não fica contabilizada na contabilidade propriamente dita? O SR DEPOENTE - A minha contabilidade é do patrimônio indígena. O SR PRESIDENTE - Nesse caso do patrimônio há financiamentos, houve aplicação de financiamentos, inversões, etc.? O SR DEPOENTE - Houve sim. Houve aplicação em despesas de ordem administrativa, de ordem assistencial e também financiamentos, adiantamentos a algumas inspetorias para uma posterior reposição. O SR PRESIDENTE - Essas reposições têm sido feitas? O SR DEPOENTE - Só houve uma reposição do meu conhecimento, que foi a da Inspeção de Guibá. O SR PRESIDENTE - Uma última pergunta para que eu possa dar a palavra aos colegas. Essa compra de medicamentos, tão falada, foi tomada de preço ou concorrência pública? O SR DEPOENTE - Soube que houve uma compra de vulto, considerável. O SR PRESIDENTE - Não passou pelas suas mãos? O SR DEPOENTE - Não, não passou. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que não foi pela renda indígena, deve ter sido pela renda do Orçamento da União. O SR DEPOENTE - Deve ter sido por alguma verba orçamentária determinada para isso. O SR PRESIDENTE - Não parece ao nobre relator estranho que o SPI tenha realizado compras vultosas que o próprio serviço de contabilidade desconheça? O SR CELSO AMARAL - É bastante estranho. O SR PRESIDENTE - V.S. sendo o contador e já com 10 anos de casa deveria trazer-nos informações positivas e não assim por ouvir dizer ou por constar. Isso demonstra que sua seção, no particular, está posta de lado. Será que o diretor pôs sua seção de lado? É uma pergunta que faço porque suas informações nos dão a compreender que é isso o que ocorre. O SR DEPOENTE - Não sei se ocorre isso. O SR PRESIDENTE - Compras como essa, de medicamentos, no valor de cerca de 8 milhões de cruzeiros, segundo ouvi falar, V.S. desconhece? O SR DEPOENTE - Desconheço. Atribuo o fato a que tenha sido compra por verba orçamentária e essa verba orçamentária é movimentada pela Seção de Administração. O SR PRESIDENTE - Quem é o chefe da Seção de Administração? O SR DEPOENTE - O Sr. Benedito Pimentel. O SR CELSO AMARAL - Este estava aqui há pouco. Mandei até chamá-lo. O SR DEPOENTE - Permita-me que esclareça. O diretor fez a nomeação de uma comissão de concorrência. Não sei se essa compra vultosa de medicamentos foi apreciada por essa comissão. O SR PRESIDENTE - Sabe dizer qual foi o laboratório ao qual foi dada a compra? O SR DEPOENTE - Sei que foram várias. O SR CELSO AMARAL - Uma pergunta: O Laboratório LEO forneceu medicamentos? O SR DEPOENTE - Forneceu. O SR CELSO AMARAL - Nessa última compra entrou o Laboratório LEO, também? O SR DEPOENTE - Não me recordo. Agora me recordo também o seguinte: Houve uma parte, porque a compra excedeu a reserva à disponibilidade do orçamento, da verba que estava destinada e houve uma parte que foi paga pela renda indígena. O SR PRESIDENTE - Isso está escriturado na sua seção? Não sabe qual foi o laboratório? O SR DEPOENTE - Essa foi. Não me recordo.

486 498 1234
[Handwritten signatures and marks]

qual foi o laboratório. O SR PRESIDENTE - De minha parte estou satisfeito. Darei a palavra ao nobre colega Rachid Mamed. O SR RACHID MAMED - V.S. já esteve como chefe da Seção de Orientação e Assistência? O SR DEPOENTE - Sim, Sr. O SR RACHID MAMED - Com os conhecimentos que tem V.S. do SPI, queria que nos esclarecesse quando do início da gestão do Tenente Coronel Moacyr, estiveram suspensas as autorizações - para missionários nas fronteiras? O SR DEPOENTE - Estiveram por uma determinação, suponho, do Conselho de Segurança Nacional. O SR RACHID MAMED - Pode-nos informar se já houve o restabelecimento dessas autorizações? O SR DEPOENTE - Houve um restabelecimento para êsses missionários voltarem aos postos em que estavam anteriormente. O SR RACHID MAMED - Essas autorizações atingiram as regiões que estavam interditas pelo Serviço de Segurança Nacional? O SR DEPOENTE - Eu digo que sim, porque alguns missionários que chegaram credenciados em Manaus, pelo Serviço, foram impedidos de ir à região, porque esta estava ainda interdita. O SR RACHID MAMED - Os missionários foram impedidos? O SR PRESIDENTE - Esse assunto é de particular importância, porque, como filho que sou do Território de Roraima, ouvi várias denúncias a esse respeito e parece-me que há uma região em que até o Conselho de Segurança Nacional havia, de um certo modo, pedido que houvesse essa proibição. Não sei se o informante poderá dizer alguma coisa. V.Exa. é que está fazendo a inquirição mas veio a propósito desse caso. O SR DEPOENTE - Eu afirmo porque êles chegaram em Manaus e foram impedidos de viajar, parece que pelo comando da região. O SR RACHID MAMED - Por parte da Inspeção de Manaus qual a medida tomada no caso? O SR DEPOENTE - Ele fez essa comunicação por telegrama, ao Diretor e há também uma movimentada entrevista que êle concedeu a um jornal semanário, ao Coronel Jocely Brasil, a respeito dessa atividade de missionários nos postos do Serviço, que por sinal, não sei por que, êles - sempre preferem essas regiões de fronteira, essas regiões mais penetrantes do nosso Brasil. Quase nunca êles se dedicam ao estudo de língua ou à divulgação religiosa nos litorais. Procuram sempre o índio - mais próximo da fronteira. Então, a Região Amazônica, é a preferida. Mas o Inspetor chefe de Manaus, concedeu uma entrevista... O SR RACHID MAMED - Quem era êle na ocasião? O SR DEPOENTE - Manoel Moreira de Araújo. Nessa entrevista relatou certos detalhes, cer as particularidades que me puseram na desconfiança do Sr. Diretor, porque êle ficou quase certo de que fôra eu quem houvera fornecido essas informações ao Sr. Manoel Moreira de Carvalho. Mas na própria entrevista, quem a lê bem, verifica-se que foi o próprio americano quem revelou, êsses detalhes, essas particularidades mais íntimas. O SR RACHID MAMED - A pergunta que formulamos neste instante é justamente em virtude dessa suspeita que há quanto à atitude de V.S. Daí pedirmos que

[Handwritten signature]

487 499 1240
co laborasse com a comissão fazendo um relato que nós esclareça perfeitamente. Faria, ainda, uma pergunta: Como chefe de Orientação e Assistência da época V.S. deve saber da existência de um processo a respeito de um convênio a ser firmado para a instalação de um campo de pouso para aviões em postos do Serviço? Há expediente da mesma instituição sobre a instalação de rede de rádio no SPI? O SR DEPOENTE - Quero realçar aqui essa desconfiança do atual Diretor estar quase que se transformando em ameaça futura, em torno de depoimento que eu teria que prestar aqui. O SR PRESIDENTE - Há alguma palavra positiva dele sobre isso? Porque ele há de convir que V.S. e os demais são funcionários credenciados do SPI. Esta comissão não está buscando incriminar esta ou aquela pessoa. Quando a comissão se constituiu achou que todos estão à altura para responder pelos seus cargos. A nós nos cabe apurar os fatos. De maneira que essa atitude do Diretor nos deixa surpresos e ao mesmo tempo vem ele, por si próprio, incultar-se daquilo que não estamos dizendo seja ele culpado. O SR DEPOENTE - Digo aqui francamente que estou enfrentando uma situação muito delicada. O SR RACHID MAMED - Nós conhecemos que V. S. é um homem pacato e ponderado em suas atitudes. De forma que queremos deixá-lo à vontade para responder com essa calma que lhe é peculiar a essas perguntas. Não houve finalidade senão a de verificar os fatos. Esteja à vontade para responder. O SR DEPOENTE - Muito obrigado. De forma que cada vez mais essa desconfiança, êsse propósito dele em relação a mim se agrava, porque não sei quem o informou que aqui na comissão de inquérito alguns membros exibiram fotocópia de documentos e ele tinha a certeza de que fora eu que teria fornecido o original para essa fotocópia, a ponto de chegar lá, um dia destes, na minha mesa e perguntar: O SR RACHID MAMED - Isso o Coronel Moacyr? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR RACHID MAMED - Já que V.S. está afirmando isso quero deixar V.S. tranqüilo. Ele é que nos forneceu muitos documentos nesse sentido. O SR DEPOENTE - É bom que fique bem claro. Então, chegou na minha mesa, olhou para o cofre e perguntou: "Quem tem a chave daquele cofre?" "Eu disse: Eu". "Não há outro funcionário que tenha a chave do cofre?" "Não Sr." "Sòmente você?" "Sòmente eu". "Quer abri-lo?" Por infelicidade eu havia esquecido a chave do cofre. "Coronel, infelizmente hoje me esqueci da chave, tanto que coloquei o cofre no segredo e quando fui abrir verifiquei que tinha esquecido a chave". "E onde são guardados os comprovantes da contabilidade?" "Aqui neste armário". Mostrei. Abri e mostrei. São 3 prateleiras cheias de processos. "Não guarda isso no cofre?" "Não Sr., nunca foi guardado, mesmo porque no cofre não caberiam tantos documentos". Nisso chamaram-no ao telefone. Não me procurou mais. Mas soube que ele tem afirmado que aqueles que vão concorrer para uma situação difícil para uma situação ruim para ele, que ele

ssim que atravessar esta crise êle sabe o que vai fazer. Não sei se
isso é verdade. Estou apenas detalhando isso para V. Exas. verem que
minha situação é delicada. Além de mim eu tenho uma filha que trabalha
lá e êle pode - tudo indica que é um homem frio e vingativo e os exem-
plos que temos no SPI são bastantes - amanhã, fazer uma represália. O
SR RACHID MAMED - Inclusive pelo que se está apurando êle pode amanhã
ser dispensado também. O SR DEPOENTE - Mas êle está certo e não. Mas
V. Exas. me permitam. Quis somente ilustrar minha situação aqui. Vou
entrar na questão. A respeito dêsses convênios, dessas propostas de
convênios, existe um processo. Aliás deveriam existir dois. Existem -
dois mas foram juntados por solicitação minha, porque ambos eram pro-
postos por uma mesma entidade. O SR RACHID MAMED - Foram juntados for-
mando um só processo? O SR DEPOENTE - Se não me engano é o SPI-882 ou
822. O SR RACHID MAMED - Nós temos o número do processo. O SR DEPOEN-
TE - Como disse de início, a perda de uma porcentagem considerável de
funcionários fêz com que cada funcionário de maior responsabilidade
ficasse com um volume de serviço extraordinário e êsses dois proces-
sos ficaram na minha mesa por algum tempo. Mas não sei por que êle
próprio se antecipou e certa vez me chamou e mandou que fôsse taqui-
grafada uma proposta de convênio. Não sei se foi redigida por êle
isso foi batido na minha seção, uma proposta de convênio que, pelo to-
or, teria o objetivo de ser submetida ao Sr. Ministro que na época não
sei se era o Dr. Renato Costa Lima ou o Dr. Armando Monteiro. Era um
dos dois. Não sei se essa proposta de convênio que foi datilografada
na minha seção, foi apreciada pelo Ministro e nem sei do seu resulta-
do. Passadas algumas semanas fui a êle e disse: "Coronel, tenho êstes
dois processos em mão solicitando o pronunciamento da seção mas não
sei se, em face daquela proposta de convênio que o Sr. mandou datilo-
grafar na seção, se ainda é necessário o pronunciamento da mesma." Ele
olhou e disse: "Não. É necessário você oferecer o pronunciamento da
seção". Então, em ambos eu disse que o assunto era de importância pa-
ra o País e que não havia outro recurso senão consultar ou ouvir a pa-
lavra autorizada dos órgãos especializados das Forças Armadas. Foram
os processos, então, para a mão dêle. E desde essa data não me foi di-
to coisa nenhuma. Concedeu-me a exoneração da chefia. Posteriormente,
chegou à seção o pronunciamento do Estado Maior das Forças Armadas, di-
go, o Estado Maior da Aeronáutica, porque o convênio era para ser fir-
mado entre o SPI e o Summer Institute of Linguistic e a Aeronáutica.
Algum tempo depois deu entrada na seção um expediente do Ministério -
da Aeronáutica, onde havia o pronunciamento do Estado Maior da Aeroná-
tica, contrariando, rigorosamente, a proposta do convênio, dizendo que
absolutamente não poderia ser firmado aquele convênio. E não o foi por-
que o próprio Estado Maior da Aeronáutica o combateu. O SR RACHID MA-

498 FEB 1961 124.2

MED - Parece a V. S. no caso então, que não se voltou a conceder? O SR DEPOENTE - Não se voltou. O SR RACHID MAMED - Em virtude do pronunciamento... O SE DEPOENTE - O pronunciamento da Aeronáutica foi vigoroso... O SR RACHID MAMED - Contra. O SR DEPOENTE - ... foi um pronunciamento patriótico, profundamente patriótico. O SR RACHID MAMED - O Coronel Moacyr tem se cercado de novos elementos? Eu tenho a impressão, por aquilo que temos ouvido aqui, que aquela velha equipe de funcionários estão todos afastados de S.S. É uma nova equipe que ele trouxe - ou ele se encontra isolado de todos? O SR DEPOENTE - Ele não trouxe - uma equipe. De início se cercou de elementos velhos, elementos de tradição já no Serviço. Mas não sei se sua maneira de administrar, seu temperamento, fizeram com que ele se chocasse com os mesmos. Não digo isto como desreito ou ressentimento pois poderia ou poderei citar uma verdadeira, vamos dizer, evasão de funcionários, mesmo aqueles que não estavam em contato mais íntimo, por profissão ou por função. Saíram - vários funcionários do SPI. Apela para ser lotados em outras repartições. São vários. E essa gente velha foi-se afastando, utilizando, ele, então, aqueles que vão sobrando. Não sei até que ponto ele chegará. Posso citar vários que saíram do SPI: Bandeira Plínio, Lourival da Mota Cabral, Dr. Iridiano Amarinho de Oliveira, e ultimamente saíram mais funcionários. O SR PRESIDENTE - Saem espontaneamente? O SR DEPOENTE - Espontaneamente? Suponho que sim. O SR PRESIDENTE - Pressionados? O SR DEPOENTE - De certa forma sim. Sentem-se diminuídos sentem-se em dificuldade de trabalhar num ambiente... O SR PRESIDENTE - Fechado. O SR DEPOENTE - Num ambiente de intriga. Todo mundo desconfia um do outro, porque o Sr. Fulano ouve uma conversa e corre para lá, Coronel, Coronel... É um ambiente tenebroso, sombrio. O SR PRESIDENTE - Então o SPI no momento, é uma repartição mais de assombração do que de trabalho útil ao índio. Se é assim, esse ambiente prejudica, de muito, a assistência ao índio. O SR DEPOENTE - Particularmente, muito secretamente, informo aqui que ainda não procurei esse recurso porque não sei, se feliz ou infelizmente, herdei de meu pai esse censo de responsabilidade muito profundo de não querer sair sem que o serviço que está sob minha responsabilidade esteja rigorosamente atualizado. Foi por isso que ainda não procurei um recurso para sair. Outros tantos que não se encontram nessa situação têm procurado. Saíram agora, repito, Augusto de Sousa Leão, Lourival da Mota Cabral, Iridiano Amarinho de Oliveira, D. Cremilda Silva, saiu a filha e mais outra funcionária. Isto que eu me lembro. O SR RACHID MAMED - Sr. Presidente, as perguntas que tinha a fazer já foram formuladas. O SR PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Relator. O SR CELSO AMARAL - Eu gostaria de consultar V. Exa., Sr. Presidente, se poderíamos interromper um pouco a inquirição do Sr. Luís França Araújo, para ouvir o Sr. Pimentel, em duas ou três perguntas.

O SR. PRESIDENTE - Não há inconveniente. O SR. CELSO AMARAL - V. S. esperaria um pouco lá fora. O SR. DEPOENTE - Pois não. (Pausa. Neste momento foi interrompido o depoimento do Senhor Luiz de França Pereira Araújo, a fim de que pudesse ser ouvido o Senhor Benedito Pimentel, que se encontrava, eventualmente, na Câmara dos Deputados). O SR. PRESIDENTE - O nobre Relator pode miniar a inquirição. O SR. RELATOR - Antes de reiniciá-la, gostaria de dizer a V. Senhoria, senhor Luiz, que esta Comissão tem poderes para dar-lhe tôdas as garantias contra a coação que está havendo no SPI. Por isso, não tenha V. Senhoria receio de dizer a verdade, temendo perseguição a membros de sua família. Absolutamente. Qualquer coisa comunique imediatamente ao Presidente desta Comissão ou a um de seus membros. Queria que dissesse o que se está passando dentro do Serviço de Proteção aos Índios. O SR. DEPOENTE - Pois não. O SR. RELATOR - Qual a razão por que está V. Senhoria pedindo exoneração do cargo? O SR. DEPOENTE - A exoneração foi solicitada já por duas vezes e concedida há dois meses, suponho que em fevereiro. A razão é que minha maneira de conduzir-me não se coaduna perfeitamente com a maneira de administrar do Diretor. Várias coisas resolvia por cima da seção, e quando eu vinha a saber já era fato consumado. Verifiquei que aquilo me parecia uma advertência, como quem diz: "Você está sobrando e pode pedir sua exoneração." Senti isso. Como tenho brio, recorri ao que podia recorrer, que era solicitar minha exoneração da função, da Chefia. A primeira vez, houve interferência de funcionários, e ele ficou mantendo-me. Mas finalmente, com o decorrer do tempo, exonerou-me, e me senti até melhor com isso, porque estava praticamente numa situação de não poder trabalhar de forma nenhuma. Não sei se pela minha maneira de oferecer parecer sobre certos problemas e esses pareceres contrariavam os objetivos dele. Não sei porque. Com isso, pedi exoneração, recorri ao que podia recorrer, que era exonerar-me da função de Chefia, e deixaria de ser um dos auxiliares imediatos dele. O SR. RELATOR - Pediu a exoneração só da Chefia, não do serviço? O SR. DEPOENTE - Exato. Não fiz isso ainda, como disse anteriormente, porque, quando eu estava na função de Chefia, o Serviço de Contabilidade ficou completamente abandonado, pois eu não poderia de maneira nenhuma fazer contabilidade e Chefiar a seção, principalmente com escasso número de funcionários que a Diretoria hoje tem em Brasília. Fiquei como contador. O SR. RELATOR - O Sr. Pimentel hoje chefiar a Seção de Administração, que tem sob sua orientação a parte de contabilidade do Serviço de Proteção aos Índios. O SR. DEPOENTE - parte de contabilidade do serviço, digo, Contabilidade que diz respeito a verbas orçamentárias. O SR. RELATOR -

Exatamente. Ele tem algum contador? Quem assina os balancetes? O SR DEPOENTE - Não tem contador. Não há contador na Seção de Administração. O SR RELATOR - Não há assinatura nos balancetes? O SR DEPOENTE - Não. Há um controle das verbas, um livro onde se registram as verbas e toda a operação que se faz com aquela verba. O SR RELATOR - Quanto ao fornecimento de requisição para passagem, está afeto a sua Seção ou à Seção Administrativa? O SR DEPOENTE - Está afeto à Seção de Administração. O SR RELATOR - Uma requisição para alguém fora do SPI é feita - na Seção de Administração ou no próprio Gabinete do Diretor? O SR DEPOENTE - Não estou bem inteirado dêsse articular, mas suponho que as requisições de passagens sejam firmadas pelo Diretor, ou, em seu impedimento, pelo seu substituto legal, que é o Diretor-Substituto. O SR RELATOR - Minha pergunta vem ao caso do Sr. Sílvio Meireles. Conhece-o? O SR DEPOENTE - Conheço. O SR RELATOR - Ex-funcionário, não pertence mais ao quadro do SPI. O SR DEPOENTE - Não pertence. O RELATOR - Fêz umas viagens à 5ª. Inspetoria. O SR DEPOENTE - Fêz. O SR RELATOR - Saiba como foram pagas? Onde saiu o pagamento? O SR DEPOENTE - Fêz uma viagem, e foi-me determinado que entregasse uma importância a êle. O SR RELATOR - determinado por quem? O SR DEPOENTE - Pelo Diretor. O SR RELATOR - Pelo Diretor? O SR DEPOENTE - Sim. Fiz a entrega do dinheiro, mas não sei se foi êle próprio quem viajou, ou se êsse dinheiro foi para outra pessoa viajar. O SR RELATOR - Quer dizer que foi entregue a uma pessoa estranha ao SPI? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RELATOR - A questão dos processos no Tribunal de Contas. O Tribunal, hoje, devolve a maioria dos processos, achando que não estão instruídos necessariamente para o seu registro. É por essa desorganização do SPI que devolvido ou existem algumas irregularidades? O SR DEPOENTE - O assunto, como diz respeito a verba orçamentária, está afeto à Seção Administrativa. Mas é sabido, dado o volume de processos descidos em diligência pelo Egrégio Tribunal, que provoca comentários entre os funcionários, pelos próprios funcionários que se sentem prejudicados, como responsáveis por êsses adiantamentos. Não estou incluído na relação dêsses funcionários, porque não tenho nenhum adiantamento no meu nome neste ano, ou do ano que passou. O Tribunal devolve por falha de documentação. Às vezes, é por impropriedade da aplicação; às vezes por falta de cumprimento de certas exigências legais. Vários são os motivos por que os processos podem ser devolvidos à repartição. Tem havido alguns casos de multas. O SR RELATOR - O Tribunal impõe uma multa? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RELATOR - Por má orientação da documentação? O SR DEPOENTE - Por falta de preenchimento ou do exato preenchimento das formalidades que a lei exige em relação às prestações de contas. Tem havido caso de multa em funcionário. Desconta em vencimentos. O SR RELATOR - O Sr. Fernando Cruz, quando esteve nesta Comissão, declarou que ficou à frente da 5ª. Inspetoria durante 7 meses. O SR DEPOENTE -

50.3 50.4 1245
-13 -

têve à frente da Inspetoria. Não posso asseverar categoricamente o tempo exato. Mas estêve à frente da Inspetoria de Campo Grande. O SR RELATOR - Naquela ocasião, existiam 61 arrendatários com contrato e 60 e poucos sem contrato. Pode dizer qual a atitude para regularização da situação desses arrendatários sem contrato? O Coronel tomou alguma atitude, deu alguma ordem? O SR DEPOENTE - Assim não me recorde. É possível que tenha dado alguma instrução, na reunião que houve de Chefes de Inspetorias. Talvez tenha instruído o Sr. Fernando Cruz para regularizar essa situação. Mas não chegou às minhas mãos qualquer expediente, qualquer documento, qualquer processo que me capacite a asseverar categoricamente que houve, de fato, na prática, uma medida para regularizar situação. O SR RELATOR - Declarou o Sr. Fernando Cruz, quando assumiu em 1959, na ocasião em que estêve lá, deve ter dado aproximadamente renda de 50 milhões de cruzeiros a 5ª Inspetoria. O SR DEPOENTE - Revelou isso? O SR RELATOR - Sim. (Lê) "Acredito que aproximadamente em 1959 - deve ser erro de data aqui - quando assumi o cargo, os arrendamentos deveriam ter dado ao SPI renda nada inferior a 50 milhões de cruzeiros." O SR DEPOENTE - Não sei se falei já alguma coisa a respeito disto. O Coronel, com pouco tempo que tomou as rédeas da Diretoria, fez uma viagem de inspeção a Campo Grande. Lá chegando, verificou essa situação dos arrendatários e promoveu, inicialmente, uma comissão de inquérito para apurar o alcance desse problema. Esse inquérito foi na administração do Inspetor Eurico Sampaio, a pessoa que dirigia a Inspetoria anteriormente. Esse inquérito, parece-me, foi concluído. Após esse tempo todo, deve ter sido concluído, mas não sei a que resultado chegou a comissão. Na contabilidade, em que são registradas essas operações da renda indígena há apenas um processo de prestação de contas, como já disse, de arrendamento, de cobrança atrasada ou débitos anteriores; mas não monta nem a 1 bilhão de cruzeiros. Feita ainda pelo Eurico Sampaio. Essa prestação de contas monta mais ou menos a 769 ou 770 mil cruzeiros. De lá para cá não me chegou às mãos nenhuma prestação de contas a mais. Ouço falar que há uma renda fabulosa naquela região, mas documentos, comprovantes a respeito disso não possuo. Não digo que a Diretoria não a tenha recebido, mas às minhas mãos não chegou. O SR RELATOR - Deveria passar pelas suas mãos. O SR DEPOENTE - Forçosamente. O SR RELATOR - Declarou também que os arrendamentos são pagos com bezerros, que são contabilizados pelo preço de venda. A venda em dinheiro é escriturada. Não manda nem a comprovação da escrituração de lá? Nada?! O SR DEPOENTE - Até agora não. Aliás, já não é o Chefe da Inspetoria de Campo Grande, e sim da 1ª Inspetoria, com sede em Manaus. O SR RELATOR - Houve a compra de uma camioneta em Mato Grosso, Ford F-100, chapa 3-11-53. Quando se comprou esse veículo foi pela verba indígena? O

503 505 1246

SR DEPOENTE - Há vários comprados. Pode haver compra de veículos pela renda indígena, devidamente autorizada pelo Diretor. Mas em relação a essa compra não tenho elemento nenhum para dizer que foi procedida através da renda indígena. O SR RELATOR - O próprio Diretor declarou que tinha sido comprada pela venda indígena. Se V. Ex. faz a escrituração da renda indígena, estranho que não tenham chegado a suas mãos os comprovantes. O SR DEPOENTE - Possivelmente estão para mandar-me, mas ainda não chegaram. O SR RELATOR - Depois de um ano e meio, quase? O SR DEPOENTE - Sim. Não chegaram às minhas mãos. O SR RELATOR - E a compra de 3 caminhões em Tupã, pela SPI? Conhece algo sobre essa compra, no Estado de São Paulo? O SR DEPOENTE - Houve. Houve não, há um processo em que o encarregado do Pôsto - não sei se fica perto de Tupã; suponho que seja o pôsto no município de Tupã, Pôsto Indígena Vanluíli, em São Paulo. Há um processo dêsse encarregado em que êle faz uma exposição ao Diretor e solicita permissão para a compra de um caminhão, mostrando, paralelamente, que existia condições, que o pôsto podia efetuar a compra dando não sei quanto de entrada e fazendo os pagamentos mensais até a conclusão da operação. Esse processo passou nas minhas mãos e foi informado, e autorizado pelo Diretor a compra do caminhão. Ouço falar que foi comprado êsse caminhão, mas não veio, digo, não me veio às mãos até agora qualquer documento da compra realizada. O SR RELATOR - Pela renda indígena? O SR DEPOENTE - Sim. Devidamente autorizada. Foi autorizada a compra do caminhão, mas o comprovante da operação de compra não me chegou às mãos. O SR RELATOR - É "grosa" essa verba indígena, não?... O SR DEPOENTE - Realmente. O SR RELATOR - Ela é aplicada sem planejamento, sem nada? O SR DEPOENTE - Não há planejamento. O SR PRESIDENTE - É ao Deus dará... O SR DEPOENTE - O que acontece de muitos anos é que na realidade raríssimos são os postos beneficiados por alguma parcela da verba orçamentária. O SR RELATOR - Sim, mas mesmo que não seja... O SR DEPOENTE - De forma que o que o Pôsto produz em consequência da sua atividade rural é sempre aplicada ali mesmo, na manutenção, para atender às necessidades do índio e do pôsto. Tem sido sempre assim. O SR RELATOR - A aplicação de verbas ou melhor, os adiantamentos de 1962 foram liberados (as verbas) no dia 27 de dezembro de 1962, três dias antes de encerrar-se o exercício de 1962. E teriam que ser aplicadas naquele exercício. Como em 3 dias ou 2, porque 29 era domingo... teve, portanto, 1 dia e meio para a aplicação da importância de 99 ou 100 milhões de cruzeiros. Como em um dia e meio se pôde aplicar essa verba? O SR DEPOENTE - É praticamente impossível. A não ser mediante outra maneira. Não sei como foi aplicada. Sei que houve êsse fato, as verbas se retardaram bastante, a ponto de saírem no último dia útil do exercício. O SR RELATOR - Exatamente. No

1246

último dia útil. O SR DEPOENTE - Não é assunto da minha seção, mas sei, porque era fato tão importante e decisivo para a vida da repartição, e todos os funcionários dele tinham conhecimento. Não sei a que atribuir retardamento tão grande. O SR RELATOR - Caberia mais à Fazenda que ao SPI explicá-lo. O SR DEPOENTE - Ignoro-o, porque é problema tratado pela Seção de Administração. Sei que até se perdeu verba. Andamos perdendo também verba orçamentária. O SR RELATOR - Estiveram em Brasília 10 caciques, que vieram pedir a manutenção do Diretor do SPI à frente do Serviço. Sabe quem organizou essa concentração ou como foram pagas as despesas desses índios em Brasília? O SR DEPOENTE - Não sei. O SR RELATOR - Tem conhecimento de que estiveram aqui? O SR DEPOENTE - Sim. Estiveram na televisão, tentaram falar com o Presidente da República. Até assisti a um programa de televisão em que falaram e pediram a permanência de Fernando Cruz em Campo Grande e do Coronel Moacir na Diretoria. Sei que foram trazidos numa camioneta por um rapaz que suponho seja Vereador em Campo Grande ou numa outra cidade de Mato Grosso. Chama-se Jurandir. O SR DEPOENTE - A camioneta era do SPI, ou particular? O SR DEPOENTE - Não sei dizer. Mas é quase certo que pertencesse ao SPI. O SR RELATOR - Tem conhecimento de adiantamentos ou de dinheiro emprestado pelo Sr. Francisco Meireles para ser entregue ao Sr. Fernando Costa, digo, Fernando Cruz, empréstimo que foi pago depois com verba de dinheiro enviado a Campo Grande? O SR DEPOENTE - Não sei. O SR RELATOR - Conhece processos contra o Sr. Jesias Ceco, funcionário do SPI? O SR DEPOENTE - Não sei. Poderia especificar, para que eu pudesse orientar-me? O SR RELATOR - Há processo referente a venda de pinho, de gado, em que estão envolvidos Francisco Meireles, Mota Cabral e Francisco Cruz. Conhece alguma coisa sobre isso? O SR DEPOENTE - O problema do pinho é antigo, veio de administração muito passadas. Esses contratos de exploração do pinho foram todos levantados e anulados na administração do General José Luís Guedes. Parece que um ou dois exploradores de madeira recorreram à Justiça e conseguiram ganhar a questão, mantendo a exploração do pinho até a conclusão do contrato que haviam firmado com o Serviço. O SR RELATOR - Quanto à dotação orçamentária, diversas Inspetorias recebem verbas. Não poderia informar quanto recebeu a 5ª Inspetoria? O SR DEPOENTE - Há ver, digo, uma verba orçamentária que deveria ser aplicada através da minha seção, a Seção de Orientação e Assistência, que é a verba de assistência ao índio. Para aplicação dessa verba sistematicamente é feito um plano de aplicação, o qual é submetido à apreciação e aprovação de Sr. Ministro e do Sr. Presidente da República. Esse plano de aplicação foi feito, mas não estou habilitado a informar se a aplicação da verba obedeceu rigorosamente a ele. O SR RELATOR - Tem conhecimento de uma lista que con-

505 *STF* 1248 *Chm*

reu entre os servidores, com o pedido de que se mantivesse o Diretor Meacir Ribeiro Coelho à frente do SPI? O SR DEPOENTE - Tenho. O SR RELATOR - Quem a encabeçava? O SR DEPOENTE - Não sei bem se era Lourival da Mota Cabral. Não me recorde bem disso, mas houve a lista. O SR RELATOR - Solicitando ao funcionário pedir que fôsse mantido o Diretor? O SR DEPOENTE - Exato. Propala-se que foi iniciativa do próprio Coronel. Não posso afirmá-lo com precisão. O SR RELATOR - Tem conhecimento de que determinada pessoa co, digo, pessoa em Brasília recebeu oferta de um funcionário do SPI, no valor de 5 milhões de cruzeiros, para manter o Coronel à frente do SPI? O SR DEPOENTE - Ouvi referência a essa oferta. O SR RELATOR - Foi o Sr. Fernando Cruz quem fez a oferta? O SR DEPOENTE - Dizem que foi. Ele nada me disse. Mas já ouvi terceiros comentando-o. O SR RELATOR - Sr. Presidente, eram estas as minhas perguntas. O SR PRESIDENTE - Antes de liberar o informante, quero dizer-lhe que possivelmente teremos que ouvi-lo em outras oportunidades, conforme tenhamos maiores esclarecimentos. O SR DEPOENTE - Pois não. O SR PRESIDENTE - Gostaria de fazer uma pergunta: sobre o Coronel, atual Diretor do SPI, no que diz respeito a sua atuação como cidadão, probe quante ao manuseio dos dinheiros públicos, qual o juízo que V. Sa faz? O SR DEPOENTE - Não poderia ser escusado de dá-la, Sr. Presidente? Hoje estou quase como desafeto dele. O SR PRESIDENTE - V. Sa acha que sua resposta poderia ser tida pela Comissão como parcial. Mas estamos inquirindo V. Sa. Se acha que ele, na Chefia do Serviço, tenha manuseado os dinheiros públicos dentro daquela justiça que o Serviço requer, para maior rendimento dos trabalhos, eu se ele tem negligenciado nessa aplicação, prejudicando o Serviço ou esse rendimento. Uma coisa é eu ter numerário para aplicar, tempo hábil, para uma ordem prioritária; outra é aplicá-lo assim: tenho de comprar arados ou terçados, mas também posso comprar perfumes, então compre perfumes. É o que quero dizer. Se V. Sa acha que no cômputo geral a administração do Coronel está sendo útil ou prejudicial ao SPI. Acho que não está tolhido de dizer sua opinião, ou dar uma informação de cidadão. Está prestando um depoimento a esta Comissão. O SR DEPOENTE - Em relação à aplicação das verbas orçamentárias, não tenho elementos para fazer um julgamento, porque tudo é feito entre ele e a Seção de Administração. Em relação à outra renda, pelo que me vem às mãos, considere que a aplicação tem sido mais ou menos regular. Ache também que há preferências. O SR PRESIDENTE - Preferências em que sentido? O SR DEPOENTE - De ordem pessoal. Não tenho certeza, porque foi modificado a aplicação, não me falaram nada, quando eu era Chefe da Seção, na época, mas supenho que a Inspetoria de Manaus não foi contemplada com uma parcela dessa renda de assistência ao índio. Não posso assegurá-lo, mas supenho que não o

fôra. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que as preferências vêm atender aos reclamos desta sobre aquela Inspetoria? O SR DEPOENTE - Exato. O SR PRESIDENTE - Às vezes, há uma Inspetoria que prioritariamente deveria ser atendida, e o Coronel acha que deva ser atendida outra. Acha que isso tem ocorrido? O SR DEPOENTE - Ache. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito. Vamos dar por encerrado este depoimento. Tenho o termo de assentada para V. Sa assinar. A Presidência lhe agradece a colaboração prestada e as informações que aqui deu aos que o interpelaram. Pedimos que aguarde nova convocação, se fôr necessária. O SR DEPOENTE - Estarei sempre a disposição da Comissão. O SR RELATOR - Peço que nos comunique qualquer coisa que haja. Aqui estamos para ouvir a verdade. Se tolhida, tem de haver uma reação. O SR DEPOENTE - Ainda hoje eu soube que, dando a Comissão um atestado de honestidade ao Diretor, ele vai pegar um por um. O SR RELATOR - Por que esse receio? O SR DEPOENTE - Tem feito com outros. Em São Paulo houve um caso: ele se incompatibilizou com um empregado do Posto de Iacrilí e o transferiu. Mas esse rapaz, bem relacionado, com amigos políticos, recorreu a um Deputado de São Paulo, e qual veio interceder pelo rapaz. E o Diretor foi até chamado ao Gabinete do Ministro, vendo-se então forçado a conservar o rapaz no Posto. Mas sob ameaça. Disse: "Vou lá fazer uma investigação, uma fiscalização nesse Posto." Passados alguns dias foi lá. Resultado: não sei o que se passou, mas ele suspendeu o rapaz por 30 dias. O rapaz e a esposa, também funcionária. O SR PRESIDENTE - Sabe o nome desse Deputado de São Paulo? O SR DEPOENTE - Sei que é Brizola, não sei-o-que Brizola. Um senhor de certa idade. O SR PRESIDENTE - Já tinha dado V. Sa por liberado, mas faria eu, digo, faria ainda outra pergunta: qual sua impressão, como cidadão, não como funcionário, sobre esse desejo manifesto do atual Diretor do SPI de se manter no posto, se vindo-se, para isso, de todos os meios? O SR DEPOENTE - É bem sintomático o apêgo a um cargo espinhosíssimo. Basta dizer que já houve mudança de dois ou três Ministros, e ele nem sequer por uma questão de boa ética apresenta exoneração dele, nem coloca o cargo à disposição. Isso tem trazido reflexos um pouco desairosos a certos funcionários, esse apêgo tão arraigado a cargo público. Mesmo com a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito ele estaria, por questão de brio ou honridade, no dever de colocar o cargo à disposição e ausentar-se, pelo menos, dando margem a que tudo se provasse com inteira lisura. Ainda - é depoimento, Sr. Presidente? O SR PRESIDENTE - Sim. O SR DEPOENTE - Estou certo de que funcionários que aqui já depuseram, não teriam, com ele fora da Diretoria, dado o mesmo depoimento. O SR PRESIDENTE - Estamos satisfeitos com as respostas de V. Sa.

Assino, com as resoluções anexas

Julio de França Pereira de Faria

507 ~~509~~ 1250
✓ 14. 1250

ERRATA

Brasília, 4 de Setembro de 1965

LUIS DE FRANCA ROBERTO DE ALMEIDA

508 122
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PRESIDENTE: Deputado Valério Magalhães

DEPOENTE: Walter Samari Prado

REUNIÃO: De 6/6/63

Aos seis dias do mês de junho de 1963 perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Sr. Walter Samari Prado, e qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE - Antes de começarmos a inquirição peço ao Depoente que faça o compromisso de praxe, estabelecido pelo nosso Regimento Interno e pela própria Constituição, de dizer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a verdade sobre tudo quanto lhe seja perguntado. O SR DEPOENTE - Perfeitamente. O SR PRESIDENTE - V.Sa é funcionário do SPI há muitos anos? O SR DEPOENTE - Há sete anos. O SR PRESIDENTE - Qual o seu cargo lá? O SR DEPOENTE - Técnico de motores a combustão. O SR PRESIDENTE - Técnico na parte de transportes? O SR DEPOENTE - Sim. Não exerce essas funções. Trata-se de uma readaptação. Estou deslocado de minhas verdadeiras funções. O SR PRESIDENTE - No momento, qual o serviço que executa? O SR DEPOENTE - Meu serviço em Brasília é na Diretoria, quase específico de atender as índies em trânsito por esta Capital, como também serviço de inspeção fora. Tenho feito muitas viagens. O SR PRESIDENTE - Mas o seu cargo é mesmo de mecânico. O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Tem inspecionado até as próprias Inspetorias? O SR DEPOENTE - Não: postos. Inclusive antes em Brasília, em 1957 e 1958, trabalhei em serviço de atrações, no Xingu com o Inspetor Meireles. O SR PRESIDENTE - Nesse serviço de inspeção os postos V. Sa não é encaminhado a ele por intermédio do próprio Inspetor ou vai diretamente ao posto, sem que o Inspetor disse tenha conhecimento oficial? O SR DEPOENTE - Não. Sempre nos apresentamos ao Inspetor-Chefe das Inspetorias. É quase uma praxe, apesar de ter uma ordem de serviço para executar a missão a atribuída ao funcionário. Mas é questão de praxe. Em atenção aos colegas, entramos sempre em contato com eles. O SR PRESIDENTE - Outra coisa: nessa parte de atendimento aos índies que passam por Brasília. Há verba específica para isso? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - As despesas com o índio são feitas e pagas como? O SR DEPOENTE - Com a verba de assistência ao índio. O SR PRESIDENTE - Quem paga? O SR DEPOENTE - A Seção de Orientação e Assistência. O SR PRESIDENTE - Qual o Chefe dela aqui? O SR DEPOENTE - O Chefe atual é o Meireles. O SR PRESIDENTE - Esses índios, esses caciques que estiveram aqui: a quanto montou aproximadamente a manutenção

509
46
1253
137

dêles na sua permanência em Brasília? O SR DEPOENTE - É muito difícil poder fazer um cálculo das despesas. Em determinada época, transitou por Brasília grande número de índios. O SR PRESIDENTE - Pergunto êsses caciques... O SR RELATOR - Os dez caciques. O SR PRESIDENTE - ... que vieram pedir a permanência de Coronel. O SR DEPOENTE - Não foram entregues a mim. O SR PRESIDENTE - Onde foram hospedados? O SR DEPOENTE - Se não me falha a memória, no Dó-Ré-Mi ou no Anexo de Brasília. Não tive nenhum contato com êles. O SR PRESIDENTE - Não sabe dizer como foi feito o pagamento? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Nem a assistência que tiveram? O SR DEPOENTE - Não. Sei que mereceram tratamento bom, em relação aos outros que por aqui transitaram. O SR PRESIDENTE - Quais as autoridades com quem estiveram? O SR DEPOENTE - Como acabei de dizer, não tive contato com êles. Naturalmente ouvi dizer. Êles tiveram audiência com diversas autoridades. O SR PRESIDENTE - Com o próprio Ministro da Agricultura? O SR DEPOENTE - Sim. Com o Sr. Prefeito de Brasília, Parece-me que foram levados mesmo ao Planalto. Não sei se conseguiram falar com alguma autoridade ali. O SR PRESIDENTE - Quantos dias passaram em Brasília, grosso modo? O SR DEPOENTE - Grosso modo, uns 12 dias. O SR PRESIDENTE - Há viaturas do SPI em Brasília? O SR DEPOENTE - São três viaturas. O SR PRESIDENTE - E em São Paulo? O SR DEPOENTE - Em São Paulo? Não tenho conhecimento. O SR PRESIDENTE - E no Rio? O SR DEPOENTE - No Rio, ao que me consta, há uma camionete DKW, Vemaguette. O SR PRESIDENTE - À disposição de quem? O SR DEPOENTE - Da Seção de Estudos. O SR PRESIDENTE - Ela só presta serviços a essa Seção? Ou presta serviços a terceiros? O SR DEPOENTE - Estive no Rio recentemente, não em missão do Serviço, mas passei mais de um ano sem ir lá, de maneira que de lá para cá perdi o contato inteiramente com a nossa repartição lá. O SR PRESIDENTE - Aqui em Brasília essas camionetas só fazem serviços oficiais? O SR DEPOENTE - Ao que sei, sim. O SR PRESIDENTE - Em Campo Grande há uma camioneta também? O SR DEPOENTE - Há tempos, há meses, esteve aqui uma camioneta. Não cheguei a vê-la. Soube que é de marca Chevrolet, pertencente à Inspetoria de Campo Grande. O SR PRESIDENTE - V.Sa como mecânico não tem contato nenhum com os veículos? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Seu trabalho é no seter de assistência ao índio? O SR DEPOENTE - De inspeção. O SR PRESIDENTE - Com a palavra o nobre Relator. O SR RELATOR - Sr. Depoente, quando êsses índios estavam aqui, já que está afeta a V. Sa a assistência aos índios, não ouviu falar de onde saiu a verba para êsse pagamento? O SR DEPOENTE - Não. Sei que receberam tratamento nunca dado aos demais. Não tenho a mínima idéia. O SR RELATOR - Queria explicar-lhe que esta CPI dará as garantias a V. Sa. Mas queremos saber a verdade, sem cogitar de amea-

510 512 1251
ças do Sr. Diretor ou de quem quer que seja. O SR DEPOENTE - Sinto-me realmente à vontade. O SR RELATOR - Se existe qualquer coação, a Comissão poderá tomar qualquer iniciativa, para que tal não suceda. Quero de V. Sa tôda a verdade. O SR DEPOENTE - É exatamente o que irei relatar. O SR RELATOR - Nessas viage, digo, viagens de inspeção de V. Sa tem visto assistência do SPI, em questão de remédio, de implementos agrícolas a essas aldeias e postos? Há alguma queixa? O SR DEPOENTE - As queixas são generalizadas. O SPI, na minha opinião, atravessa crise muito séria. O S R RELATOR - Crise financeira ou crise de homens? O SR DEPOENTE - De modo geral... O SR RELATOR - As duas? O SR DEPOENTE - Sim. É serviço que dispõe de poucos recursos financeiros, e, na minha maneira de entender, sem um plano previamente traçado para aplicação. Acho que não há um critério de boa aplicação em benefício da assistência ao índio. Naturalmente que as verbas são pequenas em relação à grandiosidade do serviço. Acho um Serviço admirável, o SPI. O SR RELATOR - Concordo em que é admirável e as verbas são pequenas. O S R DEPOENTE - Não, digo, Mas não há uma aplicação criteriosa. O SR RELATOR - No ano passado, o SPI recebeu 100 milhões de verba orçamentária. O SR DEPOENTE - Estou até mais ou menos à vontade para falar sobre isso, porque seu, no Serviço, dos que sempre lutaram, inclusive junto ao Congresso, à Câmara, para conseguir, através de emendas, recursos financeiros para o nosso Serviço. Tenho lutado há dois anos. E no ano passado tivemos a felicidade de obter resultado, ou melhor, no ano retrasado, quando foram liberadas as verbas; tivemos a satisfação de ver alguns pedidos nossos atendidos através de emendas assinadas por Deputados amigos do índio. E, acima de tudo, a satisfação de vê-las aprovadas e liberadas. A aplicação desse dinheiro é que infelizmente, no meu modo de entender, não obedece aos planos previamente traçados e aprovados. O SR RELATOR - Veja V.Sa: só a verba orçamentária vai a 100 milhões de cruzeiros. V.Sa não desconhece que a Inspetoria de Mato Grosso, a 5ª Inspetoria, tem uma renda anual superior a 50 milhões de cruzeiros. Só uma Inspetoria. E muito mal aplicada. Quer dizer que a crise é de homens, da má aplicação. Não crise financeira. O SR PRESIDENTE - Fora da renda indígena? O SR DEPOENTE - Sim. Mas a Inspetoria de Campo Grande não foi beneficiada por emendas. De fato, ela pode e deve dar melhor assistência àqueles índios, porque é Inspetoria considerada por nós das mais ricas ou talvez a mais rica do SPI, com rendas, apesar de não estarem legalizadas dentro da repartição, mas há anos vem obtendo recursos do arrendamento da Reserva do Caiuéus. O SR PRESIDENTE - São perfeitamente escrituradas as rendas? Constan das escritas das Inspetorias? O SR DEPOENTE - Temos poucos dados na repartição sobre isso. De maneira que devia haver

511 513 1255
melhor assistência, já que os recursos são grandes lá, com as rendas provenientes dos arrendamentos. Oficialmente são 60 e poucos arrendamentos; mas o levantamento que estão fazendo possivelmente vai levar à conclusão de que é muito mais que isso. O SR RELATOR - Fiz esta pergunta: nas suas viagens de inspeção, quais as queixas que recebe dos indígenas? O SR DEPOENTE - De modo geral, ferramentas e medicamentos. Pedem o mínimo. O SR PRESIDENTE - Os postos têm enfermeiros? O SR DEPOENTE - Poucos deles. Raríssimos os que têm. O SR PRESIDENTE - Mas há enfermeiros no quadro. O SR DEPOENTE - No quadro do SPI há. O SR PRESIDENTE - Estão na sede, aqui? Se os postos não têm enfermeiros, mas existem no quadro os cargos e estão preenchidos, onde estão esses enfermeiros? O SR DEPOENTE - São cento e tantos postos. Não sei se temos para cada posto um enfermeiro. O certo é que eles não recebem assistência, não há enfermeiro para orientar a aplicação dos medicamentos. O SR PRESIDENTE - O Coronel já procurou sanar essa dificuldade ou essa falta de assistência, na administração dele? Acha que ele tenha dado maior assistência a esses postos que a assistência dada pelos antecessores? O SR DEPOENTE - O Coronel viaja muito. O SR PRESIDENTE - Mas viajar não é dar assistência. Ele não é enfermeiro. Pergunto se ele objetivamente tem procurado levar ao índio, através das Inspetorias, o material, medicamentos, ferramentas, sementes e assistência, com enfermeiro, médico vez por outra passando lá. Não tem sido feito isso? O SR DEPOENTE - Não há assistência regular. O SR PRESIDENTE - Mesmo na administração atual? O SR DEPOENTE - Sim. Se há providências nesse sentido, são tomadas por lá mesmo, sem termos conhecimento na Diretoria. Não me lembro de ter lido relatório sobre qualquer providência nesse sentido. Se houve a providência para sanar ou melhorar a assistência ao índio, com ferramentas, medicamentos, foi tomada lá mesmo. Não temos elemento nenhum em mãos. O SR PRESIDENTE - V. Sa pertence à Seção de Assistência aos Índios? O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Veja que organização perfeita tem o SPI: pertencendo ao Serviço de Assistência aos Índios, V. Sa desconhece o plano de assistência aos Índios. O SR DEPOENTE - Embora pareça incrível. O SR PRESIDENTE - Não pela sua vontade, mas pela própria administração, que não o faz chegar ao seu conhecimento. Falta de planejamento. O SR DEPOENTE - Acima de tudo, só entendo administrar com um plano. O SR PRESIDENTE - Claro. O SR DEPOENTE - Pode ser modificado de acordo com a necessidade do Serviço, mas em todo setor da Administração pública tem que haver o plano de trabalho. Não se pode trabalhar somente de improviso. O SR PRESIDENTE - Nessa assistência aos índios, há Inspetorias com mais proteção que outras ou mais aquinhoadas pelas verbas? O SR DEPOENTE - A distribuição de verbas é feita por uma seção, a Seção

512 519 256
de
de Administração, à qual não estou ligado. Podia ser feita pela minha, que é de orientação e assistência e tem obrigação de conhecer as necessidades das Inspetorias. A outra é apenas Seção Administrativa. O SR PRESIDENTE - Esse descontentamento muito grande entre funcionários do SPI, uns pedindo transferência, outros solicitando comissionamentos, qual a razão disso? O SR DEPOENTE - Tem havido muitos casos de colegas nossos que se têm afastado da Diretoria. Todos eles em choque com a administração. Não concordam com os métodos de administração do Sr. Coronel. O SR PRESIDENTE - Só dois depoentes concordam, de todos que ouvi. O SR DEPOENTE - Ainda existem funcionários dentro do Serviço que, pelo seu passado de luta ali, tem amor ao índio. Esses sentem-se descontentes, porque o Serviço é de assistência ao índio e quando vêem que não há ambiente para trabalhar, procuram afastar-se. Assim têm feito muitos, e, naturalmente, outros irão segui-los. O SR RELATOR - Quer dizer que está de acordo em mudar o nome de SPI para SPC, Serviço de Proteção aos Civilizados?... O SR PRESIDENTE - E aos funcionários... O SR DEPOENTE - Perfeitamente. O SR RELATOR - Hoje, pelo que vejo, o SPI funciona entre panelas de funcionários. Fernando Cruz é muito ligado ao Coronel Ribeiro Coelho? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RELATOR - Conhece bem o Sr. Fernando Cruz? O SR DEPOENTE - Conheço Fernando Cruz, apesar de estar sem contato com ele há bastante tempo. Desde que veio de uma expedição a Rondônia, tive poucos contatos com ele. O SR RELATOR - Houve caso de mortes lá, em que foi ele acusado de ser o principal mandante? Ou qualquer coisa nesse sentido? O SR DEPOENTE - Não estive presente, mas é assunto bem propalado, não só na repartição, como fora. O SR RELATOR - Foi aberta inquérito nesse sentido? O SR DEPOENTE - Não me recordo. O SR RELATOR - Como foi o caso. Tem mais ou menos conhecimento dele? O SR DEPOENTE - Passei 1957 e 1958 no Pará, em trabalho de mo, digo, de pacificação dos índios Caiapós. Quando por lá andei, soube que Fernando Cruz teria entrado em choque com elementos do Alto Tapajós, e nesse choque armado teria havido vítimas. O SR RELATOR - Vítimas do lado dos índios? O SR DEPOENTE - Entre ele, com índios, contra moradores da região. O SR RELATOR - Conhece o Sr. Josias Macedo? O SR DEPOENTE - Conheço. O SR RELATOR - Qual a função dele, hoje, no SPI? O SR DEPOENTE - Hoje é funcionário ligado à Seção de Estudos, sem cargo de Chefia. Deixou de ser chefe de seção há dois ou três meses. O SR RELATOR - E essa Seção de Estudos é no Rio de Janeiro? O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Ministério da Agricultura? O SR DEPOENTE - Sim. É o Museu do Índio. O SR PRESIDENTE - Nobre Relator, devíamos fazer uma visita a esse museu. O SR RELATOR - Sim, mas acho o tempo exíguo. O SR PRESIDENTE - Estarei no Rio sábado. Quando chegaria V. Exa? O SR RELATOR - No dia que V. Exa de-

513 515 1357

terminar. O SR PRESIDENTE - Sábado estará aberto? O SR DEPOENTE - Por algumas horas, para atender aos visitantes. O SR RELATOR - Ache que poderia ser dispensada essa visita. O SR PRESIDENTE - Seria para verificar se seu funcionamento justifica as verbas e os funcionários que tem. O SR RELATOR - Dizem que falta contador, falta tudo, tudo. O SR PRESIDENTE - Estarei lá no sábado. O SR RELATOR - Sr. Deponente, há quanto tempo está no SPI em Brasília? O SR DEPOENTE - Vim para cá em março de 1961. O SR RELATOR - Já na gestão do Coronel Meacir? O SR DEPOENTE - Não, do Coronel Tasso de Aquino. O SR RELATOR - E continua aqui até agora? O SR DEPOENTE - Continuo. O SR RELATOR - Qual a razão da existência do cargo de mecânico no SPI? O SPI tem motores? O SR DEPOENTE - Sr. Deputado, fomos admitidos como assalariados, naturalmente para aproveitar as vagas. Eu, por exemplo, jamais exerci a função de técnico de motores ou de motores a combustão. Sempre fiz trabalho considerado de Inspetor. O SR PRESIDENTE - Como V. Sa há outros funcionários deslocados de suas respectivas funções no SPI? O SR DEPOENTE - Existem alguns. O SR PRESIDENTE - Menciona-se na folha como mecânico, mas não é. Ou é, mas não exerce a função. Como o caso do técnico agrícola, que também não exerce essa função. O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR RELATOR - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Há no SPI, nas Inspetorias, periodicamente, alguma inspeção aos roçados dos índios por algum técnico ou mesmo prático agrícola, já que o agrônomo não possa ir? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que o índio faz o roçado pelo primitivismo de antanho? Nada recebeu de orientação do SPI quanto a esse aspecto? A técnica é a primitiva? O SR DEPOENTE - Sim, Sr. Deputado. O SR PRESIDENTE - É derrubar a mata, queimar, plantar; derrubar, queimar, plantar. O SR DEPOENTE - Sem orientação do Serviço. O SR PRESIDENTE - Nem quanto ao emprêgo da máquina que entrega? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que nesse particular o SPI mantém o rudimentarismo dos tempos primitivos? O SR DEPOENTE - Como no estado primitivo. O SR PRESIDENTE - Mas há técnicos agrícolas, ou práticos rurais ali? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - No quadro não há?! O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Então, o SOPI, digo, o SPI, em rigor, não procura chamar o índio à civilização. Não é só domesticá-lo: é trazê-lo para ser elemento útil à sociedade. O SR DEPOENTE - Não basta somente domesticar o índio, trazê-lo para o nosso convívio, porque devíamos antes de pacificá-los criar condições para a subsistência deles. O SR PRESIDENTE - Decerto. Mas desde que esteja pacificado, o SPI não promove sua integração na comunidade nacional, pois que até esses princípios básicos de como trabalhar a terra, os mais rudimentares possíveis, o SPI não lhes dá. O SR DEPOENTE - Exato. O SR PRESIDENTE - É, conseqüentemente, uma domesticação como de qualquer animal. A anta é

514 515
animal que, domesticado, fica conosco dentro de casa, anda no quintal, passa a comer em nossas mãos, mas não entra para a civilização. O SR DEPOENTE - Tem sido assim. E se não houver uma modificação nesse sistema, a tendência é desaparecer o índio, que não tem nossa resistência física. O SR PRESIDENTE - V. Sa vem confirmar aquilo de que estamos seguros: O SPI tem sido inoperante. Pode ter tido sua fase áurea, mas nos nossos dias é repartição... O SR DEPOENTE - Que não cumpre a sua finalidade. O SR PRESIDENTE - ... que não cumpre a finalidade para a qual foi criada. É pêso morto, digo, é pêso morto nas rendas da Nação, em última análise. O SR DEPOENTE - Infelizmente, na parte de assistência ao índio... O SR PRESIDENTE - Que o SPI não dá. O SR DEPOENTE - Perfeitamente. Existia uma organização grandiosa... O SR PRESIDENTE - Na sua participação pessoal de patriota, de brasileiro - e devemos defender a pátria intransigentemente - na sua impressão de cidadão, não acharia mais meritório que essas rendas, mediante convênios sérios ou no Ministério que vai ser criado, fôsem aplicadas por aquelas entidades assistenciais que já deram provas provadas, concretas de recuperação do índio? Cito um exemplo que conheço, que vi, no Acre, onde tive um colega de turma de ginásio que é índio puro: a obra dos Salesianos. Não seria preferível, já que prestam êsse amparo todo sem ter possibilidade de rendimento, que as verbas lhes fôsem entregues mediante convênio, que seria fiscalizado? O SR DEPOENTE - Mediante convênio... O SR PRESIDENTE - Seriam aplicadas por essas entidades, para que tivessem maiores recursos e pudessem agir com maior desembaraço, na situação de bem servir o índio aquêles que deram provas de que realmente o assistem. Qual sua opinião nesse particular? Acentuo que haveria a cúpula administrativa do SPI, mas a parte assistencial seria mediante convênios. O SPI teria sua diretoria, seu serviço burocrático administrativo do conjunto; e mediante convênios dava-se assistência ao índio, fiscalizando a aplicação dêsse dinheiro através do cumprimento dêsses convênios. Não lhe parece que o rendimento seria maior? O SR DEPOENTE - Sr. Presidente, devo ser um sonhador, porque ainda acredito na recuperação do SPI. Acho que com modificações, o SPI ainda poderá vir a cumprir com sua verdadeira finalidade de assistir o índio realmente. Não podemos mesmo deixar de lado essas entidades religiosas, principalmente a católica, que nos tem dado... O SR PRESIDENTE - Pode ser protestante, desde que dê assistência. Sou católico, mas... O SR DEPOENTE - Mencionei os católicos, porque os padres se têm destacado. O SR PRESIDENTE - Estive num lugar em um afluente do Alto Rio Negro, viajando até certo ponto em trecho bem encachoeirado. Cheguei ao cair da noite. No dia seguinte, o padre convidou-me para assistir ao início das aulas. Mais ou menos às 7 da manhã lá che

515 577 259
gamos. No prédio da escola estavam cerca de 300 índios formados. Isso na fronteira com a Colômbia. Sou muito emotivo e muito patrieta, como todos devemos ser. Pediram-me que hasteasse o Pavilhão Nacional. Quando peguei na driza, as crianças entoaram o Hino Nacional. Com falhas, sobretudo na pronúncia; mas aquilo me comoveu profundamente. De frente a Colômbia, em plena selva amazônica! Passei seis dias ali. Fui à maloca, já necleada: o índio já saía alfabetizado para o Núcleo. E nunca apareceu ninguém do SPI nessa região. Vi, então, esse exemplo. De volta, embarquei na lancha que me traria aonde estava o avião. O bispo veio comigo. Enfrentamos outra vez o trecho encachoeirado. Na proa, um homem; na malagueta do leme, outro. O padre, com a varinha, mostrando o caminho. E desde o ajudante de cozinheiro e o motorista ao homem da malagueta, o prático, o comandante, - todos índios! Minha vida e a do bispo entregues a eles, num trecho encachoeirado do Rio Negro. E o SPI lá nunca fez nada. É triste, não lhe parece, Sr. Depoente? O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Um Serviço criado para esse fim! O SR DEPOENTE - Tenho muita saudade daqueles que considero os meus maiores amigos: os bravios Caiapós. Hoje nem se procura saber notícias deles. Já quis perguntar por eles, sei que muitos já morreram, daqueles a quem se veio pacificar. Passei dias alegres com eles no Xingu. Hoje estão talvez abandonados. Há muito tempo não vou por lá e não sei se voltaria. O SR PRESIDENTE - O SPI apenas transforma agora, ou naquele momento, os índios em homens que deixaram de ser bichos do mato. Mas as gerações futuras continuarão a sê-lo. O SR RELATOR - O caso dos Xavantes é exemplo. Depois que a civilização lá chegou, o império xavantino, como o chamavam, não existe mais. O SR DEPOENTE - Os mais belos índios, os Xavantes, uma nação de índios robustos, sadios. Hoje lá estão, reduzidos a trapos. O SR RELATOR - Parece que o SPI, ao invés de os proteger, os extingue, não? O SR DEPOENTE - Mas tenho esperança de ver o SPI - desde que se possa fazer modificações, levando para lá homens abnegados que tenham amor ao índio - transformado pelo menos num serviço de assistência e proteção ao índio. O SR PRESIDENTE - Agradeço sua colaboração. Se tivermos necessidade de nova inquirição, faremos a convocação. O SR DEPOENTE - Estarei à inteira disposição da Comissão. O SR PRESIDENTE - Está encerrada a sessão.

Walter Lacerda

516 572 1264
Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.

Presidente : Deputado Valério Magalhães.

Deponente : Heloísa Tórres.

Reunião de : 10 de junho de 1963 (tarde).

Local : Palácio Tiradentes - RIO.

Aos dez dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, a Senhora Heloísa Tórres, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional dos Índios, prestou o seguinte depoimento: O SR. PRESIDENTE - Está aberta a sessão, digo, a reunião. Estamos reunidos em Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades diversas que chegaram ao nosso conhecimento através de denúncias a respeito do Serviço de Proteção aos Índios. Por esse motivo a presidência, aprovando parecer do nobre Relator, achou por bem convidar V. Sa. para vir, na qualidade que é de presidente do Conselho dos Índios, prestar algumas informações para que possamos estar a cavaleiro da missão que nos foi confiada. Antes, porém, dêsses esclarecimentos, de acordo com o Regimento das Comissões Parlamentares de Inquérito e com a nossa Constituição, pediria a V.Sa. prestasse o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, sobre tudo o que lhe fôr perguntado. A SRA. HELOÍSA TORRES - Comprometo-me a dizer a verdade, somente a verdade, sobre o que me fôr perguntado. O SR. PRESIDENTE - V.Sa. é Presidente do Conselho Nacional dos Índios? A SRA. HELOÍSA TORRES - Sim. O SR. PRESIDENTE - Há quanto tempo? A SRA. HELOÍSA TORRES - Primeiramente, substituí interinamente o Marechal Rondon, doente desde novembro de 1955 até 19 de janeiro de 1958, data em que faleceu. A nomeação para efetivação demorou bastante tempo. Não tenho lembrança exata da data. O SR. PRESIDENTE - O Conselho é constituído de quantos membros? A SRA. HELOÍSA TORRES - Sete. O SR. PRESIDENTE - Membros natos? A SRA. HELOÍSA TORRES - Membro nato apenas o Diretor de Serviço de Proteção aos Índios. É o único. O SR. PRESIDENTE - Os demais são todos nomeados? A SRA. HELOÍSA TORRES - São. Um representante do Museu Nacional, um do Conselho Florestal, os outros de nomeação do Presidente da República. O SR. PRESIDENTE - Estes representantes são indicados pelo Ministro da Agricultura ao Presidente? A SRA. HELOÍSA TORRES - Creio que sim, eu pelo próprio Serviço. Não tenho certeza sobre como se faz isso. O SR. PRESIDENTE - O Conselho é subordinado ao Ministro de Estado da Agricultura? A SRA. HELOÍSA TORRES - Sim. Foi subordinado ao Ministro. No momento, o Conselho encontra-se numa situação muito estranha, porque não foi in-

Atual

517 579 1262
MAE

incluído na lei delegada e não foi tão pouco extinto. O SR. PRESIDENTE Onde é a sede do Conselho? A SRA. HELOÍSA TORRES - No Rio de Janeiro. O SR. PRESIDENTE - Reúne-se com que regularidade? A SRA. HELOÍSA TORRES - Pelo Regimento, duas vezes por mês. Mas, desde a mudança para Brasília, têm sido muito irregulares essas reuniões, porque um dos membros do Conselho é o Dr. Daci Ribeiro, digo, Dr. Darci Ribeiro, que está permanentemente em Brasília. Raramente vem ao Rio. Foi um representante do Conselho. O Conselho Florestal, que tinha também um representante, foi extinto. De forma que as reuniões se tornam difíceis. O Brigadeiro Aboim, outro membro do Conselho, viaja muito. É difícil haver número. Estamos precisando de uma revitalização, quanto aos funcionários que possui o Conselho. Temos um Secretário, que é o Sr. José da Gama Maria Malcher, um bibliotecário, um escriturário, um mestre eletricitista, que aliás, exerce funções de contínuo, e um rapaz que faz o serviço de mimeógrafo. Isto na sede do Conselho. Há um outro setor que funciona no Ministério da Guerra, constituído pelos remanescentes da carta de Mate Grosso. Embora a carta esteja pronta e já distribuída, até o presente o General Jaguarybe de Matos não redigiu o texto que deveria acompanhar a carta. De forma que numa sala do Ministério da Guerra temos algum material e uns poucos funcionários considerados talvez como do Conselho, mas que já pusemos à disposição do Ministério porque não vão mais ser necessários. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - São pagas por verba? A SRA. HELOÍSA TORRES - Verba do pessoal do Ministério da Agricultura lotado no Conselho. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Conselho tem verba própria todos os anos? A SRA. HELOÍSA TORRES - Tem, e houve no momento situação muito desagradável. Com o fato de não ter figurado o Conselho na Lei delegada, passaram todas as verbas do Conselho para o plano de economia. Assim, não temos um vintém no Conselho. O Conselho não tem jeton; os membros exercem a função gratuitamente; o Presidente, também. Eu sou Diretor agregado no Ministério de Educação e membro do Conselho desde a sua criação. Fui nomeada Vice-Presidente pelo Presidente Café Filho, e depois assumi a presidência por doença do Marechal Rondon. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas pertence ao Ministério? A SRA. HELOÍSA TORRES - Pertence ao quadro do Ministério da Educação. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Podia ao nobre Relator a fineza de termos anotada esta parte - que o Conselho está fora da Lei Delegada e que suas verbas passaram para o plano de economia - a fim de, ao chegarmos a Brasília, mesmo antes de prosseguir nas nossas indagações até o final, fizéssemos comunicar esta particularidade ao Presidente da Câmara, para que, não sei se por nós diretamente ou por intermédio dele houvesse providências no sentido de sanar essas irregularidades, digo, essa irregularidade. O SR. CELSO AMARAL - Ache que caberia ao próprio Ministro. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Chegar ao Ministro, por nosso intermédio ou pela Mesa da Câmara, esse fato, para que ele junto ao Executivo tome as providências necessárias. Mas dese-

518
1263
desejava fazer à deponente, antes que o Relator iniciasse sua inquirição, algumas perguntas. A ligação entre o Conselho Nacional do Índio e o Serviço de Proteção aos Índios é íntima? A SRA. HELOISA TORRES - Não; é uma situação legal, absolutamente ineficiente. O Decreto-Lei de criação do Conselho do Índio não lhe deu capacidade alguma sobre a ação do Serviço de Proteção aos Índios, e com uma agravante: no parágrafo único de art. 5º coloca o Conselho a pouca distância de subordinação ao Serviço, porque determina que as comunicações do Conselho ao Governo sejam feitas através do Serviço. De forma que, em decorrência dessa situação anômala, verificamos que, durante os primeiros quatro anos, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios não levantou a menor dúvida quanto à participação do Conselho nos trabalhos. Tudo correu admiravelmente bem, com proveito mútuo, nós atendendo às consultas, estudando os problemas de que o Serviço precisava. Mas ao cabo de quatro anos, com mudança de Diretoria do SPI, o novo Diretor achou que não deveria consultar o Conselho para assunto algum, e assim se deu nestas duas Diretorias consecutivas. Em 1951, entrou José Maria da Gama Malcher, cujo entrosamento com o Conselho foi perfeito. Mas novamente, com a mudança de Diretor, entramos numa fase de um pouco mais de que afastamento porque passou a ser praticamente hostilidade do Serviço para com o Conselho. Temos alguns documentos desagradáveis ao nosso arquivo. De forma que desde o primeiro intervalo improdutivo da ação do Conselho o Marechal Rondon dirigiu-se ao Governo, pedindo a modificação da Lei; desejava mesmo fundir os dois órgãos. E retendeu-se intensamente essa atividade de pedir a revisão da Lei, depois da saída do Sr. Gama Malcher, em 1955. E essa luta tem se prolongado até o presente, sem resultado algum. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - No momento, as relações do Conselho com o Diretor atual do Serviço de Proteção aos Índios continuam nesse pé de incompreensão, ou melhorou? A SRA. HELOISA TORRES - Com o atual Diretor? O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Sim. A SRA. HELOISA TORRES - Não podemos queixar-nos absolutamente dele. Tem-nos visitado algumas vezes. O que nos afasta mais é essa situação Rio-Brasília das duas entidades. Eu tenho muito respeito pela atuação dele. Parece-me uma pessoa de bem, que deseja moralizar. Porque o Serviço de Proteção aos Índios é hoje, infelizmente, um dos mais desmoralizados da República. Tendo começado com um corpo de idealistas, não pôde ser mantido assim na situação da vida moderna, de marcha para a industrialização. Temos de substituir aquela mentalidade puramente idealística do Marechal Rondon e das pessoas que trabalharam com ele por uma fundamentação científica. E é por isso que nos batemos. Tenho tido vários contatos com o grupo da reforma administrativa, contatos que parecem que vão ser muito profícuos, a fim de que o Conselho possa ter a posição que realmente lhe compete, de órgão de consulta nos serviços de assistência e proteção aos índios, digo, aos índios, o traçador da política indigenista brasileira e o fiscalizador da execução

519 527 264
519 527 264
519 527 264

desse política. E mais ainda: como, no momento, o próprio Diretor do Serviço é o primeiro a declarar que não dispõe de elementos categorizados para fazer os levantamentos, os estudos necessários à fundamentação desse trabalho, é possível que tudo isso, parte de pesquisas também, reverts a atividades do Conselho. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E essa Seção de Cultura? A SRA. HELOISA TORRES - Exatamente, precisamos fazer um estudo da distribuição dos grupos, das relações do grupo com o ambiente, com o seu habitat, da cultura desse grupo e sobretudo o tipo e grau de contato com a comunidade nacional. O problema do Índio do Brasil não é somente questão administrativa brasileira; ele atrai a atenção do mundo inteiro. A Sociedade Internacional de Antropologia acaba de dar alguns mil dólares para estudar um grupo indígena do Paraná. É fato que vale a pena ser relatado, pela sua curiosidade: no Noroeste do Paraná, debaixo dos nossos olhos, foi encontrado, nos anos últimos, um grupo indígena na idade da pedra, um grupo que não conhece a mandioca, não tem cultivo da espécie alguma. São remanescentes um pouco numerosos esses indivíduos. O SR. CELSO AMARAL - Nem o Serviço de Proteção aos Índios conhecia esses indivíduos? A SRA. HELOISA TORRES - Tive notícia deles, fez postes de atração - a eterna orientação errada do posto de atração. Todo o Serviço de Proteção, digo, de Proteção aos Índios precisa de remodelação completa. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Minha opinião sincera, como homem de interior, é de que o Serviço de Proteção aos Índios, no que diz respeito à assistência e principalmente - a meu ver o que deveria ser sua maior finalidade - à integração desses nossos patrícios à comunidade nacional, fracassou totalmente. A SRA. HELOISA TORRES - Fracasse completo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E não se diga que isso seja impossível; a assimilação é possível. Na Amazônia, através da assistência direta dos salesianos, chegamos a ter já um padre índio, mais de um padre, um médico, um bacharel que foi até meu colega no ginásio, índio puro, sem mescla. No Rio Negro, há índios eleitores, reservistas. Por que o Serviço de Proteção aos Índios não consegue isso? Aqui se diz que é falta de verba. Hoje esteve aqui o General Guedes, o único que já disse que a renda dos índios, se fosse bem aplicada, daria só ela para tornar autêntico, digo, auto-suficiente o SPI. A SRA. HELOISA TORRES - Não sei se chegaremos até lá, talvez haja um pouco de exagero. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Bem aplicada e posta em movimentação poder-se-ia chegar a isso. A SRA. HELOISA TORRES - V.Exa. mencionou casos individuais de índios que tiveram situação boa no nosso grupo de civilizados, equivalente à de tantos outros. Mas a questão são os grupos coletivos. Os mundurucus produziram no Pará, em linha ascensional, aumentando todos os anos, uma berracha esplêndida que o Banco da Berracha sempre adquiria. Pois bem, destruíram todo o material de trabalho dos mundurucus e eles são hoje escravos de uma companhia de Tapajós. O Sr. Celso Amaral - Quem destruiu? A SRA. HELOISA TORRES - Não posso informar, porque só

Adams

520 126
gesto de dizer as coisas que posso provar, mas a informação que tenho é de que foi o próprio Serviço de Proteção aos Índios. Enfim, foi a arrecada total de uma produção que ia sempre crescendo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Os índios só são chamados à civilização pelos brancos na Amazônia para serem escravizados no trabalho da extração da hévea. Certa vez, quando Governador do Acre, eu viajava através de um seringal, de uma bacia para outra, de Purus para a bacia do Acre, e encontrei um grupo de grupe transportando berracha. O produto ia no lombo dos animais e dos índios, as alimárias carregavam quatro belas e os índios uma cada um, iam subindo e descendo com todo esse peso aqueles barrancos todos por uma distância enorme. Vinham trazidos por dois civilizados. Um dos índios falava bem o português. Perguntei-lhe quante ganhavam por dia, e ele me mostrou apenas: a roupa e a comida. De forma que é um tipo de escravidão e que encontramos no Amazonas nos seringais. Agora o SPI está ausente. É como disse a ilustre informante. Pensam que passando lá um encarregado do Posto e dando alguns metros de fazenda e missangas já cumpriram o seu dever. O tal Posto serve de um contato ligeiro e às vezes levando o que o índio não conhecia: os males da civilização. Às vezes penso que seria melhor terminar com o SPI e estudarmos uma outra fórmula de chamar essa gente à nossa civilização. Há perto de 300 mil índios no país. No Território de Roraima, do qual sou filho, são 18 mil, dos quais 4 ou 5 mil estão em contato com os brancos. Conhece o Frei Protásio? A SRA. HELOISA TORRES - É da ordem da Consolata. Conheço, digo, conheço. O SR. PRESIDENTE - Ele encontrou índios que não usam arcos nem flechas. Estive com eles. Caçam com paus. Vivem no estado mais primitivo possível. A SRA. HELOISA TORRES - O que há é falta de planejamento. O dinheiro que o governo dá a entidades religiosas e privadas é mais vultoso que o que recebe o SPI, embora algumas delas realizem trabalho interessante. Mas deveriam realizar um trabalho planejado e fiscalizado. O SR. PRESIDENTE - O trabalho é feito sem esquema e sem orientação de cúpula, cada um agindo a seu modo. O ideal seria que esses índios viessem para Manaus ou para outra cidade industrializar-se e viessem realmente, inclusive no crescimento, a comungar conosco, da nossa racionalidade. A SRA. HELOISA TORRES - Difundir entre eles, por gente especializada, educação de base que a UNESCO preconiza, que consiste em tratamento sadio, higiene e hábitos sanitários. E um pouco de aprendizagem também. Há atualmente no Brasil um grupo interessadíssimo. Eles têm um nome um tanto estranho: Instituto de Lingüística de Verão. A Universidade de Oklahoma, dos Estados Unidos, todos os verões dava cursos intensivos de adestramento e dados lingüísticos, digo, lingüísticos a missionários e estudiosos. E assim foi-se constituindo um Instituto que tomou esse nome. Estudam a língua indígena e fazem cartilhas bilíngues. Há o desenho do objeto e o respectivo nome na língua indígena e em português. O ensino entre os índios até hoje não foi cuidado. A criança

Barney

52-1 523 1264
vai à aula e escreve+ O Dado. Mas ele não sabe o que é o dado. Isso pa-
ra ela é vazio de sentido. Pedimos então a um desses grupos que fizes-
sem a experiência. As crianças ficaram radiantes. A maior parte é non-
nolíngua. Não fala português. De maneira que o dado, além de não que-
rer dizer nada na língua deles, não tem uma significação. O SR. PRESI-
DENTE - Os padres salesianos adotam mais ou menos esse método. Nos pri-
meiros seis meses dedicam-se apenas a que o índio deixe os hábitos sil-
vícolas. Depois é que vem o aprendizado. O primeiro ano decorre quase
sempre com a adaptação. Às vezes levam dois anos para a alfabetização,
para ler e escrever mal. Visitei uma missão no Rio Branco e verifiquei
que eles tem mais a preocupação lingüística, porque a variedade de dia-
letos é tremenda de uma região para outra na mesma faixa. A SR. HELOI-
SA TORRES - Às vezes, essa gente do Instituto de Lingüística de Verão
trabalha dois meses. A Cidade de Filadélfia ofereceu dois aviões para
fazerem linhas de ligação entre esses grupos, e uma outra Cidade entre-
gou um outro avião à FAB. O SR. CELSO AMARAL - Dona Heloisa Torres, qual
o número do decreto que criou o Conselho? A SRA. HELOISA TORRES - De-
creto-lei nº 1 794, de 22 de novembro de 1 939, publicado no Diário Ofi-
cial de 24.11.39, página 27.213. O SR. CELSO AMARAL - Quais são as atri-
buições do Conselho? A SRA. HELOISA TORRES - As atribuições do Conse-
lho são quase líricas: estudar, de um modo geral, todos os aspectos da
vida dos índios e apresentar ao governo sugestões sobre os métodos de
proteção, através do Serviço de Proteção aos Índios. Resumem-se nisso.
O SR. CELSO AMARAL - Sobre essa questão de verba do Serviço de Proteção
aos Índios, eu já disse, numa de nossas reuniões, que devíamos mudar o
me dessa repartição para Serviço de Proet, digo, de Proteção ao Civiliza-
zado. Do que recebe o SPI... A SRA. HELOISA TORRES - E eu assino essa
proposta. O SR. CELSO AMARAL - ... 70 ou 80 por cento vai para paga-
to de funcionários. Um mínimo é que fica para assistência e proteção
índios. Existe a verba indígena, a qual realmente não é fiscalizada, fi-
cando a maior parte desviada, razão pela qual o Serviço não dá assistên-
cia ao índio, nenhuma, nenhuma. Nós os civilizados temos a sorte de con-
seguir alguma cultura pela orientação dos nossos pais, e seríamos obriga-
dos a dar assistência, como seus verdadeiros tutores, aos índios, e não
temos dado coisa alguma, nada, nada. E sabemos que a capacidade de as-
similação do nosso selvagem é grande. Como vimos, temos casos de médi-
cos, advogados, padres, freiras. Eu sou representante do Estado de São
Paulo, e não conhecia essa barbaridade que se comete no Brasil a título
de dar proteção e assistência aos índios. A luta interna no Serviço de
Proteção aos Índios é qualquer coisa de inacreditável. Todos os Inspec-
tores, e são nove Inspetorias, sofreram sindicâncias, processos adminis-
trativos, inquéritos. Não existe gente cpa, digo, gente capacitada para
esse trabalho, a realidade é esta. Acho difícil uma saída. É o que pen-
so, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de ou-

526 527 528

ouvir tantas barbaridades. Poderia a Senhora dizer qual o Diretor que mais se dedicou à sua tarefa no Serviço de Proteção aos Índios, durante o tempo em que a Senhora é Presidente do Conselho Nacional do Índio? A SRA. HELOISA TORRES - Eu assisti a três Diretorias no Serviço de Proteção aos Índios... O que V. Exa. quer que eu diga, Sr. Deputado? O SR. CELSO AMARAL - Nenhuma? A SRA. HELOISA TORRES - A Diretoria realmente atuante foi anterior - eu já era do Conselho, mas não Presidente - a de 1951-1955, do Sr. Gama Malcher. O grande problema, permita-me V. Exa. que o diga, é o seguinte: a escolha do Diretor é feita sem nenhuma exigência de formação técnica ou científica no campo das ciências sociais, ou sequer de tarimba no campo indigenista. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - É cargo para o homem, não o homem para o cargo. A SRA. HELOISA TORRES - Criou-se no subcomitê administrativo brasileiro, pelo fato de ter sido militar o idealizador e criador do Serviço - o Marechal Rondon - essa mentalidade de que o militar deva ser preferentemente o Diretor. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Já tive a minha impressão quanto aos territórios e posso dizer que, com honrosas exceções, o fracasso foi completo. A SRA. HELOISA TORRES - No entanto, sabemos, todos conhecemos militares que têm formação boa de ciências sociais. Mas nenhum desses foi escolhido para Diretor do Serviço dos Índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - A região amazônica, como sabe, são 5.200.000 kms. quadrados, dos quais temos conhecimento de dois milhões; só conhecemos ao longo dos rios. E note-se que o Brasil tem 8 milhões de kms. quadrados. Pois na Amazônia não conhecemos dois milhões de kms. quadrados. Entre um rio e outro, há um desconhecido. O SR. CELSO AMARAL - Dona Heloisa, conhece alguma irregularidade no Serviço de Proteção aos Índios? A SRA. HELOISA TORRES - Algumas relatadas pelo último Diretor, em visita que fez ao Conselho Nacional do Índio, e relatadas também por outras pessoas no correr dos tempos. A gente vai sofrendo, ouvindo uma porção de coisas. Mas o próprio Diretor fez referência a problemas de venda de gado em Mato Grosso, e acreditava que num simples pôsto, se não tivesse vendido outra coisa a não ser bezerro, que é mais barato, o desvio deveria ter sido de 100 milhões de cruzeiros. Isso num só pôsto. O SR. CELSO AMARAL - O último Diretor, o Coronel Moacyr? A SRA. HELOISA TORRES - O atual Diretor. O SR. CELSO AMARAL - Ele mesmo autorizou a venda de gado para comprar caminhão, quando deveria ter autorizado a compra de implementos agrícolas. É uma lástima. A SRA. HELOISA TORRES - Por isso eu digo que não desejo articular nenhuma acusação que eu não possa provar. Apenas repeti um fato que ouvi. O SR. CELSO AMARAL - E ele nessa ocasião o que declarou? Expôs a maneira como poderia sanar isso, abrir um processo? Citou nome de alguém? A SRA. HELOISA TORRES - Houve inquérito promovido pelo Ministério da Agricultura que não provou coisa alguma. Não; o primeiro creio que não foi promovido pelo Ministério da Agricultura. Sei que ele pediu novas providências ao Ministro. Resultou o inquérito no fato de que

Adm

523 32 32 1361
O.M.

não havia irregularidade alguma. Então, pediu ao Ministro que se a um inquérito feito por pessoas enviadas de fora do lugar. Disse agora estou bem lembrada. O SR. CELSO AMARAL - A Senhora conhece as missões de catequese pelo Brasil? A SRA HELOISA TORRES - Não; conheço vários sacerdotes e alguns religiosos que trabalham junto a índios. Eles nos procuram muito no Conselho, e justamente é a melhor fonte de informação de que dispomos; são os sacerdotes e também funcionários do Serviço que nos procuram quando vêm ao Rio. Com isso conseguimos fazer um mapa muito bom, com a distribuição dos índios atuais no Brasil, e num outro mapa a distribuição de todos os centros de assistência e proteção aos índios, oficiais, religiosas, etc... Pode-se, por ali, chegar a uma conclusão interessantíssima: onde há mais índios, não há postos. O SR. CELSO AMARAL - E poderia mandar para a Comissão alguns desses mapas, para orientar-nos? A SRA HELOISA TORRES - Um deles é enorme. Mas está para sair um trabalho - e vou mandar ver na Imprensa Nacional se já nos podem ceder um avulso - do Sr. Gama Malcher, que deverá ser publicado no máximo dentro de um mês. Assim, com mais esse elemento, estou redigindo algumas sugestões que talvez possam ser úteis aos trabalhos desta Comissão Parlamentar. O SR. CELSO AMARAL - Realmente. A SRA HELOISA TORRES - Mas o que falta é planejamento, falta fundamentação científica, falta ação conjunta de todos os órgãos interessados. Há necessidade de se constituir um corpo científico. Isso chegou a ser iniciado no Serviço de Proteção aos Índios na administração 1951-1955. Mas depois os diretores hostilizaram por tal maneira os cientistas que todos se afastaram. Eram Eduardo Galvão, Roberto Cardoso Oliveira, hoje no Museu Nacional, Darci Ribeiro, hoje na Universidade de Brasília, uma gente de gabarito como o Serviço, digo, Serviço de Proteção aos Índios não poderá mais conseguir, não só porque se tornou cara demais, como ainda porque alcançaram expressão alta no panorama nacional. De forma que temos de formar essa gente dentro do Conselho Nacional do Índio, no Serviço de Proteção aos Índios. Isso é que vamos ver de que maneira a reforma administrativa nos ajudará. Outra coisa de que ninguém se serve no Serviço de Proteção aos Índios é da experiência. Justamente o que caracteriza o homem é que é o único animal com capacidade de acumular experiência. Pois bem, o Serviço de Proteção aos Índios, com experiência de cinquenta anos, já de realizações, de erros e de acertos, poderia tirar do seu arquivo uma lição maravilhosa. Eles ignoram o arquivo, desconhecem sua experiência, e não se tira nenhum proveito disso. É preciso que haja uma fundamentação em ciências sociais, porque hoje as ciências sociais vão realizando enormemente todos os problemas da sociedade humana. Durante a guerra, o Governo americano tinha 50 antropólogos como consultores seus. Quando uma tropa expedicionária devia desembarcar num continente distante, os antropólogos redigiam pequenos manuais de como proceder de acordo com os habitantes, os costumes daqueles povos, para evi-

Antony

evitar atritos. A população de Biquine, que foi deslocada para aquelas experiências que se realizaram de energia nuclear, foi trazida de novo ao seu ambiente. Lá estavam administradores, professores, toda aquela gente e ninguém inquietou a população. Foram os antropólogos que renormalizaram a vida dos habitantes daquela região. Esta fundamentação das ciências sociais é recurso enorme, e por isso digo: um Diretor que não tiver grande tarimba indigenista deveria ter uma grande experiência, grande conhecimento no campo das ciências sociais aplicáveis. O Sr. Gama Malcher, que eu saiba, foi até hoje talvez o melhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, porque soube fazer-se calçar de gente boa, foi ele que se cercou de fgn, digo, de gente como Darci Ribeiro, Roberto Cardoso, Eduardo Galvão. Ele não tem nenhuma formação técnica em ciências sociais, mas tem tarimba indigenista. Começou como simples funcionário no Serviço do Índio; interessado, dedicado, inteiramente devotado ao índio, passou a chefe de inspetoria no Maranhão; depois, no Pará; veio chefiar uma Seção no Serviço; e, finalmente, acabou Diretor do SPI. A exoneração do Sr. Malcher do Serviço de Proteção aos Índios... O SR. CELSO AMARAL - Pediria a V.Sa. que continuasse a sua exposição, porque a finalidade da Comissão não é só a de apurar irregularidades, mas ter uma orientação. A SRA HELOISA TORRES - Temos que modificar a motivação. Não pode mais haver aquela ideologia que existia em outros tempos, em que ninguém penetrava no serã, digo, no sertão. A singularidade do problema do índio é uma coisa impressionante. Se E.Exa. pretender enquadrar qualquer serviço público num órgão superior da administração, num Ministério, não terá hesitação alguma. Resolverá seu problema. Quando desajar colocar num Ministério o SPI vai ter hesitações tremendas. A prova disso é que, tirado do Ministério da Agricultura em 1912, passou para o Ministério da Guerra, foi para o Ministério do Trabalho, voltou ao Ministério da Guerra, e agora encontra-se no Ministério da Agricultura. O SR. CELSO AMARAL - Já se pensou em transformar o SPI em autarquia? A SRA HELOISA TORRES - Foi o sonho dourado do Marechal Rondon e meu sonho dourado do Conselho: uma autarquia de organização normativa fiscalizada pelo Executivo. Desconheço qual seja a atitude desse grupo de trabalho da reforma administrativa com relação ao problema das autarquias. Houve certo tempo, e com razão, com fundamento, em que as autarquias ficavam todas subordinadas à Presidência da República, que acabou onerada por cinquenta ou sessenta órgãos. Mas se poderia arranjar um outro modo. Na verdade me parece um pouco pesado que a Presidência da República, tendo que olhar para todos os problemas, ainda tenha diretamente sobre si dezenas e dezenas de órgãos do serviço público. O SR. CELSO AMARAL - É possível que esse grupo de trabalho já esteja procurando um meio de solucionar o problema. A SRA HELOISA TORRES - É possível que tenha encontrado uma solução. Já vimos o problema da dispersão das verbas sem uma ação conjugada que permitisse os frutos. Já vimos o valer da expe-

525-1732 327 127
Y

experiência, a transferência da motivação idealística para a motivação científica e histórica. O SPI não se deu conta de nada disso, de coisa alguma. Vou encaminhar a V.Exas., se tivermos, o trabalho todo de Malcher, que penso seria de uma utilidade enorme. O SR. CELSO AMARAL - Tenho a impressão de que ele virá depor amanhã. Poderia realmente dar uma orientação e enviar esse trabalho para Brasília. A SRA HELOISA TORRES - Ele conhece a vida pregressa do Serviço muito bem, porque foi funcionário e Inspetor, Chefe de Seção, Diretor. De maneira que lendo, por exemplo, o plano quinquenal de trabalho do Diretor que precedeu o Coronel Moacyr... O SR. CELSO AMARAL - Coronel Aquino. A SRA HELOISA TORRES ... Coronel Tarso de Aquino, a gente tem a impressão de que o Serviço de Proteção aos Índios não tem nada. Entretanto, pegam-se os relatórios SPI 1953/54 - foram os dois únicos que se publicaram e estão infelizmente esgotados - ... O SR. CELSO AMARAL - A Senhora poderia emprestar; mandaria tirar fotocópia. A SRA HELOISA TORRES - Amanhã vou levá-los para o Conselho. Possivelmente o Malcher passará lá e trará os dois relatórios. Vou ver, digo, Vou ver também se passo na Imprensa e consigo os mapas. O SR. CELSO AMARAL - A Comissão agradecerá qualquer ajuda que V.Sa. prestar neste sentido. A SRA HELOISA TORRES - É triste olhar-se para essa pobre gente que nós desgraçamos com doenças. Eles não são nem muito melhores nem muito piores que nós. Estão desarmados em face da nossa civilização. Têm grande desprezo pelo civilizado no que respeita ao conhecimento do meio ambiente, e uma admiração enorme pelas realizações técnicas, principalmente pelo motor. O SR. PRESIDENTE - Lá no Amazonas eles trabalham não só em motores fluviais, como em motores terrestres, em usinas de luz. Consertam, mudam peças. Há uma oficina em Jaoretê em que trabalham só índios, e fiquei abismado. Não posso saber porque o SPI não dá o exemplo e não mostra o que faz. Só se diz que não há verba. Mas o certo é que a renda indígena é grande e não é criticurada, principalmente os arrendamentos de terra. Se fôssemos fazer uma análise perfeita e imparcial da situação econômica de muitos funcionários, verificaríamos que absolutamente ela não está condizente com o que percebem. De onde poderia vir isso? A SRA HELOISA TORRES - Isto não é culpa do SPI, mas dêsse sistema de entrega irregular das verbas... O SR. PRESIDENTE - E que se agrava de ano para ano. A SRA HELOISA TORRES - Estive há uns cinco dias com um funcionário do SPI, que me disse que recebeu no dia 27 ou 28 de dezembro do ano passado 17 milhões e meio de cruzeiros para serem aplicados até o dia 31. É quase um convite a malversação. O SR. PRESIDENTE - Onde o tempo hábil para uma aplicação honesta, em tão pequeno tempo? De par com isso há o pessoal recrutado, muitos sem preparo algum. Apenas alguns Inspetores sabem entrar no mato, mas não conhecem nada de etnologia, de sociologia, de humanística, elementos primordiais que sejam. Não há possibilidade de transmitir-se a um povo selvagem qualquer conhecimento básico. Encontramos aqui fun-

525-1732

526 / 1271
funcionários do SPI, um mecânico como Inspetor; outro, como assistente social. Pergunto eu: isso não é, de certo modo, burlar a lei? O Diretor do SPI há de imaginar que um funcionário dêsses não vai levar ao índio nenhuma vantagem, porque está fora da sua profissão. É um crime que o próprio Diretor está fazendo. Mas é que não acham um agente social que se sujeite ao vencimento do cargo. E assim é tudo. Estive lá em contato com eles, e sei que é possível chamá-los à civilização. Fiquei abismado com o trabalho dêsses frades. Fiquei entusiasmado. Quase na fronteira com a Colômbia, vi índios, meninos e meninas, hastearem a bandeira nacional e começaram a cantar o hino nacional. Aquilo me comoveu. Quando voltei, disse em meu relatório: tivesse o nosso país dessas missões em tôdas as nossas fronteiras! Encontrei três padres e duas freiras italianas. O resto, paulistas e indígenas. Havia um padre e duas freiras indígenas. Isso é uma coisa que conto, porque vi de perto. Já tenho dito que, num colégio em Manaus, foi meu colega um rapaz que depois se formou em Direito, e era índio. E o médico veio da Itália, eu ainda era rapazola. Um tio de minha Senhora contava que esse médico veio para o Sul. Quando ele veio da Europa, a especialidade dele era operador, especialidade que começava a surgir, era novidade. O Dr. Adriano era médico clínico; então, foi assistir à primeira operação do índio. Diziam que era notável operador, profundo conhecedor da anatomia humana. Todos se admiravam da frieza com que tomava o bisturi e cortava com precisão entre duas veias, entre duas artérias. Formado pelo Padre Massa, sacerdote de grande valor, que se está acabando, da época dos primeiros padres salesianos que chegaram ao Amazonas, há também o Padre Stélio, que ainda alcancei. Dom Massa está aqui, é bispo titular. Esse padre é das primeiras turmas formadas em Manaus; seguiu para a Europa e voltou médico. O SR CELSO AMARAL - Tive informação pelo ex-Presidente do IAPI que naquela autarquia havia um procurador índio. Até pedi que me desse o nome, para que eu o procurasse em Brasília. A SRA HELOISA TORRES - Senhor Deputado, é exato que o Plano de Economia vai ser transformado em lei? O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Só terá valor depois de transformado em lei. De maneira que tudo que está aí é errado. O orçamento diz claramente que, sem que haja nova lei, não poderá haver plano de economia. O orçamento é lei autorizativa, mas os cortes devem ser analisados por nós. Essa análise cabe aos representantes do povo, porque foram eles que realizaram o orçamento. Se vem um Ministro que não conhece o problema e acha que deve cortar, ou se vem o DASP e corta à margem da observação, da análise feita por nós, isso não está condizente com a lei. Este ano até agora ainda não chegou à Câmara a mensagem do Governo apresentando o plano de economia. Há cortes, nos Territórios, que chegam a 70%, o que importa quase fechar os Territórios. O CONSELHO está sem verba? A SRA HELOISA TORRES

527 1272
RES - Não temos nada. Anteontem, procuraram-nos dois índios, duas índias, uma do Amazonas e outra do Xingu. Está aqui há bastante tempo, ambas costureiras, e acham a vida difícil no Rio; queriam ser designadas para um posto do Paraná, solicitaram-nos isso. Respondi que não tínhamos um real para transportá-las. Os Srs. Deputados já imaginaram que maravilha duas índias quererem retornar para ensinar costura?! O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E o Serviço de Proteção aos Índios não podia ajudar? A SRA HELOISA TORRES - Deixei um recado, pedi ao Coronel que se comunicasse comigo logo que chegasse. Ele está sendo esperado por estes dias. Eu disse a essas duas índias que, se não houvesse resposta, eu mesma ia fazê-las embarcar. Não podemos perder uma ocasião dessas. O SR PRESIDENTE - Da Heloisa, parece que o Sr. Relator já obteve da Senhora todos os esclarecimentos de que necessitava. De minha parte, também estou satisfeito. Agradeço-lhe a gentileza do seu comparecimento. A SRA HELOISA ALBINO TORRES - Pois não. Sempre às ordens dos Srs. Deputados, para quaisquer outras informações. O SR PRESIDENTE - Gratos à Senhora.

Adm. Ruijs Taccu
(11)
Camara dos

Apr

[illegible]

32 ... So far as the R. ...
... uma antena ...
... de ...

529
M. G. S. B.
1275
Aplu

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.

Presidente - Deputado Valério Magalhães.

Depoente - General José Luiz Guedes.

Reunião de - 10 de junho de 1963 (manhã)

Local - Palácio Tiradentes - RIO

Aos dez dias do mês junho de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o General José Luiz Guedes, na qualidade de ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, prestou o seguinte depoimento:

O SR. PRESIDENTE - Está aberta a reunião. Esta reunião, General José Luiz Guedes, foi instituída face a várias denúncias que chegaram ao conhecimento da Câmara, a fim de pruz, digo, de apurar certas irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios em todo o País. Não nos estamos cingindo às denúncias feitas, mas também, não estamos buscando ir ao longo da vida do Serviço, mesmo porque nosso tempo é exíguo e poderíamos, assim, prejudicar as finalidades da Comissão. Mas, pelo menos de cinco anos para cá, estamos procurando esclarecimentos, ouvindo principalmente aquelas pessoas que tenham estado à frente do SPI e, dentre estas, elementos credenciados, como sabemos ser V. Sa.. Nessa qualidade V. Sa. foi convidado e, sabendo das suas dificuldades de ir a Brasília e havendo necessidade de ouvir outros elementos aqui no Rio de Janeiro, convocamos V. Sa. para aqui comparecer. Estamos iniciando os nossos trabalhos, e, de acordo, não só com o preceito constitucional, mas também com o Regimento das Comissões de Inquérito, pediria a V. Sa. prestasse o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, sobre o que lhe for perguntado.

O GENERAL GUEDES - Perfeitamente, Sr. Presidente. Presto o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, sobre o que for perguntado.

O SR. PRESIDENTE - Dou a palavra ao nobre Relator, a fim de que formule as suas indagações, e, ao final, a presidência procederá às perguntas, se não tiver sido ainda esgotado o assunto a respeito do qual a Comissão está interessada em esclarecer.

O SR. CELSO AMARAL - General, esta Comissão já ouviu o atual Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, que, nas indagações que lhe fizemos, informou que estava há quinze meses à frente do Serviço e que não encontrou ali condições sequer rezoáveis de funcionamento. Disse ainda que tem tentado corrigir as falhas de administração, mas vem encontrando muitas dificuldades. Queríamos, então, ouvir de V. Sa. uma exposição em que nos informasse se, na sua gestão, sentiu também essas dificuldades.

O GENERAL GUEDES - Queria dizer a V. Exa. que fui para o SPI ignorando completamente a sua situação e as finalidades do Serviço. Es

530 1370
Estava eu em Pernambuco, como Chefe do Estado Maior do IV Exército, quando recebi convite do Ministro da Guerra para assumir a direção do SPI. Respondi que aceitaria, desde que isso não prejudicasse a minha carreira, e assim fui para o Serviço de Proteção aos Índios. Encontrei, de início, uma situação muito crítica, porque havia ali dois grupos que se digladiavam, tendo havido até agressões, criando embaraços ao Sr. Ministro da Agricultura. Disse, então, o Sr. Mário Meneghetti: "o Sr. vai para o Serviço; procure apaziguar aquilo e apurar as irregularidades e ventura existentes. O Sr. tem emsm, digo, tem mesmo carta branca para agir. Desejava mesmo que o Sr. levantasse tudo quanto há de irregularidade no SPI". Respondi-lhe: "Sr. Ministro, em primeiro lugar, devo dizer que não conheço o Serviço. Vou primeiramente procurar tomar pé. Quanto à questão de apaziguar creio que conseguirei alguma coisa. E sobre irregularidades, tentarei saná-las, dentro das minhas possibilidades. Com referência ao levantamento de irregularidades, devo inicialmente declarar a V. Exa. que acho difícil, porque o Serviço existe há mais de quarenta anos, e se eu tiver que fazer uma pesquisa de tudo que há para trás, não vou produzir nada. Acho difícil isso. Mas, se, no decorrer de minha administração, encontrar fatos passados irregulares, procurarei solucionar o caso como fôr de justiça, mas a minha administração começa nesta data. Daqui por diante sou o responsável. Daqui por diante, digo Daqui para trás só poderei dizer alguma coisa quando o fato vier ao meu conhecimento". De fato, Sr. Presidente, encontrei no Serviço uma situação horrorosa, com brigas tremendas, acusações sérias de um grupo contra outro. A Diretoria estava abarrotada de funcionários, porque todos aqueles de que o Diretor não gostava trazia para cá, afastados da função. Ali não conhecia A, nem B nem C e todos inicialmente mereciam confiança. Disse-lhes: Vamos trabalhar. E coloquei todos em suas funções. Vi logo que o Serviço era difícil de administrar, porque é espalhado por todo o Brasil e não tem um quadro dirigente. Possui o SPI três secções, o Diretor e o Secretário. Não há elementos para a fiscalização. De forma que as Inspetorias andam por conta dos Chefes de Inspetorias. Por outro lado, os Postos, digo, os Postos, dispersados por todo o Brasil, estão muitos deles a grande distância da Inspetoria, lutando com dificuldades de transporte e de verbas para que se locomova o Chefe da Inspetoria ou mesmo um funcionário por ele designado para visitar um Posto. Encontrei o Serviço com verbas muito pequenas para fazer face às suas finalidades. Basta dizer que no último ano - não me lembro o total - mas tivemos uma qpta de 270 e tantos cruzeiros por índio, para prestar-lhe assistência. De fato, é difícil fazer-se alguma coisa com esse dinheiro. Nessa época um machado já estava custando 500 cruzeiros, no Rio; fora, um pouco mais. Um facão, de que o índio necessita e gosta muito, de 140 a 180 cruzeiros. Uma enxada, 160 cruzeiros. De forma que era difícil fazer alguma coisa, e o SPI tinha que atar-se

531 BQA 10 1/2

à pequena verba de que dispunha e da que poderia conseguir explorando a sua riqueza. Se o Serviço - digo isso hoje a V. Exa. e cansei de dizê-lo em relatórios - tivesse um quadro de funcionários à altura, gente competente e dedicada nas Inspetorias, e sobretudo nos Postos, não precisaríamos de um lastro de verba do governo federal. O Serviço poderia ser completamente independente, porque as riquezas são fantásticas. As terras são ótimas, as melhores do Brasil. Estão nas mãos dos índios, que chegaram primeiro. O SR. CELSO AMARAL - É a primeira vez, General Guedes, que ouvimos de um elemento que já administrou ou esteja administrando, ou de um funcionário, a palavra confortadora de que o próprio serviço, por si próprio, teria recursos, se tivesse uma boa administração. Só ouvimos dizer que não há verba, que não há dinheiro da nação, enquanto que V. Sa. diz que o Serviço é auto-suficiente. O GENERAL GUEDES - O Serviço possui gado, possui terras. Corri o Brasil todo. Fui a todas as Inspetorias e Postos. Fazia três ou quatro viagens por ano, que é o único meio de conseguir alguma coisa. Não podia mandar ninguém e tinha que ir. Conheci o Serviço em Manguaerinha e Chapecó. Só Manguaerinha tem 120 mil pinheiros. Chapecó tem 80 mil. O SR. PRESIDENTE : Tinha na época em que foi por V. Sa. administrado. Hoje não tem mais. O SR. GENERAL GUEDES - Tem, Sr. Presidente. Não fiz contratos nenhum. Anulei todos os contratos, porque estavam devastando o Serviço sem proveito. O SR. PRESIDENTE - Tem V. Sa. notícias de que têm devastado ultimamente? O GENERAL GUEDES - Não sei informar, Sr. Presidente. Mas recebi ordens para fazer os contratos. Disse que não fazia, porque não havia fiscalização. Se no contrato dizemos que se vendem 10 mil, saem 30 mil. Não se pode fiscalizar. O SR. CELSO AMARAL - Onde ficam esses Postos a que se referiu V. Sa.? O GENERAL GUEDES - O de Chapecó em Santa Catarina, e o de Manguaerinha no Paraná. Hoje tem o nome de Cacique Capanema, perto da Cidade de Manguaerinha. Não quis fazer contrato, porque vi a devastação que houve no Serviço. Todos os Postos do sul possuíam pinheiros. Se uma firma conseguia um contrato de 10 mil pinheiros, tirava 30 mil e mais, por falta de fiscalização. E por esse motivo me neguei a fazê-los. Não iria alienar uma riqueza dessas. Naquela época, em 1960, um pinheiro custava de 1.500 a 2.000 cruzeiros. Para não fazer os contratos, estipulei um preço, no total, acima do preço corrente e condições muito duras. E não apareceu ninguém. O SR. CELSO AMARAL - Os Postos de Manguaerinha e Chapecó pertencem a que Inspetoria? O GENERAL GUEDES - À 7a. Inspetoria instalada em Curitiba. O SR. CELSO AMARAL - V. Sa. não tem conhecimento se, após a sua saída, houve venda? O GENERAL GUEDES - Não sei, Sr. Presidente. Analisando as informações sobre a situação dos pinheiros, porque havia contratos que estavam em execução... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O seu antecessor era? O GENERAL GUEDES - Foi um senhor no Rio Grande do Sul. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Esses contratos foram feitos no tempo dele? O GENERAL GUEDES

532 1278
Não; já haviam. Tinha contratos de dez anos para tirar des mil pinheiros. Contratos estavam em execução. Estavam tirando muitos pinheiros por dia, as companhias, dando um prejuízo tremendo. Então, fui anular isso tudo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Havia vários contratos? O GENERAL GUEDES - O Sul foi devastado. Sobraram da 7a. Inspetoria Mangueirinha e Chapecó; o resto foi devastado. O SR. CELSO AMARAL - Mesmo aquele pinheiral do Rio Grande do Sul? O SR. GENERAL GUEDES - Foi. Tem muito pouca coisa. O SR. CELSO AMARAL - É a mesma Inspetoria, digo, na Inspetoria? O GENERAL GUEDES - É a mesma - a 7a., que tem jurisdição sobre Santa Catarina, Paraná e Rio Grande. A 7a. Inspetoria abrange esses Estados. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O sucessor de V. Exa. foi quem? O GENERAL GUEDES - Foi o Tenente Coronel Tasso Vilar de Aquino. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Demorou pouco tempo? O GENERAL GUEDES - Pouco tempo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Teve boa impressão dele? O SR. GENERAL GUEDES - A gestão dele foi muito rápida. Conversei com ele, ouvi suas idéias, mas foi só. Tive boa impressão dele, mas sobre a gestão dele não lhe posso dizer nada. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E depois dele? O GENERAL GUEDES - Foi o Coronel Moacir Ribeiro Coelho, depois dele. O SR. CELSO AMARAL - Ficou alguém substituindo o Coronel Aquino por alguns meses? O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Gama Malcher foi antes? O GENERAL GUEDES - Foi muito antes. O que me antecedeu foi um senhor do Rio Grande. Estêve muito pouco tempo: dez meses ou um ano. O SR. CELSO AMARAL - E o senhor ficou quanto tempo? O GENERAL GUEDES - Estive 1 957, 1 958, 1 959, 1 960, quatro anos e quatro dias. Assumi em janeiro de 1 957 e deixei em janeiro de 1 961. Quando houve a mudança do Governo, pedi com antecedência a minha demissão. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - As notícias que nos chegam são de que, na sua gestão, o SPI tinha mais ou menos engrenado. São referências que temos ouvido. Apenas o atual Diretor não fez exceção a administração alguma; disse que encontrou o SPI em situação lamentável, dada a má orientação de seu antecessores. Mas as outras pessoas têm feito boas referências à sua gestão. O SPI fez pel, digo fez plano de realizações? O GENERAL GUEDES - Dentro das possibilidades do SPI, procurei fazer alguma coisa. Fiz uma administração de portas abertas. V. Exas. já ouviram outros funcionários do SPI, e eles podem dizer o que foi a minha administração. Não houve segredos. Mandei escriturar a renda indígena... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E que averiguou? O GENERAL GUEDES - Acalmei a briga. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor declarou que haviam dois grupos no SPI; quais eram? O GENERAL GUEDES - Havia um grupo que obedecia à orientação do pessoal do Conselho de Proteção aos Índios e havia o grupo da oposição a esse Conselho. Este órgão, o Conselho, tinha certa ascendência sobre determinados funcionários do SPI e procurava conduzi-los de acordo com o que os elementos do Conselho achavam certo, isso contra o outro grupo de funcionários. De forma que era uma

533 535 1244
briga tremenda. Eu procurei apaziguar e procurei também moralizar, porque, quando cheguei, a renda indígena não era escriturada; mandei es-
criturar. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas não está sendo novamente, se-
gundo sabemos. O GENERAL GUEDES - No meu tempo, foi. Não vou dizer
que não tivesse havido irregularidades. Não vou dizer isso, porque o
SPI é muito grande, muito complexo. Agora, aquilo que eu peguei, pro-
curei resolver e punir. O SR. CELSO AMARAL - E o que poderia o senhor
dizer da 5a. Inspetoria, que talvez tenha sido a mais tumultuada? O
SR. GENERAL GUEDES - A 5a. Inspetoria foi o seguinte. Ela tem uma área
grande para gerir e é uma Inspetoria que tem possibilidades também de
obter boa renda: erva mate, gado, terras. Com respeito àquela Inspeto-
ria, posso dizer até que consegui ganhar no Supremo uma questão de ter-
renos para os índios cadiués. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Tem estudo
em andamento na Assembléia; eles dividiram as terras. O GENERAL GUE-
DES - Sim. Consegui ganhar isso com luta, como ganhei no Paraná, Ba-
hia, enfim, andei ganhando questões de terras, lutando um pouco. De
forma que não posso dizer que não tenha havido irregularidades. Não
posso dizer isso, nem vou dizer, porque, como disse, o Serviço é uma
repartição muito complexa. Apesar de ter mandado escriturar a renda
indígena, muita coisa pode ter-me escapado. É difícil, com a extensão
do Serviço. O SR. CELSO AMARAL - Quem era o Inspetor, na ocasião, na
5a. Inspetoria? O GENERAL GUEDES - No tempo, já encontrei esse Chefe
na 5a. Inspetoria e ele permaneceu até o fim da minha gestão. Alguns
mandei embora; esse, não, porque não me chegou nada contra ele. O Sr.
Érico Sampaio é que era o Chefe da 5a. Inspetoria. O SR. CELSO AMARAL -
No ano de 1962, esteve administrando a 5a. Inspetoria o Senhor Fernan-
do da Cruz, tendo permanecido naquela chefia durante sete meses. De-
clarou esse Chefe que tinha arrecadado, naquele período, da renda indí-
gena, aproximadamente 18 milhões de cruzeiros. Essa foi considerada
talvez uma das maiores rendas do Serviço de Proteção aos Índios no tem-
po em que o Senhor administrava esse setor. Pergunto: a 5a. Inspeto-
ria era a maior do SPI? O SR. GENERAL GUEDES - Não. A 5a. Inspetoria
deu alguma renda, mas não foi a que deu mais. O SR. CELSO AMARAL - A
maior era a de Amazonas? O SR. GENERAL GUEDES - Não. A do Pará deu al-
guma coisa, a 6a. Mato Grosso tem duas Inspetorias: uma no sul do Es-
tado e outra ao norte. O SR. CELSO AMARAL - Hoje, se não me engano, fi-
cou desdobrada, ficou com 9a. O SR. GENERAL GUEDES - A 9a. é Guaporé,
hoje Rondônia. Não posso dizer se a que deu mais renda foi a 5a.. Não
me recordo. Mas havia mais ou menos equilíbrio entre a 5a. e a 6a., a
2a. e a 7a.. Tinham mais ou menos a mesma renda. Agora, também não
posso dizer se a renda TÔDA VINHA PARA A Diretoria, porque aí já era
preciso que estivesse em condições de fiscalizar, e isso era difícil.
O SR. CELSO AMARAL - Como era feita a escrita dos Inspetores para ser
enviada à Diretoria Geral? O SR. GENERAL GUEDES - Era conforme a ren-

534 99536
1280
ma

renda. Por exemplo: renda de gado. Essa eu só permitia mediante concorrência, com o representante do Banco do Brasil, o que obtive do Presidente dêsse estabelecimento. O SR. CELSO AMARAL - Na ocasião era o Banco do Brasil quem fiscalizava? O SR. GENERAL GUEDES - Tinha elemento do Banco em tôdas as comissões. De forma que aquêles dinheiro entrava mediante concorrência. Vinha a ata da venda, com as assinaturas da comissão, do elemento do Banco, e eu exigia um plano de trabalho. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor exigia? O SR. GENERAL GUEDES - Exigia. Pelo plano de trabalho, só podiam ser aplicados dois terços da renda; o terço restante era redistribuído a outras inspetorias mais pobres. O serviço era um todo único, e havendo inspetorias mais ricas e outras mais pobres, era justo que as mais ricas pudessem ajudar as mais pobres. Então, vinha o plano de trabalho, que era seguido. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor tinha conhecimento de que essa verba era aplicada nêsse plano? O SR. GENERAL GUEDES - Até certo ponto. Eu procurava fiscalizar. Quando fazia as minhas viagens, procurava ver se aquilo que estava no plano tinha sido gasto ou não. Mas dizer que totalmente foi aplicado, não posso, porque era preciso que estivesse o tempo todo nas inspetorias fiscalizando. Fazer isso no Brasil inteiro era difícil. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor disse que havia no Serviço três Seções. O SR. GENERAL GUEDES, digo, GUEDES - Sim, três seções. O SR. CELSO AMARAL - Quais eram? O SR. GENERAL GUEDES - A Seção Administrativa, que cuidava da parte de verbas orçamentárias; a Seção de Orientação e Assistência, que procurava orientar a Diretoria sobre o modo de vida dos índios, aplicação da renda das próprias inspetorias; e finalmente uma Seção de Estudos, que tinha etnólogos com a finalidade de ver a origem de cada uma das tribus, seus costumes, etc.. O SR. CELSO AMARAL - A renda indígena era escriturada? O SR. GENERAL GUEDES - A renda indígena era escriturada na Seção de Orientação e Assistência. O SR. CELSO AMARAL - E a Seção de Administração? O SR. GENERAL GUEDES - Tratava dos assuntos administrativos. O SR. CELSO AMARAL - E a terceira? O SR. GENERAL GUEDES - É a Seção de Estudos, onde havia etnólogos para os estudos especializados, assuntos referentes ao Museu do Índio... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Museu é ligado a essa Seção de Estudos? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, faz parte dessa Seção. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Museu funciona todos os dias da semana? O SR. GENERAL GUEDES - No meu tempo funcionava até os domingos, por que eu achava que o Museu deve atender o máximo ao público. De modo que até aos domingos funcionava, para que o povo, nos seus dias de folga, pudesse visitar. Hoje, não posso dizer qual realmente o horário do Museu. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor tem de memória qual a verba orçamentária que recebeu o Serviço de Proteção aos Índios, durante a sua gestão? O SR. GENERAL GUEDES - É difícil dizer. O SR. CELSO AMARAL - Chefia, digo chegava a 100 milhões de cruzeiros? Era isso mais ou menos anualmente? SR. GENERAL GUEDES - Nos primeiros anos,

535 537 1281
não, Mesmo incluindo pessoal, se não me engano, eram setenta e poucos milhões. Depois, foi a mais de cem milhões, com os aumentos, digo, os aumentos de vencimentos. Mas o que me lembro - isso é o que me interessava mais - era a parte de assistência ao índio: no último ano, foram 25 milhões. Quando cheguei, eram dez milhões; depois passou para quatorze milhões, verba de assistência ao índio. Mas houve cortes de economia feitos pelo Ministério. No terceiro ano, eram 17 milhões, e no último passou a 25 milhões de cruzeiros, para atender aos índios pelo SPI, que andavam em cerca de 60.000. O SR. CELSO AMARAL - O número de índios em todo o Brasil, recorda-se? O SR. GENERAL GUEDES - Podemos calcular, mas não dizer efetivamente qual seja, porque há muitas tribus com as quais o SPI não tem contacto. Sobre essas tribus temos informações através de outras tribus, e o índio não sabe contar bem, vai até certo número depois diz que é muito. Então a gente faz um cálculo aproximado. De forma que, se não me engano, chegamos à conclusão de que tínhamos mais ou menos 250.000, talvez 260.000 índios em todo o Brasil. Entre os assistidos pelo Serviço de Proteção aos Índios ou pelas missões religiosas, porque as missões também assistem os índios, sobretudo as missões religiosas do Rio Negro, e os índios sem contacto com a civilização eram mais ou menos 260.000 índios. O SR. CELSO AMARAL - As compras de que necessitavam as Inspetorias - caminhões, veículos em geral, digo, em geral --- eram feitas pela verba indígena na ocasião? O SR. GENERAL GUEDES - Em parte. O Serviço tinha verba para a compra de veículos, mas insignificante. Se não me engano, durante a minha administração no SPI, houve uma verba para a compra de um ou dois jipes. Fizemos então as compras com verba da renda indígena para a 7a. e para 6a. Inspetorias. Para algumas Inspetorias usamos a verba indí, digo, verba indígena para a compra de caminhões, porque é indispensável ao Serviço, mesmo porque a verba para veículos era muito pequena. Se não me engano, foram dois ou três jipes em toda a minha administração. O SR. CELSO AMARAL - Durante a gestão de V. Sa. houve irregularidades em alguma Inspetoria, e, em caso afirmativo, V. Sa. mandou verificar ou fazer sindicância? O SR. GENERAL GUEDES - Houve, tudo que chegava ao meu conhecimento eu apurava, tendo sido um funcionário demitido do serviço público, o Sr. Luiz Antônio de Lima Neto. O SR. PRESIDENTE - Após constatar regularmente... O GENERAL GUEDES - Sim. Depois de instaurado inquérito e apuradas todas as irregularidades cometidas. Esse funcionário não só usou indevidamente o dinheiro da renda indígena, como da verba orçamentária, para a compra de animais. O SR. PRESIDENTE - Qual era a Inspetoria? O GENERAL GUEDES - O fato se deu na 5a. Inspetoria, que pega São Paulo - Bauru. Esse funcionário pertencia à Diretoria e fôra para lá fazer determinado serviço. Mas apurou-se tudo e ele foi demitido a bem do serviço público. O SR. PRESIDENTE - Houve outros inquéritos? O GENERAL GUEDES - Houve vários.

536

558

1282

O SR. PRESIDENTE - Tôdas as denúncias chegavam ao seu conhecimento? O GENERAL GUEDES - Sobre as que chegaram ao meu conhecimento mandei abrir inquérito. Houve coisas sem importância e mandava fazer sindicância. Quando a coisa era mais séria mandava abrir inquérito. O SR. PRESIDENTE - Deixou V. Sa. algum qu, digo algum inquérito em andamento, quando saiu? O GENERAL GUEDES - Não. Estavam todos encerrados. Um dos inquéritos deu como resultado a exoneração e punição do Chefe da Primeira Inspetoria. O SR. PRESIDENTE - Quem era? O GENERAL GUEDES - Tubal Fiário Vianna. Também o então chefe da 8a. Inspetoria, o Sr. Marinoni foi punido, depois de inquérito. Foi destituído da função de Chefe. O SR. PRESIDENTE - Nenhum deles voltou à Inspetoria? O GENERAL GUEDES - Eles não foram excluídos do serviço. Sofreram punições disciplinares constantes de Portaria. Como ocupavam cargos de confiança - a chefe da primeira e da oitava Inspetorias - foram destituídos. Além disso, houve outros afastamentos de Chefes de Inspetoria, mas por outros motivos. Quando viajei, vi umas tantas coisas que, embora não fossem muito irregulares, não me satisfaziam. E eu achando que o serviço podia andar melhor, fiz algumas modificações. Outros Chefes de Inspetoria conservei, como, por exemplo, o da 2a. Inspetoria, que ficou todo o tempo comigo e que já encontrara na Chefia. Conservei também os da 5a. e 7a. Inspetorias. Este só saiu no final da minha administração, para vir para a Diretoria. O da 4a. era o Dr. Raimundo Dantas Carneiro, homem muito direito, bom demais, grande coração. O SR. PRESIDENTE - Qual a Inspetoria que deu mais trabalho, sob o aspecto administrativo? O GENERAL GUEDES - Vou dar mais de uma: foram a 1a., do Amazonas, e a 8a. O SR. PRESIDENTE - Quem era o Inspetor da 1a? O GENERAL GUEDES - A 1a. Inspetoria teve três chefes na minha gestão. Alípio Edmundo Lage foi o primeiro que encontrei. Nessa chefia fiz sindicâncias, mas nada encontrei que pudesse chamar de fatos criminosos, mas muitas irregularidades. Fiz a respeito uma comunicação ao Sr. Ministro, pois nessa Inspetoria havia dezessete itens de irregularidades. De forma que esse Inspetor foi substituído na Chefia por um interino. Depois mandei para lá outro que também não deu resultado. Saiu com inquérito. E finalmente foi um terceiro, que ficou até o fim. O SR. PRESIDENTE - Os dois últimos eram do quadro? O GENERAL GUEDES - Sempre do quadro. Nunca tive nenhum fora do quadro. Arranjava-se com a prata da casa. O SR. PRESIDENTE - O segundo que saiu quem era? O GENERAL GUEDES - O Sr. Tubal Fiário Vianna. O SR. CELSO AMARAL - Quanto a essas irregularidades havia algum desvio de verba. O GENERAL GUEDES - Que eu provasse não, por que se houvesse desvio de verba comprovado, o caso não ficaria na punição administrativa. Haveria processo. Só poderia punir administrativamente, quando não havia crime. Em caso adi, digo, caso afirmativo, teria que ser diferente. Já escapava à minha alçada. Não sei o caso do Sr. Lima Neto, o inquérito apurou tudo fora daí. Muita coisa se

537 112

dizia, mas mandava apurar e não ficava comprovado. E não ficando es-
clarecido não se poderia agir, porque acho que é preferível deixar um
criminoso em liberdade a punir um inocente. O SR. PRESIDENTE - "In
dubbio pro reu". O GENERAL GUEDES - Às vezes víamos que a irregulari-
dade estava clara, mas não estava provada. E eu preferia agir mais com
o coração. O SR. PRESIDENTE - Qual a opinião de V. Sa., como homem que
estava à frente do Serviço, sobre as ligações de SPI com o Conselho ?
Qual a ingerência do Conselho? Benéfica ou maléfica ao Serviço? O GE-
NERAL GUEDES - Devo dizer a V. Exa. que sou suspeito para responder a
essa pergunta, porque não tive boas relações com o Conselho. De forma
que qualquer coisa que eu disser trará certa parcialidade. O SR. PRE-
SIDENTE - Mas naturalmente, o fato de V. Sa. não ter mantido boas rela-
ções com o Conselho decorreu de alguma razão. De início, V. Sa. não
teria entrado para o SPI sem boas relações com o Conselho. Deve ter
havido um motivo. Quem era, na época, o Presidente do Conselho? O GE-
NERAL GUEDES - Havia o seguinte: era Presidente o Marechal Rondon. Mas
estava em casa e não tomava conhecimento. Estava já muito idoso, com
noventa e tantos anos. Na realidade, quem estava lá era uma senhora,
Dona Heloísa Tôrres, que funcionava como Presidente do Conselho. De-
pois da morte do Marechal Rondon, ela foi confirmada na presidência.
Por algum tempo o Ministério até se esqueceu disso e o Conselho passou
cerca de um ano ou mais sem presidente efetivo. Somente depois disso é
que ela foi nomeada Presidente do Conselho. Nessa ocasião pediram a
minha opinião sobre a nomeação dela. Respondi que não podia dar opi-
nião sobre isso, porque a nomeação era do Presidente da República sô-
digo, República de um nome indicado por S. Exa., o Sr. Ministro da A-
greç digo da Agricultura. Não podia, de maneira nenhuma, dar opinião.
Nesse tempo as relações não estavam boas, mas não podia dizer nada. O
Conselho não é subordinado ao Serviço. É órgão independente. Embora
funcionasse no Serviço por disposição legal, tinha tanta independência
quanto o SPI. Mas não havia condição de subordinação nem do Serviço
para o Conselho nem dês e para o Serviço. Ela foi nomeada e lá perma-
neceu até que eu deixasse o Serviço. O SR. PRESIDENTE - Era funcioná-
ria? O GENERAL GUEDES - Era funcionário do Museu Nacional. Fazia par-
te do Conselho e foi nomeada. No meu modo de ver, havia choque entre
as atribuições do Serviço e as do Conselho. O que constava do Regula-
mento do Conselho como finalidades suas eram também finalidades de duas
Secções do SPI: Orientação e Assist, digo e Assistência e Secção de Es-
tudos. Eram dois órgãos distintos com a mesma finalidade. O SR. PRE-
SIDENTE - Quais são os membros natos do Conselho. O GENERAL GUEDES -
O Conselho só tinha como membro nato o Diretor do SPI. O SR. PRESIDEN-
TE - Continua sendo? O GENERAL GUEDES - Sim. Penso que sim. O SR.
PRESIDENTE - O Presidente é sempre nomeado pelo Presidente da Repúbli-
ca? O GENERAL GUEDES - Sim. O SR. PRESIDENTE - São cinco membros? O

538 546 1284
M. J. P. 11/11/64

5. 11. 64

GENERAL GUEDES - Parece que são cinco ou seis. Não me recorde bem. O SR. PRESIDENTE - O Conselho tem verba quase igual à do SPI? O GENERAL GUEDES - No meu tempo, a verba do Conselho era muito pequena, irrisória. É possível que agora tenham conseguido verba maior, porque tiveram que funcionar aqui e pagar aluguel, coisa que antigamente não faziam. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas a apel, digo, a aplicação da renda indígena -- voltando a ela -- era feita mediante plano de aplicação? O GENERAL GUEDES - Sim; um plano de trabalho, como chamávamos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E vinham as prestações de contas com pontualidade? O GENERAL GUEDES - Sim, e isso tudo constava de relatórios, dos meus relatórios: a renda indígena, o que se apurou, o que foi aplicado e o saldo. Não deixei nunca de apresentar relatório, com todos os detalhes. E muita coisa também consta dos nossos boletins. Quando cheguei no Serviço, havia uma disposição que determinava a publicação de boletins, mas não era cumprida. E V. Exa. pode verificar que o primeiro boletim é da minha gestão. Durante toda a minha gestão saíram boletins mensais, que continham ordens de serviço, punições, recompensas e muitas vezes emprêgo de verbas da renda indígena. Como digo a V. Exa., procurei viver às claras. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Havia uma despesa orçamentária de cada Inspetor, quando à renda da própria Inspetoria? O GENERAL GUEDES - Sim, perfeitamente. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Nessa época, o Sr. Cruz não era Inspetor? O GENERAL GUEDES - Não; ele era auxiliar de ensino. Rapaz insinuante, mas um pouco avoado. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Senhor não lhe deu nenhuma atribuição de destaque? O GENERAL GUEDES - Não dei. Não tinha nada contra ele, mas me parecia, como disse, um pouco avoado. Moço - não quero dizer que por ser moço não deva ser equilibrado, mas normalmente a pessoa de mais idade tem um pouco mais de experiência... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E observa quem possa ser ou não equilibrado. O SR. CELSO AMARAL - Recorda-se, na 5a. Inspetoria, quantos contratos havia nessa ocasião? O GENERAL GUEDES - Contratos não permiti. Se houve contrato de arrendamento foi a minha revelia, porque há várias ordens de serviço proibindo terminantemente esses contratos. O SR. CELSO AMARAL - Queria deixar registrada declaração do Sr. Moacir Ribeiro Coelho, em resposta a uma pergunta de Deputado autor do requerimento de formação desta CPI. Diz ele: "Senhor Deputado, esses contratos são de 1959. Estive lá em princípios de 1962 e não encontrei nada, digo, encontrei renda contabilizada..." O GENERAL GUEDES - DEVE ter. Tinha renda de erva mate lá. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Ele disse que foi em 1959. O SR. GENERAL GUEDES - Então foram feitos à revelia da Diretoria. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Já era na sua gestão? O GENERAL GUEDES - Já era. O SR. CELSO AMARAL - Ele disse que 167 postos não regularizados... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Deputado já declarou que esses contratos devem ter sido feitos à revelia. O GENERAL GUEDES - Sim, porque eu não permitia esses contratos.

539

contratos. Podem tomar nota disso: há várias ordens de serviço minhas, onde eu reiteradamente proibia de forma taxativa os arrendamentos. Ordem de serviço é o meio que o Diretor tem para fazer valer o seu ponto de vista aos chefes de inspetorias. O SR. CELSO AMARAL - Senhor General, esta CPI, após esta aprua, digo, esta apuração na Guanabara, irá para Mato Grosso. O senhor acha que lá seria possível verificar esses contratos? Existem cópias deles na Inspetoria de lá? O GENERAL GUEDES - Não posso dizer. Um contrato qualquer para ter validade teria de ter uma cópia na Inspetoria e outra na Diretoria. O SR. CELSO AMARAL - Se não existir autorização do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os contratos não têm validade? O SR. GENERAL GUEDES - Não têm. O SR. CELSO AMARAL - Acho este ponto muito importante. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Diretor diz que encontrou essa situação e não pôde pôr abaixo. Apenas procurou evitar que outros contratos fossem assinados. O SR. GENERAL GUEDES - V. Exa. poderão pedir as cópias das ordens de serviço, que devem estar arquivadas. Delas constam a proibição terminante dos arrendamentos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E as prestações de contas correspondentes às rendas da União? Eram feitos adiantamentos às Inspetorias do SPI? O GENERAL GUEDES - Eram. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E qual era o processo? O próprio Diretor autorizava o adiantamento? O GENERAL GUEDES - Sim. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mediante solicitação do Inspetor? O GENERAL GUEDES - Não. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Faziam pequenos orçamentos internos? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, de acordo com as necessidades de cada Inspetoria. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E via quanto cabia a cada Inspetoria? O SR. GENERAL GUEDES - Sim. Depois, segundo aquela estimativa, remetia a verba, mandava o dinheiro. Após, vinha a prestação de contas. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - A própria Diretoria mandava o dinheiro? Não havia necessidade de vir o Inspetor ao Rio receber do Tesouro? O GENERAL GUEDES - Há casos em que tínhamos aqui, porque os adiantamentos são todos em nome de funcionários. Então, muitas vezes não tínhamos mais ninguém para tirar adiantamentos, porque o Serviço recebia as verbas em forma de adiantamentos; e cada funcionário só podia receber uma ou duas verbas por ano. Também, digo, Também, enquanto não prestasse contas da primeira dotação, não podia receber a segunda. Então, ocorria que muitas vezes não tínhamos mais quem pudesse receber. Nesse caso, tinha de vir o funcionário do interior. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Só nesses casos? O SR. GENERAL GUEDES - Só nesses casos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O primeiro e o segundo? O SR. GENERAL GUEDES - Até dois adiantamentos podia fazer sem prestação de contas. Depois do segundo, não. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Não era praxe no SPI só dar adiantamento se o funcionário se deslocasse para aqui? O SR. GENERAL GUEDES - Não. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Então, só nesses casos, quando não havia mais funcionários aqui para receber? O SR. GENERAL GUEDES - Uma coisa me impus: em meu nome

540 572 11286

nunca recebi qualquer dotação do Serviço. O funcionário tirava, remetia para a sua Inspetoria, remetia para o serviço, e depois vinha a prestação de contas, que era encaminhada ao Tribunal de Contas. O SR. CELSO AMARAL - Faço agora uma pergunta de grande valor para mim: houve no final do ano passado, em 1962, verba destinada a uma expedição científica? Já não era mais sua gestão. Essa verba foi recebida por determinado funcionário: Cr\$ 1.200.000,00. A expedição não se realizou, e o funcionário até hoje não prestou contas. A prestação de contas tem o prazo de nove meses, ou a verba que não é utilizada tem de ser em seguida devolvida? O SR. GENERAL GUEDES, digo, GUEDES - Com relação ao Serviço, há o prazo de nove meses para prestação de contas, porque, sendo o Serviço espalhado pelo interior do País... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Aí a prestação de contas é imediata? O SR. GENERAL GUEDES - As que têm o prazo de nove meses para prestação de contas são as dotações orçamentárias para assistência ao índio; as outras, não, porque não há necessidade disso. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - A Lei que deu essa faculdade ao SPI, de nove meses para prestação de contas, refere-se a verbas orçamentárias. Agora, o crédito especial, verbas específicas para esse fim, estão sujeitos ao Código de Contabilidade? O SR. GENERAL GUEDES - Perfeitamente. O SR. VALÉRIA MAGALHÃES - Senhor General, como sabe, sou filho do Território de Roraima, antigo Território de Rio Branco. O SR. GENERAL GUEDES - Sei, sim senhor. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Estou-me referindo ao Território de Roraima pelo seguinte. Quando eu era criança, a Fazenda Nacional de São Marcos, digo, Marcos estava no apogeu, embora não contasse, como agora, com um prédio importantíssimo. Aliás, tenho um projeto de lei criando a Escola de Iniciação Agrícola de São Marcos para pegar os filhos dos fazendeiros e educá-los já na agricultura e na pecuária. Esse projeto não foi para diante, porque ainda estava vivo o nosso Marechal e não queríamos mexer naquele setor. Mas, quando eu era menino, conheci a Fazenda Nacional de São Marcos no apogeu. Basta dizer que - recordo-me como se fôsse hoje, e eu tinha apenas dez anos - certa madrugada fui ao curral beber leite cru, e havia ali uma grande quantidade de latas de querozene enfileiradas, todas com um pano em cima. Lembro-me de que contei 22 latas de querozene cheias de leite para fazer queijo. Agora, quando eu estive como membro da Valorização da Amazônia, fomos fiscalizar a aplicação de uma verba. Quis então, de manhã, ir ao curral beber leite cru, e, por incrível que pareça, não consegui sequer uma lata de querozene. Perguntei a razão. Disseram-se que, se estivessem ali todas as vacas, encheríamos no máximo cinco latas. Cheguei à conclusão de que o gado era umas cinco ou seis vezes menor do que quando eu era menino. Perguntei, então ao Senhor: foi de seu conhecimento qualquer desvio de gado da Fazenda Nacional de São Marcos? O SR. GENERAL GUEDES - Não. Na minha gestão, houve venda de gado somente para o Governo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES -

541/343
1937
Ure

MAGALHÃES - Mas gado de corte? O SR. GENERAL GUEDES - Só de corte. Se houve saída de gado, foi sem conhecimento da Diretoria, porque só fizemos negócio com o Governo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Dinheiro entregue e escriturado na Diretoria? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, senhor. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Tenho notícia dessa venda, porque eu era Deputado na época, e o Governador me disse que, por seu intermédio, graças à sua interferência, pois que a Fazenda de São Marcos tinha gado, foi possível tirar a cidade de uma situação de privações muito séria. O SR. GENERAL GUEDES - Foi de Governo para Governo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Veja que a minha pergunta tem cabimento: se havia bois para vender naquela ocasião, naquele ano, devia haver também nos anos anteriores e nos anos subsequentes. Entretanto, não é isso que ocorre. Aliás, foi ótima a venda desse gado, porque provou que São Marcos tinha bois para vender. Nos anos posteriores houve por certo venda de gado, mas não autorizada pelo Diretor, nem escriturada na Diretoria. O gado vem de Manaus, é vendido a fazendeiros por preço vil, e os fazendeiros os vendem aos marchantes de Manaus, embargam, digo, embarcando no Itacutu, no Uraricuera, não mais no porto de São Marcos. Esse é um ponto que iremos constatar pessoalmente. Mas o Senhor se recorda de quantas cabeças foram vendidas mais ou menos, na sua época, ao Governo? O GENERAL GUEDES - Não tenho certeza. Mais ou menos umas 300 a 350 cabeças de boi nas diferentes vendas feitas ao governo. O SR. PRESIDENTE - V. Sa., como brasileiro, patriota, militar e ex-Diretor do SPI, é favorável à instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola, sem prejuízo da Fazenda? O GENERAL GUEDES - Sou favorável, primeiramente, porque são mais recursos que vão entrar para a região. E, segundo lugar, o Serviço não está - vamos dizer a verdade - em condições de dar atendimento àquela gente. Sou francamente favorável. São dois órgãos do governo e podem viver perfeitamente em harmonia. Sempre procurei dar toda a assistência. O SR. PRESIDENTE - O prédio está caindo, sem nenhuma assistência, e a Escola de Iniciação Agrícola poderia dar essa assistência. Até a Escola Primária desapareceu. No seu tempo ela funcionava? O SR. PRESIDENTE - E estações de rádio? O GENERAL GUEDES - Sim. Comprei algumas estações de rádio com a renda indígena, porque há necessidade de comunicação dos Postos com a Inspetoria e a Sede. Fiz troca. Um Posto tinha uma estação potente. Tirava-a daquele Posto e punha na sede da Inspetoria, colocando ali uma pequena, intermediária. E a rede ficou com cerca de 70 estações. Estão em todas as Inspetorias e em grande número de Postos. O SR. PRESIDENTE - Sei o Governador, naquela época, ficou muito satisfeito com a visita de V. Sa. e que encontrou a colaboração, sobretudo em São Marcos, que foi possível funcionar e que hoje está fechada. Embora escape à finalidade da Comissão, fiz a pergunta porque se trata de assunto, a meu ver, importante. Agora vamos levar avante o projeto da escola de iniciação agrícola. O índio a

542
1258

ali já é mesclado. Não há mais o índio puro, a não ser afastado, na fronteira. Desejava fazer mais uma pergunta. Mas antes quero dizer que conheço bem o problema. Preparei uma emenda e consegui uma verba de 3 milhões de cruzeiros para 1961. Com essa verba foi possível fazer um campo de pouso acima do Parima. Votei uma verba para desapropriar o Posto avançado de Itacutu, das Missões, e outra para desapropriar a Fazenda Vila Pereira, já na fronteira com a Venezuela, visando assegurar a nossa fronteira aquela garantia e unidade de que tanto nos orgulhamos nós brasileiros. Recebi várias denúncias de que missões estrangeiras estavam até contrabandeando diamantes e areia monazítica. Quanto a areias monazíticas constatei que era impossível o transporte por avião, uma vez que é preciso grandes quantidades de areia monazítica para um mínimo de elemento aproveitável. Desci no Alto Parima, no meio dos índios e constatei a existência dos postos avançados de missões estrangeiras mae, digo, estrangeiras americanas. São índios completamente selvagens. Não pude, entretanto, constatar se havia segundas intenções por parte desses pastores. Mas a impressão que tive é que esses pastores efetivamente não estão dando muita assistência aos índios. Fazem estudos linguísticos e é possível que vez por outra recebam a visita de alguns pastores geólogos que vêm proceder a estudos nessa área. Como V. Sa. esteve à frente desse assunto, tendo até o Sr. Governador Hélio de Araújo tratado da questão com V. Sa., gostaria de saber a sua opinião sobre essas missões, digo, missões. Segundo nos consta, o Conselho Nacional de Segurança mandou até que algumas delas se afastassem. Mas o Diretor do SPI deu autorização para que voltassem a agir. E como temos que esclarecer esse ponto que é fundamental para a Comissão e porque temos a responsabilidade sobre a hegemonia no nosso território, queria a opinião de V. Sa. a respeito dessas missões estrangeiras ao longo de nossas fronteiras. O GENERAL GUEDES - Minha opinião é desfavorável às missões não só em face de fatos que ocorrem na minha administração, como de investigações que eu mesmo procurei fazer. O problema não é de hoje. Nem de muitos anos e o Ministério da Guerra tinha conhecimento desse problema. Quando foi nomeado para o Serviço, o então Ministro da Guerra, Marechal Lott, mandou-me chamar e disse: "Ao lado do seu trabalho no SPI, você veja esse caso das missões, porque tenho denúncias sérias contra elas. Procurei, então, ao lado do meu trabalho, dar cumprimento a isso e em visita a vários postos em que havia essas missões constatei a presença de geólogos, químicos etc. Em algumas dessas seitas havia elementos de várias seitas, e julguei que isso não era normal, porque cada seita procura chamar gente para o seu grupo. Cada uma procura adeptos para as suas idéias. Achei estranha a presença de elementos de várias seitas numa mesma missão. O SR. PRESIDENTE - V.Sa. percorreu aqueles Postos do Rio Branco? Havia Postos no Riracuera, no Icajá, e outro na foz do Itacutu, e ainda em

543 544 1289

baixo, no Parima. Mas tarde, com o pouso de aviação construído pela FA B, estenderam também ao Alto Parima. Havia mais ou menos nove campos de pouso perto das missões. O GENERAL GUEDES - Em toda a Amazônia. Fiz denúncias ao Ministério da Guerra, de acordo com as instruções que tinha recebido, sobre a existência de campos clandestinos, o que de fato a FAB constatou. O SR. PRESIDENTE - No Rio Branco são cento e tantos feitos pelos fazendeiros para os táxis aéreos. Eles juntam-se, fazem o campo e o táxi aéreo leva a mercadoria e vai buscar o fazendeiro. Mas aqueles campos na fronteira, com essas missões estrangeiras, causaram-me espécie e procurei sondar de perto. Fui contra, e até em entrevista que dei disse que o contrabando era possível e também pesquisas geológicas e científicas. O GENERAL GUEDES - Deixei uma documentação muito grande sobre esse particular, da qual existe cópia no Ministério da Guerra e no Conselho de Segurança, digo, de Segurança. Depois na Comissão de Inquérito que investigava a devastação dos recursos naturais no Brasil. V.Exa. era um dos membros e naquela ocasião forneci alguns documentos. Depois disso vários outros encaminhei ao Ministério da Guerra e ao Conselho de Segurança, alguns sobre as mi, digo, sobre uma missão católica de um padre alemão. O SR. PRESIDENTE - No Trombetas também há uma missão. O SR. CELSO AMARAL - Não era do Padre Webber? O GENERAL GUEDES - Era. No Alto Tapajós há uma missão de um padre alemão. Hoje estão lá padres americanos católicos. Houve uma troca de padres alemães por padres católicos. O SR. PRESIDENTE - Como houve no Rio Branco troca de padres americanos por padres alemães. Estão em Boa Vista. Mas temos notado que a influência que eles exercem é mesmo de ensino. O GENERAL GUEDES - Essa missão no Tapajós impediu até a entrada de elementos do Serviço. O SR. PRESIDENTE - Houve proibição, então, dessas missões de atuarem na fronteira. O GENERAL GUEDES - De algumas. De todas, não. O SR. PRESIDENTE - Dessas em relação às quais havia possibilidade de dúvidas. O GENERAL GUEDES - Sim. E tudo feito de acordo com o Conselho de Segurança Nacional. O SR. PRESIDENTE - No entanto, o Sr. Diretor do SPI declarou que não houve isso e que não se havia tomado nenhuma providência. O SR. GENERAL GUEDES - Há o seguinte: o atual Diretor fala em três missões. Uma ele chama de missão, e não é. Pois bem, tenho documento no SPI sobre 16 missões diferentes atuando no Brasil. São 16, e ele só encontrou 3. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Os salesianos estão instalados realmente em parte da fronteira. Já visitei. O SR. GENERAL GUEDES - Essas missões nos ajudam muito. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - General, esta Comissão precisa estar bem senão ra dos problemas para poder agir. O SR. GENERAL GUEDES - Pois não. Espero que eu esteja em condições de dar todas as informações de que V. Exas. necessitam. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Estão, sim. Qual a interferência da Comissão Brasil Central sobre a atividade do SPI, na região de Goiás? Houve uma subordinação dos postos indígenas da Fundação.

a Fundação trouxe colaboração ao Serviço de Proteção aos Índios. O SR. GENERAL GUEDES - O Serviço de Proteção aos Índios sempre viveu em boa harmonia com a Fundação, pelo menos durante a minha gestão. Houve apenas um pequeno estremecimento, com relação à Ilha de Bananal, porque a Fundação quis tomar conta de uma série de construções e prédios que o Serviço tinha, sem nos dar outros. O Sr. Juscelino Kubistcheck quis fazer lá um hotel de turismo, de modo que a Fundação precisava de prédios para o seu trabalho, e quis o que era do Serviço de Proteção aos Índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Já havia posto indígena lá em Bananal? O SR. GENERAL GUEDES - Já. Eram os índios de uma tribo... Não me recorde o nome. Há mais de uma tribo lá: uma tem setenta e tantos índios e outras tem seiscentos e tantos. Mas o Serviço de Proteção aos Índios tem uma fazenda de gado lá, que deu algum resultado na minha administração, porque vendemos gado, mediante concorrência. Encontrei lá um hospitalzinho velho de 15 anos, que começaram a construir e tinham paralizado; quando assumi o Serviço, resolvi ocupar, porque entendo que não se deve deixar nada parado. Disse: vamos tocar para diante. E terminamos o hospital. Então a Fundação quis ficar com esses prédios todos sem nos dar indenização. Achei ruim, houve um pequeno choque. Mas, afinal, tudo se resolveu bem, porque fiz a defesa daquilo que do Serviço. A fundação tinha verbas muito grandes e nós não tínhamos nada. Não poderíamos dar tudo de graça. Disse eu que lhes daria, desde que fizessem para nós umas tantas coisas. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Rio das Mortes, no Xingu; ali a ação da Fundação sempre foi favorável ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR. GENERAL GUEDES - Sempre houve entrosamento. Nunca houve choque, a não ser nesse caso que citei. Sempre nos damos bem. Sempre procurei bem entendimento com todos os elementos que tinham contacto com o Serviço de Proteção aos Índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Qual a sua opinião sobre os Pacaás Novas? São antropófagos mesmo, como o Sr. Cruz disse numa entrevista concedida a O Cruzeiro, com estardalhaço? O SR. GENERAL GUEDES - Foi tudo sensacionalismo. Nós também temos entre os civilizados gente que, de raiva, mata o seu semelhante e arranca um pedaço da orelha de outro com um, digo, uma dentada. Ora, índio também faz isso, o que não é, em absoluto, antropofagia. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Ele declarou até que os mortos eram comidos. O SR. GENERAL GUEDES - Eu pelo menos não vi isso lá. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E o Posto de Porto Velho, em Guaporé, andou bem na sua administração? Houve irregularidades ali? O SR. GENERAL GUEDES - Houve. Tive de tirar o Chefe da Inspetoria. Lá temos quatro postos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Quem era o Chefe? O SR. GENERAL GUEDES - Primeiro, foi o Sr. Castelo Branco, homem muito atrabiliário. Ele me criou uma porção de problemas com o Governador. Então, tive de tirá-lo dali. Depois, mandei outro, que não era valente, mas deixava muito a desejar. No fim, mandei Alfredo Silva. Este

54
129
Opa

acertou. Era um funcionário antigo, muito direito. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Está até aposentado? O SR. GENERAL GUEDES - Deve estar, porque já era bem antigo no Serviço de Proteção aos Índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Com êsse engrenou? O SR. GENERAL GUEDES - Sim. Mas para acertar com êsse tive de mudar três vezes. Uma era valente e desafiava todo mundo, até o Governador; outro, ficava aquém da tarefa. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Senhor General, para terminar uma pergunta, que é mais de cunho social e humano. Noto que sua administração recebeu várias queixas sobre a exploração de índios pelos proprietários de ervais no Paraná, Mato Grosso e nos seringais do Amazonas. O SR. GENERAL GUEDES - Recebi queixas, e sempre procurei investigar, o que não é fácil, porque o próprio índio não diz a verdade. Realmente, ele achando que está tendo vantagem em trabalhar aqui ou ali não diz as condições reais em que trabalha, com medo de que o agente o tire de lá. Recebi de fato denúncias. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Eles eram ludibriados nos seus negócios? O SR. GENERAL GUEDES - Eram convidados a trabalhar por salários às vezes a terça parte do civilizado. Mas nunca pude positivar isso, pelo medo que os índios tinham de contar a verdade. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Tanto nos ervais, como nos seringais, e senhor recebeu queixa? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, de fato, recebi denúncias, mas não positivei, porque não era fácil. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Na Amazônia se fala muito nisso, inclusive que maltrata os índios no interior dos seringais. O SR. GENERAL GUEDES - Maltratam os próprios trabalhadores civilizados. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Iremos a Manaus, e lá apuraremos êsses fatos. O SR. GENERAL GUEDES - Como lhe disse, recebi denúncias, mas nunca positivei. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - É do seu conhecimento que tenham sido aprovadas pelo Tribunal as prestações de contas de seus antecessores, ou muitas delas ainda necessitam de esclarecimentos? O SR. GENERAL GUEDES - Algumas sei que voltaram para diligências, mas coisa normal, corriqueira. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Nada de grave? O SR. GENERAL GUEDES - Eram diligências corriqueiras: datas que faltavam, coisas assim. Era só para o preenchimento de formalidades. O SR. CELSO AMARAL - Mais uma pergunta: quando o senhor fez as denúncias referentes a essas missões, qual o resultado? A FAB ou o Exército tomaram em consideração essa denúncia? O SR. GENERAL GUEDES - Houve o seguinte: uma troca muito grande de documentos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Militares e secretos? O SR. GENERAL GUEDES - Sim. Depois houve proposta de Conselho. O SR. CELSO AMARAL - Existe algum funcionário que tenha êsse assunto com bastante conhecimento, que nos possa orientar? O SR. GENERAL GUEDES - O Sr. Luiz de Araujo, que foi Chefe da Secção de Assistência e Orientação, o Sr. Lourival Mota Cabral, o Sr. Humberto César de Carvalho, o Dr. Lincoln Alisson Pope. O SR. PRESIDENTE - General, há uma pergunta que me havia escapado. Sobre o Posto de Bauru, na sua administração, houve al-

546 354 1292
14 Apr

alguma denúncia? O GENERAL GUEDES - Houve duas. Uma delas, justamente do Sr. Lima Neto, digo, Lima Neto, que vendeu um gado dali sem autorização do SPI e por preço ridículo, em razão do que foi sujeito a processo e demitido do serviço público. Outra foi com referência ao Chefe do Pôsto que também deixava muito a desejar. Chegou ao conhecimento do Serviço que estava cometendo uma série de irregularidades, e por isso tirei-o do Pôsto. O SR. PRESIDENTE - Há renda também nesse Pôsto do Serviço de Proteção aos Índios? O GENERAL GUEDES - Sim. Trata-se de uma área grande, numa região muito boa próxima a Bauru, a trinta e poucos quilômetros de lá. Pode dar uma renda boa, mas não estava dando porque o encarregado não estava em condições de exercer a função. Não é muito fácil conciliar a situação, porque se tira um daqui para pôr ali, mas são poucos. Houve posteriormente uma lei efetivando cerca de 600 contratados, mas do quadro eram 180. Com êsses contratados perfaziam um total de 780 ou 800 funcionários para 100 Postos indígenas, 9 Inspetorias e mais a sede. Era impraticável. Por exemplo, Cadueus, em Mato Grosso, possui uma área de 100 e tantos mil hectares. O SR. CELSO AMARAL - Eles falam em 380 mil hectares, mas sem o levantamento, que calcula que vai a 800 mil hectares. O GENERAL GUEDES - São Marcos são 15 por 15 léguas. Há lá uns oito ou nove funcionários entre encarregado, professor, homem do rádio etc.. Como se pode conseguir alguma coisa assim? O SR. PRESIDENTE - General Guedes, ao encerrarmos esta reunião, quero agradecer as informações prestadas que naturalmente muito orientação a nossa missão, sobretudo na área da Amazônia e particularmente neste caso das missões estrangeiras. Se tivermos necessidade de outros esclarecimentos, com antecipação avisaremos a V. Sa., e V. Sa. será convidado a comparecer novamente a esta Comissão. O GENERAL GUEDES - Agradeço a V. Exa. a atenção e peço desculpas de não ter podido prestar mais esclarecimentos. O SR. PRESIDENTE - V. Sa. orientou — nos bastante. ESTÁ encerrada a reunião.

José Luiz Freire

547 549 1221

APURAR IRREGULARIDADES NO

Relator
 Luis J. de Orosio
 Diputado

J 741

535 12-18

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.-

548

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e três, às onze horas, na Segunda Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, em Belém do Pará, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, presentes aos Senhores Valério Magalhães, Celso Amaral e Sussumu Hirata, sob a presidência do primeiro, para ouvir o Senhor João Fernandes Moreira, Agente de Índios, nível 6, atualmente na Chefia da Inspeção, residente na Rua Senador Lemos número 175, que inicialmente prestou / compromisso de dizer a verdade sobre o que lhe fôr perguntado. Perguntado inicialmente pelo Senhor Relator se conhecia alguma irregularidade na gestão anterior ou gestões anteriores, declarou que não tem conhecimento de nenhuma. A seguir, o Relator indagou do depoente sobre / qual a maior dificuldade, na opinião do mesmo, para a administração do SPI, ao que respondeu afirmando ser a maior dificuldade a questão das verbas, o atraso, digo, o atraso no envio das verbas, o que ocasiona grande embaraço à marcha do serviço; perguntado ainda sobre o suprimento / de remédio, digo, remédios, respondeu que o mesmo era suficiente para as necessidades atuais, que tem recebido os mesmos regularmente de Brasília e do Rio; que a Inspeção tem quinze postos sob sua orientação, todos funcionando regularmente, havendo deficiência de pessoal em alguns postos, onde Trabalhador responde pelo expediente; perguntado / sobre se existe na Inspeção algum arrendamento, respondeu que não; / que existe a renda do índio, que sobre a orientação do SPI, é revertida para o próprio índio, como incentivo à produção; perguntado sobre a necessidade de abertura de novos Postos, respondeu que sim; que durante os, digo, os anos de mil novecentos e sessenta e um e mil novecentos e sessenta e dois, foram criados três postos, e há necessidade de criar outros, tendo mesmo, para suprir essa deficiência criado uma turma volante a fim de fazer, digo, dar maior assistência ao índio; quanto / a criação de novos Postos, está com deficiência de pessoal especializado; perguntado sobre se os Postos da Inspeção têm serviço de rádio / funcionando, respondeu que existem cinco postos com estações de rádio, sendo quatro em funcionamento e uma paralizada por deficiência de operador, pois, digo, pois, os atuais operadores são classificados em diversas categorias funcionais diferentes, pelo que já foi pedida readaptação para os mesmos; inquirido sobre se existem reservas sob a jurisdição da Inspeção, respondeu que existem quatro, digo, sete concedidas e cinco a conceder, isto é, requeridas; explicou ainda que existem

545 548 1219
três tipos de reservas: a propriedade definitiva, a reserva (prorpiante, digo, propriamente dita) e a terra que é habitada embora dependendo de legalização e demarcação; inquirido sobre se são demarcadas as reservas, respondeu que não, com exceção de uma, que está sendo demarcada / atualmente, digo, atualmente; pela falta dessa demarcação, tem ocasionado invasões por particulares, determinando atritos entre os índios; o Senhor Presidente indaga, então, o que além de remédios era entregue aos índios, ao que o depoente respondeu que também artigos para lavou- ra eram entregues aos índios, sem qualquer ônus, e que arame farpado / desde mil novecentos e cinquenta e oito a Inspetoria não recebia; ain- da o Senhor Relator indaga se há gado na Inspetoria, se é dada assistên- cia aos bovinos, ao que respondeu o depoente, respectivamente, sim e que a assistência é relativa, sendo atendidos aos pedidos dos Postos , na medida do possível; perguntado a seguir sobre se há venda de gado , respondeu que sim, em pequenas quantidades e que a venda tem sido apli- cada no próprio Posto, e que esta venda é feita com uma tomada de pre- ços; frizou o depoente que, quanto aos reprodutores, há mais de quinze anos a Inspetoria não os recebe; o Senhor Presidente retoma a palavra, indagando sobre as compras feitas no mercado de, /digo, no mercado de Be- lém, se são feitas mediante concorrência ou se são realizadas em fir- mas tradicionais ao que o depoente respondeu que são feitas em firmas / tradicionais da praça e que esperam longos meses o pagamento; pergunta do sobre o número de funcionários, respondeu que são oito na sede e no- venta e quatro em toda a Inspetoria; perguntado sobre o número de en- fermeiros, respondeu que são três, o que é insuficiente para as necessi- dades do serviço; perguntado sobre se há alguma indicação para a agri- cultura, respondeu que não, que a mesma é feita segundo o processo ro- tineiro nos locais; perguntado sobre se há inspeções periódicas nos / Postos com a lancha do SPI, respondeu que não, porque a lancha está pa- rada há dois anos, devendo os trabalhos de recuperação serem concluí- dos este ano; perguntado sobre o número de escolas primárias, respon- deu que em quinze postos, há somente quatro escolas; perguntado sobre / o número de índios aldeados nos Postos, respondeu que tem sete mil ín- dios, no mínimo; perguntado se tem recebido verbas específicas para es- colas do Ministério da Educação, respondeu que não. Declarando-se sa- tisfeitos, o Presidente e o Relator, foi encerrada a inquirição. E, pa- ra constar, eu Alvaro Innocencio do Espirito Santo Filho, servindo como Secretário, lavrei o presente termo que vai por mim, pelo Senhor Presi- dente e pelo Depoente assinado.

Presidente

Depoente

Secretario

55
Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.

Presidente - Deputado Valério Magalhães.

Depoente - Ernani Luz.

Reunião de - 11 de junho de 1963 (Manhã)

Local - Palácio Tiradentes - RIO.

Aos onze dias do mês junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o Senhor Ernani Luz, na qualidade de Preparador de Museu, prestou o seguinte depoimento: - O SR. PRESIDENTE - Está aberta a reunião. Dr. Ernani Luz, de acordo com o Regimento das Comissões Parlamentares de Inquérito e da Constituição, V.Sa. é convidado a prestar o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, sobre tudo do que lhe fôr perguntado nesta Comissão. O SR. ERNANI LUZ - Presto o compromisso, Sr. Presidente, de dizer somente a verdade sobre tudo que me fôr perguntado. O SR. PRESIDENTE - Há quanto tempo V.Sa. é funcionário do Serviço de Proteção aos Índios? O SR. ERNANI LUZ - Desde 10 de abril de 1955. O SR. PRESIDENTE - Qual é cargo de V.Sa.? O SR. ERNANI LUZ - Preparador de Museu, nível 12. O SR. PRESIDENTE - Trabalha no Museu? O SR. ERNANI LUZ - Sim. O SR. PRESIDENTE - Passe a palavra ao nobre Relator da Comissão, que vai inquirir V.Sa. O SR. CELSO AMARAL - Gostaria antes, Sr. Ernani Luz, uma exposição de V.Sa. a respeito do Serviço de Proteção aos Índios; o que V.Sa. está achando quanto à administração do atual Diretor, quanto à organização, se está funcionando ou não? O SR. ERNANI LUZ - Sr. Deputado, o atual Diretor, segundo ouço comentários no Serviço, tem tido alguns desmandos na sua administração. Acresce a circunstância também de que luta com muita dificuldade de verbas, verbas que às vezes saem para uma finalidade e têm que ser empregadas em outra. O SR. CELSO AMARAL - Mas as verbas que constam do orçamento do SPI são desviadas para outra finalidade? O SR. ERNANI LUZ - Muitas vezes, a verba tem que ser desviada para outra finalidade diferente daquela em que deveria ser aplicada. O SR. PRESIDENTE - Quantos funcionários tem o Museu? O SR. ERNANI LUZ - Temos atualmente no Museu 16 funcionários, sendo que já foram pedidos alguns para trabalharem em Brasília. O SR. PRESIDENTE - Todos são classificados no Museu como funcionários do Museu ou de outros setores trabalhando ali? O SR. ERNANI LUZ - Há também funcionários da Seção de Estudos lotados em Brasília, mas alguns ainda se acham com exercício no Museu do Índio. O SR. PRESIDENTE - Estão ganhando dobradinha? O SR. ERNANI LUZ - Não, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Que sabe V.Sa. a respeito das irregularidades do Serviço?

551

tem sendo acusado? Sabe V.Sa., por exemplo, que o movimento das verbas no que diz respeito à renda indígena, não é devidamente escriturado nas Inspetorias? Tem alguma notícia a respeito? O SR ERNANI LUZ - O meu cargo no SPI é técnico, como preparador de Museu, e essa parte burocrática de emprêgo de verbas não chega ao meu conhecimento. Mas, pelo que ouço dizer no SPI, a arrecadação indígena é gasta pela Inspetoria e não chega a ser entregue ao Serviço. O SR PRESIDENTE - Eles prestam contas normalmente, ou não têm cumprido êsse preceito legal? O SR ERNANI LUZ - Pelo que consta, a Inspetoria não recolhe dinheiro ao SPI como devia ser. Gasta por alta recreação o dinheiro, empregando-o não se sabe em quê. O SR PRESIDENTE - Poderia haver estimativa? O SR ERNANI LUZ - Só com um levantamento na Contadoria, fazendo um estudo contábil para ver as safras animais que as Inspetorias e os Postos possuem, as safras dos cereais, a fim de se saber o que foi colhido e vendido e o que há em estoque. Só assim se poderia ter uma estimativa do movimento do Pôsto. O SR PRESIDENTE - Tem V.Sa. notícia de que haja planejamento feito pela direção do Serviço para que cada Inspetoria aplique êsse dinheiro, digo, êsse dinheiro da renda? Ou não? O SR ERNANI LUZ - O Diretor antecessor do Coronel Moacyr fez um plano de trabalho muito bom, que deveria ser executado. Foi o Coronel Tasso Aquino. Mas esteve pouco tempo como Diretor, somente no período da presidência do Sr. Jânio Quadros. Esse plano, segundo consta, não foi pôsto em execução. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V.Sa. que há elementos do SPI, tidos e havidos como residentes em Brasília, mas morando no Rio de Janeiro? O SR ERNANI LUZ - Que seja do meu conhecimento, não. O SR PRESIDENTE - Quem é o Chefe da Seção de Estudos? O SR ERNANI LUZ - O Sr. Nilo de Oliveira Veloso. O SR PRESIDENTE - Está residindo aqui ou em Brasília? O SR ERNANI LUZ - Em Brasília. O SR PRESIDENTE - Com dobradinha? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - Mas não é Chefe aqui? O SR ERNANI LUZ - É que o Museu está afeto à Seção de Estudos. E a Seção de Estudos funciona em Brasília. O Chefe Substituto da Seção de Estudos responde pelo expediente do Museu. É o Sr. João Bezerra de Melo. O SR PRESIDENTE - E o outro não vem sempre aqui? O SR ERNANI LUZ - Durante o meu tempo de SPI é a terceira vez. O Chefe da Seção de Estudos, nessa segunda gestão, esteve aqui duas vezes somente. O SR CELSO AMARAL - Na Guanabara existem muitos funcionários comissionados no Museu, sem função, encostados. O SR ERNANI LUZ - Sr. Deputado, o Museu não funciona perfeitamente por falta de orientação e falta de material para que o Museu possa funcionar conforme deve. O SR CELSO AMARAL - Acha V.Sa. que há aqui na Guanabara muita gente sem função? O SR ERNANI LUZ - Sim, Sr. Deputado. Há muitos de funcionários no Museu. O SR CELSO AMARAL - V.Sa. conhece o Sr. Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - O Sr. Fernando Cruz é auxiliar de gabinete e esteve respondendo pela 5a. Inspetoria de Campo Grande, no Mato Grosso. Atualmente, está respondendo pela Inspetoria de Manaus, no Amazonas.

552

Amazons. O SR CELSO AMARAL - Ele vem sempre aqui à Guanabara? O SR ERNANI LUZ - Ele costuma vir, mas nem sempre temos conhecimento da presença dele aqui no Rio de Janeiro. Às vezes passa inadvertidamente. Mas sabemos que ele se acha aqui no Rio, mas não oficialmente. O SR CELSO AMARAL - Um dos depoentes informou que ele esteve aqui com uma camioneta comprada pela renda indígena. V.Sa. está a par disso? O SR ERNANI LUZ - De fato, essa camioneta licenciada com placa de Mato Grosso esteve muito tempo no Rio e serviu ao Coronel, Diretor do SPI. Mas quando foi ida a São Paulo, não posso precisar a data, o Coronel declarou ao Sr. Unírio Veloso que iria viajar com a camioneta e depois remetê-la a Campo Grande, porque não tinha dado autorização para a sua compra. E o Sr. Unírio Veloso declarou no Museu do Índio que não tinha sido autorizada a compra da camioneta. O SR CELSO AMARAL - Quem fez a aquisição? O SR ERNANI LUZ - Segundo consta, foi o Sr. Fernando Cruz, com a venda de algumas cabeças de gado na Inspeção de Campo Grande, em Mato Grosso. O SR CELSO AMARAL - Quante tempo a camioneta ficou no Estado da Guanabara? O SR ERNANI LUZ - Isso também não posso precisar. Mas não foi por muito tempo. O SR CELSO AMARAL - Não poderia dizer mais ou menos quanto tempo? O SR ERNANI LUZ - De quatro a cinco meses. O SR CELSO AMARAL - QUEM ERA o motorista? Era um funcionário do Museu? O SR ERNANI LUZ - Sr. Bernardino Filho. O SR CELSO AMARAL - Mais ou menos a época da aquisição da aquisição, digo, da camioneta e Sr. se recorda? O SR ERNANI LUZ - Não, Sr. Deputado. Não tenho conhecimento. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, queria que V.Exa. atentasse para a declaração do Sr. Ernani Luz, quanto à questão da célebre camioneta que corre o Brasil. Essa camioneta ficou durante vários meses a serviço da família do Coronel. O SR PRESIDENTE - Ontem formulamos essa pergunta a um nosso informante, mas ele silenciou. O SR CELSO AMARAL - Gostaria que V.Sa. anotasse também que houve declaração do Sr. Nilo de Oliveira Veloso de que a camioneta foi adquirida sem ordem da Diretoria. O SR ERNANI LUZ - Assim é a verdade. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V.Sa. haver o Coronel comprado uma Sinca em São Paulo, tendo sido algumas das prestações pagas pelo Sr. José Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Não é do meu conhecimento. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.Sa. se no exercício de 1932 havia uma verba de 1 milhão e 200 mil cruzeiros para uma expedição científica? O SR ERNANI LUZ - Ao Rio Araraquara. O SR CELSO AMARAL - Mas essa não foi realizada. Sabe por que razão? O SR ERNANI LUZ - Foi inclusive foram expedidos convites ao Museu Paulista, ao Museu Nacional, ao Museu Paranaense, ao Museu Goeldi, em Belém do Pará. Mas, por determinação do Coronel, a expedição foi sustada, não sei por qual motivo, mas por achar a importância deficiente para esse empreendimento. O SR CELSO AMARAL - Quem recebeu a importância? O SR ERNANI LUZ - A importância estava em nome do Sr. Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL -

583

constante, quando não se realiza uma expedição e existe uma verba, e o funcionário prestar contas depois de nove meses? O SR ERNANI LUZ - Quanto ao prazo da prestação de contas não estou certo. Mas, desde que a expedição não tenha sido realizada, já deveria ter sido resolvida essa importância de 1 milhão e duzentos mil cruzeiros. O SR CELSO AMARAL - Teve V.Sa. conhecimento de que estiveram em Brasília há meses dois caciques de Mato Grosso? O SR ERNANI LUZ - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - Qual a finalidade da ida deles a Brasília? O SR ERNANI LUZ - Segundo consta, para pedir providência ao atual Diretor do Serviço. Inclusive, passaram dois dias no Museu, com destino a São Paulo. O SR CELSO AMARAL - E quem financiava essa ida dos caciques a Brasília, à Guanabara e ao Estado de São Paulo? O SR ERNANI LUZ - Quero crer que tendo sido o SPI, aliás acompanhados de dois funcionários da Inspetoria de Campo Grande em Mato Grosso. O SR CELSO AMARAL - Qual o nome dos dois? Sabe o nome? O SR ERNANI LUZ - Não sei. Tive contato com ele uma vez só, e não entrei em detalhes. O SR CELSO AMARAL - No Estado de São Paulo, no Pôsto de Tupan, foram adquiridos caminhões também? Tem conhecimento disso. O SR ERNANI LUZ - Dêsses caminhões que constam no Pôsto de Tupan, sei que um foi vendido ao Serviço de Proteção aos Índios por intermédio de Itamar Simões, que é encarregado do Pôsto de Tupan, e adquirido por intermédio do Sr. João Bezerra de Melo, que esteve de posse da verba para aplicar em veículos. O SR CELSO AMARAL - Ele é do Serviço de Proteção aos Índios, o Sr. Bezerra de Melo? O SR ERNANI LUZ - É, que responde pelo expediente do Museu do Rio de Janeiro. O SR CELSO AMARAL - Esse caminhão era novo, ou foi adquirido em segunda mão? O SR ERNANI LUZ - Era do ano de 1962 e já andava em serviço no Pôsto de Vanuire, em Tupan. O SR CELSO AMARAL - Já andava antes? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR CELSO AMARAL - Então foi adquirida no próprio Serviço de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - O caminhão pertencia ao Pôsto. Então comprado pelo Serviço de Proteção aos Índios. Aí é uma coisa que não posso explicar bem. O SR CELSO AMARAL - Deve ter sido jôgo de verbas. O SR ERNANI LUZ - Sei que pertencia ao Pôsto de Vanuire, de Tupan, e foi vendida ao Serviço de Proteção aos Índios. Agora, não sei como explicar essa transação feita. O SR CELSO AMARAL - Já ouviu falar em jogos de verbas? O SR ERNANI LUZ - Sei o que significa. Agora, esse recibo do caminhão, pelo que me consta, foi pôsto, foi passado por uma firma em São Paulo. Também não sei qual. O SR CELSO AMARAL - Qual o pôsto que estava servindo o caminhão. O SR ERNANI LUZ - Pôsto de Vanuire, em Tupan. O SR CELSO AMARAL - Durante a permanência do Sr. Fernando Costa da Silva, Inspetoria, em Mato Grosso, houve questão de terra, se que foi sobre um rapaz? Pode dizer alguma coisa? Foi por política, ou por questão administrativa? O SR ERNANI LUZ - Segundo chegou ao meu conhecimento, foi a conselho do Chefe de Polícia de Mato Grosso, não sei se por motivo de desmandos ali praticados, que esse rapaz se retirou de lá.

554

Grande. O Chefe de Polícia da lá pediu que ele se ausentasse, porque poderia ser morto. Então veio a transferência dele para a primeira Inspetoria, que é em Manaus. Agora, quanto aos desmandos que dizem ter esse moço praticado em Mato Grosso, nada posso adiantar. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum caso de coação de funcionários que vieram depor, ou desejaram depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, coação por parte do Sr. Diretor? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Outra coisa que acho estranha: um funcionário sai de Brasília, vem via Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso - por que essa volta? O SR ERNANI LUZ - Não posso adiantar qualquer esclarecimento a respeito. O SR CELSO AMARAL - Conhece a ex-Deputada Tereza Delta? O SR ERNANI LUZ - Já estive em contato com a Deputada Tereza Delta na sua residência em São Paulo, e aqui no Rio de Janeiro em casa do Dr. Nelso Pires Teixeira, ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de que alguma vez ela solicitou dinheiro do Serviço de Proteção aos Índios, ou obteve do SPI dinheiro? O SR ERNANI LUZ - Que eu sabia, não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Houve, uma ocasião, a entrega de certa importância do Sr. Fernando Cruz, importância essa que foi levada para São Paulo - dois milhões ou um milhão e meio de cruzeiros - e esteve depositada algum tempo no apartamento de Josias Macedo e depois na casa da ex-Deputada Tereza Delta em São Paulo? Conhece o destino desse dinheiro? O SR ERNANI LUZ - Esse dinheiro, segundo o próprio Josias me declarou, foi levado ao Rio Grande do Sul pelo Sr. Fernando Cruz, e quando o Sr. Fernando Cruz regressou já não estava mais de posse desse dinheiro, cujo total desconheço. O SR CELSO AMARAL - Mas o Sr. Fernando Cruz, qual a ligação dele com o Rio Grande do Sul para levar essa importância lá? Ele pertencia a algum posto lá ao qual fôsse levar o dinheiro? Ou foi levar a algum Diretor do Serviço de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - Que eu saiba, não. O SR CELSO AMARAL - Ele tem família no Rio Grande do Sul, o Sr. Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Ele é descendente do Rio Grande do Sul. Não sei se existem familiares seus residentes no Rio Grande do Sul. O SR CELSO AMARAL - Conhece o atual Inspetor da 5a. Inspetoria, Sr. Alísio Carvalho? O SR ERNANI LUZ - Tive contato com ele somente uma ocasião: quanto, em dezembro de 1962, ele aqui esteve com diversos outros inspetores e chefes de postos indígenas a fim de receber verbas, adiantamentos para o Serviço de Proteção aos Índios. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo, alguma certidão em poder do Sr. Josias Macedo, certidão referente a um processo que envolve o Sr. Mota Cabral, o Sr. Francisco Meireles e outros funcionários do Serviço? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma irregularidade no Serviço de Proteção aos Índios, digo, de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - Senhor Deputado, segundo consta, não posso afirmar, houve irregularidade na venda de pinheiros no Sul do País, no Estado do Paraná e nos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Não vou

555

vendidos os pinheiros pelo Chefe do Pôsto lá, isso segundo consta, importâncias não são arrecadadas à renda indígena. O SR CELSO AMARAL - Quem eram êsses chefes de pôsto? Recordar-se de algum nome? O SR ERNANI LUZ - O Chefe da Inspetoria que funciona em Curitiba é o Sr. Dival. A 7a. Inspetoria é que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O SR CELSO AMARAL - Aqui no Estado da Guanabara é que são adquiridos os remédios fornecidos ao Serviço de Proteção aos Índios? Êsses remédios foram adquiridos pelo Sr. Josias Macedo? O SR ERNANI LUZ - Sim, senhor; com autorização do atual Diretor, Coronel Moacyr Ribeiro Coelho. O SR CELSO AMARAL - Sabe a importância, o volume? O SR ERNANI LUZ - O volume total não sei dizer. Agora, os remédios foram recebidos e divididos por mim a cada Inspetoria. Fiz um mapa da divisão dos remédios, levei ao conhecimento do Diretor e êle aprovou. Já foram embalados e remetidos por avião às diversas inspetorias do SPI; O SR CELSO AMARAL - Gostaria que o senhor encaminhasse um desses mapas de distribuição para orientar esta Comissão. O SR ERNANI LUZ - Pois não. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma venda de gado do Serviço de Proteção aos Índios em alguma das Inspetorias? O SR ERNANI LUZ - Pelo que me consta, só houve na de Mato Grosso. O SR CELSO AMARAL - Foi normal essa venda? O SR ERNANI LUZ - Aliás, disse que houve duas vendas, uma com concorrência e outra sem concorrência. O SR CELSO AMARAL - Na gestão do Sr. Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Fernando Cruz, sim, senhor. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo contra o Sr. Josias Macedo? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Qual a verba que recebe o Museu anualmente, para seu bom funcionamento? O SR ERNANI LUZ - O Museu não tem verba específica. O SR CELSO AMARAL - Não tem? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. Quem recebe a verba que destina alguma importância ao Museu é a Seção de Estudos, à qual o Museu do Índio está afeto. O SR CELSO AMARAL - Essas aplicações aqui no Estado da Guanabara são feitas sem planejamento, ou há um programa para emprêgo da verba? O SR ERNANI LUZ - Não há planejamento propriamente dito. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que é empregada conforme as necessidades? O SR ERNANI LUZ - Conforme as necessidades do serviço. O Museu mais necessita de alguma verba é nas proximidades da festa do Dia do Índio, porque sempre há necessidade de fazer pintura no prédio, pagamento de qualquer material adquirido, para que possa haver modificação na exposição permanente do Museu. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de que, certa ocasião, houve necessidade da importância de 700 mil cruzeiros, que foi emprestada pelo Sr. Francisco Meireles, para ser entregue ao Sr. Fernando Cruz, que, para cobrar êsse dinheiro, veio de Campo Grande? O SR ERNANI LUZ - Não é de meu conhecimento. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Melo, qual a função dêle no Museu do Índio? O SR ERNANI LUZ - A função do, digo, A função do Melo é auxiliar de sertão. No Museu faz serviço de escriturário. Mas a função dêle propriamente é auxiliar de sertão. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que

556
417
1300

na função teria de estar obrigatoriamente viajando? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR CELSO AMARAL - E vive no Rio? O SR ERNANI LUZ - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que o Museu é cabide de encosto do Serviço de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - Em alguns casos. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Melo tem conhecimento da compra desse caminhão usado que pertencia ao próprio SPI? O SR ERNANI LUZ - Tem conhecimento, porque a verba estava em nome dele. O SR CELSO AMARAL - Como é todo o nome dele? O SR ERNANI LUZ - João Bezerra de Melo. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo contra o Serviço de Proteção aos Índios do Conselho de Segurança Nacional? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Questão de contrato de arrendamento o senhor desconhece? O SR ERNANI LUZ - Completamente. O SR CELSO AMARAL - Processos do Tribunal de Contas desconhece também? Um processo do SPI para registro no Tribunal de Contas? Essa dificuldade que o Tribunal encontra no registro - isso desconhece também? O SR ERNANI LUZ - Sei que neste último adiantamento para o SPI já tinha inspirado o prazo de prestação de contas, e diversas pessoas que receberam adiantamentos não haviam prestado contas ao Tribunal. O SR CELSO AMARAL - Poderia citar o nome de algumas dessas pessoas? O SR ERNANI LUZ - Não posso precisar, porque foram diversos funcionários. Depois, aparece uma circunstância: uns receberam adiantamentos por determinação do Diretor e passaram a outros funcionários. Quer dizer, o adiantamento ficou sob responsabilidade do primeiro, sendo aplicado por outro funcionário. O SR CELSO AMARAL - O senhor sabe que o Serviço de Proteção aos Índios tem duas verbas - uma orçamentária e outra indígena? O SR ERNANI LUZ -, digo, indígena? É de seu conhecimento isso? O SR ERNANI LUZ - Pois não. O SR CELSO AMARAL - Essa verba indígena tem aplicação de controle um pouco difícil; não há prestação de contas ao Serviço de Proteção aos Índios. Aqui na Guanabara há algum benefício dessa verba indígena? Vem alguma importância para beneficiar o SPI? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. Aliás o Museu luta com essa dificuldade aqui porque constantemente recebemos indígenas vindos de São Paulo, Minas, Mato Grosso. Não sei se bem ou mal orientados pelo SPI, em vez de se dirigirem a Brasília, onde funciona a Diretoria que poderia auxiliá-los monetariamente, ou de outra forma, da maneira que eles necessitam, dirigem-se ao Museu, que não dispõe de verba com que possa auxiliá-los para o seu regresso ou encaminhá-los a Brasília para reclamarem as suas necessidades. O SR CELSO AMARAL - É uma mástima, porque onde há necessidade do emprêgo da verba o SPI descuida, e enquanto isso o Serviço se preocupa muito com a compra de camionetas. Quer dizer então que não existe dotação orçamentária para a assistência, digo, assistência ao índio. O SR ERNANI LUZ - No Museu, não. Inclusive a pedido do Museu, nessas ocasiões, ter que recorrer a uma firma comercial para poder remeter esses indígenas para as suas aldeias e seus parentes. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum caso de atrito entre o Serviço de

552
552
BR
JH
1801
O

Proteção aos Índios e a Exército Nacional? O SR ERNANI LUZ - Não. O SR CELSO AMARAL - Há questão de meses o atual Diretor do Serviço de Proteção aos Índios precisou reformar o motor do seu carro particular. Veio uma camioneta de São Paulo, do Pôsto de Tupan, para buscar o motor aqui na Guanabara. Este motor foi entregue ao funcionário, levado para São Paulo para ser retificado, e depois voltou ao Rio. V.Sa. tem conhecimento disso? O SR ERNANI LUZ - Foi exatamente o encarregado do Pôsto Vani re, em Tupan, que veio com a camioneta Kombi apanhar o motor da SINCA na Presidente Vargas. Fui justamente com ele. O motor foi levado para São Paulo para fazer a retífica. Passado algum tempo, o funcionário foi a São Paulo e trouxe o motor para o Rio. O SR CELSO AMARAL - A camioneta veio a serviço ou simplesmente para buscar o motor no Rio? O SR ERNANI LUZ - Veio exclusivamente com a finalidade de buscar o motor. O SR CELSO AMARAL - Esse motor foi retificado na firma AUTONAK, em São Paulo? O SR ERNANI LUZ - Não sei. Sei simplesmente que foi numa firma em São Paulo. O SR CELSO AMARAL - A camioneta veio exclusivamente para o transporte do motor e não a serviço do SPI. O SR ERNANI LUZ - Especialmente para o transporte do motor. O SR CELSO AMARAL - Conhece V. Sa. um movimento entre os funcionários do SPI pedindo a determinada autoridade que mantivesse o Coronel no Serviço? O SR ERNANI LUZ - Sr. Deputado, de fato houve um abaixo-assinado encabeçado pelo Sr. Josias Macedo, sendo que todos os funcionários assinaram, não sei se por imposição. Alguns talvez com receio de represálias partidas depois mais tarde de Sr. Josias, o Chefe da Seção de Estudos, ou de Coronel. Inclusive eu assiniei esse memorial. O SR PRESIDENTE - Mas V.Sa. assinou de moto própria, sem temer coação alguma. O SR ERNANI LUZ - Sim, porque foi no início da sua administração. O SR PRESIDENTE - Hoje ainda assinaria? O SR ERNANI LUZ - Hoje, não, Sr. Presidente. Vejo muitos desmandes no .. SPI, e uma pessoa com um pouco de consciência não faria isso. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V. Sa. que há um mestre de obras, Sr. Carlos Barreto, lotado em Brasília? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - Mas parece que ele vive mais aqui. O SR ERNANI LUZ - Sr. Presidente, se não me engano, atualmente, acha-se em gozo de férias na Guanabara, e, pelo que me consta também trabalhando na casa do Sr. Diretor, na Ilha do Governador. O SR PRESIDENTE - Ele é mestre de obras. O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - Mas lotado em Brasília. O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR CELSO AMARAL - V.Sa. tem conhecimento de que ele está trabalhando na casa do Coronel? O SR ERNANI LUZ - Não sei se no dia atual ainda está. Mas trabalhou na casa do Diretor. O SR CELSO AMARAL - Qual o seu nome todo? O SR ERNANI LUZ - Carlos Barreto de Souza. O SR PRESIDENTE - No Jardim Guanabara. O SR ERNANI LUZ - Não sei onde fica localizada a casa. O SR PRESIDENTE - Sabe alguma coisa sobre o processo a que respondeu o Sr. José Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Sei foi sobre vendas de gado da Inspetoria em Mato Grosso. Fez duas

558

de gado do SPI, conforme já declarei ao Sr. Deputado Celso Amaral, com concorrência, outra sem concorrência, sendo que numa dessas vendas foi quando foi adquirida essa camioneta a que o Sr. Presidente e o Sr. Relator há pouco se referiram. O SR PRESIDENTE - Sabe V.Sa. porque ele foi para Manaus? Ele não é Inspetor? O SR ERNANI LUZ - Não. É auxiliar de sertão. O SR PRESIDENTE - E por que foi escolhido para ir para Manaus? O SR ERNANI LUZ - Segundo chegou ao meu conhecimento, por conselho do Chefe de Polícia de Campo Grande. Se ele permanecesse em Campo Grande seria assassinado. Então, o Sr. Diretor do SPI achou por bem transferi-lo para Manaus. O SR PRESIDENTE - Sabe também alguma coisa a respeito de ocorrências quanto aos pinheirais do Paraná? O SR ERNANI LUZ - Já esclareci ao Sr. Deputado Celso Amaral que, segundo dizem, existem negociatas no sul com os pinheirais das reservas indígenas, não só do Paraná, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O SR PRESIDENTE - E quanto a esses contratos de arrendamento? O SR ERNANI LUZ - Nada posso adiantar, porque não é assunto da minha alçada. É coisa mais entre a Diretoria e as Inspetorias. O SR PRESIDENTE - Qual a opinião de V.Sa., como funcionário antigo do SPI, sobre as ligações do atual Diretor com os demais servidores. Há clima de tranquilidade atualmente no SPI? O SR ERNANI LUZ - Sr. Presidente, quando o Sr. Diretor vem ao Rio procura estar em contato com os funcionários do Museu, e não noto qualquer ato de hostilidade de uma parte ou de outra. O SR PRESIDENTE - Mas não tem notícia de que em Brasília há esse clima? Vários funcionários foram afastados e procuram afastar-se para não ficarem sob a administração do Sr. Diretor. O SR ERNANI LUZ - Há os Srs. Mota Cabral e Luiz Araújo que foram afastados pelo Diretor. Não sei qual o motivo. Aliás, o Sr. Mota Cabral é funcionário antigo, zeloso. O SR PRESIDENTE - É dos mais antigos? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - E tem posição de destaque no SPI? O SR ERNANI LUZ - Estêve muito tempo como Chefe do Serviço de Orientação e Administração. Há tempos já foi indicado para Diretor. Trabalhou muito tempo com o General Guedes. O SR PRESIDENTE - V. Sa. nota desejo do atual Diretor do SPI de permanecer no cargo? O SR ERNANI LUZ - Sr. Presidente, pelo movimento que vejo, não tem vontade de deixar a direção do SPI. O SR PRESIDENTE - V.Sa. conhece o Sr. Sílvio Meireles? O SR ERNANI LUZ - Não conheço pessoalmente o Sr. Sílvio Meireles. Pelo que se sabe, ele foi há tempos afastado do SPI a bem do serviço público, sendo que atualmente se acha encostado ao Gabinete do Sr. Diretor, com uma gratificação de 40 mil cruzeiros. Não posso precisar se essa importância é verdadeira ou errônea. O SR PRESIDENTE - Por que verba é paga essa gratificação? Pela renda indígena ou por verba orçamentária? O SR ERNANI LUZ - Não sei. O SR PRESIDENTE - Saiu do SPI a bem do serviço público e, no momento, trabalha no Gabinete do Diretor. O SR ERNANI LUZ - Naturalmente fazendo parte da assessoria técnica do Sr. Diretor. O SR PRESIDENTE - Qual o preparo dele? O SR ERNANI LUZ -

558
447
B.114
0.5
1302
0.77

Não sei. Não o conheço pessoalmente. Nunca tive contato com ele. O
SR CELSO AMARAL - Agradecemos a presença de V.Sa. a esta Comissão, e
queria informar V.Sa. de que esta Comissão dará toda a garantia a V.Sa.
sobre qualquer coação, seja por parte do Sr. Diretor, seja do Chefe de
serviço do SPI. Havendo alguma coisa, comunique-nos imediatamente, por
que já tive conhecimento de coação e ameaças. O SR ERNANI LUZ - Agrade
ço à ilustre Comissão ter-me feito esse convite para prestar as declara
ções por mim conhecidas. Em outra qualquer oportunidade, conforme o De
putado me solicitou, trarei a cópia do mapa da distribuição dos remédi
os. O SR CELSO AMARAL - Isto nos vai orientar muito. -----

CORREÇÕES

Na pagina nº 2 linha 20 leia-se: Tasso de Aquino.
Na pagina nº 3 linha 11 leia-se: Nilo Vellozo.
Na pagina nº 3 linha 13 leia-se: Nilo Vellozo.
Na pagina nº 3 linha 37 leia-se: Arariquera.
Na pagina nº 5 linha 13 leia-se: Nelson Perez Teixeira.
Na pagina nº 7 linha 16 leia-se: Expirado.
Na pagina nº 9 linhas 34 e 35 leia-se: Cildo Meirelles.

Quani Bug

560
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVI-
ÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Depoente: JOÃO BEZERRA DE MELO

Reunião: de 11-6-1963

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, às dezessete horas e cinco minutos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências, compareceu o Sr. João Bezerra de Melo, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR VALÉRIO MAGALHÃES (PRESIDENTE) - Temos ainda uma testemunha para ouvir. Seu nome é? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - João Bezerra de Melo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Funcionário do SPI? - O SR BEZERRA DE MELO - Funcionário do Serviço de Proteção aos Índios há 19 anos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Que cargo? O SR BEZERRA DE MELO - Agente de proteção aos índios, mas estou exercendo a função de chefe do Museu do Índio. Sou subordinado à Seção de Estudos, sendo que a Seção de Estudos está em Brasília; aqui ficou a parte do Museu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor deverá, antes de iniciar seu depoimento, prestar o compromisso legal de que dirá a verdade, somente a verdade de tudo que souber e lhe fôr perguntado, sujeitando-se às penas da Lei, se não o fizer. O SR BEZERRA DE MELO - Pois não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quem é o chefe da Seção? O SR BEZERRA DE MELO - É o Sr. Nilo Oliveira Veloso. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Está residindo em Brasília. O SR BEZERRA DE MELO - Sim. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem vindo aqui, vez por outra? O SR BEZERRA DE MELO - Não tem vindo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - É designado por ele ou pelo Diretor para responder pelo Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Pelo Diretor. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quantos funcionários tem o Museu do Índio? O SR BEZERRA DE MELO - Estamos com uns vinte. Mas a Seção de Estudos foi para lá; vai levar parte e ficar parte aqui. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quantos tem? O SR BEZERRA DE MELO - Só está com o Chefe mesmo. O Chefe foi para lá. Agora, ficaram os funcionários. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Há quantos meses está lá? O SR BEZERRA DE MELO - Foi transferido em fevereiro. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Como funciona os servidores lá em Brasília? O SR BEZERRA DE MELO - O problema não é meu; não sei. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não lhe parece esquisito que o Chefe esteja lá com a Seção de Estudos e os funcionários todos permaneçam aqui no Rio de Janeiro. O SR BEZERRA DE MELO - De fato. Mas não há residência em Brasília. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Então o que faz o Chefe lá quem chefia deve ter alguma coisa para chefiar. Mas a Seção de Estudos está aqui. Ele lá está fazendo o quê? Está só auferindo as vantagens de

567 565 1306

dobradinha em Brasília, ainda com função gratificada, com passagens para vir aqui vez por outra fiscalizar o Museu. Ele lá e os funcionários aqui — muito estranha essa situação. O SR BEZERRA DE MELO — Sem dúvida. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — O Museu tem verba própria? O SR BEZERRA DE MELO — Não; temos a verba da Seção de Estudos, a verba de expedições científicas. Mas estou aí há quase seis anos e só vi ser paga essa verba uma vez, e por sinal vai ser recolhida — a verba de 1 milhão e 200 mil. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Está com quem essa importância? O SR BEZERRA DE MELO — Está nas mãos do Sr. Josias Macedo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Recebeu na qualidade de quê? O SR BEZERRA DE MELO — De Chefe da Seção de Estudos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Mas, além dessa importância, recebeu — mais 2 milhões das mãos do Sr. Alison Pope. O SR BEZERRA DE MELO — Sim recebeu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Para o que foi? O SR BEZERRA DE MELO — Verba de assistência aos índios. Parece que é aplicada em medicamentos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Quer dizer que recebeu, ao todo, 1 milhão e 200 mil cruzeiros da verba da Seção de Estudos e 2 milhões da verba de assistência ao índios? O SR BEZERRA DE MELO — É. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Tem verba orçamentária? O SR BEZERRA DE MELO — Não; o Josias recebeu ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Não desta parte. Depois recebeu mais? O SR BEZERRA DE MELO — Recebeu mais 200 mil para congressos e conferências. Não sei bem os detalhes. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Recebeu outras quantias? O SR BEZERRA DE MELO — Só adiantamentos. De 17 e meio milhões. Depois cobriu essa importância e ficou em poder dele a quantia de 4 milhões, que aplicou em medicamentos por ordem do Diretor, com mais 2 milhões. Mas dessa importância foram aplicados 1 milhão e 600 mil e poucos em Brasília. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Quer dizer que tem 17 e meio milhões, mais 2 milhões, mais 1 milhão e 200 mil, mais 200 mil; conseqüentemente, vai a mais de 20 milhões? O SR BEZERRA DE MELO — É. O SR VALÉRIO MAGALHÃES — O Sr. Relator deseja fazer-lhe algumas perguntas. O SR CELSO AMARAL — O senhor teve conhecimento de uma caminhonete que ficou à disposição do Diretor aqui no Rio? O SR BEZERRA DE MELO — À disposição, não. Caminhonete de marca Chevrolet? O SR CELSO AMARAL — Caminhonete F-100. O SR BEZERRA DE MELO — Sei, sim. O SR CELSO AMARAL — Quanto tempo ficou no Rio? O SR BEZERRA DE MELO — Passou algum tempo, não — muito. O SR CELSO AMARAL — Quem ficou guiando essa caminhonete? Foi funcionário seu do Museu? O SR BEZERRA DE MELO — Foi o Bernardino. O SR CELSO AMARAL — O prazo foi mais ou menos dois meses? O SR BEZERRA DE MELO — Sim. O SR CELSO AMARAL — Qual a finalidade? Foi servir ao Museu do Índio? O SR BEZERRA DE MELO — Em parte, servia. O SR CELSO AMARAL — Em parte, não. Quero saber a finalidade precípua. O SR BEZERRA DE MELO — Temos, por exemplo, para deixar uma mercadoria no Correio Aéreo Nacional. E, por sinal, no Museu não tem quem faça esse serviço... O SR VALÉRIO MAGALHÃES — Mas o Deputado Relator quer saber a serviço de quem ficou a caminhonete aqui; o serviço específico, à disposição

562 14

quem ela estava? O SR BEZERRA DE MELO - Acho que estava com o Coronel. O SR CELSO AMARAL - Ficou servindo a família dele? O SR BEZERRA DE MELO - Não vou dizer ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor está aqui para dizer, segundo mesmo compromisso que prestou, a verdade do que souber lhe fôr perguntado. O SR BEZERRA DE MELO - Não sei se a família dele... O SR CELSO AMARAL - Um funcionário seu ficou à disposição dessa caminhonete, como motorista? O SR BEZERRA DE MELO - Não sei se era diretamente à família; sei que era ao Coronel. O SR CELSO AMARAL - E aquela caminhonete de Campo Grande? O SR BEZERRA DE MELO - Às vezes, vem aqui. Agora mesmo esteve aqui a Chevrolet algum tempo, depois foi embora. Eu, quando quero remeter uma carga pelo Correio Aéreo Nacional, tenho de pedir ao Fomento de Produção Nacional que nos ceda uma caminhonete, porque o Museu não tem verba para isso. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E como funciona o Museu, se não tem verba? O SR BEZERRA DE MELO - Os funcionários são pagos pelo Governo e o resto é boa vontade. O Museu é muito bem montado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas não se renova o material? O SR BEZERRA DE MELO - Agora está-se renovando. Não tem havido expedições. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem uma verba de 200 e poucos contos... O SR BEZERRA DE MELO - Não temos verba para o Museu propriamente, não. Temos para a Seção de Estudos. O SR CELSO AMARAL - Um grupo de índios de Mato Grosso - esteve em Brasília e depois veio para a Guanabara. O SR BEZERRA DE MELO - Nem entraram no Museu. O SR CELSO AMARAL - Mas foi pedido até pouso no Museu. O SR BEZERRA DE MELO - Foi pedido pouso, chegaram num dia e no mesmo dia foram embora. Dormiram no próprio caminhão; daí foram embora no outro dia. O SR CELSO AMARAL - Vieram para cá? O SR BEZERRA DE MELO - Não sei. Sei que andaram por Brasília, depois vieram para cá. Não sei a finalidade. O SR CELSO AMARAL - Todos os funcionários comissionados no Museu fazem parte de outra seção, ou estão todos no Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Comissionado não há nenhum. O SR CELSO AMARAL - Antes de vir para o Museu, qual a sua função no Serviço de Proteção aos Índios? O SR BEZERRA DE MELO - Sempre fui burocrata. Vim de lá. Inspeções de Manaus para aqui. Nunca servi no interior. O SR CELSO AMARAL - Em Manaus, quem era o Inspetor? O SR BEZERRA DE MELO - Entrei com o Josino. Depois, passou para o Joviniano, o Viana; então, vim para aqui. Entrei em 1944. O SR CELSO AMARAL - Conhece o Sr. Fernando Cruz? O SR BEZERRA DE MELO - Conheço, sim. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma irregularidade praticada por esse funcionário? O SR BEZERRA DE MELO - Não. O SR CELSO AMARAL - Nenhuma? O SR BEZERRA DE MELO - Não conheço nada, nada, nada. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Nunca soube de nenhum inquérito contra ele? Nunca houve nenhuma irregularidade no Serviço durante todo o tempo em que ele é funcionário? O SR BEZERRA DE MELO - A única coisa que soube foi agora a sua saída. Por sinal, servi nessa comissão em Campo Grande, mas não foi contra o Fernando Cruz, mas por irregularidades que houve contra o Serviço no ano passado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES -

563 565 1308
dizer que contra elle não sabe nada? O SR BEZERRA DE MELO - Conheço o Sr. Fernando Cruz há muito pouco tempo. O SR CELSO AMARAL - O senhor está há 19 anos no Serviço de Proteção aos Índios, não é? O SR BEZERRA DE MELO - Mas o Fernando é nôvo; tem seis ou sete anos e nunca viveu, nunca ficou aqui no Museu. Aliás, conheço muitos funcionários de nome, sem nunca ter visto. O SR CELSO AMARAL - Quantos funcionários tem o Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Tenho uns vinte. Se V.Ex.^a. quizer, poderei dar amanhã o número exato. O SR CELSO AMARAL - Todos observam o horário e assinam o ponto? O SR BEZERRA DE MELO - Observam, sim. O SR CELSO AMARAL - Inclusive o Josias Macedo? O SR BEZERRA DE MELO - Esse é o mais faltoso atualmente. O SR CELSO AMARAL - Frequentemente vai ao Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Elle não tem ido, não. O SR CELSO AMARAL - V.S.^a. sabe qual é a função do Sr. Brito? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sei que elle passou dois meses encaixotando medicamentos, e agora está tirando um mês de férias que terminam no dia 12. O SR CELSO AMARAL - Não se ocupou em mais nada? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - No Museu, a sua função foi só a de encaixotar medicamentos. O SR CELSO AMARAL - Sabe se ajudou na construção de uma casa na Ilha do Governador? ... O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não sei. O SR CELSO AMARAL - ... no período em que V.S.^a. é chefe? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Elle é de Brasília. Está em trânsito. Pode ser que tenha ajudado agora durante as férias d'elle. Não sei. O SR CELSO AMARAL - V.S.^a. ouviu falar em compras de caminhões em São Paulo, na Cidade de ... O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Tupã. Fui eu até que fiz o negócio, porque não podia ser comprado aqui no Rio. Saindo um adiantamento de 2 milhões e 400 mil cruzeiros para o Sr. Nazareth. No fim do ano o Nazareth não pôde comprar e o Diretor passou esse encargo para mim, e eu fiz a compra em Tupã, por intermédio de Itamar. O SR CELSO AMARAL - Desconhece V.S.^a. que esse caminhão era usado? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não. O caminhão é nôvo, mas estava rodado. O SR CELSO AMARAL - De quem comprou? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não me recordo a firma. O SR CELSO AMARAL - Não era da renda indígena? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Que eu saiba, não. Comprei por intermédio do Itamar. Nem fui lá. Elle que comprou. Mas o caminhão vale mais. A autorização foi dada pelo Coronel. O SR CELSO AMARAL - Como o Sr. Adquiriu esse caminhão se a verba era destinada à compra de um caminhão zero quilômetros? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - O caminhão não era zero quilômetros. Era nôvo, mas já estava rodado. E raramente se encontra um caminhão nôvo por 2 milhões e 400 mil cruzeiros. O SR CELSO AMARAL - Então V.S.^a. tinha conhecimento de que era usado. O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Era usado, mas muito pouco. Um caminhão com poucos quilômetros não é usado. O SR CELSO AMARAL - Desde que se tira um caminhão da fábrica, elle já é usado. O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Entendendo assim, é usado. O Itamar disse-me que era nôvo. Não fui ver o caminhão. O SR CELSO AMARAL - V.S.^a. tem muito bom gosto. O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não se queria perder a verba de 2 milhões.

584 564 1304

400 mil cruzeiros que teria que ser aplicada. Para evitar que não fosse devolvida comprou-se o caminhão. Como aqui no Rio os 2 milhões e 400 mil não davam, compramos em Tupã. Mas o caminhão está novo. Se a V. S. quiser pode até convocar o Itamar Simões, no Posto Vauíre. O SR CELSO AMARAL - Sabe quanto a Seção de Estudos teve este ano para a compra de remédios? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sei que o Josias Macedo comprou - 41 milhões 612 cruzeiros em Brasília. O SR CELSO AMARAL - Do Laboratório Ilhéu? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Parece que é. E 4 milhões e pouco aqui no Rio, da Pfizer. O SR CELSO AMARAL - E deram desconto nas compras? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Deram. Mas na própria mercadoria. Foi o Josias Macedo que comprou. O SR CELSO AMARAL - Quanto à operação de venda de gado, V. S. conhece alguma coisa? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Desconheço. Ouve-se falar. Mas não posso dizer nada, porque a minha função é burocrática. O SR CELSO AMARAL - E sobre arrendamento? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - O conhecimento de arrendamento que tive foi quando estive na Comissão de Inquérito em Campo Grande. O SR CELSO AMARAL - Era contra quem? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Foi contra o Sr. Érice e o Sr. Nazareth. O SR CELSO AMARAL - Qual foi a conclusão desse inquérito? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Servi apenas como secretário. O SR CELSO AMARAL - Não sabe qual foi o resultado? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - A pedido foi pequena. Penso que foi apenas suspensão o que a Comissão pediu. Aliás, há agora outra comissão de inquérito lá. O SR CELSO AMARAL - V. S. dá-se bem com o Sr. Itamar? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sim. O SR CELSO AMARAL - Conhece a vinda de uma perua do Posto do Sr. Itamar? O Komb que veio trazendo um motor? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sim. Sei que trouxe um motor. O SR BEZERRA DE MELO - Ele tinha de vir buscar um negócio. Aproveitou e trouxe o motor, segundo ouvi falar. Trouxe a coisa de São Paulo e aproveitou trouxe o motor também, o motor do carro do Coronel. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que saiu de Tupã, veio buscar o motor... O SR BEZERRA DE MELO - Acho que não. Quando eu soube, já vinha com o motor de São Paulo para aqui. O SR CELSO AMARAL - Então desconhece quando foi levar o motor? O SR BEZERRA DE MELO - Desconheço. O SR CELSO AMARAL - Remessa de dinheiro para entrega ao Sr. Fernando Cruz - também desconhece? O SR BEZERRA DE MELO - Desconheço. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem umas poucas perguntas a fazer ao depoente ainda. O SR BEZERRA DE MELO - Pois não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios tem ido ao Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Não tem aparecido, não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não tem aparecido? O SR BEZERRA DE MELO - Apenas me telefonou. Estêve no Museu sábado retrazado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E dessas viagens que tem feito tem trazido algum material para enriquecer o Museu do Índio? O SR BEZERRA DE MELO - Não; nunca vimos material nenhum, nem qualquer funcionário, apesar das viagens feitas. O material que temos é antigo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES -

56
rial de expediente? O SR BEZERRA DE MELO - Não temos recebido. Temo-
vido de material de dois anos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E quanto à me-
lhoria do Museu em si, quanto a propaganda? O SR BEZERRA DE MELO - Pro-
paganda somos nós que fazemos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem verba para
isso? O SR BEZERRA DE MELO - Não temos. É através de jornais. O Museu -
do Índio é muito frequentado por escolares, tem uma visitaçãO muito bo-
O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Cobra ingresso? O SR BEZERRA DE MELO - Não, não
cobra. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Que elementos possui para instruir o po-
vo nessas visitas? O SR BEZERRA DE MELO - Temos um etnólogo, o Dr. Ge-
raldo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E êsse etnólogo tem visitado essas no-
vas tribos? O SR BEZERRA DE MELO - Não tem, por falta de verba. O SR VA-
LÉRIO MAGALHÃES - Mas houve verba do ano passado para isso, não? O SR
BEZERRA DE MELO - Não houve; teve de ser aplicada... O SR VALÉRIO MAGA-
LHÃES - A quem cabe a culpa na demora do recebimento de verbas? O SR BE-
ZERRA DE MELO - Ao Governo. Foi por isso que o caminhão foi comprado -
por essa forma. Se saísse a verba em setembro ou em julho teria tempo
de ir o funcionário que recebeu a um Estado... O SR VALÉRIO MAGALHÃES -
Essa justificativa não procede, porque o senhor diz que o Serviço tem
nove meses para prestar contas. O SR BEZERRA DE MELO - Verbas que tem -
nove meses para prestar contas são as de assistência aos índios. O SR
VALÉRIO MAGALHÃES - Mas essa para expedição tem quatro meses, não é?
O SR BEZERRA DE MELO - Tem. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Ora, recebida no fim
de dezembro, se a comissão tivesse estudado e preparado, podia sair a
expedição. O SR CELSO AMARAL - Êsse dinheiro está em poder do funcio-
nário? O SR BEZERRA DE MELO - Está em poder de Josias Macedo. O SR VALÉ-
RIO MAGALHÃES - Em nome dêle, vencendo juros, e êle não faz mistério
disso. De maneira que não há desculpa plausível. O SR BEZERRA DE MELO -
São 60 dias para ser aplicada, e tive de correr para não se perder. Assim,
sim, aplicamos o dinheiro no caminhão. O SR CELSO AMARAL - Estranhoso
é o fato de ter sido adquirido um caminhão usado. O senhor é Chefe do
Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Sim. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem liberdade
de total? O SR BEZERRA DE MELO - Tanto que eu não informo processo.
Museu, só parte do Museu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Nominalmente as
outras seções estão em Brasília. Da Seção de Estudos só está em Brasília
o Chefe? O SR BEZERRA DE MELO - É problema da administração mais alta.
O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Diretor havia dito que o Serviço de Proteção
aos Índios estava todo em Brasília e que aqui funcionava apenas o Museu.
Essa Seção de Estudos tem verba de quanto? O SR BEZERRA DE MELO - Não t-
mos. A única verba ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Digo para a Seção de Es-
tudos, não para o Museu do Índio. O SR BEZERRA DE MELO - Não há verba es-
pecífica. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E como êle vive? O SR BEZERRA DE MELO -
Aí é parte da administração. A Seção de Estudos apenas tinha verba
para expedição científica, a única. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Foi feito
um plano de aplicação dessa verba? Chegou a ser feito? O SR BEZERRA DE MELO -

566
MELO - Chegou a ser feito. Mas foi no tempo em que o Josias ~~Amorim~~ foi substituído. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Eram as perguntas que ~~deveriam~~ fazer ao depoente. Agradeço ao Sr. Bezerra de Melo seu comparecimento a esta Comissão, e se o Sr. Relator, Deputado Celso Amaral, não tiver mais esclarecimentos a pedir... O SR CELSO AMARAL - Mais nada, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - ... podemos dar como encerrado o depoimento. O SR BEZERRA DE MELO - Grato a V.Ex^a., Sr. Presidente, ao Sr. Relator, e coloco-me às ordens da Comissão Parlamentar de Inquérito para quaisquer outros esclarecimentos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Grato a V.Ex^a.. Está dispensada a testemunha. Encerrados os trabalhos de hoje.

João Bezerra de Melo
OBS: Na página 3 - linha 33, não é Josino e sim Jacobina, depois para dr. Jovinião, Vianna e Alipio;

Na página 4 - linha 13, não é sr. Brito e sim Barreto;

Na página 5 - linha 7 não é 41 milhões 512 cruzeiros, e sim ~~512~~ MILHÃO SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL CRUZEIROS;

Na página 5 - linha 18, não é o sr. Nazareth e sim sr.ongenov.

João Bezerra de Melo

562
569

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES
DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Reunião de 11.6.63

Depoente: JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no serviço de proteção aos índios e dá outras providências, compareceu o Sr. José Maria da Gama Malcher, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE - Está aberta a reunião. Estamos aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito para, tanto quanto possível, apurar fatos denunciados sobre o funcionamento de SPI. Esta Comissão está ou menos limitando a sua inquirição a um período dentro do qual os crimes porventura praticados ainda não prescreveram, por lei. Daí por isso estamos recuando até 1958. Mas como há informações que são necessárias em consequência de denúncias atuais, procuramos ouvir também algumas pessoas, como V. Sa., que tiveram cargos de chefia no SPI e atualmente exercem também funções de relêvo no Serviço. Daí o convite que fizemos para o comparecimento de V. Sa. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Desejo, entretanto, de início, solicitar a V. Sa. preste o compromisso de lei de dizer a verdade, somente a verdade, sobre o que lhe for perguntado. O SR DEPOENTE - Pois não, Sr. Presidente. Presto o compromisso de dizer apenas a verdade sobre o que me for perguntado. O SR PRESIDENTE - Sr. José Maria da Gama Malcher, há quantos anos V. Sa. é funcionário do SPI? O SR DEPOENTE - Estou no Conselho desde 1957. O SR PRESIDENTE - V. Sa. é funcionário do quadro? O SR DEPOENTE - Sim, na relotação no Conselho. O SR PRESIDENTE - E no SPI? O SR DEPOENTE - Desde 1940. O SR PRESIDENTE - Qual o cargo? O SR DEPOENTE - Secretário do Conselho de Proteção aos Índios. O SR PRESIDENTE - Qual é seu cargo efetivo? O SR DEPOENTE - Inspetor de Índios. O SR PRESIDENTE - Fale a palavra ao nobre Relator, Deputado Celso Amaral, para fazer a sua inquirição. O SR CELSO AMARAL - Sr. José Maria da Gama Malcher, gostaria que V. Sa. fizesse uma exposição sobre o SPI. V. Sa. dirigiu o SPI? O SR DEPOENTE - Sim. De fevereiro de 1951 até julho de 1953. O SR CELSO AMARAL - E antes disso? O SR DEPOENTE - Antes disso, de setembro de 49 até 1947 chefei a Inspetoria do Pará, e de 47 a 51, chefei a Inspetoria de Orientação e Assistência. O SR GAMA MALCHER - Em setembro de 1947, mais ou menos em agosto. Foi quando fui chamado a vir para o Rio de Janeiro. Depois, quando entrou o Presidente Vargas, fui chamado para dirigir o Serviço de Índios. O SR CELSO AMARAL - Pedia a V. Sa. que fizesse uma exposição sobre o SPI.

568
W

vige de Proteção aos Índios; se tem boa orientação; e que com o prêgo de verbas orçamentárias, verbas indígenas. O SR GAMA MALCHER - Da indígena nós chamamos aquela proveniente da produção dos índios das suas terras. Logo que tive conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, telegrafei ao Deputado Valério Magalhães, colocando-me à disposição d'ele, inclusive oferecendo-lhe documentação que tenho em meu arquivo particular. Recebendo telegrama de Deputado Valério Magalhães - no qual me pedia que remetesse a Dona Yolanda Mendes, Chefe das Comissões de Inquérito na Câmara dos Deputados, reuni a documentação de que dispunha, apesar de me encontrar acamado, e a enviei à Câmara, através de registro postal, no dia 12 de junho. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Essa documentação já deve encontrar-se na Câmara, de onde nos achamos afastados há alguns dias, em serviço desta Comissão de Inquérito. Ao voltarmos, por certo encontraremos todo esse material. O SR GAMA MALCHER - Acompanhando esses documentos, foi uma exposição minha de tudo que sei com relação ao SPI, tudo documentado, inclusive com cópias fotostáticas. É que, afastado embora do Serviço desde 1955, não sei por que motivo alguns funcionários se correspondem comigo e me mantêm informado, além de me pedirem sobre certos assuntos providências. Dentro de minhas possibilidades, tenho atendido a todos os pedidos, inclusive duas ou três vezes já fiz representação por meio do Ministério da Agricultura, no sentido de que mandasse apurar denúncias recebidas. Quando da Comissão de Classificação de Cargos, as irregularidades que vieram ao meu conhecimento foram tamanhas que eu, além de reclamar pelos canais competentes, fiz uma exposição ao então Deputado, hoje falecido Fernando Ferrari, que foi entregue no Hotel Paissandu, onde S. Exa. residia ou tinha escritório, aqui no Rio. Mais tarde, fiz outra exposição, sendo um Deputado bativo, embora não o conhecesse pessoalmente, remeti ao Deputado Aurélio Viana, hoje Senador. Há pouco tempo, quando telegrafei a V. Exa., telegrafei ao Senador Aurélio Viana, pedindo a ele que essa documentação que ele recebeu registrado fôsse encaminhada à Comissão Parlamentar de Inquérito. Não tive resposta e recebi resposta do telegrama que passou a V. Exa. Nessa exposição que deve estar na Câmara, relate, por exemplo, a situação de Pôrto Mandurucu, (que foi chefiado por mim) em 17 anos de trabalhos ininterruptos, conseguiram fazer que o pôsto ficasse praticamente independente. Pois foi tal a influência dos elementos que monopolizam o rio Tapajés, de Itaituba para cima, que reduziram ainda esses trabalhos de 17 anos. O SR CELSO AMARAL - Essa interferência houve de órgãos políticos também? O SR GAMA MALCHER - Se é política, não sei, mas a interferência é econômica, interferência de uma empresa que monopoliza o rio Tapajés há muitos anos. Desde que o rio Tapajés economicamente, vai passando de mão em mão, e hoje está entregue a Arruda Pinta & Cia. Esse Arruda chegou ao ponto de ser procurador de

563

balhadores de SPI. Ele hospedava diretores, dava, cedia o apartamento - dêle em Belém. Aos funcionários que iam lá - informam, eu não tenho certeza - dava presentes, relógios de ouro, pulseiras. E com isso se conseguia estender a situação. Isso está bem documentado na exposição que enviei e na que ora, em complementação, entrego a esta Comissão Parlamentar. Eu comecei em 1942, com 576 kms, com renda 5.000 cruzeiros, e até 1957 a renda era de 763.000 cruzeiros por mês. Pois bem, em 1957 - para cá, desapareceu essa renda e passou a ser controlado pelo Arruda, justamente o que ele queria. Eu, além dessa documentação que disse que tinha mandado ao Senador Aurélio Viana e ao Deputado Fernando Ferrari, fiz, em outro de 1960, uma exposição que encaminhei, não ao Presidente, embora ele já o fôsse, mas ao Deputado Jânio Quadros, onde fazia crítica ao SPI, ao Conselho, que chamei de autocrítica, e apontei então dentro do que conheço possibilidade de reforma dos dois órgãos. O SR CELSO AMARAL - Tem cópia dessa exposição? O SR GAMA MALCHER - Tenho aqui só o original. Mas já prometi, na carta que mandei ao Deputado Valério Magalhães, que remeteria a ele essa exposição. O SR CELSO AMARAL - Eu gostaria, porque o trabalho desta Comissão vai ser bastante grande. O SR GAMA MALCHER - Eu então aponto: ingressei no Serviço de Proteção aos Índios em 1940; contei com a colaboração dos maiores etnólogos da época, como Kurt Nimuendaju. Ele apontava como principais causas do fracasso do SPI, já naquela época, o seguinte: verbas deficientes e irregulares. Hoje discordo disso, porque não se trata de verbas deficientes, mas de mau emprêgo de verbas. O SR CELSO AMARAL - Também discordo. O SR GAMA MALCHER - A verba existe, e a continuar como está todó o orçamento não chega. Há a burocracia exagerada, a falta de salários apropriados, a falta de força para fazer valer os seus princípios em meio hostil. Nos últimos vinte anos nenhuma dessas causas foi eliminada, mas todas foram agravadas, e foram acrescentadas mais duas, sem dúvida mais danosas do que as outras: a interferência dos bastidores da política partidária e a corrupção que lavra em todas as esferas. Vão por aí as mais desastrosas negociatas com os bens do Serviço e inclusive de suas terras. Mesmo se tudo isso não bastasse, ainda há a impunidade dos faltosos, a admissão de incapazes e o empreguismo, que vêm completar o quadro triste. O Serviço de Proteção aos Índios está cada vez mais distanciado de suas finalidades; é um órgão completamente desmoralizado. Tudo isto escrevi ao Presidente Jânio Quadros. Eu não podia enviar diretamente ao Presidente da República; então mandei ao Deputado Jânio Quadros. Mas ele já estava eleito, e recebeu como Presidente da República. O SR CELSO AMARAL - Quanto a essa questão de comissão de compras, de desmanche, alguma coisa específica? O SR GAMA MALCHER - Está tudo relatado. Como disse, já a partir de 1955 passei dois anos como assessor da Comissão Econômica da Amazônia. Depois, a pedido do Marechal Rondon, fui

570

de início fêz empenho para que eu voltasse ao SPI, e que, pelo menos enquanto perdurasse aquela situação - aceitei vir para o Conselho Nacional do Índios. Para lá fui na condição de Secretário e lá me mantive até agora. Já pedi minha aposentadoria, cujo deferimento aguardo. O SR CELSO AMARAL - Noto que todos os funcionários interessados, aqueles que têm maior conhecimento da questão indígena, todos foram aliados do Serviço. O SR GAMA MALCHER - Completamente. O SR CELSO AMARAL - Por que o fizeram? O SR GAMA MALCHER - Ou por vontade própria, em virtude de não mais poderem suportar a situação existente, de não poderem se formar compactuar com as maiores desonestidades, ou porque, em virtude de disso também, foram aliçados. Há um grupo - ou não é um grupo, mas uma quadrilha - que se apossou das pestes chaves do Serviço de Proteção aos Índios de 1955 para cá. O SR CELSO AMARAL - Tem os nomes deles? O SR GAMA MALCHER - Tenho, e cito lá. Hoje, eles estão mais ou menos fora dessa situação de chefia, porque, não sei se tardiamente, mas de qualquer maneira ainda chegou a tempo, o General Moacyr Odebrecht, atual Diretor, afastou esses elementos. A primeira vez que tive contato com esse Diretor, disse-lhe que ele estava cercado e que havia de pior dentro do Serviço, embora o que fizesse de melhor era muito pouco. Ele ouviu e disse: Eu dou carta de alforria, ou coisa que o valha, a todos eles, mas tão logo possa boto para fora. É o que está fazendo: pelo menos é o que se nota pelos boletins que publicam. Essa gente toda fora de uso, e meça então a política dos bastidores, como se chama. Tão a um deputado, a um Senador, a um Ministro, a um Gabinete, tão à imprensa e outros, a fazer pressão, a mostrar uma série de calúnias que eles mesmos provocaram. Derrubado o Diretor, quando entra o novo, eles o cercam, principalmente quando este ainda é jejuno em matéria de Índios, e iniciam seu trabalho. Assim agem desde principalmente que foi nomeado o Sr. José de Assis, em 1956, que era político do Rio Grande do Sul. Ele caiu com o Sr. Dornelles. Depois, três diretores completamente desonestos no assunto foram envolvidos por esse grupo, sendo que o mais envolvido foi o Sr. José Luiz Guedes, no tempo Coronel, hoje General. Isso foi acordado, mas não aceitou advertência. Uma das atividades desse grupo é justamente procurar hostilizar o Diretor com os elementos que podem esclarecê-lo a respeito de fatos e pessoas do Serviço de Proteção aos Índios. O SR DEPOENTE - Então diziam: Fulano é isso, Baltazar é aquilo, e ficava aquele murmúrio. Mas havia um pessoal de gabarito, havia o Sr. Ribeiro, que é hoje Reitor da Universidade de Brasília; havia o Sr. Rige o Museu de Antropologia, o Galvão; e Manoel Mates, coordenador de uma equipe. Embora o SPI não tivesse médicos, eles vinham trabalhando inclusive o General Mota era médico e trabalhava gratuitamente para nós cobertura para o que quiséssemos. Conseguimos uma base aérea, contornando o Araguaia e o Xingu. Tudo na base do

571
573

de administrativa. Mas tudo foi destruído e não sei mesmo que houve - ainda de aproveitável dentro do Serviço. O SR CELSO AMARAL - Havia pouco pela conclusão a que cheguei. O SR DEPOENTE - Julgava que com o envio da exposição ao Presidente da República Jânio Quadros haveria uma avaliação face às denúncias que fiz. Mas resolveu a coisa enviada e voltou do Vilas Boas e transferindo a direção do SPI em trinta dias. É a continuação da história do sofá da marquesa. Mas de pouco adiante transferiu o sofá. Ficou uma parte aqui e outra lá. Os que não estavam interessados em ir para Brasília conseguiram ficar aqui. E aqui ficou excessivamente gente sem ter o que fazer. O SR CELSO AMARAL - Havendo falta de funcionários, de outro lado, O SR DEPOENTE - Principalmente sendo a situação dos Postos a pior possível. O SR CELSO AMARAL - Na ocasião em que eu permaneci como Diretor, de 1951 a 1955, qual a exigência com relação à prestação de contas da renda indígena. Havia possibilidade de escriturar. O SR DEPOENTE - Havia e contratei como assalariado um funcionário das Amazonas, Aluísio Bráulio Pinto, com essa finalidade específica de fiscalizar e examinar a documentação da renda indígena. Nunca aceitei documentação pelo simples fato de aparecer selada, carimbada, visada. Queria saber se aquilo que estava ali expressava a verdade. Uma exigência de contas para mim era mais séria que comumente. Pressionava sobre aquilo que estava ali existia; se os serviços mencionados haviam sido prestado e se fôra comprada alguma coisa, principalmente com a importância de Chefia de Inspetoria que controlava essa parte. O SR CELSO AMARAL - Quem era o Inspetor da 5ª Inspetoria? O SR DEPOENTE - Quando eu cheguei, era o Sr. Joaquim Fausto Prado. Também contra esse regime apareceram uma série de irregularidades, e mandei um Inspetor de minha confiança, que foi até a pessoa que me substituiu na Chefia, Irineu dos Santos Júnior, a Campo Grande verificar. Ele comprovou irregularidades, inclusive atestados médicos, recibos etc., e o resultado foi trágico, porque o Fausto Prado matou o Irineu na própria sede do Serviço e suicidou-se logo depois. Comecei numa situação dessas. Perdi um ótimo funcionário. Depois, se não me engano... É tanta gente que não me lembro mais. Mas se antes ou depois, esteve lá o Inspetor Eridiano de Oliveira, que é um campeão de inquéritos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Onde está list? O SR CELSO AMARAL - Esse, Sr. Presidente, nós já ouvimos a mesma história em Brasília. O SR GAMA MALCHER - Ele é um campeão de inquéritos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Em que sentido - a favor ou contra ele? O SR GAMA MALCHER - Contra. Nessa documentação que foi, a última, quando eu cheguei à Inspetoria de Goiás, há uma exposição, uma denúncia sobre a compra de 130 ou 140 bois, com documentos de firma reconhecida, sobre as irregularidades e as desonestidades desse funcionário. O Inspetor da época era o Coronel Tasse de Aquino, que mandou, como me lembro - era determinado, para o Ministério da Justiça. Era Presidente da Comissão

de Quadros, e havia uma determinação de que todos os inquéritos fossem encaminhados para uma comissão central. Um grupo cercou o então Ministro da Justiça, Alfredo Nasser, ... O SR CELSO AMARAL - O Ministro da Justiça de Jânio Quadros era o Sr. Pedrosa Horta. O SR GAMA MALCHER - Depois foi Alfredo Nasser, que era de Goiás, se não me engano. Pois logo cederam junto a ele, e esse processo não sei se parou ou desapareceu. Sei que não teve andamento. Esse já foi o quinto o sexto inquérito - que esse meço respondeu. Não sei se nessa época ele era o Chefe da Inspetoria. Depois, foi Diocleciano de Souza Neneu, hoje aposentado, que era de Curitiba, Estado do Paraná. Sei que com relação ao Inspetor Eridiano houve uma séria denúncia, aliás um abaixo-assinado de todos os funcionários da Inspetoria para que eu procurasse apurar. Eu então dei apurar. O resultado foi que a comissão de inquérito pediu a destituição do Sr. Eridiano a bem do serviço público e pediu o encaminhamento da parte criminal, porque havia até falsificação de assinaturas. Um dos comerciantes, ao pé de documento a ele atribuído, escreveu: Esta assinatura não é minha; e assinou depois com firma reconhecida. Isso até o Correio da Manhã publicou. Então, encaminhei ao Ministério o processo. Nesse meio tempo, saí da administração do Serviço de Proteção aos Índios. Foi em 1955. O SR CELSO AMARAL - Como era o nome do funcionário? O SR GAMA MALCHER - Eridiano Oliveira. Então, fizeram uma comissão de inquérito no próprio Ministério e essa botou abaixo tudo que se havia feito, e arquivaram o inquérito anterior. Quer dizer que a situação atual do Serviço de Proteção aos Índios tem um ponto principal, que é a impunidade dos faltosos. Fiz vinte e poucos inquéritos administrativos; só um foi para o Rio. O SR CELSO AMARAL - Quem era? O SR GAMA MALCHER - Silvío Furtado Soares Meireles, irmão de Francisco Meireles. Já havia, quando cheguei, um inquérito contra o Sr. Francisco Meireles, com cinco volumes; é o atual Diretor substituto. Quando entrei, quis apaziguar a situação. Então coloquei essa gente. Chamei o Silvío e o Francisco Meireles, que já estavam em situação delicada e disse que não desejava ninguém pensasse que eu estava com part pris, que eu não pretendia perseguir ninguém. Destaquei o Silvío para a 8ª Inspetoria, em Goiânia, e Francisco para a 9ª, em Rondônia, em Guaporé. Logo depois, mostraram que não estavam em condições de continuar. Abri inquérito contra o Silvío, porque, dentre uma série de coisas, descobri um recibo de compra comprado por um pêsco de Goiânia, onde o vendedor era meu conhecido, e eu sabia que ele não vendia gado; pelo contrário. Então mandei perguntar a ele se tinha vendido gado ao Serviço de Proteção aos Índios. Ele respondeu que não tinha transação com Serviço nenhum e que viria ao Rio para conversar comigo. Quando ele veio, mostrei-lhe o recibo assinado por ele. O recibo era falso. Então, diante disso e de outros fatos, inclusive fôlhas de pagamento de pessoal falsificadas, aduaneiras - di-

575
12/10

zia ter, por exemplo, oito trabalhadores num pôsto e tinha dois, que re-
cebia pelos oito. E faziam adiantamentos da seguinte maneira, como ele
como o irmão Francisco: O Serviço de Proteção aos Índios custava a con-
dar verbas para pagamento do pessoal que era assalariado; então adian-
tavam a essa gente vales, ou autorizações no comércio para comprar co-
pas, cobertores, espingardas, enfim, o que necessitasse. No fim - veja-
bem a coisa como era feita - no fim, vinha a verba. Eles faziam o con-
tro de contas: descontavam de cada funcionário o gaste que tinham feito
no comércio. Mas a despesa das casas comerciais era paga pela verba de
assistência aos índios. De modo que se pode ver, nas contas de prestação
ção dos índios caiapós, no Pará, coisas assim: espingardas, cobertores,
pastas de dentes, escovas de dentes, garrafas térmicas. Coisas com que
os índios jamais podiam sonhar, principalmente os xavantes. O SR CELSO AMARAL - Mas esse homem continua lá. O SR GAMA MALCHER - Não sabia que
ele estava lá; sabia que tinha pedido reconsideração. O SR CELSO AMARAL - Digo o Francisco Meireles. O SR GAMA MALCHER - É uma das coisas -
para as quais não consigo encontrar explicação. O SR CELSO AMARAL - E
que me diz do atual Diretor do Serviço de Proteção aos Índios? O SR GAMA MALCHER - Tenho tido muito pouco contacto com o Coronel Macoyr. Com
o outro, com o General Guedes, então Coronel, certa vez, quando tentei
saí-ruim, eu, que tinha decidido não entrar mais no Serviço, quando um
rapaz que se dava comigo, Secretário d'ele, Roberto Carvalho, e disse-me
licito ao Coronel Guedes que me marque uma hora para conversar com ele.
Fui e mostrei-lhe essa situação toda. Ele não sabia de nada. Deu-me
informações da SOA e lhe pedi que as lesse. E deixei outros documentos
na mão d'ele. Mas começaram a envenenar de tal maneira o homem que, no fim
mal da história, quando estava para sair, até tirei no pretexto. E
nervoso, disse que ia fazer, que ia acontecer, que me ia dar as condições
se eu continuasse a campanha. Ora, eu não faço campanha; recebo descom-
tação e procuro defender o nome, se é possível, do SPI e o seu par-
ticipante. Certa vez, enviei-lhe carta na qual chamava sua atenção para um pa-
letim que publicavam e que dizia coisas assim: reforestamento no pa-
to do Pará com plantações de abacaxi, de mamão e outras coisas. En-
viou-me eu: É de estranhar reforestamento na Amazônia, mas, apesar de
do, na zona Bragantina, onde há devastação... Mas reforestar com abaca-
xi é demais. Depois chamei a atenção d'ele para um convênio que havia
que teria feito com o Banco da Amazônia para pacificação da fronteira. De-
me lembre de que, quando Chefe da Inspeção de Pará, não me lembro
tempe tinha saído do Governo do Estado e era Presidente da Comissão de
Amazônia; pois mesmo assim não consegui coisa alguma ali. Com o
Banco Incorporation inscrever os postos produtores de borracha como pro-
dutor de borracha, consegui terras por baixo preço, a mercedaria que ne-
cessitassem. Agora, não consegui no Banco da Amazônia, como antes.

cil que alguém consiga, porque que garantia pode dar uma repartição pública a um Bando para transacionar dinheiro? O SR CELSO AMARAL - Mas o senhor acha que o Serviço de Proteção aos Índios não poderia dar garantia? O SR GAMA MALCHER - Creio que não, porque como repartição que vai dar? A terra dos índios? A produção dos índios? O Serviço de Proteção aos Índios é tutor dos índios. O SR CELSO AMARAL - Mas, pelo que ouço falar, ainda não fui in loco verificar, o Serviço de Proteção aos Índios tem grandes fazendas de gado, como a Fazenda de São Marcos. O SR GAMA MALCHER - Tinha. O SR CELSO AMARAL - Mas existe gado na Fazenda de São Marcos, não existe? O SR GAMA MALCHER - Existe, mas muito pouco. O SR CELSO AMARAL - É uma garantia que poderia ser dada. O SR GAMA MALCHER - Mas é patrimônio do índio. Eu peço emprestado ao Banco da Amazônia para produzir borracha; ofereço como garantia o patrimônio do índio. Se eu não pagar, o Banco vai fazer o quê? Vai penhorar o gado que pertence ao patrimônio do índio, quando eu sou o funcionário responsável, eu e não o índio? O SR CELSO AMARAL - Mas garantia poderia ser dada. Há um patrimônio. O SR GAMA MALCHER - Patrimônio do índio, não da pacificação do índio. O SR CELSO AMARAL - Mas que existe patrimônio existe. O SR GAMA MALCHER - Existe. Agora, dêsse patrimônio infelizmente ele não recebeu documentação. O SR CELSO AMARAL - Cabe a mim, como Relator, estudar esse relatório. Tenho de chegar a um julgamento. O SR GAMA MALCHER - Lá há uma carta que recebi, em fotostática, assinada por um cidadão - chamado José Fernando Cruz ... O SR CELSO AMARAL - Atual Inspetor de Índios. O SR GAMA MALCHER - Ele é professor primário ou pré-primário, embora tenha sempre condição de chefia. O SR CELSO AMARAL - E isso é permitido, ser professor primário e estar na chefia de inspetoria? O SR GAMA MALCHER - Pela Classificação de Cargos, cabe aos inspetores de nível 14 a chefia de seção e de inspetoria; aos postos que eles chamam, não sei por que, de mais importantes os outros inspetores. Entretanto, não há, pode-se dizer, nas inspetorias dois inspetores exercendo chefia, embora haja vários inspetores no quadro. A coisa é mais difícil, porque isso não vem dagora do Coronel Moacyr; vem de 1955 ou 1956 para cá. Colocava-se na chefia da inspetoria um indivíduo que coonestasse prestação de contas. O SR DEPOENTE - Existe o malbaratamento do dinheiro público, mas quanto a renda não tenho confirmação. Mas soube que na Inspetoria da Amazonas foi vendido gado da Fazenda de São Marcos e comprada uma camioneta. O SR CELSO AMARAL - Houve também isso em Mato Grosso. Lá foi vendido gado para comprar uma camioneta. Por exemplo, se um Inspetor de Índios, Chefe de uma Inspetoria, vende o gado e compra uma camioneta, há necessidade de ser esta compra autorizada pelo Diretor do SPI? O SR DEPOENTE - Sem dúvida. O SR CELSO AMARAL - Não pode comprar sem autorização do SPI? O SR DEPOENTE - A lei é essa. Qualquer plano de aplicação da renda indígena é encaminhada à Seção de Orientação e Assistência.

575

o submete ao Diretor do SPI. Este autoriza ou não, e depois vem a prestação de contas. O SR CELSO AMARAL - Mas se sair da norma? O SR DEPOENTE - É crime isso, porque não se pode fazer isso. O SR CELSO AMARAL - Mas foi feito isso no Amazonas| vendido o gado da Fazenda de São Marcos. O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V. S^a. que um dos veículos do SPI tenha estado aqui para uso da família de Sr. Diretor? O SR DEPOENTE - Soube, por intermédio de outros, gente que vai lá conversar comigo, que um jipe, na eleição passada, teria sido cedido a uma senhora ... O SR PRESIDENTE - Teresa Delta. O SR DEPOENTE - Foi Prefeito em Santo André ou coisa parecida. O SR PRESIDENTE - Já na gestão do atual Diretor? O SR DEPOENTE - Não sei se pelo atual Diretor ou pelo pessoal da Secção com a finalidade ... O SR PRESIDENTE - Jipe é-se pertencente ao SPI. O SR DEPOENTE - É enorme a quantidade de cabeças de gado vendidas que não resultam em benefício do índio. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Fernando Cruz durante sete meses chefiou a 5^a Inspetoria e declarou que da renda indígena, durante a sua gestão, apureu 18 milhões de cruzeiros, com a venda de gado, arrendamento. Diante dessa declaração chega-se à conclusão que a Inspetoria poderia arrecadar uma boa soma por ano. O SR DEPOENTE - Assim, talvez: alienando o gado, alienando o rebanho... Enquanto isso acontece os índios morrem tuberculosos. O SR CELSO AMARAL - A Comissão irá a Campo Grande e verificará como eram empregadas essas verbas, principalmente a indígena. O SR DEPOENTE - Se esse tempo a verba era controlada. Têda ela, inclusive, com o trigo, madeira, borracha, etc. chegou no máximo a 7 milhões de cruzeiros, mas - veja V. Ex^a. - no Brasil inteiro. Eu só vendia boi em situação de corte. O SR CELSO AMARAL - Esta é a preocupação nossa e vamos verificar isso. Na ocasião em que V. S^a. era diretor, autorizou algum contrato de arrendamento de terras? O SR DEPOENTE - Não, Sr. Deputado, Sou contrário a qualquer arrendamento de terras. Acontece o seguinte: o indivíduo vai entrando, faz benfeitorias, e depois para sair pede indenização. O SPI não dispõe de dinheiro e o índio é escorraçado. O SR CELSO AMARAL - A área na Bahia é têda do SPI? O SR DEPOENTE - Não. Tenho a impressão de que os arrendamentos são de tal monta que até a casa do Pêsto está arrendada. O SR CELSO AMARAL - Hoje em dia em Mato Grosso até o voto do índio é negociado. V. S^a. tem conhecimento disso? O SR DEPOENTE - Soube disso pela imprensa. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Fernando Cruz chegou até a armar os índios. Comprou e entregou-lhes armas. O SR DEPOENTE - É preciso ver a vida progressa dêsse moço para ver como êle chegou a ser Chefe de Inspetoria, quando, inclusive, não poderia nem ter entrado no Serviço de Proteção aos Índios. A respeito de venda de gado existe uma Ordem de Serviço nº 6, de 3 de janeiro de 1961, publicada no Boletim nº 47, página 32, assinada pelo Sr. Nelson Peres Teixeira. Se houvesse polícia neste país ... O SR CELSO AMARAL - A êste ponto queria chegar. Existe -

576
17/03/47
-19-
uma carta, uma representação que V. S^a dirigiu ao Coronel Tasso Viana de Aquino, que diz o seguinte: "Sr. Diretor. No dia 17 de março deste ano, foi encaminhado pelo Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura a esse Serviço o SC/10.627... O SR DEPOENTE - Deve ser relativo a certidões. O SR CELSO AMARAL - "... Trata-se de requerimento meu, encaminhando pedido de certidões, a fim de estudar representação a ser encaminhada ao Sr. Presidente da República. Com a transferência da Diretoria do SPI para Brasília ... Sei das dificuldades para atender a esse pedido. Entretanto, acabo de ser informado pelo Mestre de Obras Carlos Barreto de Souza que o Sr. Nelson Peres Teixeira declarara na presença de alguns servidores que jamais teria essas certidões, porque haveria de extraviar o processo. Conhecendo o grau de desonestidade e ação nefasta desse servidor, dentro e fora do SPI, sabendo ainda pelo mesmo informante que vários documentos de prestação de contas foram encontrados rasgados e jogados no lixo por ocasião da mudança, é que venho solicitar sua atenção para o caso." O SR DEPOENTE - O Coronel respondeu dizendo que não estava extraviado o processo e que as certidões seria dadas. Duas o foram e as outras, não, até hoje. O SR CELSO AMARAL - Que diz V. S^a sobre o Sr. Nelson Peres Teixeira? Pertencia ao SPI? O SR DEPOENTE - Sim. O SR CELSO AMARAL - Qual o cargo? O SR DEPOENTE - Quando entrei para o SPI, em 1940, o Chefe da Seção era quem controlava esta parte, o Sr. Antônio Estigarribe. Perguntou-me se eu conhecia alguém que batesse a máquina. Eu trabalhava na 6^a Vara Cível, na Justiça, e disse que conhecia; que havia uma sala no Fôro com várias moças datilógrafas, com bastante agilidade. Mas ele respondeu que não queria moças trabalhando lá. "Arranje-me um rapaz." Encontrei então uma pessoa conhecida que conhecia esse moço Nelson Peres Teixeira. Ele foi consultado a respeito e aceitou o lugar. A esse tempo ele vendia terrenos da Kosmos. Ele fez um teste com o Estigarribe e ficou como Auxiliar de Serviço. Ganhava na época, em 1940, 400 cruzeiros. Fui posteriormente para o Maranhão e depois Belém. Recebia a correspondência. No Pará senti que havia já o dêdo dele numa compra que mandei fazer. Comprei um motor de centro para uma lancha, que, na hora de ser adaptado, não conseguiu entrar inteiro. Houve, então, necessidade de abrir-se o motor para ser montado lá dentro, e qual não foi a minha surpresa ao verificar que esse motor - um Buda - vendido como novo era reconicionado, inclusive com graxa usada dentro dele. Só fôra pintado por fora. Reclamei para a Diretoria e a firma insistiu em que o motor era novo, que iria me processar etc. Nessa época tinha um parente Capitão do Porto do Pará. Conversei com ele sobre isso e ele me disse: "Você me faça um ofício com tantos itens e vamos fazer a perícia no motor." Essa perícia provou que o motor era velho e que só tinha sido pintado, e que não tinha condições para levar a lancha de quatorze toneladas. Com esse motor ela não poderia subir a Cachoeira naquela zona do Tapanã.

572
M BQ 579 1A 1323
Tocantins etc. Então disse que quem andava de lancha era eu e que não es-
tava disposto a morrer numa situação dessas. Devolvi o motor, e tem caré-
ta do ESt... pessoa em quem tínhamos confiança. Mais tarde, vim a saber
que esse moço é que fez o negócio. O SR CELSO AMARAL - Comprou conscien-
te de que era velho? Foi aberto inquérito? O SR GAMA MALCHER - Não sei. Foi
que recebi um motor Kolinder novo, e esse motor está lá. O velho mandei
de volta. O SR CELSO AMARAL - E essa história do Sr. Nelson? O SR GAMA
MALCHER - Daí para cá, quando entrei para a direção do Serviço, meu pri-
meiro cuidado foi botar esses elementos para fora. Havia então 25 funcio-
nários. Inclusive eu disse: Se vocês não querem que eu abra inquérito e
vocês saiam por inquérito, procurem repartição para onde ir. Mas dentro
de 48 horas desapareçam daqui, que eu com vocês não trabalho." Pois bem,
um deles logo depois foi chefiar a Seção de Administração, o Sr. Benedi-
to Pimentel, que inclusive em São Paulo, há pouco tempo, onde andava, ven-
dia tudo que tinha, gado, máquinas de costura, liquidou com tudo. Esse
moço só tem uma qualidade, se se pode dizer que é qualidade - é imitação de
Antônio Pimentel. O que tem um de elevação, capacidade, idoneidade, moral,
tem o outro de completamente negativo. Antônio Pimentel, até bem pouco
tempo era Diretor do DASP. Certa vez, Benedito Pimentel, embriagado, deu
tiros, em Miranda ou em Bauru, numa estação da Noroeste. Quando eu sou-
disso, mandei abrir inquérito. Pois o processo desapareceu. Eu disse que
ia continuar com a coisa, quando sou procurado por Antônio Pimentel, que
era assessor do Ministro João Cleofas. Disse-me ele: Não faça nada con-
tra o Benedito, porque ele tem sido uma espécie de ovelha negra da famí-
lia, tem dado uma série de contrariedades a minha mãe, tem dado a
um desgosto imenso, e eu me comprometo a tirá-lo daqui." Eu disse: Faça
isso e eu lhe prometo que não conto nada. Foi feito isso, e ele saiu, e
com ele esse moço Nelson Peres Teixeira. Mais tarde, um rapaz que tinha
recebido verba de pessoal, Fernando Medeiros Paiva, formou-se em medici-
na, fez concurso para a Marinha e ainda hoje é médico da Marinha. Ele
parece no meu gabinete aflito dizendo que tinha de recolher para o
que 25 ou 30 mil de uma prestação de contas. Digo: Você não recolheu? -
Ele respondeu: Não, e o Tribunal está pedindo. Digo: Vamos ver essa coi-
sa. Chamei a pessoa encarregada dêsse seter e pedi que verificasse a
prestação de contas de pessoal onde se encontrava essa importância. Ele
examinou tudo e disse: É da Inspetoria da Amazônia, chefiada por Manoel
da Rocha Viana. Digo: Então chame ele aqui que quero conversar com ele.
Ele apareceu, e eu digo: Recolheu a importância? Naquele tempo, o pes-
soal assalariado recolhia para o IAPI. Disse ele: Recolhi; então aqui
os recibos. Quando olhei os recibos, não recolheu ao Banco do Brasil nem
à Fazenda, recolheu à direção do Serviço, por intermédio do Nelson. En-
tão, o recibo dava: Recebi a importância, assim, assim. Mandei tirar có-
pia fotostática dêsse recibo e entreguei ao Viana o original; encaminhei

578 578 13244
-12-
ao Tribunal de Contas essa situação tirando a culpa de Fernando Medeiros Paiva. Mandei procurar o Nelson onde estivesse e que em 24 horas ôle recolhesse o dinheiro, porque se não manda para a Polícia, para a parte criminal. Ôle recolheu o dinheiro e ficou nisso. Pois bem, saí eu em 1955 e tôda essa gente volta em menos de um mês. Aboletaram-se nos melhores lugares, e ôsse moço, como conhecedor profundo da parte administrativa do Serviço de Proteção aos Índios, fêz e dispôs como bem entendeu. Na parte de pessoal então há coisas tremendas. Ôle pode-se dizer que foi o maior culpado das administrações anteriores, as duas ou três anteriores, porque, como Chefe da Seção de Estudos, era Diretor Substituto e a pessoa de confiança do Diretor, enfim fazia tudo. O SR CELSO AMARAL - Ainda é do Serviço? O SR GAMA MALCHER - Não; aposentou-se, apenas de um modo um tanto triste, porque não tinha serviço público nenhum; entrou em 940 e em 1960 aposentou-se com 35 anos de serviço. O SR CELSO AMARAL - Pediria ao senhor ainda uma informação ... O SR GAMA MALCHER - Permita-me apenas terminar um pensamento com relação ao Sr. Fernando Cruz. O SR CELSO AMARAL - Gostaria antes disso citar um trecho do depoimento do Sr. Fernando Cruz, em que ôle solicita à Comissão Parlamentar que peça o inquérito instaurado pelo Sr. Jaime Moreira a respeito da venda de pinheiros, inquérito a que respondeu o Sr. José Maria da Gama Malcher, responsável, segundo ôle, pela venda de 180 milhões de cruzeiros de pinheiros naquele Estado. O SR GAMA MALCHER - Nunca fui responsável por isso. O SR CELSO AMARAL - É depoimento do Sr. Fernando Cruz. Antes de terminar o seu pensamento, gostaria que informasse o porque e se existe realmente ôsse inquérito, se foi realizada essa venda. O SR GAMA MALCHER - Antes de eu assumir a direção do Serviço de Proteção aos Índios já havia o que se chamava aproveitamento de pinheiros mortos e que, no fim de certo tempo, passou a ser negociata. Quando assumi a direção do Serviço, recebi proposta do chefe da Inspetoria, que era o Mota Cabral, para que fizesse em benefício dos índios ôsse aproveitamento de pinheiros desvitalizados ou mortos, e no fim iam pinheiros vivos. Nessa história entravam grupos financeiros e políticos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina também, e fiz a coisa da seguinte maneira: eu só deferia contratos de aproveitamento de pinheiros depois da anuência do Chefe da Inspetoria, depois de ouvido o Chefe da Seção de Orientação e Assistência, depois do parecer do Assistente Jurídico, Sr. Dalmo Estêves de Almeida. Com a concordância dos três, eu deferia o pedido. Essa situação dos pinheiros é meio elástica. Em resumo eu fiz o seguinte: prestei contas disso, da venda de pinheiros, quando saí do Serviço de Proteção aos Índios, ao Ministério da Agricultura, ofício 281, de 20 de abril de 1955. O SR CELSO AMARAL - Sobre essa venda de pinheiros? O SR GAMA MALCHER - Tôda a prestação de contas. A 7ª Inspetoria, por exemplo, recebia determinada importância de arrendamentos e venda de pinheiros de qualquer lugar, Rio Grande do Sul ou

578
13.2.54
F-13-
Jaguar

Santa Catarina; depositava no Banco do Brasil. Isso mediante plano apresentado pela Inspetoria, depois de ouvido o Consultor Jurídico. Eu aí deferia a aplicação da renda, e essa renda era aplicada, e eles prestavam contas. Mas quando senti que a situação já estava um pouco diferente, - que já havia um pouco de negociata na coisa, suspendi esse arrendamento, mandei preparar a prestação de contas e fiz questão de que fosse encaminhada ao Ministério da Agricultura, e foi por esse ofício que citei. O SR CELSO AMARAL - Esse arrendamento de corte de pinheiros era no Estado do Rio Grande? O SR GAMA MALCHER - Chamavam pinheiros desvitalizados. Era no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Paraná não tinha, não. O SR CELSO AMARAL - Como se chamava o posto lá? O SR GAMA MALCHER - São vários postos. No Rio Grande do Sul há vários postos - Ligeiro, Nonoai, Cacique Doble e Guarita. O SR CELSO AMARAL - Mas o senhor ia terminar seu pensamento sobre o Sr. Fernando Cruz. O SR GAMA MALCHER - Então, eu encaminhei essa prestação de contas, dizendo: Proveniente da exploração de madeira da 7ª Inspetoria, de 1951 a 1954. V. Exª inclusive verificará - isso pelo processo SPI 3867/54. Isso tomou certamente outro número no Serviço de Comunicação no Ministério da Agricultura, mas não me ricordo. Não desconheço as denúncias que não atingem, como não atingiram, a nossa administração. Certa vez fui conversar com o Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul; ele representava também madeireiros. Era o filho do Presidente Vargas, Manoel Vargas. Ele queria propor-me o seguinte: Além de quatro postos do SPI, existem os chamados toldos, aldeias de índios - no Rio Grande do Sul, que não são subordinados ao Serviço de Proteção aos Índios, mas à Secretaria de terras do Rio Grande. Então, a proposta que o Maneco me fez foi a de que tirasse os bugres - expressão dele - para um posto de Mato Grosso, porque não se podia perder a quantidade enorme de pinheiros que existiam nas terras indígenas. Não eram do Serviço de Proteção aos Índios; eram desses toldos. O SR DEPOENTE - No meio disso entram interesses políticos. Há vários pedidos de informação. Hoje me parece que é o Presidente da SUPRA. Naquele tempo o Deputado Sete-Caruso fez uma série de pedidos de informação. Depois houve também pedidos de informações do Deputado Aurélio Vianna. Foi informado e a documentação foi toda para lá. O SR CELSO AMARAL - A prestação de contas referia-se à venda de pinheiros? O SR DEPOENTE - Do tempo todo em que estive lá. O SR CELSO AMARAL - Seria interessante juntar-se cópia para que se tenha uma orientação. O SR DEPOENTE - Eu tinha interesse em que essa prestação de contas fosse examinada na Divisão de Orçamento, e pedi então - certidão para saber o que existia com relação a ela. Mas por incrível que seja, essa prestação não é encontrada. Foi extraviada. Deu entrada no Ministério da Agricultura, foi ao Ministro, este mandou-a para a Divisão do Orçamento, e ali desapareceu. O SR PRESIDENTE - Era a sua prestação de contas? O SR DEPOENTE - Sim. De toda a minha administração, só referente a madei-

58C
522 - 1236
1709A

ra. Não obstante isso, sentindo o que estava acontecendo, fiz questão de que saísse publicada num anuário que o SPI divulga, do ano de 1954, toda a renda de produção de madeira e a sua aplicação, mas que não chegou a 16 ou 17 milhões de cruzeiros o total. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Eridiano fez uma representação ao Sr. Ministro da Agricultura, em face das denúncias referentes a irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios - 13.441/54 - tendo como Diretor o Sr. José Maria da Gama Malcher. V.ª pode dizer a que se refere esse processo? O SR DEPOENTE - Não posso dizer porque não tive conhecimento dele. Como Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, movi dois inquéritos: um para apurar irregularidades do Serviço de Proteção aos Índios, e outro, que acabei de mencionar, para apurar a venda de gado, perseguições a funcionários. Há um processo que está no Palácio do Planalto que relata tudo isso com pormenor. O SR CELSO AMARAL - Foi para lá no tempo de quem? O SR DEPOENTE - No tempo do Sr. Jânio Quadros. Logo depois S. Ex.ª saiu, e arquivaram o processo. Sobre esses dois inquéritos é preciso fazer uma outra exposição. Nessa época, denunciei o Governo de Mato Grosso de estar vendendo terras do Estado acima de 10 mil hectares, denúncia essa que encaminhei ao Presidente Café Filho, por intermédio do Ministro. Antônio Calado, redator do Correio da Manhã, na época, perguntou o que havia com relação ao Parque Xingu. Disse-lhe: "fiz uma representação que encaminhei ao Presidente da República por intermédio do Ministro. Está aqui." - "Quando foi isso?" - "Foi em fevereiro, não me lembro bem a data." - "Quer dar-me uma cópia?" Isto, numa sexta-feira. Num domingo, em destaque na última página, em manchete, saía: "O Diretor do SPI denuncia negociatas de terras em Mato Grosso ao Presidente da República." Na segunda-feira o Senador Felinto Müller pede a transcrição dessas denúncias nos anais do Senado. Uma semana depois o Senador Cunha Melo pede instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Senado, para apurar essas denúncias. Fui ouvido entre outros e ratifiquei a denúncia, acrescentando mais alguma coisa que sabia. Se não me engano, isso foi pôsto abaixo. Só podiam ser vendidas terras de menos de 10 mil hectares. O SR CELSO AMARAL - Mas eram terras dos Índios? O SR DEPOENTE - Eram terras devolutas do Estado e inclusive terras dos Índios. O SR CELSO AMARAL - Houve depois uma questão que o Supremo derrubou. Eram terras que o Estado queria retalhar, mas que pertenciam à União. Talvez essas fossem terras devolutas, mas não terras do Serviço de Proteção aos Índios. O SR DEPOENTE - Aí entravam todas. Havia até escritórios para a venda de terras. Os jornais trazem tudo isso. Essa minha denúncia mexeu com setores políticos. Sei que depois abriram um inquérito para apurar uma série de denúncias contra mim. Não fui ouvido. Posteriormente, quando entrou o Ministro Munhoz da Rocha, foi arquivado. Segundo fui informado pelo Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, que naquela época fazia parte da Comissão, não foi apura-

581
do nada contra mim e por isso foi arquivado. Mas não fui ao menos envi-
do nem sei do inquérito. Sei que foi arquivado. E foram também arquivados os dois inquéritos que resultaram das minhas denúncias sobre as duas Inspetorias. O SR CELSO AMARAL - Arquivaram o de V.Sa. e os outros dois. O SR DEPOENTE - Foi a informação que tive. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito. Quanto às representações de V.Sa., serão objeto de detalhado estudo. O SR DEPOENTE - V.Exa. vai ver uma carta escrita pelo Fernando Cruz, com papel timbrado do Batalhão de Fronteira de Rondônia. Recebi uma cópia autenticada e mandei-a ao Presidente da Comissão. Ele diz que vendeu gado de Bananal e que mais de 500 mil cruzeiros foram aplicados na campanha para Diretor do SPI, para que o Orlando Vilas Boas, apontado para dirigir o Serviço, não entrasse. Depois ele procurou-me em casa dizendo que a solução era eu voltar ao SPI, ao que respondi: De maneira alguma. Quando eles sentiram que havia possibilidade de eu voltar a dirigir o SPI, movimentaram-se. Iam a Pernambuco, a São Paulo, onde pudessem mexer com denúncias iguais a essas para que eu não voltasse. Saiu publicado um artigo na Última Hora, e fui obrigado a dizer que não estava visando a cargo algum, principalmente do SPI. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Orlando Vilas Boas pertence ao Parque Xingu? O SR DEPOENTE - O Parque Xingu é diretamente subordinado à Presidência. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Orlando Vilas Boas pertencia ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR DEPOENTE - Sim. O SR CELSO AMARAL - Pelo que vemos, o SPI preocupa-se mais com inquéritos e denúncias que com a própria administração. Não existe um funcionário que não tenha uma denúncia ou um inquérito contra si. O SR DEPOENTE - Mas é a impunidade. Quando há um processo e fica comprovado que o indivíduo é inidôneo e deve ser responsabilizado, começa esse movimento de um denunciar o outro. Por este motivo resolvi afastar-me do SPI e pedi a relotação para o Conselho. Foi a minha carta de alforria do Serviço de Proteção aos Índios. Imediatamente disse: recebi seu bilhete. No dia seguinte, eu era relotado. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Eu, de minha parte, tenho algumas poucas perguntas a fazer ao depoente. O SR GAMA MALCHER - Pois não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Em 1956, qual era a população bovina da fazenda de São Marcos? O SR GAMA MALCHER - Cinco mil, mais ou menos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E hoje? O SR GAMA MALCHER - Não sei, porque não há cálculo. Per incrível que pareça, essa criação de gado do Serviço de Proteção aos Índios, em lugar de aumentar, diminuiu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - A que atribuí o senhor essa queda vertiginosa? O SR GAMA MALCHER - À venda de gado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas São Marcos, ao que eu saiba, só vendeu gado com autorização do SPI para o Governo. O SR GAMA MALCHER - Vendi, quando Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, para ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Ao que eu saiba, São Marcos sempre tem vendido para o Governo, mas este não compra todos os anos. O que nos consta é que ultimamente, não agora este ano, mas de uns quatro ou cinco anos para cá, pa-

582 584 8

zenda tem sido pèssimamente administrada. Só vão para lá funcionários su-
balternos, sendo que dois dêles venderam gado para terceiros e êsses ter-
ceiros venderam para os marchantes de Manaus; dois para um, cinco para -
outro, dez para mais outro, e nisso saía até gado de cria. O senhor tem
notícia de venda clandestina de gado? O SR GAMA MALCHER - A única noti-
cia com relação a São Marcos foi que havia sido vendido gado de São Mar-
cos e comprada uma caminhonete para Manaus. Foi vendido também gado -
foi carta que recebi de um funcionário Edmundo Lopes, Alípio Edmundo Lo-
pes, que poderá ser ouvido em Manaus, que naquela época chefiava a Inspe-
toria do Amazonas. Agora parece que está afastado. Ele afirmava que te-
ria sido feita uma venda de gado em São Marcos e que um rapaz teria tra-
zido um cheque de 100 mil cruzeiros para ser entregue ao Sr. Jacobino, -
que foi Chefe da Inspetoria de Manaus. Isso não posso afirmar, e ele mes-
mo acredito que não tenha essa certeza. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O se-
nhor sabe por que motivo o Sr. Fernando Cruz esteve até de certa manei-
ra afastado, porque agora é persona grata do atual Diretor? O SR GAMA -
MALCHER - Se é persona grata, estou sabendo disso agora. O SR VALÉRIO
MAGALHÃES - Ele tinha processo, como sabemos. O SR GAMA MALCHER - Tinha
uma série. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E foi chefiar uma das principais -
Inspetorias, a de Manaus? O SR GAMA MALCHER - Mas não está mais lá. O SR
VALÉRIO MAGALHÃES - Está, sim; está chefiando a Inspetoria de Manaus. O
SR GAMA MALCHER - A notícia que eu tinha é a de que fôra afastado. O SR
VALÉRIO MAGALHÃES - Foi afastado e depois êsse Diretor fê-lo voltar. O
SR GAMA MALCHER - Não sei por que. Êsse Diretor tem falhado várias vê-
zes. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Êsse Diretor sabe que ele tem processo. O
SR GAMA MALCHER - Êsses inquéritos, se desaparecem, é difícil encontrar.
Na minha exposição que está em Brasília, além da carta assinada por ele
ao Coronel Tasso, há cópia de um processo do Inspetor Raimundo Miranda
que relaciona tóda a situação do passado dêsse moço. E ele mesmo accredi-
to que não tenha tempo de serviço para ter estabilidade na época. O SR
VALÉRIO MAGALHÃES - E êsse Moreira, que foi afastado de Manaus para en-
trar êle? O SR GAMA MALCHER - Manoel Moreira de Araújo. O SR VALÉRIO
MAGALHÃES - Funcionário antigo? O SR GAMA MALCHER - É antigo. Não sei b-
quando muda o caráter da pessoa, mas no meu tempo êle, por defender ter-
ra dos índios no rio Dôce, levou um tiro pelas costas, um tiro de espín-
garda. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Era bom funcionário, à sua época? O SR
GAMA MALCHER - Era. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Pois êsse homem foi afasta-
do para que entrasse o Sr. Fernando Cruz. O SR GAMA MALCHER - Êsse Morei-
ra foi quem denunciou o Inspetor Meireles. O Moreira trabalhava em Ron-
dônia, e mandou documentação inclusive. Era para controlar pagamento de
pessoal. Havia uma fôlha de pagamento com impressão digital. Eu organi-
zei a coisa e mandei. O trabalhador que não soubesse ler botava o dedo.
Pois bem, até isso êles falsificavam: mandavam o sujeito botar o dedo e
colocavam no recibo uma importância muito acima da que tinham pago. O

583
584
1320
1-2
BPT
17-
quarta
1964

O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E sua opinião, como ex-Diretor do SPI, sobre o Sr. Moreira. O SR GAMA MALCHER - É boa, pelo menos até a época. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E do Sr. Fernando Cruz. O SR GAMA MALCHER - A pior possível. É um chantagista, um peculatório. Foi até processado em Goiânia - pelo Sr. Pedro Ludovico. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não é o primeiro depoimento que nos diz isso. Como se tira um funcionário que era um homem sério e se põe no seu lugar um que até criminoso é? Não é possível que o Coronel desconheça isso. O SR CELSO AMARAL - E as mentiras que ele disse aqui, ante juramento. O SR GAMA MALCHER - Inclusive - antes de entrar para o Serviço como professor pré-primário, e ele não é professor coisa alguma - teria sido comissário de polícia em Belém. O Barata nesse tempo era Governador e botou ele para fora, porque estava envolvido em contrabando na zona de Bragança. Antes disso, esteve em Goiânia trabalhando. Parece que esteve no INIC e foi posto para fora também. Em Goiânia foi processado por peculato. A Inspetoria mais trabalhosa que tem no Serviço é a da Amazonas. Uma vez cheguei a propor, quando se falou na saída daqui para Brasília, a que se colocasse o Serviço em Manaus, porque ali seria o seu ambiente. A resposta foi: Você, proque vai-se aposentar, quer uma coisa dessas? Mas o Fernando Cruz, depois disso, esteve envolvido num assassinato. Ele é violento. Ele atirou num trabalhador no Tapajós e respondeu também a inquérito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E a Inspetoria de Belém sabe disso, de que esse homem é um atrabiliário e violento? O SR GAMA MALCHER - Sabe perfeitamente. Essa é a situação dele agora. Ele entrou há pouco tempo, com atestado falso. Falsificaram folhas de pagamento em Goiânia, dando tempo de serviço a essa gente e vários outros. O desse pessoal que entrou com tempo de serviço falso depois passou por cima dos antigos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Carlos Barreto, mestre de obras, é lotado em Brasília? O SR GAMA MALCHER - Não sei se está, mas que até então ele trabalhava na Seção de Estudos, no Museu do Índio, que é onde se precisa de um mestre de obras. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E onde está atualmente? O SR GAMA MALCHER - De vez em quando aparece por aqui a mandado do Diretor, para fazer isto ou aquilo. Justamente ele Carlos Barreto esteve aqui - e confirmo na carta ao Coronel Tasso - e se informou que, na hora de mudança para Brasília, os caixotes continham vários processos só com capa, sem o miolo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Veloso é chefe da Seção de Estudos? O SR GAMA MALCHER - É. No meu tempo, era fotógrafo. Passou depois, na nova classificação de cargos, para outra função técnica e depois para chefiar a Seção de Estudos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas é lotado aqui ou em Brasília? O SR GAMA MALCHER - Onvi dizer que a Seção de Estudos está em Brasília e o Museu do Índio está aqui, no Maracanã. Ele chefia a Seção de Estudos em Brasília, e há uma pessoa aqui, se não me engano o João Melo, que responde pelo expediente do Museu do Índio. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Conhece algum fato ocorrido no posto in-

584
586

dígena Capitão Iacri? O SR GAMA MALCHER - Antigamente chamava-se Enix Ni miendape. A última coisa que soube desse posto foi relacionado com Guse moço chefe da Seção de Administração, Benedito Pimentel. A Senhora dêle é professora pré-primária. Houve o caso lá de uma índia tariana, que ficou tuberculosa, tratou-se e foi dada clinicamente como curada. Isso no mau tempo. Emília, é o nome dela. E mandei essa índia para Curicica. Depois eu soube que ela estava em São Paulo, nesse posto. Ela de vez em quando vem aqui e me procura para que façamos alguma coisa em bem dos índios - lá. A coisa lá não anda boa, cometem muitas irregularidades, espécies in díos. Chegou a tal ponto - e aliás isso está escrito aqui - que um índio, se não me engano guarani, matou o cunhado do Pimentel, o irmão da Senhora do Pimentel. Matou há pouco tempo lá no posto. Nessa situação ê- les foram transferidos, foram postos à disposição aqui na Seção de Estudos e depois transferidos para Brasília, onde a Senhora dêle é professora pré-primária e êle chefia a Seção de Administração. Mas foi mandado para substituí-lo um Inspetor que conheço, Castelo Branco. Chegou lá e voltou, não tinha condições para ficar no posto, porque o Pimentel tinha dito que tudo pertencia a êle. Ora, não é verdade, porque aquêle é um dos postos mais bem montados na Inspetoria. Mas o que foi feito disse - não se sabe. O fato é que Castelo Branco lá não ficou. Aí tem as ordens de serviço mandando apurar, e foi, se não me engano, o Unírio Veloso e mais outro. Mandar apurar irregularidades por simples portaria - vê-se logo a nulidade da coisa, e são elementos incapazes para o caso. Mandar apurar responsabilidades tem que ser por ofício administrativo, e tem-se que mandar homens de categoria, inspetores, técnicos, não funcionários - como aquêles que foram mandados, motoristas. O resultado é que não sabem dizer o que encontraram. Isto o que sei com relação a êsse posto de Capitão Iacri. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Gostaria ainda de fazer uma pergunta. Sabe se há realmente mal-entendido entre a administração do Serviço de Proteção aos Índios e o Conselho Nacional do Índio? O SR DEPOENTE - Não há ambiente de colaboração. O SR CELSO AMARAL - Mas de quem é a culpa - dessa falta de colaboração? O SR DEPOENTE - Acho que, indiretamente, a culpa é do fato de eu ser o Secretário do Conselho. Se não fôsse, talvez viessem colaborar. O SR CELSO AMARAL - Mas essa falta de colaboração é da atual administração, ou isso é coisa que já vem de administrações anteriores? O SR DEPOENTE - Pelo contrário, Sr. Deputado. Das quatro últimas administrações, essa é a única que ainda vai lá. O conhecimento que tive do Coronel Moacyr foi por ocasião de sua ida ao Conselho. Quando era Diretor do SPI o General Guedes, houve vaga no Conselho, quando saiu o Marechal Boanerges Lopes de Sousa, e foi indicado o Darcy Ribeiro, que era Antropólogo. O General Guedes então alegava que não ia ao Conselho, porque não podia sentar, como Diretor de Serviço, mesmo na qualidade de membro do Conselho, ao lado de um seu subalterno. Eu ainda disse: mas

585

577

133

-19-

Coronel, aqui não há subalterno. Todos são Conselheiros:. E se fôsse o caso, o Sr. estaria numa situação difícil, porque há aqui marechal e brigadeiro. Há o Marechal Aboim e o General Jaguaribe de Matos, e o Sr. não poderia estar aqui sentado. Mas assim mesmo ôle não compareceu. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.S.^a alguma coisa sôbre a animosidade que está havendo entre grande parte dos funcionários de certa categoria do SPI e o atual Diretor, a ponto de alguns estarem afastados? O SR DEPOENTE - Acredito - que o Diretor atual, não sei por que motivo, não diz a coisa como ela é. Se há alguma irregularidade com um funcionário, há a denúncia, abre-se inquérito e o funcionário é afastado. Ele procura atenuar. Por outro lado, há funcionários que vão para outra repartição, reúnem-se e fazem comentários contra ôle, para que ôle saia. É um círculo vicioso. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito. Agradeço a V.S.^a O SR DEPOENTE - Quanto a questão de madeira, a documentação está tôda com certidões nesse processo que eu mandei para a Casa Militar. Deve estar no arquivo. Quem me informou foi o Diretor do Expediente do Planalto. O SR CELSO AMARAL - V.S.^a, não se recorda do nome dêle? O SR DEPOENTE - É o Diretor do Expediente do Palácio do Planalto. O processo foi mandado arquivar logo que entrou o Presidente João Goulart. Nesse inquérito vi-me em má situação, uma vez que não me pude defender e fui acusado. Procurei, então, de uma maneira ou de outra, ver o que diziam, e pedi certidões. Juntei tudo isso e encaminhiei ao Conselho do Índio. Nesse tempo era Presidente a Dona Heloisa Tôrres. Solicitei-lhe que examinasse a documentação e me desse um documento sôbre o que havia. E êles chegaram à conclusão de que não havia sido afetada a minha honorabilidade nem a minha vida funcional e que eu continuava a manter a mesma situação que vinha mantendo no Conselho. Em vista disso, fiz uma exposição ao Presidente da República, que era o máximo que podia fazer. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito. A Comissão agradece as informações prestadas por V.S.^a e comunica que, se fôr necessário, convidaremos V.S.^a novamente a comparecer em outra oportunidade, quando da nossa volta. V. S.^a. está dispensado.

Por ordem da faculdade
e/4 folhas em réplica - contendo as notificações.

582
590
1333
2

5a. página

- 5a. linha - Mas ele resolveu a coisa ouvindo o Orlando Vil-
las Boas e transferindo a direção do S.I.I., em
trinta dias, para Brasília.
- 10a. " - Alapio Bráulio Pinto -
- 32a. " - se não me enganar a chefia foi entregue ao Inspe-
tor Decleciano de Souza Nene -
- 34a. " - Irídiano Amarinho de Oliveira -
- 38a. " - Nessa documentação que foi, a última, quando ele
chefiava a Inspetoria de Goiás..... -

6a. página

- 5a. linha - que esse funcionário respondeu. Depois es-
teve na 5a. Inspetoria - Decleciano de Souza Le-
n -
- 11a. " - Irídiano Amarinho de Oliveira.
- 26a. " - foi para a rua.- O Sr. Celso Amoral - quem era ?
Cildo Furtado Soares Leireles.... -
- 27a. " - Já havia, quando assumi a direção do S.I.I., um
inquerito contra o sr. Francisco Leireles, com cin-
co volumes, referente a sua desastrosa adminis-
tração, no Posto Litoral Barbaça (Xavantes). Ele
hoje é diretor substituto do S.I.I. -.
- 30a. " - Chamei o Cildo e o Francisco -

7a. página

- 15a. linha - pedido reconsideração do despacho que o dispensou
a liberar do serviço público.-
- 24a. " - Humberto Carvalho. .
- 40a. " - Consegui na Rubber Reserve Development inscre-
ver os Postos produtores de borracha...-
- 42a. " - consegui comprar por baixo preço as mercadorias
que necessitassem.-

8a. página

- 20a. linha - Existe.- Agora esse patrimônio, infelizmente, es-
tá sendo dilapidado o que se pode ver pela docu-
mentação que entreguei.-
- 34a. " - prestações de contas duvidosas.-

9a. página

- 12a. linha - da Região de Estudos com a finalidade de comprome-
ter o diretor.-
- 31a. " - A área dos Postos da Bahia é toda do S.I.I.B - O
sr. Depoente:- Não. Tenho a impressão de que os ar-
rendamentos são de tal monta que até a área da ca-
sa do Posto está arrendada.-

continua-

588
594

2.ª página

12a. linha - Se fosse polícia neste país, tanto Fernando como Goro Wilson estariam numa penitenciária.

3.ª página

2a. linha - ... Não sei se ela não poderia subir as cadeias de Beantius, etc..-

4.ª página

2.ª. " - ... Sr. Estigarribia onde diz : " ... e ... por ... com -

6a. " - um motor cilindro nove.-

7a. " - havia, então, 25 funcionários no Dire e deles:- Se vocês não vierem

14a. " - um para a de a - o sr. Benedito

16a. " - de imenso, eu lhe que - ele não e com - -lo daqui. Eu disse :- Faga isso.- Foi feito e ele saiu...

12a. página

5a. linha - orpe não a a polícia, para processo criminoso.-

10a. " - do da Seção Administrativa.....

10a. " - a res da vinda e p ir

13a. página

4a. linha - mas que não chegou a tanto. O total de 1951 a 1954 inclusive foi de Cr\$7.317.200,00, a de conta corrente do Banco do Brasil Curitiba.-

10a. " - entre outros - dois : um para apurar irregularidades do Inspector , no Território de Rondonia e outro contra o Inspector diário, que acabei de

14a. página

29a. linha - a Diretoria da Divisão do Pessoal- imediatamente disse: recebi seu bilhete.... -

41a. " - para o Governo do Território do Rio Branco a seu pedido.-

16a. página

3a. linha - conforme carta que recebi de um funcionário Ali- pio Estanção La es, que poderia ser ouvido em Ma- naus, e já chegou a Inspeção do Amazonas...

12a. " - sr. Jacobina que foi Chefe da Inspeção em 1953...

continua -

588

FFZ

1936

10a. linha

59a. linha - O Moreira trabalhava em Rondonia e mandou a documentação, inclusive de controle para pagamento do pessoal.- Havia uma folha de pagamento, que organizei com impressão digital para os malabets.- ... -

17a. linha

10a. linha - Você propõe porque vai se aposentar e agora quer a coisa dessas -?

11a. linha

1a. linha - chamava-se Curt Hinundajú -

21a. " - se não me engano o Nilo Veloso e mais outro, para apurar irregularidades por simples ordem do serviço interno

24a. " - tem que ter por inerente a administração, a pararia... e ter-se.....

25a. " - quando faleceu o General Municipal Sérgio de Lencastre e foi indicado o Darcy Ribeiro.....

18a. linha

2a. linha - porque lá aqui General de divisão e brigadeiro. Já o General Polaco e o General Jaguarib, ambos de Matos

15a. " - me, eu me dei para a Presidência da República - lá tomar o número 1R-227,5761.- -

Em, 20 de setembro de 1963

Jose Maria da Gama Lacerda

Observação: - a página 14 da la. via do documento foi por mim re-
corrida com fita gomada.-

590 593 1334

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Depoente: LINCOLN ALISON POPE

Reunião de 11.6.63

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no serviço de proteção aos Índios e dá outras providências, compareceu o Sr. Lincoln Alison Pope, o qual prestou o seguinte depoimento:

O SR VALÉRIO MAGALHÃES (PRESIDENTE) - Sr. Lincoln Alison Pope, o senhor foi convidado a vir depor. Estamos em comissão que iniciou seus trabalhos em Brasília, de acordo com o nosso Regimento, e deslocou-se para esta Capital, ainda em conformidade com preceito regimental, apenas com o Presidente e o Relator, a fim de ouvir algumas testemunhas sobre fatos que nos foram denunciados. De modo que V.Sa., antes de iniciar seu depoimento, deverá prestar compromisso de que irá dizer a verdade, apenas a verdade, do que souber e lhe fôr perguntado. O SR LINCOLN POPE - Pois não. Estou compromissado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O nosso Relator, Deputado Celso Amaral, aqui presente, vai formular ao senhor algumas perguntas, e ao final farei também algumas indagações. O SR LINCOLN POPE - Estou às ordens de V. Ex^{as}. O SR CELSO AMARAL - Sua graça é? O SR LINCOLN POPE - Lincoln Alison Pope. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Qual a sua ligação com o Serviço de Proteção aos Índios? O senhor é funcionário do SPI? O SR LINCOLN POPE - Sou funcionário efetivo do Ministério da Agricultura e estive lotado no Serviço de Proteção aos Índios até dezembro último, quando foi transferido para a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, na qualidade de Assistente Social, nível 18-B. O SR CELSO AMARAL - Há quantos anos está no Serviço de Proteção aos Índios? O SR LINCOLN ALISON POPE - Ingressei em 1954, na administração José Maria da Gama Malcher, como funcionário extranumerário contratado. Adquiri estabilidade posteriormente, em consequência da Lei nº 2 284, e vim a ser beneficiado pela Lei de Classificação de Cargos, na função de Assistente Social. Inicialmente, minha função era de técnico de educação de comunidades. Isso decorreu de um curso de especialização no ramo, curso que fiz no México, indicado pelo Ministério da Agricultura como bolsista da UNESCO. Foi realizado esse curso num centro regional que existe lá, e os assuntos que então estudamos se prediam a matéria de índio. Havia um compromisso do Governo brasileiro em nos aproveitar, quando regressássemos ao Brasil, no Serviço Social Rural. Mas como a tramitação desse projeto foi demorada no Senado e tendo o Ministro assumido o com

591
577 1332
BPM-2

promisso de nos encaminhar quando de nossa volta, sugeriu-nos S. Ex^a que escolhêssemos cada qual a repartição para a qual gostaríamos de trabalhar. Eu escolhi o Serviço de Proteção aos Índios. Uns foram para o Serviço de Formação Agrícola, outros foram para setores diversos; eu escolhi o Serviço de Índios, porque tive acolhida simpática por parte de Malcher, a quem fui indagar da receptividade que teria o meu ingresso ali. Naquele setor se encontrava o Eduardo Galvão, pessoa já minha conhecida, e outros também. De forma que me parecia bom o lugar, embora já tivesse sido advertido, naquela ocasião mesmo, pelo Chefe do Gabinete do Ministro, o Sr. Antônio Carlos Konder Reis, de que não devia ir para o Serviço dos Índios, porque, dizia, aquela repartição não se recomendava. Isso já em 1954. Mesmo assim, insisti e fui. Minha tese no México tinha sido sobre o assunto de Índios. A minha autorização para ir ao México foi dada pelo Presidente da República de então, o Sr. Getúlio Vargas. Do México escrevi para o General Rondon, que não tinha ainda a honra de conhecer, e recebi duas cartas que também motivaram a minha escolha para o Serviço de Proteção aos Índios. Ao regressar, solicitei meu encaminhamento para aquela repartição, chefiada pelo Sr. Gama Malcher e na qual funcionava uma equipe que recomendava bem aquele setor. Então, foi feito um contrato por três anos. Ingressei no SPI em janeiro de 1954, e já em agosto participei, como delegado oficial do Brasil do III Congresso Interamericano Indigenista realizado em La Paz, Bolívia, juntamente com o Sr. Malcher e Roberto Cardoso. O SR CELSO AMARAL - Atualmente o senhor está servindo onde, em que repartição? O SR LINCOLN POPE - Eu me afastei do Serviço de Proteção aos Índios. Custei, mas afastei-me. Outros saíram antes. Eduardo Galvão, que citei como componente da boa equipe que tinha lá, foi trabalhar na SPVEA, como Diretor do Museu Goeldi. Darci Ribeiro foi requisitado pelo Anísio Teixeira para o Ministério da Educação e lá chegou a Reitor, depois a Ministro da Educação. Roberto Cardoso foi para o Museu Nacional. Ora, todas essas pessoas, que me pareciam a garantia de uma boa administração, deixaram o Serviço, e isso foi provocando em mim a vontade de também afastar-me. O SR CELSO AMARAL - Atualmente o senhor está onde? O SR LINCOLN POPE - Na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Educação. O SR CELSO AMARAL - O senhor lá na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário é professor? O SR LINCOLN POPE - Não; sou Assistente Social, conforme declarei. O título de professor decorre de haver eu lecionado durante quatro anos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que todo esse seu conhecimento não foi usado no Serviço de Proteção aos Índios? O SR LINCOLN POPE - Quando voltei do México me parecia que o único lugar onde poderia aplicar alguma coisa da minha especialidade adquirida no México, aplicar seriamente era o SPI. O México passou por um processo de reforma social -

bastante intenso, e tudo que aprendemos lá só seria aplicável perfeitamente em países que também já tivessem sofrido êsse mesmo processo de reforma. No Brasil, a ação das comunidades indígenas faz-se sentir somente nas áreas coloniais onde prevalece a pequena propriedade. Esta a razão pela qual fui para o Serviço de Proteção aos Índios. Enganei-me, entretanto, porque o mais grave problema dos índios é o da terra. Não deveria ser assim, porque, diante do que preceitua o Art. 216 da Constituição, a posse da terra é garantida aos índios. A exequibilidade dessa experiência no campo da sociologia aplicada, especialmente no processo de organização social das comunidades indígenas, depende dessa garantia.

O SR CELSO AMARAL - Por que perdeu o senhor o estímulo de fazer alguma coisa pelos índios? Gostaríamos de ouvi-lo a respeito. O SR LINCOLN POPE - O assunto é, sem dúvida, muito complexo. A sociedade brasileira no litoral aprecia o índio sob o ponto de vista ainda lírico, considera-o ainda o herói das lendas. Já as populações que mantêm contacto permanente ou intermitente com os indígenas vêem nêles um empecilho para que se possam assenhorear de terras produtivas. O SR LINCOLN POPE - Êsse problema torna-se mais agudo na área em que temos que atuar. As pessoas vão para lá pelo estímulo de adquirir suas glebas, mas as terras estão em poder dos índios que habitam a região secularmente e puderam em primeiro lugar ocupá-las. Aliás, êste avanço na terra dos índios se processa desde a descoberta do Brasil. O problema dos índios só terminará no momento em que as terras no Brasil deixarem de ser presa fácil àqueles - que se aventuram a elas, no momento em que houver a disciplinação da ocupação da propriedade imobiliária rural. O SR CELSO AMARAL - Compreendo isso. Já estou há um mês e pouco nesta Comissão e verifiquei que as maiores lutas decorrem de invasões de terras. Os contratos são feitos sem conhecimento da Diretoria do SPI. Mas não vamos entrar no mérito da terra, porque o assunto é muito complexo. O SR LINCOLN POPE - V. Ex.^a. é de São Paulo e conhece o problema. São Paulo foi colonizado em época - que se pode considerar ainda recente, e o Paraná de uns cinquenta anos para cá. O problema da terra afeta toda a estrutura social de um estado, e em Mato Grosso não há político que não tenha interesse na terra. O - funcionário do SPI recebe as pressões mais diversas, e as funções são ocupadas sempre por funcionários que possuem o beneplácito da política dominante na ocasião. O SR CELSO AMARAL - É com raridade que se apresenta um funcionário do SPI como V. S.^a., possuidor de um gabarito e de - cultura. Geralmente, são pessoas que chegam ao Serviço com idealismo, - mas não seguem até o fim e se afastam. Daí a razão da minha pergunta. O SR LINCOLN POPE - Então não respondi à pergunta de V. Ex.^a. Entrei em serviço numa época em que havia uma equipe boa e um homem interessado, esclarecido e de boa vontade, o Sr. José Maria da Gama Malcher. Era um homem muito bem intencionado e queria fazer alguma coisa. Procurou ser

assessorado de homens de gabarito que hoje ocupam lugares de destaque - na República. Na época em que essa equipe se desfêz, pelo afastamento - de alguns de seus membros, não pude sair do SPI, porque não tinha ainda estabilidade, que iria adquirir em 1959. Tive que continuar lá, mas, po- lo que sei, o SPI foi decaindo quanto ao problema de pessoal e ao pro- blema de verba. O próprio Malcher costumava dizer que o índio não vota e por isso não soma. O SR CELSO AMARAL - V.S.^a. desconhece o último caso que tivemos nas eleições passadas, em Mato Grosso, em que houve a venda dos votos dêsses índios. O SR LINCOLN POPE - Devo desconhecer, porque - saí de lá antes. O SR CELSO AMARAL - Não há razão de o Sr. conhecer tu- do o que diz respeito ao SPI. O SR LINCOLN POPE - Quando era chefe da Seção de Orientação e Assistência, cheguei a pedir a punição de um fun- cionário que tornou índios eleitores em Mato Grosso. Esse funcionário - foi chamado ao Rio, onde recebeu admoestação do Sr. Ministro, para que não fizesse mais aquilo. Mas não sei se foi pedida a anulação dessas inscrições na Justiça Eleitoral, porque o índio, uma vez investido de funções privativas da pessoa que tem plena capacidade jurídica, como é o caso do indígena que entra para o serviço público, que serve o Exér- cito etc., deixa de ser índio. O conceito índio não é um conceito físico; é um conceito cultural. Seria uma maneira de extinguir o Serviço de Pro- teção aos Índios tornando-os todos eleitores. Mas o Serviço se foi de- compondo. Depois que o General Rondon morreu, essa situação ficou muito bem caracterizada. O SR CELSO AMARAL - Gostaria que V.S.^a. fôsse o mais objetivo possível. O SR LINCOLN POPE - Em 26 de julho de 1955, fui de- signado, quando o Galvão se afastou do Pará, Chefe substituto da Seção de Orientação e Assistência, que tem por obrigação zelar pelo índio. Há três seções no SPI: A de Administração é uma seção meio, e as outras - duas fim, sendo que a de Estudos faz pesquisas sociais, e a Seção de O- rientação e Assistência realiza a proteção e assistência aos índios no território nacional, através das Inspetorias. Em 21 de outubro de 1955, fui confirmado como Chefe da Seção, porque o Galvão afastou-se do Ser- viço. Nessa época tivemos um Diretor muito combatido pela imprensa. Sou grato a êle, porque, tendo pedido demissão da função, êle não deu. En- tretanto, me respeitou, porque todos os atos que êle praticou foram de inteira responsabilidade dêle, porque não foram submetidos à minha sec- ção. O Diretor seguinte, a meu pedido, tornou-os nulos, baseado num pre- ceito de lei que determina que os processos passem pela Seção de Orien- tação e Assistência, de vez que envolviam o patrimônio indígena, assun- to que cabe à SOA fiscalizar. Na administração dêsse Diretor, foi consti- tuída uma comissão para elaborar plano de proteção e assistência à re- serve indígena. Como conclusão dos trabalhos da Comissão, encaminhamos ao Ministro de Estado várias sugestões, incluindo decretos e projetos - de lei... O SR CELSO AMARAL - V.S.^a. não tem cópia disso? O SR LINCOLN POPE - Entreguei as cópias. - ... regulamentando o Art. 216 da

534
134
-5-
tituição Federal, criando o fundo indígena e disciplinando sua administração, e um terceiro regulando a inscrição em registro público das terras ocupadas pelos índios. Depois disso fui para o exterior como delegado oficial, representando a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na 7ª Conferência Internacional do Serviço Social realizada em 1956, em Munique, Alemanha. De volta, continuei em minha função no SPI até 1957, quando, após ter procedido a uma expedição no Guaporé, o Governador chamou-me e disse: "o Sr. diga ao Coronel Guedes que me tire o Inspetor daqui. Esse homem tem feito desatinos." Mandeí chamar o Chefe de Polícia e o Diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que em depoimento, confirmaram as palavras do Sr. Governador, que foram verbais. Não podia tomar a terno depoimentos de tão altas autoridades. Comuniquei o assunto ao Diretor, no Rio, dizendo que entregaria o relatório tão logo pudesse. Alguém soube disso e telegrafou ao Inspetor, que se deslocou ao Rio, sem autorização, contra uma Portaria em vigor que proibia - isso, e veio dizer que eu havia passado apenas dois dias lá, tempo que não era suficiente para formar idéia sobre a situação dele, Inspetor, e que, uma vez que ele estava em Manaus, eu devia esperá-lo. Mas eu não podia esperá-lo, pois se encontrava em Manaus tratando de assunto de verba, o que, normalmente, demora muito. Diante de tudo isso, o Diretor pretendeu uma acareação entre esse Chefe de Inspetoria e eu, o que não admiti. Achava que o Sr. Diretor deveria tirar as conclusões do meu relatório. Em consequência desse incidente, solicitei demissão da Seção de Orientação e Assistência, que eu vinha chefiando há três anos, depois de haver servido com quatro Diretores. O SR CELSO AMARAL - Já na gestão do atual Diretor? O SR LINCOLN POPE - Não. Na gestão do Coronel Luiz - Guedes, em 1958. Pedi que me dispensasse, porque tinha convite do Gabinete do Ministro para funcionar como assistente jurídico, por ser bacharel. Então o Diretor me concedeu a dispensa, embora a contragosto. Entendeu que eu tinha motivos suficientes para não continuar. E me fez este elogio, nesta portaria que apresento a V.Exª. Levei esse convite. O SR LINCOLN POPE - Levei o convite ao conhecimento do Coronel e solicitei me fôsse permitido - já nessa época tinha cinco anos de serviço - afastar-me do SPI. Já então no Gabinete do Ministro, fui designado para responder pela Assessoria Técnica Parlamentar da Pasta da Agricultura. O SR CELSO AMARAL - O que é essa Assessoria P.R.? O SR LINCOLN POPE - Da Presidência da República, porque funciona na Presidência da República. E posteriormente fui designado pelo Ministro para exercer as funções de Assessor. O SR CELSO AMARAL - É onde V. Sª está hoje? O SR LINCOLN POPE - Não. Não estou mais. Fui ainda pelo Sr. Ministro indicado para cursar o ISEB, em 1959. Dêsse curso afastei-me em agosto para regressar ao Serviço de Proteção aos Índios, a meu pedido. O Coronel Guedes, atendendo a uma sugestão minha, designou-me para servir em Mato Grosso, Campo Grande, onde teria que atender também a assuntos prementes de ordem

particular. O SR CELSO AMARAL - Em 1954 quem era o Chefe da 5ª Inspetoria? O SR LINCOLN POPE - Érico Sampaio, pessoa conhecida da família de minha senhora em Corumbá, de onde ele é. Esse Inspetor foi meu subordinado, quando eu chefiava a Seção de Orientação e Assistência. Nada tenho contra ele. Na Inspetoria nada vi que pudesse desaboná-lo. É pessoa de família modesta, mas de respeito em Corumbá. Sempre teve muita deferência por mim. O SR CELSO AMARAL - Ele era pessoa de poucos recursos? O SR LINCOLN POPE - Sim. Ele e a senhora viviam uma vida bastante comedida, sem ostentação. Pelo que sei, ele tem uma casinha no Município de Braúna, Estado de São Paulo, adquirida quando foi Encarregado do Posto. Ele entrou no Serviço para seguir o ideal do General Rondon, no tempo do Coronel Horta Barbosa. Parece que seu pai foi Sargento do Exército. O Érico veio para São Paulo, para Braúna, na época Vila de um Município, para consolidar a pacificação dos índios na região. O conceito do Érico na região é o melhor possível, tanto que quando Braúna ascendeu recentemente à situação de Município, teve seu nome apresentado para disputar o cargo de Primeiro Prefeito da Cidade, pelo Partido Social Progressista, e perdeu apenas por algumas dezenas de votos. O Érico, pelo que me consta, tem uma pequena propriedade em Dourados, adquirida numa época em que as terras lá pouco valiam. O SR CELSO AMARAL - V. Sª teve algum atrito com o atual Diretor do SPI? O SR LINCOLN POPE - Pelo contrário. Esse Diretor do SPI é pessoa curiosa. Até seria capaz, precipitadamente, de expor um conceito que talvez não correspondesse à verdade. Parece leviano. Parece leviano. Passou em Mato Grosso logo após assumir o cargo, e, pouco me conhecendo, fez o convite de me levar para Brasília, a fim de ocupar o cargo de Chefia. Disse-lhe que estava muito bem em Campo Grande e que não tinha interesse em afastar-me da Cidade. Tentei movê-lo, o que não foi possível. Ainda no Aeroporto disse que eu aguardasse a Portaria designando-me Chefe de Seção, assunto ao qual jamais voltou. Outros fatos existem também que demonstrariam a justeza de minha assertiva, mas que seria cansativo enumerar aqui. Além disso, considero-o incompetente para o cargo. Ao passar por Campo Grande, disse-nos que, chegando em Guaporé, iria destituir da função de Chefia o Fernando Cruz e puni-lo gravemente, face às denúncias feitas. Lá chegando, passou até a homenagear o rapaz. No SPI aprendi, pela mão do Malcher, quais as pessoas que eram e que não eram honestas, e nesse sentido, a seu pedido, adverti o Diretor, ainda em Campo Grande. Para surpresa minha, essas pessoas desfrutam posição de destaque, o que muito me decepcionou. Essa a impressão que tive do Coronel. Achando-me ameaçado de ter que sair de Campo Grande, obtive do Senador Filinto Müller que conseguisse do Ministro da Agricultura a nomeação de um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de criação de uma Escola de Agronomia e Veterinária em Campo Grande, cujo folheto explicativo desse grupo de

trabalho passo às mãos de V.Ex^a. Fui então designado por uma Portaria - do Presidente desse Grupo e afastado, a partir dessa época, do Serviço. Em meados de junho fomos surpreendidos em Campo Grande com a notícia - de que o Fernando Cruz iria ser Chefe de Inspetoria ali. O SR CELSO AMARAL - V.S^a. conhecia bem o Sr. Mongenot? O SR LINCOLN POPE - Ele é antigo funcionário em Campo Grande. Conheci-o na repartição. Quanto ao Érico corro o risco de dizer que era boa pessoa, mas em relação a esse, não. Sei que o Diretor abriu uma Comissão de Inquérito contra a administração do Érico, a fim de facilitar a designação do Francisco Cruz. Do Sr. Francisco Cruz sempre ouvi falar mal, desde o tempo do Malcher. Diante disso, considerei que deveria lutar para que o Fernando Cruz não fôsse designado Chefe da Inspetoria. O Mongenot, substituto do Érico, candidatou-se à Chefia da Inspetoria, procurando mesmo apoio no Diretório Municipal - do Partido Trabalhista Brasileiro, que pediu o empenho nesse sentido do Deputado Wilson Fadul. O PTB estava coligado com o PSD para disputar a Prefeitura, e os cargos federais eram indicados, na maioria das vezes, de comum acordo. Assim, o PSD foi levado também a apoiar a indicação - feita pelo PTB com referência ao Mongenot. Sendo eu membro do Diretório do PSD, fui procurado. O Coronel, insistindo na nomeação do Fernando - Cruz e encontrando resistência de ordem política local, procurou des-
ralizar, não só o Érico, mas o Mongenot, já então candidato, mediante o artifício de constituição de comissão de inquérito. Esse rapaz que já foi ouvido aqui, o Josias Macedo, prestando-se a esse papel, vai a Terra Presse, uma empresa de distribuição de notícias, e divulga que o Érico Sampaio teria dado um desfalque de 100 milhões de cruzeiros em Campo - Grande. Essa notícia é divulgada nos jornais, pelas estações de rádio e no Repórter Esso. O Diretor foi pessoalmente prestigiar a nomeação - que pretendia fazer na pessoa de Fernando Cruz. Nessa ocasião, o Fernando Cruz e pessoas a ele ligadas do SPI transitavam de avião por Campo Grande, como se fôsse isso muito barato, à procura de apoio político. O SR CELSO AMARAL - Por conta do SPI? O SR LINCOLN POPE - Não sei por conta de quem, Sr. Deputado. Finalmente, o Fernando Cruz obteve a nomeação tão desejada pelo Diretor, na ocasião em que houve a substituição do Gabinete, do qual fazia parte o Ministro Armando Monteiro, tendo o Diretor ido a Campo Grande empossar o Fernando Cruz. O SR CELSO AMARAL - E era costume a ida de um Diretor para empossar um funcionário? O SR LINCOLN POPE - Jamais. Não havia motivo algum, a não ser que ele se tivesse sentido atingido pela luta tínhamos travado para colocar um outro. - Mas não foi a primeira vez que ele foi lá. Depois foi duas ou três vezes mais. Chegou o meu ponto de saturação nesse momento. Ao assumir o Fernando Cruz, entrei em tratamento de saúde por três meses. O SR CELSO AMARAL - Sabe V. S^a. mais ou menos quanto rendia a Inspetoria naquela ocasião? O SR LINCOLN POPE - Não tenho dados sobre quanto rendia. Quer-
ria alertar que o SPI não tem por finalidade produzir, mas dar assistên-

597 *lch* 1344
cia ao índio. O SPI não devia estar no Ministério da Agricultura, que é órgão de produção, mas no Ministério da Interior, que é órgão de tutela. Este conceito de ser órgão de produção ou de assistência vem sendo muito discutido pelos teóricos. A função do serviço é tutelar o índio; não é fazer com que produza. Quando fui Chefe da SOA, obtivemos do Ministro Mário Meneghetti a disciplina da aplicação da renda indígena. Dois terços da renda seriam destinados ao grupo indígena que a produziu e o terço restante recolhido à Diretoria do SPI para ser aplicado com grupos indígenas que por qualquer motivo não possam ter produção. Esta renda também se regulamentou — só poderia ser usada em benefício direto da pessoa física do índio. Essa Portaria está em vigor e não sei por que não se obedece a ela. Queria salientar que durante a minha administração na Seção de Orientação e Assistência, contratamos o técnico em contabilidade Luiz Araújo e mantivemos o perfeito controle sobre a renda indígena. O SR PRESIDENTE — Que Portaria é essa? Não tem um exemplar? O SR LINCOLN POPE — Não me recordo do número e data dessa Portaria, mas V. Ex^a. poderá obtê-la com facilidade no SPI, porque ela é muito conhecida. Mas o Érico Sampaio nunca esteve interessado em aumento de produção. Consta que o Fernando Cruz conseguiu em seis meses uma renda de 18 milhões de cruzeiros. Isto faz parecer que se este conseguiu isso, o outro deveria ter conseguido mais, em quatro ou cinco anos e que esse dinheiro teria desaparecido. Mas resta ver como Sr. Fernando Cruz obteve esses 18 milhões. Eu, como fazendeiro, não sei explicar. O SR PRESIDENTE — Não teria sido em virtude de arrendamentos? O SR LINCOLN POPE — Se fôsse também estaria errado. O que se fez lá aprovado por dois diretores foi contrato de aluguel de pasto e não arrendamento. Esclareço isso não como funcionário que tivesse ingerência na administração ou no assunto, porque apenas exerci função técnica, mas por ouvir dizer. O SR PRESIDENTE — Esses contratos de aluguel seriam em número de sessenta? O SR LINCOLN POPE — Mais ou menos isso. Este, Sr. Presidente, é o problema das terras. Nesta época, assumiu o governo o Sr. Jânio Quadros e afastei-me. Ao regressar à repartição, depois da renúncia do Sr. Presidente da República, interrompendo a licença, trabalhei alguns meses, até quando assumiu a 5^a Inspeção o Sr. Fernando Cruz, pessoa que goza de mau conceito, ocasião em que obtive do Diretor que me colocasse outra vez no Rio. Naturalmente, se ele tivesse alguma coisa contra mim, não me teria atendido. O SR CELSO AMARAL — V.S^a. poderia informar se estiveram na 5^a Inspeção os Srs. Barbosa de Oliveira, Alcebíades Martins — Ferreira, Alberto e Arlindo Ferreira? Eram funcionários do SPI? O SR LINCOLN POPE — Sim. Parece que até funcionários do Quadro, funcionários antigos. O SR CELSO AMARAL — Todos tiveram um processo em conjunto? Ouvi falar nisso? O SR LINCOLN POPE — Ouvi falar. Ouvi falar até que fizeram um inquérito contra mim, alegando que eu fazia advocacia administrativa e tomava dinheiro de índio. Isso após a minha saída de lá, —

por ordem dêsse Coronel. Foi um processo que não resultou em nada, mesmo porque não podia ser de outra forma. Os índios terenos são todos civilizados. Na ocasião em que fui transferido para o Rio, estava licenciado para tratamento de saúde por três meses, e o Diretor nomeou-me - Presidente da Comissão de Inquérito instaurada contra um funcionário, Iridiano Marinho de Oliveira, que teria vendido vinte rezes do rebanho dos índios carajás a uma repartição do próprio Ministério da Agricultura, recebendo em pagamento um cheque em nome do SPI que encaminhou ao Diretor. Caberia ao Diretor assumir a responsabilidade que lhe competia e anular a venda, porque o cheque não fôra ainda descontado, e punir o funcionário. O SR CELSO AMARAL - Era venda autorizada? O SR LINCOLN POPE - Não. Mas a transação foi comunicada ao Diretor antes de ser efetuada. Cabia, portanto, a êle punir o funcionário, e não abrir um inquérito. O SR CELSO AMARAL - Quanto a essa questão recebemos uma aqui uma apresentação do Coronel contra o Sr. Iridiano Amarinho. O SR LINCOLN POPE - Não aceitei assumir a presidência da Comissão de Inquérito, porque eu não podia ser designado para tal função, uma vez que estava afastado do serviço, para tratamento de saúde. Não estava em exercício. Além disso, eu achava desnecessária a Comissão de Inquérito. Uma vez provado o fato irregular, se o funcionário estava errado, que fôsse punido o funcionário e que o Diretor mandasse anular a venda. Um cidadão vende vinte rezes a uma repartição do Ministério da Agricultura. Essa repartição entrega um cheque em nome do Serviço de Proteção aos Índios. O funcionário encaminha êsse cheque ao Diretor para descontá-lo. Se êle verifica que essa venda não foi autorizada, o que êle deveria fazer era punir o funcionário e anular a venda, uma vez que a transação não atendia aos preceitos regimentais. O SR CELSO AMARAL - A Comissão está de posse de um ofício segundo o qual se dava autorização para o funcionário vender êsse gado. Está citado aqui num depoimento, dando autorização e ao mesmo tempo abrindo inquérito para apurar essa irregularidade. Mas, sendo assim, não haveria irregularidade. O SR LINCOLN POPE - Exatamente. Com a minha vinda para o Rio, procurei minha transferência da repartição, o que obtive somente em dezembro, quando fui removido para a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Durante todo êsse período, desde a minha chegada ao Rio até a minha ida para a SEAV, estive praticamente licenciado para tratamento de saúde, e nesse mesmo período fui surpreendido, primeiro, com a designação para Presidente da Comissão de Inquérito, e depois, com o encargo de receber, no Tribunal de Contas, um adiantamento de 17 milhões e 500 mil cruzeiros da verba de Assistência Social aos Índios referente ao orçamento de 1962. Não estando em exercício, não podia assumir a presidência da Comissão nem tão pouco receber adiantamento, razão por que me neguei a isso. E não queria receber também o adiantamento por não ter confiança na atual administração do SPI. Essas palavras textuais minhas foram mandadas para Brasília pelo Telar.

599
1346
-10-

O SR CELSO AMARAL - Essa verba era da renda indígena? O SR LINCOLN POPE - É verba orçamentária de assistência social. É do seguinte teor o Telex: "Gabinete do Ministro. Telex nº 17771, de 12 de dezembro de 1962. Mota Cabral ou Benedito Pimentel SPI Brasília. Informo Lincoln Alison - Pope recusa-se receber adiantamento 17 milhões 500 apesar ter solicitado ao mesmo que fizesse suprimento meu nome, pois me responsabilizaria com provação do Tribunal de Contas. Alega não confiar atual Administração. - Peço comunicar urgência Coronel Moacyr. Assinado João Nazareth. Visto: Luís Guimarães." O SR CELSO AMARAL - Quem é êsse João Nazareth? O SR. LINCOLN POPE - É uma espécie de "public Relations" do SPI no Rio de Janeiro, ou melhor, êle é a pessoa que trata dos interesses do SPI junto às repartições ainda sediadas no Rio de Janeiro. Em seguida recebo um rádio, do SPI, muito curioso, interpelando-me, de nº 1.638, de 13.12.62, de Brasília, do seguinte teor: "Virtude Telex nº 1.771, 12 corrente, em que Escrevente Datilógrafo João Nazareth comunica vossa recusa recebimento adiantamento verba assistência Índios sob alegação não confiar - atual administração SPI. Esta Chefia sente-se obrigação interpelá-lo por escrito sobre o assunto exigindo mesma forma uma resposta urgente sobre a recusa e o conceito depreciativo atribuído à Diretoria SPI. Saudações. Agrindios. Benedito Pimentel, Chefe S.A. Substituto." A êsse rádio dei a seguinte resposta telegráfica, em 13.12.62: "Agrindios Benedito Pimentel Chefe SA Substituto. Resposta rádio 1.638 de 13.12.62 cabe-me esclarecer inserir Telex enviado Escrevente Datilógrafo João Nazareth - duas comunicações: 1) da impossibilidade legal de que funcionário licenciado receba adiantamento, o que V.Sª. não pode ignorar; quanto contexto, por ser de ordem subjetiva, portanto, de foro íntimo, me nego a examinar oficialmente. A interpelação pretendida por V.Sª. em nada beneficiaria ao índio, a quem tão vultoso adiantamento no fim dêste ano fiscal se destina. Saudações. Lincoln Alison Pope. Técnico Educação". Finalmente, acedi em receber a quantia de 17 milhões e 500 mil cruzeiros, - quando já não mais pertencia ao SPI, já transferido para a SEAV, em data de 27 de dezembro, por saber que o Diretor procuraria responsabilizar-me através da imprensa pela falta de assistência aos Índios. Exigi, entretanto, que êle baixasse Portaria me obrigando a isso, e determinando que eu suprisse os funcionários que indicasse. Referentemente a êstes fatos passo à Comissão a presente documentação. (Entrega dez documentos em fotocópia.) Para mim, o problema mais grave do SPI é pessoal. Atentem V. Exªs. que as únicas repartições que trabalham bem são aquelas que preparam previamente o seu funcionalismo, como é o caso dos Ministérios Militares, o das Relações Exteriores, o Banco do Brasil etc. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito. O SR PRESIDENTE - V.Sª. declarou no início de sua exposição que o atual Diretor do Serviço é leviano. O SR LINCOLN POPE - Sim. É o conceito que posso fazer. O SR PRESIDENTE - Nesse caso, êle está sendo prejudicial ao SPI. O SR LINCOLN POPE - Esse

600
1347
-11-
Diretor, para mim, está sendo prejudicial. Um homem que está há tanto tempo numa repartição e ainda não tem uma orientação e que pratica atos, desfaz atos, tira funcionários, coloca funcionários, abre inquérito às dezenas e que acaba de nomear para Manaus o homem menos credenciado para exercer essa função, como é o caso do Fernando Cruz, talvez a pessoa mais implicada nas irregularidades do que esta Comissão já começa a ter conhecimento, a meu ver é prejudicial. O SR PRESIDENTE - Sabe V.S.^a. se houve um motivo forte para afastar o Inspetor Moreira e colocar o Sr. Fernando Cruz? V.S.^a. conhece o Moreira? Tem notícias sobre a sua atividade? O SR LINCOLN POPE - Conheço. O Moreira não me parece mau funcionário. O SR PRESIDENTE - Não houve inquérito que visasse a retirada do Moreira e a ida do Sr. Fernando Cruz? O SR LINCOLN POPE - Sr. Presidente, os inquéritos só deveriam ter validade para afastar um funcionário depois de concluídos e comprovada qualquer irregularidade. Às vezes, esses inquéritos são um artifício de que se vale um Diretor quando quer substituir um funcionário. A simples abertura do inquérito não deveria permitir que o funcionário fôsse substituído na função. Afastado sim, substituído não, porque o inquérito só prova alguma coisa depois da sua conclusão. O SR PRESIDENTE - Sabe V.S.^a. se houve alguma influência para esse afastamento principalmente visasse a designação do Sr. Fernando Cruz? O SR LINCOLN POPE - Nenhuma influência poderia se sobrepor, Sr. Presidente, àquela que já é conhecida por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a respeito do Sr. Fernando Cruz. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito com a declaração de V.S.^a. e agradeço a gentileza do seu comparecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Presidência comunica a V.S.^a. que, se fôr necessário mais algum esclarecimento, convidamos V.S.^a. a comparecer novamente a esta CPI. O SR LINCOLN POPE - Estou inteiramente à disposição da Comissão. Peço desculpas a V.Ex.^a. se me entendi na minha exposição e faço votos que os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito venham a concorrer para a melhoria do Serviço de Proteção aos Índios.

Lincoln Pope

N.B.: Leque em, em folha separada, as retificações
que fôr.

601

601

13-8

Chu

Retificações a serem efetuadas no depoimento que prestei à Comissão Parlamentar de Inquérito, em 11 de junho p.p.:

1) o nome do depoente é: Lincoln Allison Pope, ao invés de - Lincoln Allison Pope; 2) às fls. 2, "Serviço de Informação Agrícola", ao invés de Serviço de Formação Agrícola; 3) às fls. 2, "Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura", ao invés de Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Educação; 4) às fls. 3, "No Brasil, a exceção das comunidades indígenas, somente nas áreas coloniais, onde prevalece a pequena propriedade, é que se pode aplicar o que aprendi no México", ao invés de No Brasil, a ação das comunidades indígenas fez-se sentir somente nas áreas coloniais onde prevalece a pequena propriedade; 5) às fls. 4, "quando o Galvão se afastou para o Pará", ao invés de quando o Galvão se afastou do Pará; 6) às fls., "Após essa época", ao invés de Nessa época; 7) às fls. 4, "Na administração seguinte a dêse", ao invés de Na administração dêsse; 8) às fls. 5, "Fui para o exterior", ao invés de Depois disse fui para o exterior; 9) às fls. 7, "por uma Portaria, Presidente", ao invés de por uma Portaria de Presidente; 10) às fls. 7, "atingido pela luta que tínhamos", ao invés de atingido pela luta tínhamos; 11) às fls. 8, "Ministre Mário Meneghetti a disciplinação", ao invés de Ministre Mário Meneghetti a disciplina; 12) às fls. 10, "e, outra, cujo contexto", ao invés de quanto contexto; 13) às fls. 10, "em nada beneficiará", ao invés de em nada beneficiaria; 14) às fls. 11, "se me extendi", ao invés de se me entendi. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Lincoln Allison P.

350
[Handwritten signature]

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Depoente : NELSON PEREZ TEIXEIRA
Reunião de 11-6-1963 - 14,35 horas

602
[Handwritten signature]

[Handwritten in left margin: Nelson Perez Teixeira]

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, às quatorze horas e trinta e cinco minutos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Sr. Nelson Perez Teixeira, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR VALÉRIO MAGALHÃES (PRESIDENTE) - Estão abertos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, reunida no Rio de Janeiro para aqui ouvir alguns depoimentos. A primeira testemunha é o Sr. Nelson Perez Teixeira, a quem convido a sentar-se. S.S^{as}. já deve estar informado de que estamos apurando irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Muitas denúncias foram encaminhadas à Câmara, e estamos realmente procurando esclarecer pontos duvidosos. Mas por que solicitamos ao senhor que viesse depor. Antes, entretanto, espero que o senhor preste compromisso de que irá dizer a verdade sobre tudo que souber e lhe for perguntado. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Pois não. Tudo que souber não guardarei segredo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor é funcionário do Serviço de Proteção aos Índios. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Estou aposentado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Há muitos anos? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - De 1940 a 1961, abril de 1961 fui funcionário. Eu poderia ficar mais uma temporada, mas me aposentei porque vi que Diretor do Serviço não seria nunca. Fui Diretor substituto durante várias gestões. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Seu cargo efetivo? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Oficial de Administração. Servia para Diretor substituto; quando chegava a época da vaga de Diretor, eu era preterido sempre por militares. Nem por funcionários da Casa, mas por militares que não conheciam o serviço, e eu servia de guia. Então, eu achei que não era mais possível eu ficar como orientador de diretores, e quando completei meu tempo me afastei. Mas poderia ficar mais tempo, porque a idade permitia. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - A que o senhor atribui essa tendência de dar a administração do Serviço de Proteção aos Índios a militares exclusivamente? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - É um mito. Eles dizem que é serviço militar, mas não é. Há um Decreto, de cujo número não me recordo, do Presidente Juscelino Kubitschek, que diz que toda vez que um serviço é exercido por militar será de interesse militar, para que os militares não percam sua promoção na Guerra. Isso foi arranjado pelo Coronel Maldonado, ou pelo Coronel Guedes, hoje General, quando Diretor do Serviço, Arranjaram um decreto dizendo que seria de interesse militar a

chefia de repartição exercida por militar. Mas o Serviço de Proteção aos Índios não é de interesse militar. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O nosso Relator, deputado Celso Amaral, vai solicitar ao senhor algumas informações, a fim de esclarecer certos pontos de depoimentos já feitos. Ao final, farei também algumas perguntas. O SR NELSON PEREZ TELLEIRA - Pois não. O SR CELSO AMARAL - Querria que o senhor fizesse um histórico do Serviço de Proteção aos Índios, da sua organização. Acha o senhor que o SPI tem bom funcionamento na estação do Coronel Moacyr Ribeiro Coelho? O senhor vê alguma irregularidade? O SR NELSON PEREZ TELLEIRA - Com honra, com lealdade, não estou a par da administração dele. Ainda fiquei vinculado ao serviço por cinco anos, ao Serviço Público, mas tive a infelicidade de adoecer no ano passado, em julho, por uma gripe, e não fiquei entro-ado. Eu tinha obrigação mesmo, durante cinco anos, de ficar vinculado ao Serviço Público. Entretanto, o Coronel Moacyr assumiu a diretoria em dezembro de 1960. E eu adoeci em julho de 1961. Ainda na fase de recuperação, não estou totalmente bem, logo não conto de forma que não me sinto capacitado para dizer se é bom ou mau administrador. Entretanto, sei que os funcionários antigos estão se afastando do serviço. O SR CELSO AMARAL - E que razão o senhor encontra para esse afastamento dos funcionários antigos? O SR NELSON PEREZ TELLEIRA - Aí, não posso dizer com lealdade. Sei que todos os velhos estão se afastando. Eles agora estão em Brasília e tenho tido pouco contato com eles. E nesta fase de recuperação de minha doença venho à cidade de tarde, faço a barba, converso com um amigo, eu entro e saio logo. Mas a gente sente que há qualquer coisa. Não estive ainda com os colegas antigos, com o Moita Cabral, o Prigiano e outros. O Wilson se afastou do serviço. Agora mesmo afastaram-se do Serviço outros. Até o motorista dele lá de Brasília está encostado. O SR CELSO AMARAL - Como é o nome desse motorista? O SR NELSON PEREZ TELLEIRA - Homero Coelho. Esse é de Brasília. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Sabe se houve já na administração do Coronel Moacyr, por parte dele, alguma assinatura de contrato ou pelo menos autorização para que se realizasse algum contrato sobre venda de madeira ou sobre arrendamento de terras? O SR NELSON PEREZ TELLEIRA - Não posso afirmar. Sei que de 1957 a 18 de abril de 1961 o Serviço não fez contrato de maneira alguma. Os contratos que estavam de pé o General Guedes arbitrariamente suspendeu, não deixou que se cumprissem. Achei lesivo ao patrimônio indígena e suspendeu todos eles. As missões religiosas que estavam nos territórios indígenas ele também mandou embora, porque não precisava de missões religiosas para catequizar os índios brasileiros; que nós éramos competentes que mal ou bem faríamos. O SR CELSO AMARAL - Mas existe exceção? O SR NELSON PEREZ TELLEIRA - Não, não tinha mais nenhuma. O Coronel Guedes mandou todas embora, a não ser as do Padre Massa, que não estavam subordinadas a nós. Aliás, não sei porque, uma região era entregue a um Padre... O SR CELSO AMARAL - Que região é essa? O SR NELSON PEREZ

604 ~~435~~ 435.2
TEIXEIRA - Alto Rio Negro. Dizem que tem todo o conforto lá. Sei que -
Dom Massa tem verba superior à do Serviço de Proteção aos Índios; a do-
tação dêle sempre foi superior a nossa. O dinheiro dêle recebia logo;
o nosso vinha quando Deus queira. O SR CELSO AMARAL - Mas parece que
tem feito um grande serviço lá. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Dizem que
tem. Agora, eu comento em tese. Quando o Tenente Guerland esteve prêso
nos Pacás Novas, em 1957, foi feita uma expedição, da qual fez parte o
Major Gerson. Pois, por incrível que pareça, para alcançar aquela regi-
ão, tivemos de lançar mão de embarcações e de recursos de missões reli-
giosas americanas. Não sou contra estrangeiro preto, vermelho ou branco.
Meu nacionalismo é no duro. Acho muito triste para nós que uma comissão
brasileira chegue a Porto Velho e para alcançar a região dos Pacás No-
vas tenha de lançar mão de condução das missões religiosas estrangeiras.
O Major Gerson poderá falar a respeito disso com muito mais eficiência
do que eu. Nessa ocasião eu estava como Diretor, e sei que há relatório
reservados ao Ministério da Guerra, coisa muito séria. O SR CELSO AMA-
RAL - Relatório do Major Gerson? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Coisa mui-
to séria que êle encaminhou ao Ministério da Guerra. Por questão tôda -
especial, como Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, na época, foi-
-me dado ler. É coisa muito séria. O SR CELSO AMARAL - Séria em que sen-
tido? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Em todos os pontos de vista que o se-
nhor queira, é coisa muito séria. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Relatório sô-
bre as missões religiosas na Amazônia? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - É
aquela que estava no Território de Rondônia, perto dos Pacás Novas. O
SR VALÉRIO MAGALHÃES - Questões de contrabando, problemas de segurança
nacional? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Contrabando, segurança nacional
- séria sob todos os aspectos. Isso, questão de detalhes, informações
precisas, o Coronel Luiz Guedes também poderá contar muita coisa. Aliás,
êle depôs numa Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre areia monazítica
e ficou oito horas depondo. Êle tem muito que dizer. O SR CELSO AMARAL -
Conhece o Sr. Fernando Cruz, funcionário do Serviço de Proteção aos Ín-
dios? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Conheço, mas contra êle prefiro não
falar, porque êle foi desleal comigo pessoalmente... O SR CELSO AMARAL
- Mas o senhor está numa Comissão Parlamentar de Inquérito. O SR NELSON
PEREZ TEIXEIRA - Êle foi muito desleal comigo no período de minha doen-
ça, de sorte que eu preferia nem tocar no nome dêsse cidadão. O SR CEL-
SO AMARAL - Gostaríamos de saber alguma coisa sôbre êle, porque temos -
de formar uma idéia com referência aos funcionários do Serviço de Prote-
ção aos Índios. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Êle fez comigo certa brin-
cadeira de mau gosto. O SR CELSO AMARAL - E por essa brincadeira talvez
possamos chegar a uma conclusão sôbre a mentalidade do rapaz. O SR NEL-
SON PEREZ TEIXEIRA - Analisando bem, é uma criança de calça comprida. O
SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas ná crianças que não prejudicam ninguém. O SR
NELSON PEREZ TEIXEIRA - É um homem irresponsável, incapaz de tomar con-

605 ~~609~~ 195
ta do quintal da casa dêle, ou mesmo do seu galinheiro quanto mais de
uma seção, de uma inspetoria do Serviço. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E como
justifica V.S^a. que o Coronel, sabendo de todo êsse passado, de todos ês
ses processos que pesam sôbre êsse homem, tira o funcionário Moreira e
entrega a Inspetoria de Manaus ao Sr. Fernando Cruz? O SR NELSON PEREZ
TEIXEIRA - Acho que a troca foi péssima, foi um crime. O SR VALÉRIO MA-
GALHÃES - O senhor conhece o Sr. Moreira? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA -
Conheço. É funcionário velho. Serviu em Porto Velho, homem de bem, tarim-
bado, conhecedor da matéria, trabalhador, com porta aberta, a documenta-
ção em cima da mesa. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E foi tirado assim? O SR
NELSON PEREZ TEIXEIRA - Lamentei muito isso. Foi um absurdo o que o Cor-
nel fez. Não entendo como êle pôde agir assim. Deve ter sido imposição
de alguém. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não sabe se houve imposição políti-
ca? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Não sei. O SR PRESIDENTE - Mas que fôs-
se um outro funcionário. Êle colocou justamente o Sr. Fernando Cruz. O
Coronel ignora isso? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Não poderia ignorar,
porque o Sr. Mota Cabral era Chefe da SOA, e êle devia saber. Êle ludibriou-me pedindo para assinar um documento, e no auge da doença assinei.
quando vi, estava quase no Executivo. Fui obrigado a vender tudo que
tinha para pagar essa brincadeira. Foi um homem que abusou de um colega
com trombose. Vim para casa, onde fui avisado pelo Banco: ou paga ou e-
xecutamos. Fui obrigado a lançar mão de objetos para apurar um dinheiri-
nho e pagar. Êsse homem não pode tomar conta nem do galinheiro. O SR CEL-
SO AMARAL - V. S^a. conhece o Sr. José da Silva Carvalho? O SR NELSON PE-
REZ TEIXEIRA - Foi um servente que eu coloquei na rua. O SR CELSO AMARAL
- Qual a razão? O SR PEREZ TEIXEIRA - Êle era pago pela verba de obras.
Êsse pessoal é pago e admitido pelo responsável do Serviço. Certo dia -
chegou embriagado e eu lhe disse: "Isto aqui não é lugar para se andar
embriagado. Tem que haver respeito." Êle veio com impropérios e mandei -
que êle se retirasse. Êle fez escândalo. Mandei, então, que passasse reci-
bo do que tinha a receber e êle foi embora. Agora está tentando a read-
missão. O SR CELSO AMARAL - Parece que êle continua, ao que consta, lota-
do na fôlha da 8^a Inspetoria. O SR PERES TEIXEIRA - Não posso informar,
porque não sei. Sei que naquela ocasião, êle era pago pela verba de Auxí-
lio aos Índios. Ganhava, se não me engano, 4 ou 6 contos de réis, no má-
ximo. O SR CELSO AMARAL - V.S^a. autorizou o Sr. Fernando Cruz a vender,
em certa ocasião, 150 cabeças de gado, ou conduzir êsse gado de Bananal?
O SR PERES TEIXEIRA - Há um processo nesse sentido e essa venda não foi
efetivada. O SR CELSO AMARAL - Era transporte ou venda de gado? O SR PE-
RES TEIXEIRA - De transferência do gado de Bananal para o Pôsto de Maria-
no de Oliveira, de Minas, em 1960 mais ou menos. O SR CELSO AMARAL - Foi
citada no processo a compra de um motor Buda, para um barco. Sôbre êsse
motor, comprado como nôvo na ocasião, êles chegaram à conclusão de que
era usado. Poderia V.S^a. dizer alguma coisa? O SR PERES TEIXEIRA - Não

606

conheço este caso. O SR CELSO AMARAL - Era um motor de centro para um barco. O SR PEREZ TEIXEIRA - Em que Inspeção? O SR CELSO AMARAL - Era no Amazonas. O SR PEREZ TEIXEIRA - No Amazonas, houve um caso de um motor Buda de um naufrágio. O SR CELSO AMARAL - O que pode V.S.^a dizer da verba indígena e da verba orçamentária? A verba orçamentária é específica, mas a indígena é uma verba de qual a meu ver a maioria não tem prestado contas. O SR PEREZ TEIXEIRA - Temos a verba de auxílio aos índios, que é orçamentária, e temos a renda indígena. O SR CELSO AMARAL - Exatamente. O SR PEREZ TEIXEIRA - A da renda indígena, no tempo do General Guedes, era prestada como ao Sr. Ministro da Agricultura. Mas naquela ocasião não chegava a um milhão. O SR CELSO AMARAL - Mas conta que o General Guedes não autorizou nenhum contrato, de 1957 a 1961. Também o Coronel Moacyr não autorizou. Então já existiam contratos nessa época em Mato Grosso? O SR PEREZ TEIXEIRA - Lá não havia renda. Só havia renda no Rio Grande do Sul. Dávamos a renda a quem a produzia. Essa renda a que me referi de um milhão de cruzeiros é do sul: Paraná, São Catarina, Rio Grande do Sul. É a parte do triso. O SR CELSO AMARAL - E sobre a venda de pinheiros? O SR PEREZ TEIXEIRA - Proibimos até na violência, contra-riando contratos. O SR CELSO AMARAL - Tem V.S.^a conhecimento de que no Amazonas havia exploração da borracha pelo indígena e que depois por interferência de uma firma, aquela exploração passou a ser feita pela firma Arruda Pinto & Cia.? O SR PEREZ TEIXEIRA - Havia a exploração da borracha em Porto Velho. Depois, em 1959, apareceu aqui no Rio este Arruda Pinto numa comitiva de seringueiros. Dirigiram-se ao Palácio do Catete, pois queriam liberar a verba para ser aplicada naquela zona. Mas não houve nada, ao que sabemos. O SR CELSO AMARAL - Mas naquela época havia uma renda. O SR PEREZ TEIXEIRA - O Sr. Meireles, nosso Inspetor, estava preparando para colher o latex. Preparou o terreno, mas ele saiu de lá e ficou abandonado. Houve uma briga dele com o General Aloísio. O SR CELSO AMARAL - V.S.^a desconhecia que havia essa renda, ou não? O SR PEREZ TEIXEIRA - Ele havia plantado a renda e não chegou a colher. O General Aloísio pediu o seu afastamento da região. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.S.^a quantos funcionários estavam lotados na Guanabara até a época em que V.S.^a deixou o SPI? O SR PEREZ TEIXEIRA - Em 31 de janeiro de 1961 havia um número, e quando eu deixei o SPI havia outro, porque houve uma mudança violenta, sem planejamento, sem nada, de um sábado para segunda-feira. Em 31 de janeiro de 1961 havia 60 funcionários. Já em abril de 1961 havia uns 30. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que metade foi para Brasília? O SR PEREZ TEIXEIRA - E outros também saíram. Quando se falou em ir para Brasília, houve uma debandada. O SR CELSO AMARAL - Conhece V.S.^a alguma compra de caminhões ou camionetas sem autorização do Serviço de Proteção aos Índios? O SR PEREZ TEIXEIRA - Na gestão nossa todos foram adquiridos com a devida autorização da própria Diretoria, com ordem do Sr. Ministro. O SR CELSO AMARAL - Da renda indígena? O SR PEREZ TEIXEIRA - Da renda indígena, ao que me recorde, não foram adquiridas viaturas. Só

607

13 5

a parte de máquinas para beneficiar arroz, desnatadeiras para a produção de queijos e manteiga. O SR CELSO AMARAL - Conhece V.S.^a. algum veículo que estêve à disposição do atual Diretor do SPI, na Guanabara? O SR PERES TEIXEIRA - Aqui no Rio há um veículo da repartição, ou deveria haver. O SR CELSO AMARAL - Mas de outra Inspetoria que deveria ter vindo servir aqui. O SR PERES TEIXEIRA - Não estou bem entrosado com todos os assuntos, devido a essa minha doença, e não pude atualizar-me. O SR CELSO AMARAL - Qual é o cargo do Sr. Josias Macedo, atualmente servindo na Guanabara? O SR PERES TEIXEIRA - O Sr. Josias Macedo é Agente, o que significa encarregado de Pôsto. O SR CELSO AMARAL - É o homem que faz as compras para o SPI na Guanabara? O SR PERES TEIXEIRA - Não posso informar a V.Ex.^a. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo contra o SPI, do Conselho de Segurança Nacional? O SR PERES TEIXEIRA - Atual ou antigo? O SR CELSO AMARAL - Atual e antigo. O SR PERES TEIXEIRA - Antigos - temos aqueles processos que denunciámos, das missões religiosas. Aliás, o Exército afastou do Amazonas tôdas as missões religiosas. O SR CELSO AMARAL - E algumas voltaram. O SR PERES TEIXEIRA - Sim, segundo ouvi dizer. O SR CELSO AMARAL - No tempo de V.S.^a., a aplicação tanto da verba indígena como da orçamentária era feita com planejamento? O SR PERES TEIXEIRA - Sem dúvida. Planos aprovados pelo Presidente da República e publicados no Diário Oficial. O SR CELSO AMARAL - Mas isso quanto à orçamentária. O SR PERES TEIXEIRA - Sim. O SR CELSO AMARAL - E quanto à renda indígena? O SR PERES TEIXEIRA - Nos postos que produziam a sua renda o Chefe do Pôsto mandava um plano de trabalho sôbre como executar a despesa. Esse processo vinha à repartição, o Diretor mandava ouvir os órgãos competentes, a Seção que conhece bem as necessidades do índio e mandava para a Administrativa. Ouvia duas seções e, às vezes, três. Quer dizer, o plano de trabalho vinha para a repartição e o Diretor mandava às seções para que dessem o seu parecer, opinando pela execução ou não. O SR CELSO AMARAL - Foram emprestados pelo Sr. Francisco Meireles 700 mil - cruzeiros para serem entregues ao Sr. Fernando Cruz para cobrir esse empréstimo de Campo Grande? Tem conhecimento disso? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Não. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento do emprêgo de dinheiro do SPI para campanha de algum político? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Antigamente, não. Atualmente, não sei. Para nós o dinheiro era tão pouco naquela ocasião que mal dava para as necessidades do Serviço. O SR CELSO AMARAL - Na ocasião em que foi Diretor como eram feitas as prestações de contas das Inspetorias? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Remetíamos o dinheiro para a Inspetoria; elas remetiam depois os comprovantes, que nós examinávamos contabilmente. E pelo plano de trabalho e pela aplicação autorizada pelo Presidente da República, encaminhávamos ao Tribunal de Contas. O SR CELSO AMARAL - Isso da verba orçamentária? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Geral. O SR CELSO AMARAL - E da renda indígena? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Da renda indígena, depois de aprovado o plano de trabalho

M

interno pelo Diretor, voltava à SOA, a SOA examinava, às vezes, não era sempre, mandava para o Inspetor verificar, inspecionar, não era bem fiscalizar, era verificar se houve aquela aplicação ou não. Era uma espécie de um vigia: para ver se foi construída determinada casa, esta ou aquela obra, etc., se tudo estava bom, se foi bem construída ou não. Não eram ordens para ver se estavam ou não prontas, mas para ver se estavam bem feitas. O SR CELSO AMARAL - Na ocasião em que o Senhor era Diretor substituto, o Inspetor da 5ª Inspetoria era o Sr. Érico Sampaio? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Era. O SR CELSO AMARAL - Sempre prestou contas a contento? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Da administração não temos nada a dizer contra o Sr. Érico Sampaio. O SR CELSO AMARAL - E o Sr. Mongenot, que substituiu o Sr. Érico Sampaio? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Era um velho funcionário, com capacidade intelectual menor. Não foi na minha gestão. O Érico Sampaio saiu depois que eu saí. Soube que, quando o Érico se afastou o Mongenot ficou no lugar dele. Aliás, o Coronel Tasso exonerou, se não me engano, o Érico e nomeou o Mongenot para responder pela Inspetoria. Agora, não lhe posso dar maiores detalhes sobre o Mongenot, se foi bom administrador ou se foi mau. Sei que era de menor capacidade de trabalho, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista intelectual. O SR CELSO AMARAL - Durante a sua gestão, houve algum processo, foi comprovada alguma irregularidade, desvio de verba por parte de algum funcionário, de algum inspetor? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Não. Não gestão de 1955 a 1961, não. O que houve foi algum ataque, alguma maldade, digamos assim. Em 1945, houve o caso do Jacobina que não prestou contas de uma verba na época oportuna. Foi uma maldade: quem foi lá fazer o levantamento do Jacobina lacrou o cofre e ele não pôde comprovar na época precisa as suas contas. De forma que foi remetida ao Tribunal faltando êsses elementos. O SR CELSO AMARAL - O senhor acha que 1945 a 1961 não houve irregularidades, desvios de verbas? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Há também o caso do Sílvio Meireles. O Serviço de Proteção aos Índios é uma novela muito grande. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas o Jacobina entrou depois com outra documentação? O SR CELSO AMARAL - Não pôde comprovar as contas porque trancaram o cofre. O SR NELSON PERES TEIXEIRA - A mesma coisa fizeram com o Curt Magalhães, que foi chefe de Niemendapi; de maldade, fecharam-lhe o cofre e ele não pôde prestar contas. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas prestaram posteriormente? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Prestaram, porque se não estariam presos ou na miséria. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Perdoe-me o nobre Relator, mas este é um ponto que gostaria de deixar bem esclarecido, porque o depoente citou um meu parente muito próximo, o irmão meu. Êsses dois prestaram contas depois, e não consta nada contra eles? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Foi maldade que fizeram contra eles. A do Jacobina quem fez foi o Inácio. Trancou-lhe o cofre e ele não pôde prestar contas. Mas prestou depois. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E quanto à administração dêsses dois cidadãos,

tanto o Curt como o Jacobina, tem notícia de que a administração deles na Amazônia tenha sido útil ao SPI? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Sem dúvida. Continuaram a obra do velho amazonense o Chauvin. Não vou fazer o elogio dos dois, mas seguiram. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Serviço não parou? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Não parou. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tenho notícia de que foi na administração do Jacobina que foi construído o grande prédio que está em São Marcos. O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Sim, e o Joviniano continuou. Houve sequência. Depois houve uma parte - paralisada. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quer dizer que nessa época o Serviço de Proteção aos Índios funcionava? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Funcionava. O Sílvia Meireles foi exonerado a bem do serviço público; no período de 1951 a 1955. Não se defendeu. Veio o processo e ele começou com piadinhas no processo, juntando recortes de A Careta, da seção de Amendoim Forraquinho. O Malcher exonerou e o Ministro homologou. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas ele está novamente no Serviço de Proteção aos Índios? O SR NELSON PERES - Dizem que está aposentado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Censurando o próprio Diretor? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Dizem, mas não sei. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem notícia de que o Mestre de obras Carlos Barreto, lotado em Brasília., permanece mais aqui do que lá? Não é de seu tempo? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - O Barreto é do meu tempo. Aliás foi demitido por mim em 1942. Não posso informar com precisão. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas é de seu conhecimento ter havido certo incidente no posto indígena Capitão Iacri? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Incidente? O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Alguma ocorrência que houve lá de seu conhecimento? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - No meu tempo, houve várias substituições de encarregados, lá, é posto meio complicado, - meio político. Agora me parece que meteram lá o cunhado de um colega - nosso. Parece, não posso precisar, o Pimentel. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E sobre São Marcos, Fazenda Nacional de São Marcos, é de seu conhecimento que o gado de lá tem diminuído de ano para ano e já hoje não chega a 3.000 cabeças? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Atualmente, não sei. Era uma fazenda muito bonita. O gado lá era em quantidade. Agora encontra-se nas mãos de um rapaz que não está à altura de tomar conta daquilo. É um rapaz da cidade como eu que não quer ficar no meio da mata. Não sei do trabalho dele. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - As vendas de gado eram sempre autorizadas? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - No tempo do General Guedes só vendíamos ao Território do Rio Branco, e para Manaus uma vez, com muita dificuldade. Vendíamos mais para Rio Branco; para Manaus muito pouco, - porque havia dificuldade no transporte. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E da Fazenda da Ilha do Bananal tem notícia da venda pelo Sr. Cruz? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Não, na minha gestão não autorizei. Corre um boato que ele vendeu. Agora, o que houve não sei. Houve ordem e mandei transferir um gado, mas quando percebi que era muito mais racional vender lá e comprar em Uberlândia, em Minas Gerais, mandei sustar. O SR VALÉRIO MAGALHÃES

610
987

677
BGA -2- Chu

RAL - Essa era a realidade do povoado indígena Getúlio Vargas. O SR - NELSON PEREZ TEIXEIRA - Para Minas Gerais ia se gastar um dinheirão. Autorizei na hora, mas não chegou a ser executada. Mandei telegrama para Bananal, suspendendo, e foi suspenso. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E sobre contrato de madeiras em Santa Catarina e Paraná, contratos que foram sus- tados pelo Coronel Guedes? Eram lesivos ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Há muita coisa absurda, coisa de fa- zer chorar. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Qual foi o autor desses contratos, lembra-se? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Isso veio no tempo do José Ma- ria de Paula, Donatini, Malcher, Mota Cabral. Aí parou. Aí veio o Josi- no parou. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E por falar no Sr. José Maria da Ga- ma Malcher, o senhor tem notícia de que tenha respondido a processo? O SR PERES TEIXEIRA - Ele era Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e foi afastado, envolvido em inquérito e esteve depois suspenso em conse- quência da investigação. Mas não trabalhei com ele. O SR PRESIDENTE - Quanto às ligações do SPI com o Conselho, são boas? O SR PERES TEIXEIRA - Sempre foram péssimas, desde 1940. E não podiam deixar de ser. O Con- selho é um órgão normativo e queria ter funções administrativas. O Con- selho foi criado em 1940 pelo Sr. Simões Lopes, para homenagear um cer- to grupo de brasileiros, entre eles o velho Marechal Rondon e Manoel Ra- belo, com função normativa e sem ônus para a União. Os Conselheiros não tinham direito a jetão. Não recebiam nada. O SR PRESIDENTE - É mais um órgão deliberativo. O SR PERES TEIXEIRA - Foi criado para efeito nor- mativo, mas não deu resultado. O SR PRESIDENTE - Tem V.Sa. uma opinião formada sobre como se poderia reestruturar ou modificar o SPI, a fim de que fôsse realmente útil à finalidade para a qual foi criada, uma vez que estamos vendo, através dos depoimentos, que o Serviço de Proteção aos Índios não tem satisfeito o que se desejava dê-lo. Tem V.Sa. uma opi- nião para que a Comissão, ao término dos seus trabalhos, possa fazer u- ma sugestão ao Executivo, através da Câmara? O SR PERES TEIXEIRA - Eu entregaria a cada Estado os seus índios, e o Governo central entraria - com a subvenção. O SR PRESIDENTE - Mas fiscalizando. O SR PERES TEIXEI- RA - Sem dúvida. Não há outra solução. O SR PRESIDENTE - Também já pen- sei nisso. O SR PERES TEIXEIRA - Temos por exemplo o caso do Rio Grande do Sul. Ali há um choque do SPI com o governo estadual. E quando o Esta- do não atende o índio, ele corre para o Governo Federal, e vice-versa. A meu ver, seria mais interessante o Estado tomar conta dos seus índios. No Alto Rio Negro temos os nossos índios e há o padre Dom Mazza. O SR PRESIDENTE - Estive lá e fiquei entusiasmado. O SR PERES TEIXEIRA - Não conheço, mas as informações são boas. O SR PRESIDENTE - Tem mais alguma sugestão? O SR PERES TEIXEIRA - Tenho uma outra sugestão, porém um pou- co violenta: o afastamento incontinenti do SPI de todos os velhos e sub- tituição por gente moça. Porque existe muito partidatismo: ora os ami-

67/ 1354
7/398-10 CME

gos do Sr. Joaquim, ora os do Sr. Manoel. O SR PRESIDENTE - Temos nota-
do isso. O SR PERES TEIXEIRA - Mas não é só no Serviço de Proteção aos
Índios. O SR PRESIDENTE - É por isso que sou adepto da aposentadoria -
aos trinta anos de serviço, para atualizar o funcionalismo, porque se -
vai formando um quisto, uma panela. O SR PERES TEIXEIRA - Deveria ha-
ver o afastamento total dos velhos colegas do SPI. O SR PRESIDENTE - Co-
nhece V.S^a. o Dr. Lincoln Pope? O SR PERES TEIXEIRA - Conheço. Foi Che-
fe da Seção de Orientação e Assistência. O SR PRESIDENTE - Foi Chefe da
5^a Inspetoria? O SR PERES TEIXEIRA - Lá esteve como funcionário. O SR.
PRESIDENTE - Que pode informar sobre ele? O SR PERES TEIXEIRA - Ele te-
ve um atrito com o atual Diretor, porque não queria receber a verba de
Auxílio aos Índios, e só recebeu porque os índios iam ficar em situação
precária, porque já estava no fim do ano e o Serviço perderia todo o di-
nheiro. O SR PRESIDENTE - Tem havido, então, atrito com o Diretor. O SR
PERES TEIXEIRA - O Lincoln disse-me isso. Sei que com ele houve um atri-
to. O SR PRESIDENTE - A que atribui V.S^a. a nomeação para as Inspeto-
rias de servidores que não estão à altura, preterindo, às vezes, funcio-
nários credenciados? O SR PERES TEIXEIRA - O plano de classificação pre-
vê que só podem chefiar funcionários de maior categoria. Pelo plano, só
poderiam chefiar as Inspetorias funcionários de nível 14. O SR PRESIDENTE
- O Sr. Fernando Cruz é Inspetor? O SR PERES TEIXEIRA - Não, Sr. Pre-
sidente. É Auxiliar de Ensino. O SR PRESIDENTE - Sabe V.S^a. qual o grau
de instrução dêle? Tem curso secundário? O SR PERES TEIXEIRA - Talvez -
no meu tempo pudesse cursar o segundo ano primário, fazendo as quatro -
operações, leitura, um ditado, com uma série de erros. Foi Auxiliar de
Ensino. Aliás, a essa função deram o nome de professor. Em geral, era -
uma função que se dava à mulher do Encarregado do Pôsto. Ela ensinava
aos índios trabalhos manuais, a cozinhar, e as primeiras letras. O Encar-
regado ganhava 400 cruzeiros, e ela, 250. Houve, depois, vaga para esse
lugar, e ele foi admitido como Auxiliar de Ensino, mas a cultura é fra-
quíssima, de nível primário, segundo ou terceiro ano de escola pública.
O SR PRESIDENTE - Da minha parte, estou satisfeito, e, como Presidente
da Comissão, cabe-me agradecer a colaboração que V.S^a. nos trouxe. O SR
PERES TEIXEIRA - Estarei sempre à disposição de V. Ex^{as}. para prestar -
qualquer informação que fôr do meu conhecimento. O SR PRESIDENTE - V.S^a.
tem conhecimento de funcionários do SPI lotados em Brasília e que conti-
nuam aqui no Rio? O SR PERES TEIXEIRA - Sim. O SR PRESIDENTE - Receben-
do dobradinha? O SR PERES TEIXEIRA - Não. Recebendo o salário normal. São
funcionários que foram para Brasília, não se deram bem e voltaram. São do
dois ou três. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.S^a. informar se o Coronel Moa-
cyr Ribeiro é funcionário do jornal do Sr. Josias? O SR PERES TEIXEIRA -
- Funcionário não será, porque não recebe dinheiro. No entanto, foi re-
gistrado pelo jornal do Sr. Josias. O SR CELSO AMARAL - Muito obrigado.

612
O SR PERES TEIXEIRA - Posso dizer isso, porque na relação dos registros falsos aparece o nome dele. O SR PRESIDENTE - Qual é o jornal do Sr. Josias? O SR PERES TEIXEIRA - Transpresso. O SR CELSO AMARAL - Há aqui uma carta que cita o nome de V.S.^a, e queria um pronunciamento seu. É uma carta dirigida ao Coronel Tarso Vilar de Aquino, assinada pelo sr. José Maria da Cama Malcher. V.S.^a, tem conhecimento dessa carta? O SR PERES TEIXEIRA - É sobre um processo que eu guardei na minha gaveta. O SR CELSO AMARAL - "No dia 12 de março deste ano foi encaminhado pelo Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura e este Serviço o S.C. 10.627/61. Trata-se de um requerimento meu encaminhando pedido de certidões"... O SR PERES TEIXEIRA - Já sei do que se trata. O Sr. Malcher pediu umas certidões, e queria o arquivo todo da repartição. Para atendê-lo, teria que sair o serviço da seção de quinze funcionários. Então fui ao Victor. Ele havia despachado: "O Coronel Tarso: Ele havia despachado "Certidões". Disse-lhe, então: "Vou parar o serviço para dar as certidões". O Coronel Tarso: "Não. Pomba de geladeira". O nosso arquivista foi fazer o serviço devagarzinho. Antes de sair da repartição, ele reclamou que eu havia mudado o processo dele para o território. Então, ele ficou bravo, para ganhar tempo, e o Coronel Tarso respondeu que o processo estava em seu poder e que as certidões, digo, as certidões seriam fornecidas oportunamente. É o que sei sobre o caso. O SR CELSO AMARAL - Ele diz o seguinte: "Trata-se de requerimento meu, encaminhando pedido de certidões, a fim de instruir representações oferecidas e encaminhadas ao Sr. Presidente da República...(leitura). Com a transferência da Viratolândia e proteção aos Índios para Brasília, conseqüentemente com a reinstalação do seu arquivo ali, sei que deve haver dificuldade para atendimento desses pedidos. Entretanto, acaba de ser reformado pelo mestre de obras Carlos Barreto de Souza que, digo, Carlos Barreto de Souza. Com isto o senhor teve qualquer atrito? O SR PERES TEIXEIRA - Não. O SR CELSO AMARAL - É o sr. Carlos Barreto de Souza que "o Sr. Nelson Perez Teixeira declarou, na presença de outros servidores que jamais teria essas certidões, porque iria extraviar o processo; conhecendo desonestidades e a conduta desse servidor dentro e fora do serviço de proteção aos Índios; sabendo ainda que, foi o mesmo informante, que vários cupons de prestações de contas foram encontrados jogados no lixo, por ocasião da mudança para Brasília, é que vinha solicitar sua renção para o caso, etc." É essa a carta? O SR PERES TEIXEIRA - Não precisei a carta. Agora, as prestações de contas os senhores podem pedir todas elas, de 1955 a 1957 até 1961. Está tudo no Tribunal de Contas, não faltando nada. O senhor encontra tudo encaminhado, de 1940 a 1955. Nessas legas conta tudo me disse, por exemplo, sobre o Jacobina, tudo está ali. Agora, o Malcher é maranaense. Acho que um mau filho não pode ser um bom colega. Um mau filho é sempre um mau colega também. Ele deixou a mãe morrer de fome no meio da rua, ele bateu na mãe. De forma que o que ele fez ou disse contra mim não me abalou na-

613
da. O SR CELSO AMARAL - Quero que o senhor saiba que, como relator d'êste processo, tenho de aclarar certos pontos e pedir aos depoentes todos os esclarecimentos de que necessite, isto em benefício mesmo desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O SR PEREZ TEIXEIRA - Foi um Diretor que se desmanchou. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Como Presidente desta Comissão, quero agradecer ao depoente, Sr. Perez Teixeira, a sua presença aqui e os esclarecimentos que nos deu no sentido de que melhor possamos levar a cabo nossa tarefa de apurar irregularidades no serviço de proteção aos Índios. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Estou à disposição dos senhores Deputados. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Grato a V.ª. O senhor está dispensado.

Comissão de Inquérito

~~616~~ 1363
M/ 128 C/ru

~~614~~

Cópia, para os devidos fins, que este processo, pertencente à Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências, tem seguimento no volume (7) sete à folhas (1363) um mil trezentos e sessenta e três.

Brasília, 2 de setembro de 1963

Yolanda Mendes

Yolanda Mendes
Chefe dos Serviços de Serviço

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APOIAR INVESTIGAÇÕES NO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

Presidente: WILSON MARTINS

Deponente: ALÍSIO DE CARVALHO

Local: 15/6/1963 (Campo Grande - Mato Grosso)

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apoiar as investigações no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Sr. ALÍSIO DE CARVALHO, o qual prestou o seguinte depoimento: O Sr. PRESIDENTE (Wilson Martins) - Declaro aberta a presente reunião, realizada no prédio em que funciona o Serviço de Proteção aos Índios, 5ª Inspeção, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso. Compareceram os Senhores Wilson Martins, vice-Presidente da Comissão funcionando no, digo, como Presidente, Celso Amaral, Relator, e Natchid Mamã. Esta sessão foi convocada para o fim especial de tomar o depoimento do Sr. Chefe do Inspetoria, Alísio de Carvalho, a quem concito a dizer a verdade do que souber e lhe fôr perguntado. O DEPOENTE Alísio de Carvalho - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Alísio de Carvalho, informalmente, eu já havia posto a par do que seria indagado do senhor neste depoimento. Voltando ao mesmo tema, pergunto ao senhor se, tendo exercido as suas atuais funções há cerca de três meses, ao substituir o Sr. Manoel da Cruz, encontrou a Inspeção pela qual respondeu neste depoimento em boas condições. Como a encontrou? O DEPOENTE - Eu fiz algumas observações em duas fases: uma que encontrei ambiente de certa preocupação, de certa agitação, em consequência, pelo que pude apurar dos fatos ocorridos na região dos índios caduêus, com a morte de um índio, Primitivo de Couto, se não me engano homicídio praticado pelos índios. A opinião pública estava de modo geral abalada pelos fatos e a natural agitação decorrente desses fatos, havia a preocupação dos fazendeiros arrendatários com a legalidade ou não dos contratos existentes. A minha atitude, ao chegar, foi procurar serenar os ânimos, trazer de volta esse clima de preocupação num ambiente calmo através do qual pudesse haver discernimento, haver luz, para dar o direito, a razão, quer o fato tivesse direito ou razão. Assim procedi e consegui levar a cabo meu propósito. Hoje, a notícia que se tem de modo geral é que me trouxe ao conhecimento é que há um clima de calma, de sossego, sobretudo entre os arrendatários, menos relativamente ao Sr. Manoel da Cruz. Já por duas vezes, hoje foi a segunda na presença do Sr. Presidente aqui com o objetivo de entrar novamente dentro da Inspeção.

61/10
61/10

das terras de que êle se diz senhor. Como dizia há pouco, e fiz questão de frizar na presença dos senhores Deputados, nenhuma decisão, nenhuma iniciativa eu poderia... O SR CELSO AMARAL - O objetivo da vinda dele aqui não foi fazer essa solicitação. Eu lhe pedi que viesse assinar o termo de declaração. O DEPOENTE - Mas aproveitou a oportunidade para reiterar o seu pedido. Na vez anterior êle veio até um pouco nervoso. Pedi-lhe, por isso, que se sentasse e se acalmasse. Êle queria policiais com metralhadoras para ir para lá tomar posse. Digo: "O senhor faça o que bem achar conveniente. Não usarei de violências. Entendo que devem ser esgotados todos os meios pacíficos e judiciais para que se esclareça essa situação". De forma que foi essa a situação que encontrei: de certa tensão, e procurei acalmar. Internamente, encontrei também a Inspetoria com alguns problemas, sobretudo em relação à sede; determinados grupos de funcionários preocupados, afastados, deslocados. Chamei-os e procurei também... O SR PRESIDENTE - Afastados por determinação da Chefia da Inspetoria? O DEPOENTE - Da Chefia anterior. O SR PRESIDENTE - E revogou a determinação? O DEPOENTE - Algumas não tinham atos formais. Eu então procurei ouvir os interessados, saber dos interesses de cada um, procurei onde localizá-los, e fiz uma relotação, ainda não ultimada porque inclusive sinto dificuldade em localizar duas ou três famílias no mesmo Pôsto. É que não há habitação suficiente para duas ou três famílias nesses Pôstos, tanto que dois deles estão em Ponta Porã aguardando uma solução. O SR PRESIDENTE - Já tenho uma visão da maneira como o senhor recebeu os serviços da 5ª Inspetoria. Agora desejo fazer algumas perguntas. Em primeiro lugar, o senhor tem conhecimento de que foram celebrados contratos entre a Inspetoria e fazendeiros da região? O DEPOENTE - Tenho. O SR PRESIDENTE - Esses contratos obedeceram às normas do Serviço de Proteção aos Índios e foram autorizados pela Chefia Superior? O DEPOENTE - Tenho uma cópia, Deputado, de um processo que iniciou essa situação toda. Desde o transbordamento do rio Paraguai. Houve um advogado que requereu, em nome de determinado número de fazendeiros, legalização, digamos, de uma situação tida como de calamidade pública na época. Esse número de fazendeiros talvez não atingisse a 50 ou 60. Isso foi motivo de um processo que teve tramitação normal no Serviço de Proteção aos Índios, e houve audiência de um Assistente Jurídico do SPI na elaboração do termo do contrato e autorizado pelo Diretor do Serviço na época. Se, por acaso, necessitarem de uma cópia desse expediente todo, temos aí. O SR PRESIDENTE - Gostaria de conhecer. O senhor pode, digo, poderia juntar aos autos. O SR A, digo, O DEPOENTE - Isso está sobejamente conhecido. Posteriormente, houve, depois que foi deferida a solicitação desses fazendeiros feita pelos canais competentes, houve -- não sei por que razão, não consegui ainda ter uma opinião firmada sobre isso -- outros que se apossaram de áreas dos índios lá. E esses

617
407

620

621

não tiveram a sua situação perfeitamente legalizada. Não sei por
Atribuo que todos constituam uma situação de fato que ocorreu, talvez
ferindo direitos adquiridos. O SR PRESIDENTE - Outra coisa, o Senhor -
tem conhecimento direto, agora que é Chefe da Inspetoria, de que a ren-
da paga por êsses arrendatários, por êsses fazendeiros tenha sido tãda
escriturada contabilizada nos livros do Serviço de Proteção aos Índios?
O DEPOENTE - Posso dizer que livro Caixa não existia. Foi criado ao t
po de meu antecessor, o Sr. Fernando Cruz. O SR PRESIDENTE - Sobre is -
so tenho informação. O DEPOENTE - Há prestação de contas. O SR PRESIDEN
TE - Pode dizer-me se, na gestão do Fernando Cruz, quando se criou o li
vro Caixa, tãdas as rendas do Serviço foram escrituradas, contabiliza -
das? O SR DEPOENTE - Ainda não pude tirar isso a limpo, porque me fo
ra, digo, faltam elementos, e justamente designei dois funcionários que
já faz mais de vinte dias, estão percorrendo a região dos índios caiúús,
no sentido de fazer um levantamento completo, dando a tempo de ocupação,
a área, o que pagaram, como pagaram, se em dinheiro ou se em gado, tudo
isso. O SR PRESIDENTE - Em quanto tempo espera poder concluir êsse tra
balho? O DEPOENTE - Tive notícia de que po, digo, provavelmente no dia
10 estariam no Pôsto Alves de Barros e lá me dariam notícia pelo rádio
da conclusão ou não dêsse serviço. Entretanto, hoje já estamos a 15
ainda não chegaram lá. O SR PRESIDENTE - Tem conhecimento de que a IR-5
procedeu à venda de gado, tanto do patrimônio nacional como do patrimô
nio indígena, nas administrações passadas? O DEPOENTE - Tenho. Em tô -
das elas foi vendido gado, e quero adiantar mais: inclusive na minha. O
SR PRESIDENTE - Já vendeu? O DEPOENTE - Não vendi propriamente. Recebi
arrendamento transformado em dinheiro, arrendamento de gado transforma
do em dinheiro. O SR PRESIDENTE - Então não vendeu. Recebeu a renda e
dinheiro, não em gado? O DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Por que?
DEPOENTE - Por necessidade de atender a despesas já existentes, como
alguma coisa dêste meu período. O SR PRESIDENTE - Essas vendas feitas
anteriormente à sua gestão foram precedidas de publicação de editais? O
DEPOENTE - Não sei dizer. Não tenho conhecimento. O SR PRESIDENTE - E
essas vendas como se processam regularmente? O DEPOENTE - Há uma distin
ção entre patrimônio indígena e patrimônio nacional. De modo geral, -
quando se trata de uma venda de alguma coisa, de algum bem do patrimô
nio nacional, então é feita concorrência, coleta de preços, etc. Quando
digo, Quanto ao patrimônio indígena, de modo geral, não tem havido. O
SR PRESIDENTE - Mas por que não se observa a mesma linha de comportamen
to? O DEPOENTE - Há uma. O SR PRESIDENTE - Não vejo razão para que se
faça distinção quando se trata de vender os bens dos índios. Por que
neste caso se adota procedimento diferente? Qual a razão disso? O DEPO
ENTE - Essa tem sido a norma. Quando entrei para o Serviço já encontr
assim. O SR PRESIDENTE - Ambos os bens deveriam ser vendidos com

618
cauteladas. Não encontramos justificativa alguma para que se estabele-
çam diferenças. Mesmo porque a venda dos bens não seria precedida de pro-
cesso custoso, difícil; bastaria um simples edital marcando data para re-
cebimento de propostas. Por isso, não atinamos com o motivo o Serviço
tem furtado ao que podemos chamar de dever de publicar previamente edi-
tal. O SR CELSO AMARAL - E note-se que a renda indígena só poderia ser
usada com autorização expressa do próprio Diretor. O DEPOENTE - Exatamen-
te. E ao próprio Fernando houve uma ordem do Diretor determinando a ven-
da mediante coleta de preços. O SR PRESIDENTE - E das vendas efetuadas
pelas gestões anteriores o senhor tem conhecimento de todas elas? Foram
contabilizadas no livro Caixa? O DEPOENTE - Não. A única foi no tempo do
Fernando. O livro Caixa existiu agora. O SR PRESIDENTE - Foram todas con-
tabilizadas? O DEPOENTE - Acredito que sim, pelo menos pelos depoimentos
que temos aqui. Talvez haja alguma coisa que eu possa tirar perfeitamen-
te a limpo, depois que vier êsse levantamento que determinei. Mas no mo-
mento não tenho conhecimento se houve alguma venda que não tenha sido
contabilizada. O SR PRESIDENTE - E o preço da venda? Já inqueriu se es-
sas vendas foram efetuadas pelos preços correntes no mercado? O DEPOEN-
TE - Essa inquirição sobre administrações anteriores não procurei fazer,
porque não tinha absolutamente nenhum objetivo. O SR PRESIDENTE - E essa
comissão do Ministério da Agricultura que o senhor vem acompanhando não
perquiriu isso? O DEPOENTE - Não. Eu simplesmente conduzo como agora le-
vei a Ponta Porã. Não indago nada dos trabalhos dela; deixo-a inteiramen-
te à vontade. Agora, quanto a essa questão de transformar -- já isto na
minha gestão -- êsse recebimento de gado em dinheiro tenho-me valido da
própria opinião dos fazendeiros. Eu dei um produto a êles e solicitei
lhes o preço. O melhor preço que se poderia obter na época por um bezer-
ro. E disse: "Eu desconheço tudo isso. Quero acreditar na palavra de vo-
cês. Não quero que me enganem e ana, digo, amanhã isto seja motivo para
me comprometer. Portanto, digam qual o melhor preço". Eles disseram: "O
melhor preço é êste." Então, isso foi transformado em dinheiro. O SR PRE-
SIDENTE - Com relação a êsse ponto, creio que o senhor aqui em Campo
Grande, que é praça onde se faz habitualmente negócio de gado, tem faci-
lidade de obter informações sobre preços. Qualquer gerente... O SR CELSO
AMARAL - O próprio Banco do Brasil deve ter orientação. O SR PRESIDENTE -
Deve haver uma diferença, uma variedade de preços entre as duas regiões.
O preço de gado pôsto aqui é um e lá é outro. O DEPOENTE - Sim, deve sr,
digo, ser. O SR PRESIDENTE - Mas com relação, já não digo aos negócios
realizados pelas gestões anteriores, e sim já agora ao problema da morte
de Primitivo de Tal, o que o senhor pode informar à Comissão? Êsses ín-
dios que atacaram a fazenda do Primitivo fizeram isso a conselho de al-
guém, a mandado, inspirados, estimulados pela Chefia, ou por sua volun-
dade, por deliberação própria? Foi algum sentimento de revolta? O DEPOENTE

1368 6/19
Acredito que, se não tivesse havido um estímulo, um relativo estímulo, não teriam procedido assim. Sensatamente, esta é a minha opinião. O SR PRESIDENTE - Foram previamente armados? O DEPOENTE - A notícia que eu tenho é que existam armas realmente, mas uns dois ou três revólveres talvez e relativo, digo, relativamente pouca munição. É normal entre eles portarem armas, por questão de autodefesa. O SR PRESIDENTE - E o senhor admite a incitação ou o estímulo? O DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - E pode precisar quem teria estimulado ou incitado os índios a praticar esses crimes? O DEPOENTE - Se não fôsse da Chefia, não poderia ser de outra parte. Se tivesse, por outro lado, uma motivação íntima, acredito que deveria caber à Chefia, ponderadamente, abafar isso e agir pelos meios legais, que não faltam. O SR PRESIDENTE - O Fernando reclamava muito aqui a pressão que recebia por parte de fazendeiros. Ele a mim mesmo declarou várias vezes que estava sofrendo certa coação, que encontrava certas dificuldades que se traduziam inclusive em ameaças de morte, porque queria defender os interesses dos índios. Ele disse que chegou mesmo a mandar fazer medição das posses entregues aos fazendeiros que ocupavam área maior do que aquela mencionada nos contratos. Pode adiantar alguma coisa sobre isso? O DEPOENTE - Posso dizer que não sei se, pelo meu modo de conduzir as coisas, tenho encontrado a maior boa vontade, a maior facilidade por parte desses fazendeiros. O SR PRESIDENTE - Não houve nenhuma pressão? O DEPOENTE - Absolutamente nenhuma; pelo contrário, só tenho recebido da parte deles, apesar de dizer a eles que a situação deve ser normalizada, que as áreas devem ser medidas, para resguardar os interesses e os direitos deles mesmos, assim como os nossos, a maior compreensão. Eles têm acatado a minha atitude e têm cooperado. Adianto mais: encontrei uma idéia vagando -- a de que esses arrendamentos deveriam ser majorados, que se deveria cobrar uma taxa de 6%. Eu então em uma reunião com o grupo deles, que se organizaram em uma espécie de comissão representando o total dos fazendeiros, procurei nessa reunião resolver o impasse. A coisa estava meio parado por aí. E, por alta recreação, sem audiência prévia da Diretoria, eu sugeri que essa taxa fôsse majorada para 5%. Primeiro, eles me falaram que esses 6%, de fato, foram ventilados pelo Fernando, mas que não havia nenhuma solução do assunto e que eles não concordavam. Achei que o meio termo era a solução ideal; propus 5%. O SR PRESIDENTE - Aceitaram? O DEPOENTE - Rebateram e afinal chegamos a uma conclusão: 4,5% sendo que aqueles que já tinham contrato pagariam 3% sobre os três primeiros 3.000 hectares. Se, porventura, houvesse excesso nas medições, então eles se comprometiam a pagar os 4,5% sobre o excedente. E aqueles que entraram para a área e que não têm contrato até hoje, esses pagariam 4,5%. Isso então foi aceito em princípio. Aqui elaborei uma norma de contrato que encaminhei à Diretoria do Serviço para ser homologada. O SR PRESIDENTE - Com relação à

624
624
Alis Albano

las obras empreendidas pela gestão do Fernando em Taunay e tamb
--- em Buriti, pode informar se prosseguiram e chegaram a seu termo? O
DEPOENTE - Não prosseguiram porque não pude dar prosseguimento normal.
Primeiro, eu achei que as construções precisavam de sofrer pequenas mo
dificações. Eram casas pequenas. Índios de modo geral têm famílias nume
rosas. Muitas vezes se reúnem em duas ou três famílias, e uma casa de
dois cômodos é insuficiente, criando não raro problemas de promiscuida
de, etc. Em segundo, havia deficiência de recursos. No princípio do ano
principalmente as verbas não são liberadas. De forma que para fazer a
coisa mais ordenadamente, procurei fazer um levantamento de despesas pa
ra conclusão de cada unidade, a fim de orçamentar isso no total. O SR
PRESIDENTE - Peço que o senhor, depois, forneça à Comissão uma relação
da receita proveniente da venda de gado e das despesas efetuadas com is
so, entregando à Comissão um extrato desses lançamentos do livro Caixa
e daquilo que o senhor tiver. Por fim, Sr. Alísio, o senhor pode mencio
nar qualquer fato, ato ou circunstância que possa auxiliar esta Comis
são, no tocante à administração passada? Algo que possa comprovar uma
ilicitude, uma desonestidade das gestões passadas? O DEPOENTE - Não, não
estou capacitado para isso, Sr. Deputado. O SR PRESIDENTE - Estou satis
feito. Dou a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral. O SR CELSO AMA
RAL - O senhor delcarou ao Presidente que desconhecia o número de armas
compradas na Casa Nasser e entregues aos índios para se defenderem, con
forme delc, digo, declarou o próprio Sr. Fernando. O DEPOENTE - Eu não
sei realmente o número de armas adquiridas. A notícia que ouvi foi que
esses índios tinham poucas armas. Agora, a quantidade de armas, não sei.
O SR CELSO AMARAL - Mais ou menos 20, entre espingardas, carabinas e um
caixão de balas. O DEPOENTE - Tudo isso na Casa Nasser? O SR CELSO AMA
RAL - Um milhão de cruzeiros, declarado pelo próprio Coronel Moacir Ri
beiro também. É o ponto grave do depoimento do Sr. Fernando é esse. O
índio não tem aquela educação, aquele alcance que temos. O DEPOENTE -
Certamente isso está em prestação de contas. O SR PRESIDENTE - Deve es
tar; eles não escondem. O SR CELSO AMARAL - O período que o senhor veio
para cá foi? O DEPOENTE - Em fevereiro. Assumi em 20 ou 21 de fevereiro.
O SR CELSO AMARAL - De novembro a fevereiro quem ficou? O DEPOENTE - O
Fernando ainda. O SR CELSO AMARAL - Ele declarou na Comissão que ficou
de julho a novembro. O DEPOENTE - Ele foi designado para outra Inspet
ria em fevereiro. Até então era Chefe desta Inspetoria. O SR CELSO AMA
RAL - Talvez o senhor tenha razão. Ele declarou que nesses sete meses
recebeu, conseguiu arrecadar uma renda de 7 milhões de cruzeiros, entre
arrendamento e venda de gado. No período que está aqui, de novembro até
agora, junho, qual o arrendamento? O DEPOENTE - No meu período. Poderei
fornecer isso amanhã ao senhor. Vou combinar com a funcionária, Da. Lour
des, e fornecerei não só o montante como também a conversão disto em di

62/901 625
Depto de Economia

mero de bezerros que deveriam entrar. Posso fornecer claramente: se foi em bezerros, tantos bezerros, se foi em dinheiro, tantos cruzeiros. O SR CELSO AMARAL - E quando recebe em dinheiro não é cabeça de gado que desconta? Há diferença, pelo fato de não ter o Serviço de Proteção aos Índios trabalho em pôr em leilão. O DEPOENTE - Não. O preço, até recentemente, obedeceu ao seguinte critério. A percentagem é paga 50% em fêmea, 50% em macho. Então há uma valorização maior, porque os machos são mais caros. Aqui foi atribuído o preço de 8.000 cruzeiros por fêmea e 10.000 por macho. Então, parei de receber, aguardando naturalmente, já nesta altura, porque deve haver valorização maior. Para me resguardar, digo: Vamos parar de receber por esse preço, até ver o que realmente existe. O SR PRESIDENTE - Oito e dez mil cruzeiros? O DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Para que idade? O DEPOENTE - Um ano. O SR PRESIDENTE - Deve haver engano. Um boi está custando trinta e tantos contos. O SR CELSO AMARAL - Esse é o mal de se louvar no próprio interessado. O DEPOENTE - Eu me justifico. Não tive malícia. Acredito que eles tivessem interessados em ser verídicos, em próprio benefício deles. O SR PRESIDENTE - Com quem o senhor conversou? O DEPOENTE - Com o Leôncio, o Dorval Barbosa, o Naô Barbosa. O SR PRESIDENTE - São homens de bem que conhecem o assunto. O DEPOENTE - Eu gostaria que a Comissão compreendesse isto que declaro. O SR PRESIDENTE - São garrotes de ano. O DEPOENTE - Se se arrendamento deverá ser cobrado de julho em diante, de julho a setembro. O SR PRESIDENTE - Acho que o preço disso deve ser mais do dôbro. O SR A, digo, O DEPOENTE - Eu supus isso: deve haver valorização. E paralizei. O SR PRESIDENTE - Acho que aí o senhor já cometeu um erro bastante grande. O senhor, ao transformar bezerros em dinheiro, como chefe da Inspetoria, tem de ver o preço exato. O DEPOENTE - Realmente. Repito: simplesmente, sem malícia, louvei-me na conduta e na palavra desses homens que julgava e julgo homens de bem. Aceitei como verídica a informação deles, antes a demonstração de que pretendiam encontrar uma solução geral, benéfica a eles e ao Serviço de Proteção aos Índios. Foi como conseguimos sair do impasse e serenar a situação de tumulto que havia aí. Não me moveu absolutamente nenhum objetivo de ser prejudicial ao próprio Serviço. São homens de bem, homens que estão dentro do comércio, e a região é distante de tudo. De modo geral, as informações que me deram sobre eles foram unânimes. Digo: Não é possível que essa gente esteja ja... O SR PRESIDENTE - Não tomou ainda informação sobre o preço atual de gado dessa espécie? O DEPOENTE - Agora, não. Percebi que, apesar de certa retração que dizem haver no comércio de gado, não seria justo que daqui a quatro meses fôssemos receber esses animais com esse mesmo preço; certamente já houve valorização -- foi raciocínio meu. O SR PRESIDENTE - Estou fora do mercado de gado aqui. Não sei os preços para os garrotes de ano. Mas estou convencido, pelo preço atual de um boi --

137 122 675
Alto do...
lo menos 30.000 cruzeiros -- um garrote... O DEPOENTE - Esse preço lá na região dos índios caietés? O SR PRESIDENTE - Em Corumbá custa 30.000 cruzeiros um boi magro. Quer dizer, um garrote de ano não pode custar menos do que 15.000 cruzeiros. O DEPOENTE - Atualmente, já se faz na base de 10.000 cruzeiros. O SR PRESIDENTE - Esse negócio realizado há quanto tempo? O DEPOENTE - De março para cá. O SR PRESIDENTE - Pode ser que nessa época tenha sido esse o preço. O SR CELSO AMARAL - O senhor tem conhecimento de que foram vendidos 300 e poucas cabeças para um fazendeiro em Aquidauana pelo Sr. Fernando? Esse fazendeiro já pagou parte e ainda não recebeu o gado. Ontem mesmo me fizeram essa declaração em Aquidauana. O DEPOENTE - Não tenho. A única venda que tenho conhecimento de que não foi entregue ainda foi a venda feita ao Sr. Coronel Zelito, de 100 tourinhos. Só essa sei que não foi entregue. Devia ser entregue em junho, com compromisso assumido pelo Fernando com o Coronel Zelito. O SR CELSO AMARAL - Tinha êle autorização para vender esses 100 tourinhos? O DEPOENTE - Podemos verificar isso com a funcionária Da. Lourdes, e responder taxativamente. O SR CELSO AMARAL - Diz a certa altura, em seu depoimento, o Sr. Fernando Cruz, que propôs, numa reunião efetuada com pecuaristas da região, já, digo, majoração no arrendamento para 6% Acho que o senhor já respondeu sobre esta parte. O DEPOENTE - Foi feito afinal em 4,5%. Isso mesmo com uma distinção: aqueles que tinham contrato, tinham uma primeira área de 3.000 hectares, porque já estava com a sua situação normalizada, esses continuariam nessa base. Mas, como quase todos tinham área maior, comprometiam-se a pagar 4,5% sobre o excedente porventura verificado. O Sr. Fernando Cruz determinou, de acordo certamente com o Diretor, a arrecadação dessa área ocupada. Esse trabalho foi paralisado. Quando cheguei aqui já recebi esse trabalho paralisado. E foram feitas 28 ou 29 -- não sei bem, mas posso dar o número preciso depois -- 28 ou 29 medições, e quase tôdas com área maior do que realmente constava no contrato. Alguns com área um pouco menor do que 3.000 hectares. Agora, o trabalho foi paralisado, porque isso demanda despesas tremendas. É trabalho que vai a mais de 20 milhões de cruzeiros, pelo preço que um agrimensor cobra, na base de 90 a 120 mil cruzeiros. Com esses vinte e poucos arrendatários com área ocupadas, já foram medidos 103.000 hectares, e não é ainda a metade do que falta ser feito. São mais de 60 arrendatários. Com contrato são 60 ou 61; sem contrato, outro tanto. Vou ter oportunidade de ter os dados 95% certos. Pedi à funcionária que fizesse o levantamento completo. O SR CELSO AMARAL - O Senhor recebeu alguma oferta de algum fazendeiro, oferta em dinheiro, para colocar o gado dentro da reserva dos índios? O DEPOENTE - Não, senhor. Procuram-me alguns para fazer arrendamento, e eu tenho orientado no sentido de que requeiram. Estou aí com uns oito requerimentos guardados. Não sou eu quem vai decidir. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que,

623
durante sua administração, não houve nenhum contrato? O DEPOENTE - Absolutamente. Pelo contrário: tenho dito, por escrito e verbalmente, que não mudem linhas divisórias, assim como aqueles que não tenham divisões de cerca de mantenham rigorosamente dentro desses limites, para não criar confusão. O SR. CELSO AMARAL - Sabe mais ou menos a área que ocupa o Sr. Manoel? O DEPOENTE - Sou por informação: cerca de 84.000 hectares. O SR CELSO AMARAL - Sabe qual a área da reserva dos cadiúus? O DEPOENTE - Há uma duplicidade, salvo engano, de áreas. Uma questão judicial sobre essa área fala em 375.000 hectares. Mas, pelo que dizem os entendidos, configurando a área dentro dos limites naturais, essa área ultrapassa 800.000 hectares. Não há números precisos, porque ainda não foi feito o levantamento perimétrico. O SR CELSO AMARAL - Dizem existir aqui em Mato Grosso dois postos-piloto onde está sendo feita uma experiência de auto-determinação. Quais são esses postos? O DEPOENTE - São Bariti e Taunay. O SR CELSO AMARAL - Anteriormente ao Sr. Fernando Cruz, não havia escrituração nenhuma? O DEPOENTE - Essa a notícia que tive. Inclusive, logo que cheguei, procurei informar-me sobre isso e a funcionária Da. Lourdes me disse que o Caixa só foi criado no período do Sr. Fernando Cruz. O SR CELSO AMARAL - Fora esses contratos autorizados quando da enchente do Rio Paraguai, havia contratos anteriores? O DEPOENTE - Não havia. O SR CELSO AMARAL - A propósito desse encontro armado, de que resultou a morte desse rapaz, o Primitivo Couto, houve um pedido de indenização. O Coronel declara que já mandou promover o levantamento para pagar. O senhor tem conhecimento desse levantamento, dessa autorização? O DEPOENTE - Só se foi feito ao tempo do Fernando; a mim, não. O SR. CELSO AMARAL - O Chefe da IR-5 teve ordem para promover as indenizações justas, arrecadar o gado espalhado pelo Serviço. O DEPOENTE - Essa ordem, eu tive notícia dela ao tempo do Fernando. Posteriormente, quando assumi, os interessados, Sr. Walter, Sr. Olívio Couto e outros estiveram para, digo, estiveram aqui comigo, acompanhados de um advogado. Pediram-me permissão para ir arrebanhar o resto que tinha ficado lá. Ponderei a eles que não tinha problema, que poderiam ir, que daria determinação de que não fossem molestados. Ponderei, entretanto, inclusive ao próprio advogado que não era aconselhável eles de pronto voltarem àquela região, que eu designaria um funcionário para fazer isso, ir arrebanhar algum gado que estivesse lá na região, que quando estivesse tudo pronto eu avisaria a eles, para não haver atritos. Eles concordaram. Determinei o levantamento. Foi feita uma parte e já foi comunicado a eles. Se não foram buscar é porque certamente não quiseram. Inclusive chamei o capitão-índio lá e dei ordem a ele para que não provocasse nada. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor não conhecia o rapaz que morreu. Mas teve notícia ou ouviu falar que ele já tinha brigado com índios e deixou até um índio aleijado em consequência de uma surra? O DEPOENTE - Ouvi essas co-

62490-626 127 1372
Oliveira de Carvalho

mentário. O SR CELSO AMARAL - Sabe que três fazendeiros, Ivo Mota, Bal-domero e outro entregaram ao Fernando 1.500 contos para um arrendamento de três pastos lá? O DEPOENTE - Ainda não conheço. O SR CELSO AMARAL - O senhor tem algum processo contra o sua pessoa? O DEPOENTE - Sim, houve um no Rio Grande do Sul. O SR CELSO AMARAL - Venda de pinheirais? O DEPOENTE - Não vendi propriamente os pinheiros. Houve uma venda em 1951 ou 1952. O SR CELSO AMARAL - Foi no Roboré? O DEPOENTE - Ca cique Doble, Roboré, Nonoai e Guarita. Houve uma venda de pinheiros. Quando fui ao digo, para o Rio Grande do Sul, essa venda já estava realizada. E posteriormente, por injunção até de um Diretor na época, que queria o Pôsto lá, e criou uma situação toda esdrúxula para poder... O SR CELSO AMARAL - O Serviço de Proteção aos Índios é um caso sério com êsse negócio de denúncias. O DEPOENTE - O resultado foi negativo. Nada foi apurado contra mim. O SR CELSO AMARAL - Conhece a venda de uma "perua" Rural Willis na Inspetoria? O DEPOENTE - Quando cheguei aqui estava realizada a venda. Tomei apenas conhecimento. O SR CELSO AMARAL - A venda tem de ser autorizada pelo Diretor? O DEPOENTE - Acredito que sim. O SR CELSO AMARAL - Quando, digo, Quanto à compra da caminhonete F-100 não conhece nada? O DEPOENTE - Salvo engano, houve autorização do Diretor também. O SR CELSO AMARAL - Ele declarou que não; que o Sr. Fernando comprou contra as ordens dêle essa caminhonete F-100, modelo 61. Aliás, essa compra foi paga com gado. O DEPOENTE - Tenho aqui uma ordem de serviço que fala nessa caminhonete. O Senhor pode ler. Talvez haja confusão com uma outra adquirida posteriormente a essa -- uma Chevrolet, uma com que fiquei agora. O SR CELSO AMARAL - Ele aqui declara que não conhecia e realmente foi estranha a compra. O DEPOENTE - Talvez o equívoco esteja aí. Foi adquirida uma Chevrolet, cabine dupla. Já foi despachada; chega amanhã. O SR CELSO AMARAL - E a compra de um caminhão na cidade de Tupan, pago com verba da 5ª Inspetoria, verba indígena? O DEPOENTE - Sim, seu da compra. Foi vendido gado para pagamento de uma parcela de 1 milhão e 50 mil cruzeiros. Foi abatida essa parcela pela venda de gado ao Sr. - Dorval Barbosa. O SR CELSO AMARAL - Essa e, digo, Essa caminhonete F-100 chapa 3-11-53? O DEPOENTE - Deve ser uma que está em Brasília atualmente. O SR CELSO AMARAL - É isso que pergunta, porque o Coronel declara que desconhecia a compra; que, se houve compra, foi pela verba indígena. Essa está em Brasília e foi comprada para a 5ª Inspetoria? O DEPOENTE - Exatamente. O SR CELSO AMARAL - E sabe de quem foi comprada, se do Sr. Mongenot? O DEPOENTE - Não sei. Isso já foi, parece, no ano passado, em julho ou agosto. Conheci essa caminhonete em Brasília. O SR CELSO AMARAL - No Rio, esteve a serviço da família do Coronel? O DEPOENTE - Só conheci em Brasília. Estive em Brasília no mês de novembro até 17 ou 18 de dezembro. Eu a vi lá. O SR CELSO AMARAL - Vou deixar aqui alguns quesitos para os enhor me responder. O DEPOENTE - Pois não. O SR CELSO

625 101 1374
Albino de Lencastre - 1374

AMARAL - Número de veículos existentes e funcionários; as vendas de gado no período... qual pode ser? O DEPOENTE - O que fôr possível lhe direi. O SR CELSO AMARAL - O número das operações, total operado, etc. O SR DEPOENTE - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - Conheceu um cidadão chamado Zildo Meireles? O DEPOENTE - Conheci. O SR CELSO AMARAL - É funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, o senhor sabe? O DEPOENTE - Não. Foi demitido através de um processo de inquérito. Estêve durante o ano passado, durante uns meses servindo de elemento informativo. O SR CELSO AMARAL - Informativo? Mas recebia uma quantia X por mês do Serviço de Proteção aos Índios. Tem conhecimento de alguma lista de servidores em que se pedia a permanência do Coronel à frente do Serviço de Proteção aos Índios? O DEPOENTE - Soube disso em dezembro, que teria havido uma solicitação de diversos funcionários, que muitos teriam assinado essa lista. O SR CELSO AMARAL - O senhor assumiu que dia? O DEPOENTE - Dia 20 ou 21 de fevereiro. O SR CELSO AMARAL - Aquela retirada de gado do Pôsto Benjamin Constant, retirada de 26 cabeças de gado, sendo 1 touro reprodutor e 12 vacas, disso o senhor não tem conhecimento? O DEPOENTE - Não; foi anterior. O SR CELSO AMARAL - Estiveram dez caciques em Brasília -- o senhor tem conhecimento disso? O DEPOENTE - Tenho. O SR CELSO AMARAL - Tiveram a viagem custeada pelo Serviço de Proteção aos Índios? O DEPOENTE - Deve ter sido. Eles tãriam, digo, iriam, digo, Eles não iriam por sua própria posse. O SR CELSO AMARAL - Não eram do Rio Doce? O DEPOENTE - Não. O SR CELSO AMARAL - Deve ter sido do próprio SPI? O DEPOENTE - Não acredito que pudessem locomover-se por conta própria. O SR CELSO AMARAL - Sabe o motivo que os levou a Brasília? O DEPOENTE - Tudo indica que foi para pleitear a permanência do Coronel na direção do Serviço. O SR CELSO AMARAL - Sobre os serviços que prestou ao Serviço de Proteção aos Índios a Companhia Delta de Taxis Aéreos, não é de seu tempo isso? O DEPOENTE - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Mas deve ter uma escrituração disso. O DEPOENTE - Tem. O SR CELSO AMARAL - Vejo que o senhor veio para cá a fim de pôr a casa em ordem. O DEPOENTE - Acredito que o farei em dez ou onze meses. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de venda de 400 e poucas cabeças para a FRIMA de Campo Grande? O DEPOENTE - Desconheço. O SR CELSO AMARAL - E da venda do Pôsto de Tainay? O DEPOENTE - Isso ainda não me passou pelas mãos. O SR CELSO AMARAL - E do Pôsto de Nabileque 350 bezerrinhos, sabe para quem foram vendidos? O DEPOENTE - Não posso fixar o nome, mas através do levantamento eu lhe direi. O SR CELSO AMARAL - O Sr, digo, Serviço tem verba para prestar assistência ao Índio? O DEPOENTE - Existe verba chamada Assistência Social. Ela é de aplicação simples; engloba inclusive a questão de assistência médica, sanitária. O SR CELSO AMARAL - Existem muitos médicos para receber contas da gestão de Fernando? O DEPOENTE - Não, senhor. Quem prestou serviço ao tempo do Fernando foi o Major Vasco e um

626
137

capitão assistiu durante determinado tempo. Posteriormente, quando cheguei aqui, ainda daquele dia, estava de saída o Major Vasco, transferido para o Rio. Apresentou outro oficial, o Tenente Lana, que por sua vez está em licença para o Rio e que apresentou, em seguida, nessa ausência, o Tenente Coronel Gilceno, médico do Estado Maior. O SR PRESIDENTE - Acomodam-se os doentes aqui atrás? O DEPOENTE - Sim. O Fernando fez aí uma construção no sentido de transformar aquilo num ambulatório. Eu ampliei um pouco, fiz um sobradinho para o serviço de triagem. O médico examina e diz para onde deve ser mandado o doente. O SR CELSO AMARAL - O Dr. Esdido, Spindola, de Aquidauana, tinha conta para receber, autorizada pelo Fernando - não sabe se foi paga? O DEPOENTE - Não conheço. O SR CELSO AMARAL - A Inspetoria de Tupan está afeta ao senhor? O DEPOENTE - Não. Essa é zona de São Paulo. Ela foi vinculada mais a Brasília, à Seção de Estudos lá. O SR CELSO AMARAL - Em Mato Grosso há missões religiosas que prestam serviços aos índios? O DEPOENTE - Protestantes. Taunay, Buriti e Doutrados, digo, Doutados. Aos índios caiuás e aos índios Terenos. Quanto a eficiência, pelo que tenho observado, não só aqui como nos centros, uns por observação direta outros por observação indireta, todos exercem a sua assistência religiosa a contento, trazendo resultado extraordinariamente positivo. Até eu desejava que todos se transformassem. Todos os índios que já mudaram de religião palpam a vida metódicamente. O SR CELSO AMARAL - A Inspetoria tem recebido remédios? O DEPOENTE - Inclusive a pouco tempo recebemos. Tem relacionado uma quantidade grande, mais de 800 quilos de medicamento; uma parte para nós aqui, outra para Cuiaba. Entramos em entendimento com o Comandante da Base Aérea que fez o transporte para Cuiaba. O SR CELSO AMARAL - O Senhor conhece o Sr. Josias Macedo? O DEPOENTE - Conheci no ano passado. O SR CELSO AMARAL - Atualmente está no Rio. Ele declarou que enviou para cá 7 milhões de cruzeiros; que desses 7 milhões de cruzeiros o Fernando Cruz tirou 1 milhão e meio e guardou do apartamento dele Josias. Havia uma dotação de 7 milhões para ser enviada aqui para Campo Grande. Gostaria que o senhor afirmasse em relatório, as quantidades enviadas para cá, porque esta é uma das declarações fortes contra o senhor Fernando Cruz. Esse dinheiro ele pediu para o Josias guardar. E o Josias achou estranho. Guardou. No mesmo dia foi buscar e disse que ia para o Rio Grande do Sul levar o dinheiro. Outro depoente, a ex-Deputada Tereza Delta, diz que ele passou e guardou o dinheiro na casa dela e foi para o Rio Grande do Sul. Este é um ponto que a Comissão tem de esclarecer, porque o Sr. Fernando Cruz não tinha função nenhuma lá no Rio Grande do Sul. Foi com essa importância para lá, importância pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios. O DEPOENTE - Não tenho conhecimento disso. O SR CELSO AMARAL - As prestações de contas da Inspetoria são enviadas para Brasília e depois para o Tribunal de Contas, não é? O DEPOENTE - Exatamente. O SR CELSO AMARAL

627
 47
 Alísio de Carvalho 3-4
 Tem conhecimento de algum caso que o Tribunal tenha rejeitado? O DEPOENTE - Não. O SR CELSO AMARAL - Faltam elementos? O DEPOENTE - Às vezes há casos, aqui não tenho êsses casos, mas vez por outra acontece que o Tribunal baixa a diligências um processo. O SR CELSO AMARAL - Dinheiro pedido ao Fernando lá no Rio Grande do Sul e depois coberto pela 5ª Inspetoria -- sabe alguma coisa? O DEPOENTE - Não tenho conhecimento. O SR CELSO AMARAL - Então o que eu solicitava ao senhor são todos êsses dados que já deixei aqui. Sr. Presidente, são estas as minhas perguntas ao Sr. Alísio de Carvalho. Estou satisfeito por ora. O SR PRESIDENTE - Então, declaro encerrada a presente reunião e, como Presidente, agradeço a cooperação que nos trouxe o Sr. Alísio de Carvalho. O DEPOENTE - Estou às ordens. O SR PRESIDENTE - Encerrada a sessão.

Alísio de Carvalho
 Câmara dos Deputados

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SPI

DEPOENTE: MANOEL AURELIANO DA COSTA FILHO

REUNIÃO: 15/6/63 - 11 horas

Aos quinze dias do mês de junho de 1963, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Irregularidades no SPI, / compareceu o Sr. Manoel Aureliano da Costa Silva, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Declaro aberta a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, a qual veio a Campo Grande para esclarecer alguns pontos da matéria que lhe está afeta. Ouviremos hoje alguns depoimentos, a começar pelo Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho, que já se acha presente. S.S. deve prestar o compromisso legal de que vai dizer a verdade, e somente a verdade, do que souber e lhe fôr perguntado. O SR COSTA FILHO: Pois não. O SR VALERIO MAGALHÃES - Dou a palavra ao Relator, Deputado Celson Amaral, para iniciar o interrogatório. O SR CELSO AMARAL - Sr. Manoel da Costa Filho, o senhor sabe que esta Comissão foi formada para averiguar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, em especial, aqui em Mato Grosso, a questão de um atrito havido na reserva de Nabileque, em que o seu nome foi envolvido. O Diretor do SPI, em seu depoimento, afirmou que o senhor havia "grilado" 80.000 hectares das terras dos caduêus. Gostaríamos de ouvir um relato seu sobre o assunto. O SR COSTA FILHO - Quem disse foi o Sr. Moacir? O SR CELSO AMARAL - Sim. O Coronel Moacir de Oliveira Coelho, Diretor do SPI. O SR COSTA FILHO - Devo dizer primeiramente que não conheço o Coronel Moacir Ribeiro Coelho. Agora, possuo a área do Nabileque uma gleba de 3.800 hectares, / que comprei do Estado. Mas terras de índios nunca quis. Eu sempre disse que com índios não queria nada, porque terra de índios nunca quis tomar. Me convidaram para fazer posse. Digo: não adianta. Conheço o que é o Serviço de índios, e acho até que não protege, mas, ao contrário, persegue os índios. Dou provas. Quando estava no Pôsto o.... não me recordo agora o nome.... O SR CELSO AMARAL - Castelo Branco. O SR COSTA FILHO - Não; de antes. Passei nesse Pôsto. Estava uma verdadeira miséria. Mês de junho, muito frio, as criancinhas tôdas muito pálidas, enregeladas. Passei numa casa de comércio aqui, depois, e comprei 100 cobertores e mais algumas coisas. Empacotei dois fardos e despachei / para lá, distribuí entre as crianças, mulheres e velhos. Eles me falaram: Será que o senhor não podia arrumar roupa para nós? Perguntei: E

629
477

o Serviço para que serve? Responderam: Eles nunca nos deram nada. Eu disse que roupa velha ia ver se conseguia em Aquidauana, que lá tem uma coleta lá para conseguir roupa velha. Aí ficou acertado que mandaria essa roupa. Chamava-se Alberto Ferreira o Chefe do Pôsto, agora me lembro, o que estava na Inspetoria. Pois o Alberto comunicou a foi ordem daqui que eu não podia dar nada aos índios; escreveu carta dizendo que não mandasse as roupas, porque eles lá tinham ordem expressa da Inspetoria para não receber nada de particulares. Então não mandei. Passado o tempo, veio uma turma de índios na minha casa, seguramente 30 índios. De forma que chegou aquele pessoal todo. No geral, os índios de lá são feios, meio pretos, mal vestidos. Minha senhora saiu e disse: Tem aí um grupo de gente muito feia. Logo falei: São os índios cadiuêus. Estava um índio que se chama Barbosa. Me trouxeram de presente muita cerâmica e outras coisas. Ainda tenho tudo isso. Mandei os índios entrarem. Mandei comprar 50 Kg de carne, mandei fazer almoço e dei almoço a todos eles. O SR WILSON BARBOSA, Presidente - Sr. Costa Filho, vamos para os assuntos mais importantes - aqueles referentes à questão da terra, para os quais o Relator tem mais interesse. Essa parte de assistência nós já caracterizamos. O SR COSTA FILHO - Pois não. Quanto à questão das terras tenho aqui minha escritura também um mapa, que mostro aos Senhores Deputados (Mostre os documentos que são examinados). O SR CELSO AMARAL - Penso que a questão de terras só será perfeitamente esclarecida com o levantamento da região. Mas poderia o senhor esclarecer com relação ao atrito que houve e de que resultou a morte de um rapaz? O SR COSTA FILHO - Lá nunca houve nada. Pelo contrário, esses índios constantemente estavam na fazenda; iam buscar mandioca. Porque primeiro passavam no Retiro, primeiro passavam por onde morava o Walter e depois chegam à sede, que é a Lontra. Esses rapazes, o Walter e o Primitivo, pegavam gado.. O SR CELSO AMARAL - Eram empregados seus? O SR COSTA FILHO - Não. Eu dei essas terras para eles, para cultivarem no prazo de cinco anos - fazer invernadas, criar o número de gados que tinham. Depois de cinco anos deviam me entregar, com as benfeitorias, como dizia o contrato, as benfeitorias, com a madeira de lei, etc. Tem casa, curral, tem piquete, invernada, galpão, depósito. Mas, como estava falando, os índios têm a invernada fechada, mas eles não ligam muito para cercas. De modo que, de vez em quando, sai um lote de gado de pasto e se misturavam no gado desse rapaz. O SR CELSO AMARAL - O gado do pasto era marcado? O SR COSTA FILHO - Marcado com a marca do Serviço de Proteção aos Índios. Então, os rapazes pegam o gado, botavam no curral e mandavam avisar. Um dia, vieram 45. Vinham os índios, conversavam, comiam um churrasco e levavam embora o gado. Quer dizer, havia contacto sempre com todos esses rapazes, e nunca houve atrito, tanto assim que

630

639

1380

(3)

tivemos quase cinco anos em completo acôrdo. Depois que o Fernando - Cruz chegou, a primeira coisa que fêz foi ir a minha casa em Aquidauana. Chegou dizendo que era o novo Inspetor, que queria normalizar a situação, porque aqui havia muita roubalheira. Falei: Essa parte não me interessa, porque nada tenho com terras de índios, nem me interesso por terras de índios. Aliás, ainda lhe emprestei - isso não interessa à Comissão - uma ferramenta que até hoje não me devolveu, ferramentas de automóvel, como sejam, espátulas, chave de fenda, essas coisas. Levou e não me devolveu. Depois disso, os índios sempre mantiveram cordialidade entre uns e outros lá. Ia tudo correndo normalmente lá, até que vieram aqui uns rapazes comprar posse que o Fernando estava vendendo a Cr\$ 500.000,00 cada uma. O SR CELSO AMARAL - Vendendo posse? O SR COSTA FILHO - Sim. O sujeito comprava a posse, depois fazia o contrato para entrar lá. Mas dessa compra ele só dava um recibo, não costava nada em processo. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum desses beneficiados? O SR COSTA FILHO - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Podia citar o nome? O SR COSTA FILHO - O Ivo Mota, residente em Aquidauana, é um dos que compraram. O SR CELSO AMARAL - O senhor Ivo Mota comprou? Tem essa posse? O SR COSTA FILHO - Não tem. A posse que ele queria dar era a minha terra. Tem mais dois: o Alceu de Queiroz e o Baldomeiro Flores. O SR CELSO AMARAL - Esses três compraram a posse e pagaram? O SR COSTA FILHO - Pagaram em cheque - 1 milhão e 300 mil. Os três eram sócios. O SR CELSO AMARAL - E essa terra foi entregue a eles? O SR COSTA FILHO - Não. Eles foram com a carreta e pararam duas léguas distante da minha fazenda. Aí é que houve o choque, porque mandaram queimar a casa. Primeiro, passaram lá onde estava o Alceu. O SR CELSO AMARAL - Os índios? O SR COSTA FILHO - Os índios. Mas quem tinha atritado com o Fernando era o Ivo. Então os índios encontraram a carreta carregada com ferramentas. Saquearam a carreta, comeram toda a carne que tinha e prenderam o Alceu. Há depoimento disso na Polícia. E ainda meteram o revólver no ouvido do Alceu e perguntaram: "Você não é o Maninho? Temos ordem do Chefe para matar o Maninho, o Primitivo e o Walter." Walter é esse rapaz que está aí para depor também. O Alceu disse: "Eu não sou o Maninho; sou o Alceu de Queiroz." Um deles olhava e dizia: "Qual. É ele mesmo." Aí, prenderam o Alceu. E tudo com fuzis novos. Os índios não têm fuzis novos; só fuzis que não prestam, e o Alceu garante que tinha nada menos do que uns 15 fuzis novos lá, todos com balas na agulha. Ainda um índio meteu um revólver no ouvido dele, e o Alceu disse: "Vim aqui por ordem do Fernando para tomar posse." E o índio falou: "Não. Vocês são invasores de terra. Tomaram o revólver do Alceu e disseram: "Agora, vamos lá para matar o Primitivo." Como de fato foram. Chegaram lá atacaram a casa. Entrou um grupo pela frente e outro por trás. Os que entraram pelos fundos a pé

Boa noite

631
101

625
147 (4) 298 40

e o grupo da frente a cavalo. Eram cinquenta e poucos índios. O Primitivo só na porta, porque estava acostumado a encontrar índios. Um bugre que estava na frente parou um pouco. Veio um tal... Não me lembro o nome. Um prêto que comandava e atirou no Primitivo. O SR CELSO AMARAL - Era índio ou prêto? O SR COSTA FILHO - Índios mesmo, puro mesmo há muito pouco lá. Ou é meio paraguaio, ou meio correntino, ou prêto. Esse que eu digo é filho de um prêto que fala a língua dos índios lá. Ele é de lá. O pai dele é um tal de Rafael, um correntino. O SR CELSO AMARAL - Esses estavam na caravana que atacou a casa do Primitivo? O SR COSTA FILHO - Lembro-me agora: chamava Antônio Mendes. Esse prêto foi quem comandou a caravana. O SR WILSON BARBOSA - Isso não é ataque de índios, mas de bandidos. O SR COSTA FILHO - Sim. O Primitivo tinha chegado nessa hora. Depressa chegou e tirou o revolver da cintura. Os meninos já tinham vindo avisar que a bugrada estava sitiando a casa. O Primitivo sai na porta e fala com eles. Perguntou: "Que querem?" Eles disseram: "A casa, entreguem a casa." E atirou, e a bala pegou no Primitivo. Ele correu e passou a mão num fuzil que tinha escondido na cozinha. Ele desmaiou quando levou o primeiro tiro. Um menino com ele, pegou ele, sacudiu ele, e ele teve ação. Um índio chegou na porta e ele atirou e derrubou. O SR CELSO AMARAL - Matou? O SR COSTA FILHO - Não; quebrou a perna do bugre. Aí a bugrada começou atirar na casa. Diz a mulher que era tanto tiro como uma chuva. E ele ficou com duas balas. A mulher estava na porta, fechou a porta, e eles não puderam mais entrar. Ela esqueceu uma janela aberta e veio um bugre e começou a debochar dela. Depois puseram fogo na casa, começaram num carramanchão que tinha atrás. Falaram os de dentro: "Vamos sair, senão seremos queimados, morreremos queimados." O Primitivo disse: "Vamos morrer como homem." Os meninos disseram: "Vamos morrer queimados." Os índios falaram para a mulher sair / na frente. Ela correu e voltou assustada. Sairam os dois meninos e o Primitivo já baleado. Correram os índios atrás. Os meninos pegaram / um córrego que tinha, desceram e alcançaram o mato. O Primitivo foi passar a cerca e um bugre pegou ele. Chama-se Zito Rafael. Aliás, este é que é o filho do Rafael, o correntino a que me referi há pouco. Este, em cima do Primitivo, pegou uma faca e o degolou. Consta que veio para o Pôsto a orelha do Primitivo que eles cortaram. Tiraram, cortaram também o dedo que tinha o anel, a aliança. O Primitivo tinha 15 dias de casado. Tiraram a aliança e um outro anel de pedra. Depois, entraram na casa e tiraram tudo que tinha - máquina de costura um acordeão, e outras coisas. Tiraram o que puderam, meteram numa carreta e levaram para a aldeia. Mas saíram da casa do Primitivo e foram para a casa do Walter. Chegando lá na porteira, tinha um primo do Walter que foi recebê-los. Já eles vinham com um lote de 200

cabecas. Na Fazenda Lontra, carnearam uma vaca, comeram o que puderam e largaram tudo lá. O SR WILSON BARBOSA - O Walter quem é? O SR COSTA FILHO - É o rapaz que morava no Retiro. O SR WILSON BARBOSA - Seu empregado? O SR COSTA FILHO - É. Ele não estava. Estava um primo dele. O primo foi encontrar os bugres na porteira. Os bugres disseram: "Estamos aqui por ordem do Chefe Fernando Cruz." O primo disse: "Vocês vão me desculpar, vocês não me façam nada, porque minha mãe é velha e meu pai é velho." Eles disseram: "Vocês tirem tudo que tem para fora, que vamos queimar a casa. É a ordem do Chefe." Mas os bugres iam roubando tudo que tiram. Tinha um bugre com duas cadeiras atravessadas na garupa. E conforme os moradores iam tirando os bugres iam roubando. Nisso subiu em cima de uma casa de cupim um sujeito de chapéu panamá, botas amarelas, moreno. Na hora que puseram fogo na casa, que começou a arder tudo, ele estava batendo fotografias. Ora, eu nunca vi índio bater fotografia. O SR CELSO AMARAL - Não foi identificada essa pessoa? O SR COSTA FILHO - Eles não conhecem. Tirou fotografias de cima da casa de cupim. Aí, carnearam uma vaca lá na Fazenda, mataram cinco carneiros, tiraram só o pelego e jogaram a carne fora, e saíram. O que foi cavalo manso que acharam levaram tudo. O SR WILSON BARBOSA - Tudo seu? O SR COSTA FILHO - Tudo do Walter e do outro, porque eu não tinha criação minha lá. O SR WILSON BARBOSA - Quem comandava? O SR COSTA FILHO - Era o Antônio Mendes, o preto. O SR WILSON BARBOSA - Ele é pessoa ligada ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - É lá da aldeia, filho de índio, filho de índio cadieu. O SR CELSO AMARAL - Quando houve depoimento na Polícia, como ficou esse processo - tem conhecimento? O SR COSTA FILHO - Tenho. O processo é muito interessante, Sr. Deputado. O SR WILSON BARBOSA - Foi aberto em Aquidauana? O SR COSTA FILHO - Aqui em Campo Grande. Quando houve a denúncia, quem avisou foi o Dr. Lívio Costa. / Ele tem uma Fazenda lá ligada com a minha. O capataz do Dr. Lívio / passou um rádio para cá, contando a história toda. No dia seguinte, foi o Dr. Lívio, foi o Fernando e foi o Subchefe de Polícia, foram / todos para lá. Então, o Fernando não deixou o Chefe de Polícia ter contacto direto com os índios. Disse que estavam muito bravos. Foi lá sozinho, conversou bem e mandou os índios. Os índios confessaram para o Chefe de Polícia que tinham matado. O SR CELSO AMARAL - Mas / confessaram quem foi o mandante? O SR COSTA FILHO - Isso não sei. / Mas depois já o Chefe de Polícia não começou a agir, esse processo foi vagaroso. Os índios continuaram fazendo uma porção de ameaças lá. O Couto, Chefe de Polícia, mandou a Polícia lá para garantir os índios. Os índios roubaram e mataram e o Chefe de Polícia dá garantias a esses bandidos. Tanto que depois mandei buscar o resto do gado. / Mande gente armada, é claro. A Polícia desarmou meu empregado. Com

Dr. Lívio Costa

633
634

1383

(6) B98 C/m

niquei ao Couto e êle me disse que os revólveres seriam todos devolvidos. Não foram. Os melhores revólveres estão com os empregados do Serviço de Proteção aos Índios. Me mandaram dois revólveres velhos. Os dois eram revólveres Smith. Êles me mandaram outros revólveres e eu disse que não aceitava. Agora, temos um cabo da Polícia que falou aqui: "O revólver que tomamos de rapaz está com o Ducastel. Agora, êle nos deu 30 contos para não contar." Deu 20 contos para cada polícia e deu 30 contos para o cabo, e levou êsse cabo para jagunço dêle. O SR WILSON BARBOSA - Como é o nome do cabo? O SR COSTA FILHO - Não sei, mas é fácil, porque o José Mongenot sabe quem é êle. Era o comandante da escolta. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma coisa de venda de gado do Serviço de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Mas queria que o senhor fôsse bem positivo - vendas sem concorrência conhece alguma? O SR COSTA FILHO - Tôdas as vendas do Serviço de Proteção aos Índios feitas pelo Fernando foram sem concorrência, não houve nenhuma concorrência. Quando estava o outro chefe, êle fazia concorrência. Em mesmo concorri uma ocasião e ganhei. Aliás, eu estava em Cuiabá; li num jornal, falei: "Vou tomar parte." O SR WILSON BARBOSA - Que venda se fêz sem concorrência e para quem? O SR COSTA FILHO - Tenho tudo anotado aqui. No Pôsto de Tunay venderam 30 rêses. Sei para quem vendeu, mas não vou dizer. O SR CELSO AMARAL - O senhor precisa dizer. Somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, e necessitamos de todos os esclarecimentos / para levar a têrmo nosso trabalho. O SR COSTA FILHO - Foi vendido êsse gado para o Prefeito de Aquidauana. Em Taunay 30 rêses. O SR CELSO AMARAL - Para quem? O SR COSTA FILHO - Para o Sr. Fernando Ribeiro. Em Benjamin Constant foram vendidas 23 rêses. O SR WILSON BARBOSA - Para quem? O SR COSTA FILHO - Essas não sei. O SR CELSO AMARAL - Como soube dessa venda? O SR COSTA FILHO - Procurei me informar, e todos me disseram. O SR CELSO AMARAL - Essas reses eram gado de corte, ou eram touros? O SR COSTA FILHO - Não; gado novo. São chamados tourinhos. O SR CELSO AMARAL - Qual o outro? O SR COSTA FILHO - La Lima, 25 rêses. O SR CELSO AMARAL - Sabe para quem? O SR COSTA FILHO - Não sei, mas aí tem aquêle velho que mandaram daqui para São Paulo, para não depor nesse processo. O SR WILSON BARBOSA - Qual o velho? O SR CELSO AMARAL - Está no Pôsto de Capitão Iacri, em ITARIRI. O SR COSTA FILHO - Foi transferido para São Paulo com urgência. Como tem o Leonardo Correia. "Se o Coronel continuar na Chefia - disse - êle - não posso dizer, porque depois êle vai me perseguir. Êle já me mandou até me matar." Êsse é do Pôsto de Caiuá. O SR WILSON BARBOSA - Êsse que tem feito denúncias pelos jornais? O SR COSTA FILHO - É. O SR WILSON BARBOSA - O senhor não deve ter receio de citar o nome

634

638

1384

(7)

STC/M

dêle, êle não tem medo nenhum porque tem feito campanha pública. O SR COSTA FILHO - Mas fizeram tocaia contra êle por diversas vêzes. / Êle estava suspenso. Agora, quando houve essa Comissão é que êle foi reintegrado no Serviço. O SR CELSO AMARAL - Quais as outras vendas? O SR COSTA FILHO - Cachoeirinha, não sei. Capitão Vitorino, 10 rêses. O SR WILSON BARBOSA - Essas vendas eram anteriormente precedidas de editais? O SR COSTA FILHO - Tôdas. Editais em todos os jornais. Os 350 tourinhos que foram vendidos lá para o campo dos índios foram apartados por Amaro Antunes, de Bonito. O SR CELSO AMARAL - Êsses de onde são? O SR COSTA FILHO - Lá dos cadiuêus. O SR WILSON BARBOSA - Vendidos para quem? O SR COSTA FILHO - O Amaro Antunes foi quem apartou, residente em Bonito. O SR WILSON BARBOSA - Todos êsses sem editais? O SR COSTA FILHO - Sim. O SR WILSON BARBOSA - Todos da gestão do Fernando? O SR COSTA FILHO - Todos. São recentes. O SR CELSO AMARAL - Houve uma venda também recente que não foi entregue até hoje - tem conhecimento? O SR COSTA FILHO - Tenho. Uma venda de 100 tourinhos. Mas êles já receberam o dinheiro. O SR CELSO AMARAL - O Serviço de Proteção aos Índios já recebeu o dinheiro? O SR COSTA FILHO - Já. O SR CELSO AMARAL - Vendidos para quem? O SR COSTA FILHO - Para o Coronel Zelito, José Alves Ribeiro. O SR CELSO AMARAL - Foi sem concorrência? O SR COSTA FILHO - Foi, sim. Quero explicar por que eu fiquei sabendo disso, faço questão de mencioná-lo. Eu fui a uma festa e lá, conversando com o Mário de Oliveira, que foi incluído no Serviço de Proteção aos Índios pelo Fernando, incluído como funcionário, soube que êle tinha uma ordem de entregar. Nessa festa o Mário falou: "Êle diz que vem a Comissão e o Coronel diz que não vai poder receber aquêles tourinhos." Eu disse: "que tourinhos?" Êle disse: "Aquêles tourinhos que comprei." Quem foi lá para receber o dinheiro foi o Luiz Cunha da Inspetoria. O SR WILSON BARBOSA - Na gestão do Fernando? O SR COSTA FILHO - Sim, foi agora. O Fernando estava lá para Brasília. O SR CELSO AMARAL - O Serviço de Proteção aos Índios vendeu êsse gado e não podia entregar por causa desta Comissão? O SR COSTA FILHO - Isso quem disse foi o Mário, que era funcionário do Serviço de Proteção aos Índios. O SR CELSO AMARAL - Sabe o valor dessa venda? O SR COSTA FILHO - Não sei. O SR CELSO AMARAL - Sabe de outras vendas? O SR COSTA FILHO - Sei, sim. O SR WILSON BARBOSA - Uma pergunta, Sr. Costa Filho: essas vendas que eram assim feitas sem prévios editais eram feitas a preço corrente ou a preços vis, abaixo da tabela em vigor? O SR COSTA FILHO - Não sei, não posso informar. O SR WILSON BARBOSA - Acho um aspecto muito importante, creio mesmo que é fundamental, porque isso de ser publicado ou não é mera formalidade. Agora, a questão é o preço. É o que temos de levar em consideração. O SR COSTA FILHO - Não sei, nada posso informar. Agora, o

Mário de Oliveira pode informar, porque está entrosado. O SR WILSON BARBOSA - Mas ele é pessoa do Tico. O SR COSTA FILHO - O Tico é que conseguiu emprêgo para ele. Quando houve essa querela de mortes,,etc. o Tico pediu emprêgo a ele e colocaram ele. O SR WILSON BARBOSA - A informação que me chegou, não sei se é verídica, dessa venda ao Tico, a única de que eu tinha conhecimento, é que se processou pouco antes das eleições e que teria sido venda feita em bases comuns, negócios de preço corrente. Mas não fiquei sabendo o preço. Agora, este é o ponto fundamental a saber. O SR COSTA FILHO - Não sei o preço. Tenho mais aqui: 310 vacas. O SR CELSO AMARAL - Para quem? O SR COSTA FILHO - Vendidos para o Tico também. O SR WILSON BARBOSA - Quando isso? O SR COSTA FILHO - Há questão de dois meses. O SR WILSON BARBOSA - Também pelo Fernando? O SR COSTA FILHO - Também. O SR CELSO AMARAL - O Fernando deixou o Serviço de Proteção aos Índios, aqui em Mato Grosso bem há uns oito ou seis meses. O SR COSTA FILHO - Mas isso é gado que seu vendeu antes e está sendo entregue agora. O dinheiro já foi recebido há muito tempo. Esses tourinhos mesmo foram vendidos pelo Fernando. O SR WILSON BARBOSA - Reputo necessário ouvirmos o Tico. O SR COSTA FILHO - Isso quem me contou foi o Mário de Oliveira, que é pessoa do Tico. O SR WILSON BARBOSA - E o Mário de Oliveira está no Serviço de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - Acho que não está mais. O SR WILSON BARBOSA - Foi colocado como elemento que pudesse garantir a paz entre os fazendeiros. O SR CELSO AMARAL - Conhece outras vendas? O SR COSTA FILHO - Sim: 310 embarcados em Guaicurus, embarcados em nome do Serviço de Proteção aos Índios, mas dizem que era do Tico. Sei que 300 eram do Tico; 10 eram camofa. O SR WILSON BARBOSA - Que era isso? O SR COSTA FILHO - É o seguinte: O Mário de Oliveira tirou para ele. Mas não foi o Mário que me falou. O SR WILSON BARBOSA - Soube através de quem? ele furtou essas vacas? O SR COSTA FILHO - Ele estava entregando, e o Luiz Cunha, que é o Chefe do Posto Presidente Alves... O SR WILSON BARBOSA - Ele foi quem entregou essas vacas? Concordaram em que o Mário trouxesse mais 10 sem conferir? O SR COSTA FILHO - Sim, senhor. O SR CELSO AMARAL - Conhece outras vendas? O SR COSTA FILHO - Aqui tem mais: de 380 a 400 réses gordas, entre bois e vacas, foram vendidas para a Frima. O SR WILSON BARBOSA - Vendidas pelo Fernando? O SR COSTA FILHO - Não sei quando foram vendidas. Talvez pelo Érico Sampaio. O SR WILSON BARBOSA - Sem edital também? O SR COSTA FILHO - Também sem edital. E quem apartou esse gado lá foi o Saravi. O SR CELSO AMARAL - Conhece mais alguma venda? O SR COSTA FILHO - Esta é a última. O SR CELSO AMARAL - Conhece mais alguma irregularidade nas Inspetorias, nos postos do Serviço de Proteção aos Índios aqui? O SR COSTA FILHO - Conheço o seguinte: o Fernando, na época das eleições, vendeu os índios de Bananal. O SR CELSO AMARAL - A questão

630
907

640
1386
(9)
Mm

dos votos? O SR COSTA FILHO - Sim. O SR CELSO AMARAL - Já temos conhecimento disso. Ele nos declarou. É caso bastante grave. Disso já temos conhecimento. Sabe de mais alguma coisa? O SR COSTA FILHO - Essa questão dos fuzis, não sei se já falei aos senhores. O SR CELSO AMARAL - Já. Dez fuzis novos usados pelos índios, não é? O SR COSTA FILHO - Aliás foram 15 fuzis. O SR CELSO AMARAL - Exatamente, 15 fuzis. O SR COSTA FILHO - Ah, tem o seguinte: quando mataram lá o Primitivo, os próprios índios disseram: "O Chefe Fernando mandou levar o gado." Eles levaram quatrocentas e poucas cabeças, e carnearam 15 ou 20 rezes na aldeia que o Chefe Du Castel mandou. E outra coisa: quando atacaram lá, roubaram uma carreta com quatro juntas de bois, e uma carreta foi vista lá no posto guardada. Lá tem máquina de costura no Posto, sendo usada pela filha do Du Castel, que é o Inspetor lá. Tinha na casa do Primitivo uma concertina, um acordeão que foi vista em Campo Grande na casa dele. Uma máquina de costura Singer, uma carreta com 4 juntas de bois, um acordeão, 40 cavalos, animais cavaleiros, entre éguas e cavalos. Agora, tem mais um caso que conheço: o caso do Joel Jaques, que foi um entendimento de 300 contos lá para o Serviço de Proteção aos Índios, e vendeu uma caminhonete para o empregado do SPI José Mongenot, e essa caminhonete foi vendida, o Mongenot, o empregado, vendeu para o Serviço por 130 tourinhos. O empregado comprou a caminhonete do Joel lá na aldeia e vendeu para o Fernando. O SR CELSO AMARAL - Uma caminhonete F-100? O SR COSTA FILHO - É. Vendeu por 130 tourinhos. Esses 130 tourinhos foram vendidos para o Leônicio de Souza Brito. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Amaro Antunes, conhece ele? O SR COSTA FILHO - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Pertence ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Foram vendidos 314 bezerros de um ano, touros, vacas, bois, através do Sr. Amaro Antunes, sem concorrência pública, no Posto de Nabileque. O SR COSTA FILHO - São esses tourinhos de que há pouco falei. Mas / quem me deu informação da venda disse que eram 350 ou 312. O SR CELSO AMARAL - Conhece outra venda ao Sr. Nelson Rodrigues de Almeida de 18 cabeças de gado do Posto de La Lima. O SR COSTA FILHO - Dessa não tenho conhecimento. O SR CELSO AMARAL - São as mesmas que o Sr. Fernando Cruz vendeu na região da Terra Viva? O SR COSTA FILHO - É a mesma. Essa Terra Viva é para tapiar. Essa terra viva não tem água, é muito seca, porque as outras terras todas estão ocupadas. O SR CELSO AMARAL - Tem mais alguma coisa a declarar? O SR COSTA FILHO - Aqui também tem uma carta sobre a relação dos armamentos comprados na Casa Nasser - o senhor quer? O SR CELSO AMARAL - Quero. O SR COSTA FILHO - Mas aí não está relacionada a munição. O SR CELSO AMARAL - Mais alguma coisa? O SR COSTA FILHO - Tenho aqui também uma relação da viúva do Primitivo, uma relação de tudo que roubaram dela. O SR CELSO AMARAL

RAL - Isso seria interessante fazer um requerimento e enviar à Comissão em Brasília, a fim de que interceda para a devida indenização. O SR COSTA FILHO - Eu conheci o Pôsto Nalique, pôsto de cria, há um ano e pouco, com 4.000 cabeças de gado, e hoje não tem mais do que, / 200, de conformidade com declaração prestada pelo Mário de Oliveira, e receberam todos os anos de rendimento das terras. 1.200 animais. / Mas aí há muita camofa: se deixa mais barato; pega em dinheiro, fica pela metade. O SR CELSO AMARAL - Mas tem caso positivo disso? O SR COSTA FILHO - Falei com o Joel, e ele ia trazer o recibo. Eu estava na posse de uns 14 recibos para trazer. O SR CELSO AMARAL - Com referência a êsses animais que têm saído? O SR COSTA FILHO - Sim. Então, o dono veio em casa buscar o recibo. Eu perguntei: "Para quê?" Ele disse: "Houve ordem da Inspetoria para receber êsses arrendamentos, e eles exigem o recibo anterior." Mas é falso, pois êsses recibos / voltaram todos para lá; enquanto esta Comissão Parlamentar estiver aqui, não vem recibo nenhum. Todos eles têm recibo. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que a Inspetoria não dá novo recibo de arrendamento, / sem o recolhimento do recibo antigo? O SR COSTA FILHO - Sim, é ordem. O SR CELSO AMARAL - E quem está fazendo isso? O SR COSTA FILHO - O Sr. Enaques. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR WILSON BARBOSA - Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho, a Comissão agradece o seu comparecimento, e o senhor está dispensado. O SR COSTA FILHO - Pois não. O SR WILSON BARBOSA - Vamos ouvir a testemunha seguinte.

Manoel A. Costa Filho

Moço A. Costa Filho

RETIFICAÇÃO DO DEPOIMENTO

PAGINA 1

Agora, possuo uma area de 3.800 hect. da fazenda Nabileque do Fomento argentino; terra esta que foi adjudicado ao estado e não é terra de índio. Eu nunca invadi terra de índio, pelo contrário o Fernando Cruz com chefe dos índios, é que está invadindo a fazenda Nabileque, para vender posses de comum acordo com o Cel Moacyr Ribeiro Coelho, chefe do S.P.I.

PAGINA 3

Linha 31 - não é Maninho e sim Manequinho, que é meu apelido. Temos ordem do nosso chefe Fernando Cruz, para matar o Manequinho, Primitivo e Walter.

PAGINA 3

R\$ 1.500.000,00 e não 1.300.000,00 como consta na pagina 3.

PAGINA 6

Linha 6 - O revolver detonado do rapaz, está com o Ducastel, - funcionário do S.P.I., tão cúmplice quanto o Fernando Cruz, porque instigava os índios.

PAGINA 6

Linha 25 - Foi vendido esse gado, não só os 30 tourinhos, como as vacas todas. Todo o gado foi vendido pela metade do preço do comercio. Dinheiro esse que ele nunca empregou em benefício dos índios. Ao ponto de mandar fazer um campo de aviação na margem do rio Miranda, para ele (Fernando Cruz) e o Cel. Moacyr Ribeiro Coelho fazerem "bacanais" com duas meninas pobres que eles seduziram a 150 km. de Campo Grande.

PAGINA 7

Linha 9 - Os 30 tourinhos que foram vendidos lá no campo dos índios, foram apartados e comprados pelo Sr. Omero Antunes e não Amaro Antunes, como está no depoimento.

PAGINA

Linha 33 - Isso o que se, foi o Mario de Oliveira, que era funcionário do S.P.I. de Maracá. Indicado pelo Fernando Luiz Alves Ribeiro, (Tico) de acordo com o Fernando Cruz, para comprar gado do posto, barato.

PAGINA

Linha 37 - Essa venda, que era assim, feita sem prévio edital, - era feita a preço corrente e a preço vis, abaixo da tabela a vigôr. Resposta: - era feita a preço baixos ou seja a metade do valor ao Sr. - Fernando Luiz Alves Ribeiro (Tico).

PAGINA

Linha 3 - Tico apelido do Sr. Fernando Luiz Alves Ribeiro.

PAGINA 1

Agora, possui uma área de 3.800 hect. da fazenda Nabileque do Fomento argentino, terra esta que foi adjudicado ao estado e não é terra de índio. Eu nunca invadi terra de índio, pelo contrário o Fernando Cruz com chefe dos índios, é que está invadindo a fazenda Nabileque, para vender posses de comum acordo com o Cel Moacyr Ribeiro Coelho, chefe do S.P.I.

PAGINA 3

Linha 31 - não é Maninho e sim Manequinho, que é meu apelido. Temos ordem do nosso chefe Fernando Cruz, para matar o Manequinho, Primitivo e Walter.

PAGINA 3

R\$ 1.500.000,00 e não 1.300.000,00 como consta na pagina 3.

PAGINA 6

Linha 6 - O revolver detonado do rapaz, está com o Ducastel, - funcionário do S.P.I., tão cúmplice quanto o Fernando Cruz, porque instigava os índios.

PAGINA 6

Linha 25 - Foi vendido esse gado, não só os 30 tourinhos, como as vacas todas. Todo o gado foi vendido pela metade do preço do comércio. Dinheiro esse que ele nunca empregou em benefício dos índios. Ao ponto de mandar fazer um campo de aviação na margem do rio Miranda, para ele (Fernando Cruz) e o Cel. Moacyr Ribeiro Coelho fazerem "bacanais" com duas meninas pobres que eles seduziram a 150 km. de Campo Grande.

PAGINA 7

Linha 8 - Os 350 tourinhos que foram vendidos lá no campo dos índios, foram acartados e comprados pelo Sñr. Omero Antunes e não Amaro Antunes, como está no depoimento.

PAGINA

Linha 33 - Isso aconteceu, foi o Mário de Oliveira, que era funcionário do S.P.I. de Maracá. Indicado pelo Fernando Luiz Alves Ribeiro, (Tico) de acordo com o Fernando Cruz, para comprar gado do posto, barato.

PAGINA

Linha 37 - Essa venda, que era assim, feita sem prévio edital, - era feita a preço corrente e a preço vis, abaixo da tabela a vigôr? Resposta: - era feita a preço baixos ou seja a metade do valor ao Sñr. - Fernando Luiz Alves Ribeiro (Tico).

PAGINA

Linha 3 - Tico é apelido do Sñr. Fernando Luiz Alves Ribeiro.

PAGINA

640
1390
BPM

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

DEPOENTE - Nilce dos Santos Couto

REUNIÃO - 15/6/1963 - Campo Grande - Mato Grosso

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu a Senhora Nilce dos Santos Couto, a qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE (WILSON MARTINS) - Como é seu nome? A SRA NILCE COUTO - Nilce dos Santos Couto. O SR PRESIDENTE - Da. Nilce, a Senhora promete dizer a verdade do que souber e lhe fôr perguntado? A SRA NILCE COUTO - Prometo. O SR PRESIDENTE - Queremos que a Senhora exponha a esta Comissão alguns fatos de seu conhecimento a respeito do que ocorreu com seu marido, e também sobre outros assuntos que lhe serão perguntados relativos aos problemas dos índios, sobre a administração do Serviço de Proteção aos Índios. A SRA NILCE COUTO - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - A Senhora estava presente quando houve o ataque desses índios em sua residência? A SRA NILCE COUTO - Estava. O SR CELSO AMARAL - A Senhora podia identificar alguns dos agressores? A SRA NILCE COUTO - Não, conhecia nenhum. O SR CELSO AMARAL - Como se deu esse ataque? A SRA NILCE COUTO - Não sei por que, quando vimos, a casa estava rodeada de índios. Não deu tempo para nada. Vinham chegando e atirando em tudo. Bastante arma. Tudo com arma comprida. O SR CELSO AMARAL - A Senhora não distingue o que é espingarda e o que é fuzil? A SRA NILCE COUTO - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - A Senhora ouviu alguma declaração de algum índio que entrou na sua casa? A SRA NILCE COUTO - Não falaram nada. Eu pedia, eu implorava; eles debochavam pra mim. Diziam que não queriam fazer nada, mas queriam matar os horens que estavam lá. O SR CELSO AMARAL - Declararam quem eram os mandantes? A SRA NILCE COUTO - Não, senhor. Pedimos que eles nos deixassem sair com vida. Responderam pra mim que não queriam nada, mas matar o meu marido. O SR PRESIDENTE - E por quê? A SRA NILCE COUTO - Não sei. O SR PRESIDENTE - Tinha havido alguma coisa entre eles e seu marido? A SRA NILCE COUTO - Nunca houve nada, nenhum atrito, nada, nada. Os índios nunca foram para aqueles lados que o lugar é muito longe da aldeia. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que não conhece o nome de nenhum dos índios agressores? A SRA NILCE COUTO - Não conheço. O SR CELSO AMARAL - Irregularidades, não conhece nenhuma? A SRA NILCE COUTO - Não conheço. Porque era tudo misturado aqueles índios. Não falavam mesmo com a gente. Só debochavam. Estavam gritando muito, mas não falavam nada. Um deles me disse: "A Senhora pode ficar com calma,

641 ~~641~~ 5 1391
a Senhora pode sair com vida." O SR PRESIDENTE - Todos armados? A
SRA NILCE COUTO - Todos armados, quase todos com duas armas. O SR
PRESIDENTE - Não diziam se iam mandados por alguém? A Senhora não
ouviu? A SRA NILCE COUTO - Não diziam. O meu marido perguntou o
que êles queriam e êles respondiam que queriam matar o meu marido. O
SR PRESIDENTE - E o que causou essa revolta? O que a Senhora pensa?
A SRA NILCE COUTO - Só pode ser banditismo ou roubo. O SR PRESIDEN-
TE - Bem. Parece que são só êsses os esclarecimentos que desejávamos
da Senhora. A Senhora está dispensada. Agradecemos o seu comparen-
mento.

Nilce dos Santos Couto

641

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APUREM INFRACÇÕES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

DEPONENTE: Walter Sortica dos Santos (Campo Grande - Mato Grosso)
REUNIÃO : 15 de junho de 1963

Aos quinze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, compareceu perante a Comissão de Inquérito o Sr. Walter Sortica dos Santos. - O Senhor Presidente (Wilson Martins): Bem-vindo o deponente (Sr. Walter dos Santos): Walter Sortica dos Santos - O Senhor Presidente: O senhor promete dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado? - O Sr. Walter dos Santos: Prometo - O Sr. Presidente: O senhor está perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está a Campo Grande investigar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. O senhor vai depor a respeito de fatos que deve conhecer, ocorrências entre os índios eo Sr. Primitivo, que morreu num incidente. O que o senhor sabe a respeito? Estava presente? - O Sr. Walter Santos: Quando aconteceu esse incidente, eu não estava presente, porque tinha vindo trazer o gado. O Sr. Presidente: O senhor é proprietário do Manequinho? - O Sr. Walter dos Santos: Não senhor. Eu arrendava terras d'ele. Tinha arrendamento por cinco anos, para mim e para o Primitivo. - O Sr. Presidente: O senhor era sócio d'ele? - O Sr. Walter dos Santos: Não, senhor. Eu tinha uma posse e ele outra. O Sr. Presidente: Como se chama o lugar em que o senhor morava? - O Sr. Walter dos Santos: Santa Marta. - O Sr. Presidente: Qual a área dessa parte que o senhor tomava conta? - O Sr. Walter dos Santos: Podia ser três mil poucos hectares. - O Sr. Presidente: Estavam plantando lavoura? - O Sr. Walter dos Santos: Não, senhor. Tinha lavoura para o gado. O problema era criar gado. - O Sr. Presidente: O gado era seu? - O Sr. Walter dos Santos: Meu e do Primitivo. - O Sr. Presidente: O Manequinho não tinha nada lá? - O Sr. Walter dos Santos: De gado, não. Era só de terras dele. - O Sr. Presidente: Quando os índios invadiram o senhor estava onde? - O Sr. Walter dos Santos: Tinha ido trazer bois para vender. - O Sr. Presidente: Quem lhe contou alguma coisa sobre isso? - O Sr. Walter Santos: As pessoas que estavam lá. Os índios chegaram correndo, perguntando por mim, dizendo que queriam me matar. Já tinham matado o Primitivo. - O Sr. Presidente: E quem estava a sua procura? - O Sr. Walter Santos: Quem chefiava a turma era o Antônio Mendes. - O Sr. Presidente: E quantos índios eram, mais ou menos, sabe? - O Sr. Walter Santos: Eles contaram quarenta. - O Sr. Presidente: E porque acha o senhor que isso aconteceu? - O Sr. Walter Santos: Porque estavam em terras d'ele, que eram terras do Manequinho. - O Sr. Presidente: Mas o Manequinho teve alguma culpa?

com eles? - O Sr. Walter Santos: Que eu saiba, não. - O Sr. Presidente: As terras eram de fato apossadas pelos índios? - O Sr. Walter Santos: Não, senhor. Não apossavam nada. Era campo jogado, ninguém apossava. Os índios de vez em quando caçavam, pescavam e também viviam. O meu gado roubaram. - O Sr. Presidente: E qual a distância da terra deles, da aldeia deles a essas terras? - O Sr. Walter Santos: Mais ou menos quatro léguas. - O Sr. Presidente: Alguma vez ali estacaram lá para dizer que as terras eram deles? - O Sr. Walter Santos: Me falaram, antes de acontecer aquilo, que devíamos mudar, que as terras eram deles, que o Manequinho era sujo na Inspeção. - O Sr. Presidente: Quem disse? - O Sr. Walter Santos: Antônio Mendes. - O Sr. Presidente: Quando esteve antes? - O Sr. Walter Santos: Vinte dias mais ou menos. Eu fui à Inspeção e falei com o Inspetor Castelo Branco. - O Sr. Presidente: E que disse ele? - O Sr. Walter Santos: Índio não sabe. Índio só sabe a coisa mandada. Acho que vamos fazer isso para vocês. Isso é banditismo. Não precisa mais pensar / nisso. Estou esperando o Fernando, porque vamos fazer a medição e vamos ver se as terras são do Manequinho ou não; se fôr, vocês ficam; se não fôr, vocês têm de sair ou arrendar. Agora, não sabemos se vamos arrendar a vocês, porque entraram lá como intrusos. Eu disse "Intruso, não, porque nós viemos por ordem do Manequinho. Agora, se não fôr, nós pagamos renda para o Serviço, desde o dia em que entramos. - O Sr. Presidente: Os índios deram grandes prejuízos a vocês com as coisas que tiraram? - O Sr. Walter Santos: Tiram muita coisa. Só do nosso gado faltou trezentas reses que os índios levaram. - O Sr. Celso Amaral: Foram do Primitivo? - O Sr. Walter Santos: Sim. - O Sr. Celso Amaral: Quantas mais ou menos o Primitivo tinha não sabe? - O Sr. Walter Santos: Acho que umas quinhentas reses. - O Sr. Celso Amaral: E suas? - O Sr. Walter Santos: Mil e poucas reses. - O Sr. Presidente: Para criar em que área de terra? - O Sr. Walter Santos: Nesses três mil e oitocentos hectares. O Sr. Presidente: Propuzeram ação contra o Serviço de Proteção aos Índios para pedir indenização desse gado? - O Sr. Walter Santos: Conversei / como Coronel, vim aqui falar com ele. - O Sr. Presidente: Como vai o processo? Está em andamento? - O Sr. Walter Santos: Não, senhor. Viemos aqui para ver se eles pagavam em acôrde, para não ter de mover / ação. Eles prometeram que pagavam. Mandaram a gente trazer prova, / testemunha de que tinha o gado. Eu disse que tinha as provas e que ia trazer. Mas o Coronel nunca mais apareceu aqui. - O Sr. Celso Amaral: Na ocasião que procuraram sua casa para queimar, o senhor Joel é quem estava lá? Quem estava? - O Sr. Walter Santos: Era o João Paiva e o Aldo Jaques que moravam comigo lá. - O Sr. Celso Amaral: O senhor conhecia os índios que estavam lá? - O Sr. Walter Santos:

O Sr. Walter Santos: Conheço bem só dois: Antônio Mendes e João Paim
el. Aliás, três: tem um tal de João Cabeça também. - O Sr. Celso Ama-
ral: E que disseram ao rapaz? - O Sr. Presidente: digo, O Sr. Walter
Santos: Disseram que foram mandados pelo Fernando para retirar a
queimar a tralha que tinha na casa, queimar tudo, não era para re-
tirar nada. E, se quisesse retirar o gado, era aquele dia; depois, não
podia mais retirar. - O Sr. Celso Amaral: Junto aos índios, tinha al-
gum branco, algum sujeito de botas amarelas, com chapéu panamá.
O Sr. Walter Santos: Tinha, sim. Inclusive lá em casa tiraram foto-
grafias da casa queimando. - O Sr. Celso Amaral: Quem tirou? - O Sr.
Walter Santos: Os bugres. - O Sr. Celso Amaral: Os bugres ou esse su-
jeito? - O Sr. Walter Santos: Não sei dizer. - O Sr. Celso Amaral: /
Quem informou? - O Sr. Walter Santos: O Aldo e o João Paim que esta-
vam lá. Eles viram. - O Sr. Celso Amaral: O Joal e esse outro rapaz/
conheciam o Fernando Cruz? - O Sr. Walter Santos: Não, senhor. Um
dia antes ainda tinha sobrevoado um avião lá em cima do Retiro. - /
O Sr. Presidente: E esses dois onde estão? - O Sr. Walter Santos: Tra-
balhando numa fazenda para os lados de Miranda. - O Sr. Celso Amaral
Quer dizer que não conheciam o Fernando? - O Sr. Walter Santos: Não,
senhor. - O Sr. Celso Amaral: E nem de traços, nem de fisionomia
descreveram como era essa pessoa que tirou as fotografias? - O Sr.
Walter Santos: Não, senhor. Só quem nós conhecíamos era o Castelo /
Branco que tinha ido lá. - O Sr. Celso Amaral: Depois disso, esteve
com o Fernando Cruz? - O Sr. Walter Santos: Estive. - O Sr. Celso Ama-
ral: Que lhe disse ele? - O Sr. Walter Santos: Conversando, ele fa-
lou: "É você, Walter, que estava lá?" Eu disse: "Era nós mesmo".
Ele falou: "Mas eu não esperava que era vocês; se não, não tinha ma-
dado fazer isso pra vocês. Nunca pensei que fôsssem vocês. Passei
uma vez na casa de vocês e vocês me trataram muito bem. Se eu sa-
besse, não mandava. Isso aconteceu só porque o Manequinho quer fi-
car dono daquelas terras". - O Sr. Celso Amaral: Declarou isso onde?
- O Sr. Walter Santos: No Serviço de Proteção aos Índios. - O Sr. Pre-
sidente: Tinha alguém perto? - O Sr. Walter Santos: Estava o Paulo /
Simões e um outro. - O Sr. Presidente: O Paulo Simões ouviu isso? -
O Sr. Walter Santos: Ouviu, sim, senhor. - O Sr. Celso Amaral: Ouviu/
o Fernando declarar que, se soubesse que era o senhor que estava lá,
não teria feito aquilo? - O Sr. Walter Santos: Sim, senhor. - O Sr. /
Presidente: Se o Paulo Simões confirmar isso, é problema da maior /
gravidade. - O Sr. Walter Santos: O Fernando falou: "Se você me con-
ta, eu tinha arrumado tudo. Você por que não me falou no dia em que
passei na sua casa?". - O Sr. Presidente: Por que eles sempre nega-
ram que tivessem mandado? - O Sr. Walter Santos: Ainda fôra, disse, /
falou: "Você não tem culpa nenhuma. O outro era bandido, estava lá".

bugres". Eu falei: "Não matou, não, senhor". - O Sr. Presidente: O Primitivo já tinha sido processado alguma vez? - O Sr. Walter Santos: Não, senhor. - O Sr. Celso Amaral: Ele declarou que o Primitivo tinha aleijado um bugre. - O Sr. Presidente: Sabe de alguma verdade feita pelo Serviço de Proteção aos Índios a outras pessoas? - O Sr. Walter Santos: Não, senhor. - O Sr. Celso Amaral: Só tem conhecimento sobre esses fatos, mais nada? - O Sr. Walter Santos: Só. A gente ouve falar de outras coisas, mas não tem certeza. - O Sr. Celso Amaral: De fatos concretos, não sabe? - O Sr. Walter Santos: Não, senhor. - O Sr. Presidente: As informações que chegaram a nós diziam que o Manequinho ocupava área muito maior do que três mil e setecentos hectares - O Sr. Walter Santos: Sei que a medida não é exata. - O Sr. Presidente: A área ocupada deve ser maior? - O Sr. Walter Santos: Deve ser maior, porque não tem divisa com ninguém, é fundo de campo. - O Sr. Presidente: E os comentários da vizinhança ali, conversas que vocês tinham com as pessoas lá por perto -- o / que elas diziam sobre aquelas terras, que eram dos índios, digo, / índios? - O Sr. Walter Santos: Diziam que não eram do Manequinho, que nós devíamos ir ao Pôsto pagar arrendamento. - O Sr. Presidente: E sabe de algum atrito entre o Manequinho e os índios? - O Sr. Walter Santos: Não, senhor. - O Sr. Presidente: Quer dizer que toda a briga surgida foi porque os índios achavam que a terra era deles? - O Sr. Walter Santos: Sim. - O Sr. Presidente: E tinham avisado vários dias antes, e vocês não saíram e eles voltaram? - O Sr. Walter Santos: Sim, senhor. E o Castelo disse que nós podíamos ficar tranquilos lá. - O Sr. Presidente: Deu garantias a vocês? - O Sr. Walter Santos: Deu garantias. - O Sr. Celso Amaral: Declararam ao senhor que os índios estavam armados com fuzis? - O Sr. Presidente: Fuzis ou espingardas? - O Sr. Walter Santos: Fuzil, mosquetão. Todos eles têm mosquetão lá. - O Sr. Celso Amaral: Havia fuzis novos? - O Sr. Walter Santos: Novos também. - O Sr. Celso Amaral: O Fernando declarou que não conhecia a região, que não tinha estado lá. - O Sr. Walter Santos: Mas ele estava lá quando os índios foram mandados. / Eles falaram: "Temos pressa de ir, porque o Chefe está esperando". O Fernando foi visto. Um tal de Antônio Martins, pessoa do Pôsto, viu o Fernando lá. - O Sr. Celso Amaral: Quem é? - O Sr. Walter Santos: É arrendatário dos índios. - O Sr. Celso Amaral: O inspetor / era o Castelo Branco? - O Sr. Walter Santos: Lá era o Castelo Branco, lá no Presidente Alves. - O Sr. Celso Amaral: Sr. Presidente, estou satisfeito. - O Sr. Presidente: Sr. Sortica, nós agradecemos o seu depoimento. O senhor está dispensado.

Walter Sortica dos Santos

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Presidente: WILSON MARTINS

Deponente: BENEDITO CAMPOS COUTO

Reunião: 17 de junho de 1963 (Campo Grande - Mato Grosso)

Aos dezanete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito compareceu Senhor Benedito Campos Couto que prestou o seguinte depoimento: O SENHOR PRESIDENTE: Declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Devemos aqui ouvir hoje algumas testemunhas já arroladas. Em primeiro lugar, será ouvido o Major Benedito Campos Couto, Delegado Especial de Polícia da Zona Sul do Estado de Mato Grosso, a quem se dá a palavra para que tome lugar à mesa. (Pausa). Major Benedito, esta Comissão, requerida pelo Deputado Edson Garcia e constituída pela Câmara dos Deputados, deve fazer o exame da situação geral do Serviço de Proteção aos Índios. Transportamo-nos para Mato Grosso, para esta cidade onde funciona a sede da 5ª Inspetoria, a fim de, em contato direto com as pessoas, poder tirar uma impressão exata daquilo que realmente se passa no Serviço. O senhor vai fazer declarações sob o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. O SR. MAJOR COUTO: Posso. O SENHOR PRESIDENTE: Inicialmente, eu lhe pergunto se são verdadeiras as declarações do antigo Chefe da 5ª Inspetoria, Sr. Fernando Cruz, declarações a esta Comissão Parlamentar, em Brasília, de que sofreu aqui em Campo Grande, quando no exercício de suas funções, oposição por parte de fazendeiros, motivada pelo seu desejo de implantar a moralidade no Serviço e fazer com que as terras ocupadas por esses fazendeiros fossem delimitadas, de modo a que o Serviço pudesse receber um rendimento de sua propriedade. O SR. MAJOR COUTO: Não posso informar ao senhor com certeza. Veladamente, observei que de fato existia uma má vontade dos fazendeiros para com o Sr. Fernando Cruz. Mas, não levando em consideração esse movimento, que não sei se deu início, não estou a par, soube que eles ficaram aborrecidos com ele, em virtude de aqueles fatos ocorridos da morte de um rapaz, o Primitivo. Dali surgiu uma espécie de má vontade, porque também se sentiram ameaçados; mas eles providenciaram pelos canais competentes, ao que me parece solicitaram à Associação dos Criadores que desse conhecimento a quem de direito dessa atitude do Fernando, para ver se evitava o mal maior. O SENHOR PRESIDENTE - E o senhor teve oportunidade de prestar alguma assistência policial ao Chefe da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios aqui? O SR. MAJOR COUTO - Em novembro de 1962, tive conhecimento por intermédio de políticos de Campo Grande, notícias vagas.

647

havia ocorrido um crime no município de Mutum, na região de Aquidauana. Procurei entrar em contato com o Sr. Fernando Cruz para saber dos fatos e inclusive pedir recursos a ele a fim de irmos até lá, porque a Polícia não dispõe de meios. Ele não estava; encontrava-se num posto de índios em Aquidauana, perto de Aquidauana, em Taunay. Disseram-me no Serviço que iam chamá-lo pelo rádio. Tão logo ele chegou, imediatamente conseguiu um avião e fomos lá para o Posto Presidente Alves de Barros. Ali, encontramos vários índios, cerca de oitenta. Fomos ao Posto de Malique e lá tomamos contato com, digo, contato da situação. O rapaz encarregado do Posto disse que os índios estavam revoltados, que tinham passado por ali e tomado umas carabinas, que lhe tinham pedido uma vaca e ele mandou matar, que eles desarmaram os colonos, tomaram o que tinham e foram em frente. Disse que estavam os índios atrás de um agrimensor que estava querendo medir. Acho que era o Dr. Serônio, que naquela época estava por lá medido, digo, medindo a fazenda do Doutor. Esse Doutor andava por lá de avião, sobrevoando a região para fazer a medição. Os índios andavam atrás d'ele. De início pensei que fôsse isso e fomos ao Posto Presidente Alves. Ali tomei conhecimento de que andaram atrás desse pessoal mas não conseguiram localizar; queriam pegar, tomar os aparelhos e botar todo mundo para correr, a fim de impedir a demarcação. Era demarcação fora da reserva, era no Niotaca, na terra do Dr. Ovídio. Aí tomamos conhecimento de que haviam matado um posseiro lá, o Primitivo Couto. O local era de muito difícil acesso e quando fomos já era tarde. Voltamos para tomar outras providências, e regressando a Campo Grande, detestei ao Delegado que instaurasse inquérito em Aquidauana. Ele fez e encaminhamos para Corumbá. No decorrer do inquérito, constatamos que o lugar do crime era o município de Corumbá; então remetemos os autos para a Justiça de Corumbá. O SENHOR PRESIDENTE - Em que fase se encontra? O SR. MAJOR COUTO - Não sei informar. O SENHOR PRESIDENTE - E por que os índios se levantaram contra os fazendeiros e foram para lá e mataram o Primitivo? Qual a razão disso? Que determinou esse levante, esse crime, no seu modo de entender? O SR. MAJOR COUTO - Quero crer que queiram cobrar renda daquelas terras. Quem faz a cobrança em certas tribos são os próprios índios, a mando da Chefia. Eles devem ter ido receber por duas ou três vezes e o rapaz não concordou, porque tinha acerto com o Manequinho, que se dizia dono das terras e havia colocado esse rapaz lá. O SENHOR PRESIDENTE - E a opinião dominante na região é de que as terras são dos índios ou do Sr. Manequinho? O SENHOR MAJOR COUTO - A conversa de um índio velho dizia que aquelas terras são da Inspetoria. Segundo constava, o Sr. Aldo Barbosa, que foi chefe dos índios, certa vez colocou um marco lá. O SENHOR PRESIDENTE - Quer dizer que o levante se deu porque os índios queriam cobrar rendas e os fazendeiros não queriam pagar a eles, mas se não...

648
107

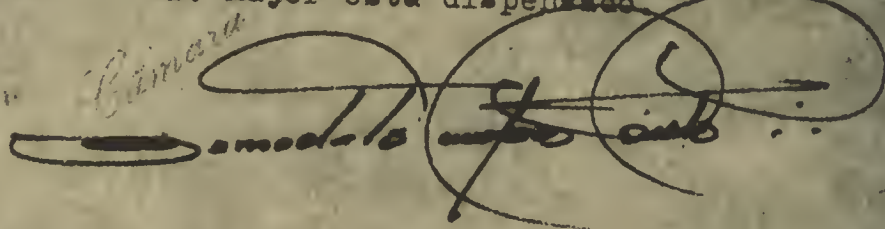
O SR. MAJOR COUTO - Sim. O SENHOR PRESIDENTE - Isso o senhor viu ou se conversou com os índios lá? O SENHOR MAJOR COUTO - Sim. Lá as duas vezes não conseguiram. Na terceira, fizerram isso. O SENHOR PRESIDENTE - Na sua opinião e, digo, sua opinião e por conhecimento direto ou indireto, acha que o Sr. Fernando Cruz, ou algum chefe de serviço ou algum chefe graduado incitou, estimulou os índios para atacar aqueles fazendeiros? O SR. MAJOR COUTO - Para matar, não; para receber o arrendamento devido, acho que sim. A intenção dos índios parecia que era fazer despejo, o que fizeram com dois mais, além da vítima; fizeram despejo, queir, digo queimaram a casa e deixaram tudo limpo. O SR. CELSO AMARAL - O senhor, a mim pessoalmente, ontem, declarou que os índios tinham ido lá, segundo eles mesmos diziam, a mando do chefe, e não diziam quem era o chefe? O SR. MAJOR COUTO - O "chefe" deve ser o Sr. Fernando Cruz, que então era o Chefe da Inspetoria aqui. O SENHOR PRESIDENTE - Naquela ocasião que o Fernando Cruz esteve aqui e se julgava ameaçado pelos fazendeiros, essas ameaças, pelo que o senhor teve conhecimento em virtude das suas funções, eram fundadas? Ele tinha razão de se dizer ameaçado, inclusive de morte? O SR. MAJOR COUTO - Certa vez, aqui e em Aquidauana, observei que vários fazendeiros vieram falar comigo e estavam revoltados. Eu me senti até coagido. Eu até defendi o Fernando, porque não queria que houvesse atritos. Senti que eles estavam realmente brabos. Inclusive o pai da vítima, que, depois disso tudo, vinha trazendogado, morreram quarenta e tantas cabeças com um raio que caiu. O SR. PRESIDENTE - E o procedimento do Fernando, pelo que o senhor presenciou, era procedimento correto? Ele foi injustiçado ou ele deu causa a essa revolta dos fazendeiros? O SR. MAJOR COUTO - Acho que, em virtude desses fatos, surgiu a má vontade dos fazendeiros. O procedimento dêle lá dentro não tenho conhecimento. O SENHOR PRESIDENTE - Conhecimento funcional não tem? O SENHOR MAJOR COUTO - Não tenho. O SENHOR PRESIDENTE - Conhece alguma irregularidade, algum ato dêle que possa auxiliar a Câmara, esta Comissão a ver a verdade de seu procedimento, alguma coisa que possa servir de base a uma atuação. O SR. MAJOR COUTO - Dêle não sei nada. O SENHOR PRESIDENTE - Teve oportunidade de mandar uma pessoa para ficar ao lado dêle? O SR. MAJOR COUTO - Sim. O SENHOR PRESIDENTE - Quem era? O SENHOR MAJOR COUTO - Um plicial, um auxiliar de polícia que temos aí, o Sr. João Edgard de Oliveira. O SENHOR PRESIDENTE - Pessoa de confiança? O SR. MAJOR COUTO - Exato. O SENHOR PRESIDENTE - Essa pessoa ficou ao lado dêle com que objetivo? O SR. MAJOR COUTO - Para garantir. O SENHOR PRESIDENTE - Em outra ocasião houve uma intervenção por parte da Região Militar, que mandou buscar o arquivo do SPI; que foi aquilo? O SR. MAJOR COUTO - Como se dizia, giria, aquilo foi "fofoca". Não havia nada e surgiu um boato. Um dia eu fui chamado quando me encontrava no cinema. Diziam que estava havendo uma revolução em Aquidauana, que os índios estavam

647
107

de guerra, que a polícia estava indo para lá. A minha, não, não era a Aquidauana. Que estavam aconselhando os índios a que se mantivessem na reserva. Mas foi tudo história, não havia nada disso, digo, não havia nada disso. O SENHOR PRESIDENTE - Demóstenes Martins teve ocasião de falar a respeito? O SR. MAJOR COUTO - Tave. Foi à Delegacia e perguntou o que havia, porque ouvira dizer que eu estaria ganhando dinheiro para mandar assassinar o Fernando quando ele estivesse aqui. Em Aquidauana, quando estive lá, fora da Delegacia, estava fazendo inquérito com relação não me recordo se foi com a morte do rapaz ou outro fato, um elemento que estava na calçada gritou: "Um dia vou lá e vou matar o Sr. Fernando". Eu disse: "Não vai, não. O que é isso". O negócio estava no pé. Eu, vendo isso, deixei um rapaz com o Fernando. Isso conversando com ele lá no Posto, à noite: "É interessante que você fique com essa pessoa." Esse rapaz ficou com ele muito tempo. O SENHOR PRESIDENTE - Isso serenou o ambiente? O SR. MAJOR COUTO - Completamente. Esse homem de hoje é o reverso dele: calmo, sereno. O SENHOR PRESIDENTE - Há hoje problema na 5ª Inspetoria do SPI? O SR. MAJOR COUTO - Nenhum. O SR. RACHID MAMED - O senhor disse que, quando constatou que tinha um destacamento policial, previu que tinha sido de Aquidauana e previu que tinha sido o Deputado Edison Garcia, por quê? O SR. MAJOR COUTO - Porque ele estava interessado em que essa gente mantivesse a posse da fazenda lá. Essa posse entrou em atrito com a área dos índios. O SR. RACHID MAMED - O senhor previu isso? O SR. MAJOR COUTO - O Deputado Edison Garcia estava na Delegacia e deu a entender que a Polícia não poderia manter a posse, fazer com que o fazendeiro voltasse com a posse. Eu falei: "Não faço isso porque vai dar confusão. Os índios disseram que não ficava mais lá, porque eles tiravam. Acho melhor reclamar oficialmente." O Fernando viu que o Deputado Edison aqui não conseguiu com a polícia, ou talvez estivesse pensando que fosse a polícia de Aquidauana, mas não foi ninguém para lá. Posteriormente, mandei a polícia para a fazenda completamente fora da reserva. Os índios estiveram lá e expulsaram os empregados, largaram tudo. O meu pessoal ficou lá uma semana. Depois, não tive mais novidade. O SR. RACHID MAMED - O Deputado Edison Garcia teve oportunidade de procurar o senhor mais de uma vez, para tratar desse assunto? O SENHOR MAJOR COUTO - Acho que só uma vez. O SR. RACHID MAMED - Parece que devia ser coisa judicial? O SR. MAJOR COUTO - Se não tivesse tanta confusão até daria para a polícia manter. O SR. RACHID MAMED - E depois do atrito que culminou com a morte daquele empregado, o Deputado Edison Garcia esteve a sua procura? O SR. MAJOR COUTO - Foi exatamente nessa época. Antes nunca se falou nisso. O SR. RACHID MAMED - Mas V. Sa. havia dito que fôra até aquela região, porque se iria efetuar ali uma medição e supôs que fôsse em virtude dessa medição que os índios tivessem assaltado. O SR. MAJOR COUTO - Fôra ali, por isso chamamos. Recebi um seletivo de Guaicurus que dizia: que os índios

657
ET
por aqui e disse que um grupo de índios havia matado um fazendeiro que haviam matado fazendeiros. Foi essa a notícia. Então procurei o Fernando. O SR. RACHID MAMED - Desejava que o senhor me desse explicações sobre os armamentos. Por que fizeram compra disso aqui? O SR. MAJOR COUTO - Armaram os índios depois da confusão, porque eles tinham necessidades, digo, tinham medo que os fazendeiros fossem lá acabar com os índios. Antes, eles tinham mosquetões muito velho, nada de armas novas. Eu não vi nenhuma. O SR. RACHID MAMED - E que pessoa era esse Primitivo? O SR. MAJOR COUTO - Era criminoso no município de Bonito, fugitivo da polícia, matou um velho num baile. O SENHOR PRESIDENTE - Sem motivo? O SR. MAJOR COUTO - Não sei da particularidade. O SR. RACHID MAMED - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SENHOR CELSO AMARAL - Major Couto, o senhor tem conhecimento de que o Fernando conhecia bem a região, a reserva dos cadiués? O SENHOR MAJOR COUTO - Não tenho. Vi um dia ele lá na Inspetoria com o Deputado Edison, discutindo a respeito. O Dr. Edison mostrou um mapa e ele mostrou outro. O Deputado Edison disse: Não sabia deste. Inclusive mostrou o ato que o nomeou, escrituras, etc., isso o Fernando. O SENHOR CELSO AMARAL - O Sr. Fernando Cruz declarou que foram pedidas medidas para a prisão de criminosos existentes na reserva, índios, e que nenhuma providência foi tomada por parte da polícia. O SENHOR MAJOR COUTO - Ele nunca fez uma solicitação nesse particular. Logo que chegou aqui, esteve na Delegacia, disse que era o novo Chefe da Inspetoria, declarou que ia passear por aquela zona e que parecia que tinha muita gente por lá. Falei: "Realmente, a informação que temos é de que lá se escondem muitos criminosos. Se o senhor quiser trabalhar de acordo comigo, vamos acabar com aqueles bandidos lá." Até pedimos destacamento lá para essa finalidade, ele sugeriu, e poderei, digo, e eu ponderei sobre a deficiência de verbas para manter destacamento tão longe. Ele disse que dava jipe, alimentação para presos, etc. Mas tudo isso ficou só em conversa. O SENHOR CELSO AMARAL - Na reunião dos pecuaristas de Mato Grosso, da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, o senhor esteve presente? O SENHOR MAJOR COUTO - Estive. O SENHOR CELSO AMARAL - E declarou que, na diligência que fez àquela região, verificou que os índios assassinaram bárbaramente o Primitivo, etc. Tenho aqui escritas suas declarações. O SENHOR MAJOR COUTO - Achei prudente manter certa tolerância. O SENHOR CELSO AMARAL - O senhor teve um cabo no destacamento, um policial que foi para o Amazonas com o Fernando - sabe por que ele foi para o Amazonas? O SENHOR MAJOR COUTO - Não. Após esses fatos todos, o Fernando ficou com medo que os fazendeiros fossem atacar os índios. A situação aqui estava perigosa. Prometi criar um destacamento lá para garantir os índios. Então, conseguimos quatro elementos e mandamos para lá, com a finalidade de manter a ordem, isto é, não permitir que os fazendeiros fossem matar. Então, os soldados começaram a descer para

657 610
passasse por lá. Desapareceram até nisso dois revólveres que ninguém sabe para onde foi. Uma das causas da reunião dos fazendeiros era que desarmasse os índios. Mas eu disse que tinha de haver colaboração da Chefia dos índios. O Fernando não estava. Pedi ao Jurandir que colaborasse comigo. Fiz ofício ao Fernando pedindo as armas que o Jurandir havia traido de lá, porque o cabo afirmou que tinha entregue ao Sr. Jurandir. Quando o Coronel chegou, fui falar com ele. Ele me entregou os revólveres. Mas quando cheguei junto aos donos os revólveres estavam todos trocados. O SENHOR PRESIDENTE - E essa troca teria sido feita pelo Serviço? O SENHOR MAJOR COUTO - O Cabo disse que entregou ao Jurandir e o Jurandir disse que recebeu aqueles. O SENHOR CELSO AMARAL - Ele desertou, o cabo? O SENHOR CELSO AMARAL - Estou satisfeito, Sr. Presidente. O SENHOR PRESIDENTE - Desejo agradecer ao Major Couto a colaboração que trouxe à Comissão Parlamentar de Inquérito. Nosso propósito aqui é esclarecer a verdade, a fim de fazer com que o SPI funcione normalmente e preste os serviços que todos esperam. Não temos o objetivo de pressionar ninguém, mas também não queremos que se esconda a verdade. Queremos levar para a Câmara elementos que possam ao nosso Relator, Deputado Celso Amaral, apresentar um trabalho completo. O SENHOR MAJOR COUTO - Estou inteiramente às ordens da Comissão Parlamentar para quaisquer outros esclarecimentos. O SENHOR PRESIDENTE - Grato a V. Sa. O Sr. Major está dispensado.

Câmara


Ratificações: As Fls. 2, deve-se ler, no Município de Murtinho e não Murtun.
Acho que era o Dr. Sorrente, e não Sêronio.
Br. Horta Barbosa, e não Aldo Barbosa.
As Fls. 3 - Deve-se ler João Miguel de Oliveira e não João Edgard Oliveira.
As Fls. 4 - Uma mulher veio, e não uma mlhor veio.
As Fls. 5 - O ato que doou, e não ato que nomeou.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

Presidente: DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES

Depoente : Sr. FILISBINO XIMENES

Relator : DEPUTADO CELSO AMARAL

Reunião : 17 de junho de 1963

Local : Campo Grande - Mato Grosso

652

Aos dezessete dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios o Sr. FILISBINO XIMENES, prestou o seguinte depoimento: Sr. VALÉRIO MAGALHÃES - Vamos ouvir agora a seguir, o Sr. Filisbino Ximenes, a quem cumprindo preceito do nosso Regimento, encareço o compromisso de que irá dizer a verdade, somente a verdade, sobre tudo que lhe seja perguntado. Sr. FILISBINO XIMENES - Sim, senhor. Sr. VALÉRIO MAGALHÃES - Iremos naturalmente formular algumas perguntas ao senhor e depois será dada a palavra ao Relator, para que possa relamente abordar esses problemas de gado no Serviço de Proteção aos Índios, principalmente no que diz respeito a esses arrendamentos. Melhor, seria também o Relator fazer as suas perguntas, e ao final solicitaremos de nossa parte algumas informações. Dada a palavra o Deputado Celso Amaral, Relator. Sr. CELSO AMARAL - O senhor é arrendatário na Reserva dos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Não, Sr. CELSO AMARAL - Qual a área que tem atualmente? Sr. FILISBINO XIMENES - Na medição que fizeram, tenho 4 mil e 600 hectares. Sr. CELSO AMARAL - E está pagando arrendamento agora sobre 4.600 hectares? Sr. FILISBINO XIMENES - Sim. Sr. CELSO AMARAL - E paga esse arrendamento anterior ao atual, digo, de 3.000 hectares, desde quando? Sr. FILISBINO XIMENES - Desde 1959. Sr. CELSO AMARAL - O senhor ouviu falar nesse atrito com os índios, de que resultou a morte de um criador? Sr. FILISBINO XIMENES - Ouvi. Sr. CELSO AMARAL - E poderá dar algumas informações sobre esse fato? Sr. FILISBINO XIMENES - O que é de meu conhecimento posso dizer ao senhor. Sr. CELSO AMARAL - Quando mataram esse rapaz, soube se os índios foram influenciados por alguém? E qual a razão desse ataque? Sr. FILISBINO XIMENES - A razão não sei, mas, segundo informações foi mandado pelo Fernando. Sr. CELSO AMARAL - Mas havia mandado? O senhor ouviu essa informação de onde? Sr. FILISBINO XIMENES - Foi dada pelos próprios índios que assaltaram, que executaram o serviço. Sr. CELSO AMARAL - Deram essa informação de que o Fernando Cruz tinha mandado matar? Sr. FILISBINO XIMENES - Sim. Sr. CELSO AMARAL - Deram essa informação a quem? Sr. FILISBINO XIMENES - Informaram a pessoas que me-

Felisbino Ximenes

chegadas, que tinham mais contacto com êles. Sr. CELSO AMARAL - Conhece algumas dessas pessoas que nos pudessem auxiliar nesse levantamento? Sr. FILISBINO XIMENES - Tenho um elemento que possa indicar, Sr. CELSO AMARAL - Mora lá? Sr. FILISBINO XIMENES - Não; está numa aldeia. Esse elemento é um índio, o João Príncipe. Sr. CELSO AMARAL - De que aldeia? Sr. FILISBINO XIMENES - Bananal. Sr. CELSO AMARAL - É uma boa pessoa que fale a verdade? Sr. FILISBINO XIMENES - Essa parte não sei. Sr. CELSO AMARAL - Já está civilizado? Sr. FILISBINO XIMENES - É um índio que tem um pouco mais de esclarecimento, e na aldeia tinha o posto de capitão. Sr. CELSO AMARAL - Ele estava presente no dia do massacre, no dia do ataque à casa do Primitivo? Sr. FILISBINO XIMENES - Ele foi solicitado a fazer o massacre e se negou. Sr. CELSO AMARAL - Os arrendamentos nunca foram pagos a índios, sempre foram diretamente ao Inspetor? Sr. FILISBINO XIMENES - Aos encarregados. Sr. CELSO AMARAL - Da Inspetoria? Sr. FILISBINO XIMENES - Encarregado de lá, com ordem do Inspetor. Sr. CELSO AMARAL - Já ia recibo pronto? Sr. FILISBINO XIMENES - Geralmente, esses encarregados fazem os recibos lá. Os primeiros eram dados lá e a gente apresentava aqui. Ultimamente, recebíamos os recibos aqui. Sr. CELSO AMARAL - Essa delimitação do cercando esse levantamento, foi feita por que - pelo senhor ou pelo Serviço de Proteção aos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Pelo Serviço de Proteção aos Índios. Sr. CELSO AMARAL - E deu 4.600 hectares? Sr. FILISBINO XIMENES - Sim. Sr. CELSO AMARAL - Quem foi o engenheiro, lembra-se? Sr. FILISBINO XIMENES - Conheço, mas não me ricordo o nome agora. Sr. CELSO AMARAL - É nome sério? Sr. FILISBINO XIMENES - É nome sério. Sr. CELSO AMARAL - Todos os arrendatários fazem benfeitorias nas terras? Sr. FILISBINO XIMENES - Todos - Sr. VALÉRIO MAGALHÃES - Inclusive plantam árvores frutíferas? Sr. FILISBINO XIMENES - Plantam. Sr. CELSO AMARAL - Não tem conhecimento de qual é hoje o número de gado do Serviço de Proteção aos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Não, senhor. Sr. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas tem diminuído sempre? Sr. FILISBINO XIMENES - As informações que a gente tem são de que têm diminuído. - Eu estou distante da sede do serviço de criação, de modo que não tenho contacto direto. Mas informações são essas - que há questão de seis meses tinham 2.000 reses e atualmente não tem nem 1.000. Sr. CELSO AMARAL - O senhor fica longe daquela linha em que há dúvida com a terra do Sr. Manoel Aureliano? Sr. FILISBINO XIMENES - Fico. Essa dúvida é na parte norte e eu estou na parte sul. Sr. CELSO AMARAL - Não teve conhecimento da ação do delegado especial da zona sul do Estado, quando houve esse massacre? Sr. FILISBINO XIMENES - Ele estava lá, mas não tomou atitude nenhuma. Sr. CELSO AMARAL - Não foi só atrito com um fazendeiro queimaram a casa de outro, não é? Sr. FILISBINO XIMENES - Invadiram uma casa fora da Reserva dêles. Sr. CELSO AMARAL - O ano passado? Sr. FILISBINO XIMENES - Não.

Felício Ximenes

Sr. FILISBINO XIMENES - Não, este ano de 1963. Sr. CELSO AMARAL - Qual a atitude do Serviço de Proteção aos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Sobre esse ato? - Sr. CELSO AMARAL - Foi paga indenização? Sr. FILISBINO XIMENES - Não que me conste. Sr. CELSO AMARAL - E ele reivindicou indenização? Sr. FILISBINO XIMENES - Ao que eu saiba, não. Sr. CELSO AMARAL - Houve inquérito policial? Sr. FILISBINO XIMENES - Não. Sr. CELSO AMARAL - Acha que essa confusão ocasionada pelo Serviço de Proteção aos Índios é com intuito de obrigar a retirada dos atuais arrendatários para permitir a entrada de outros com os arrendamentos majorados? Sr. FILISBINO XIMENES - Pelo menos, o que observamos - foi isso, porque, quando se deu esse atrito, logo depois houve outro atentado fora da Reserva, e mesmo houve ameaças a outros arrendatários feitas pelos índios - Sr. CELSO AMARAL - Aos arrendatários por contrato? Sr. FILISBINO XIMENES - Sim. Sr. CELSO AMARAL - Ameaças de quê? Sr. FILISBINO XIMENES - De massacre também, se não saíssem da terra. Sr. CELSO AMARAL - Agora isso? - Sr. FILISBINO XIMENES - Não; logo depois que houve esse atrito. Sr. CELSO AMARAL - Agora, não tem mais ameaças? Sr. FILISBINO XIMENES - Depois que o Fernando saiu, isto acabou. Sr. CELSO AMARAL - Acalmou? - Sr. FILISBINO XIMENES - Acalmou. Aliás, o Sr. Alísio de Carvalho tem sido ótimo. Sr. CELSO AMARAL - O Senhor acha que o Fernando incitava os índios a tomar essas atitudes? Sr. FILISBINO XIMENES - Notávamos isso, porque anteriormente nunca existiu essa animosidade, que se criou na administração dele aqui na 5a. Inspetoria. Sr. CELSO AMARAL - Ele chegou a armar os índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Armou sim. Sr. CELSO AMARAL - Estou satisfeito. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Pode informar se o Serviço de Proteção aos Índios tem recebido reprodutores comprados lá em baixo? Sabe se veio no passado algum reprodutor de fora? Sr. FILISBINO XIMENES - Não é de meu conhecimento. Sr. VALERIO MAGALHÃES - E quando o Coronel vinha aqui procurar, ou procurou alguma vez ter contacto com os Senhores, com os arrendatários para acalmar os ânimos, inclusive procurando saber como era feita a renda? Sr. FILISBINO XIMENES - O Coronel nunca procurou entrar em entendimento conosco, sempre procurou nos hostilizar. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Quer dizer que da parte dele nunca houve entendimento para a demarcação ser feita o quanto antes, para também se acalmassem os índios dessa animosidade contra os senhores? Sr. FILISBINO XIMENES - Não, senhor. E quanto à demarcação eles tomaram a iniciativa e mandaram fazer. Aliás, não comunicaram a nenhum arrendatário que estavam lá fazendo por conta própria. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Sempre tem pago com pontualidade os arrendamentos? Sr. FILISBINO XIMENES - Aliás pago imediato. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Mas ouviu dizer que eles não tinham escriturado esses pagamentos? Sr. FILISBINO XIMENES - De modo geral, a gente tinha essas notícias. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Aliás...

Felislino Humez.

✓ *656*
[Signature]
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVI-
ÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Presidente - Deputado Valério Magalhães.

Depoente - Janes Monteiro Leite.

Reunião de - 17 de junho de 1963 (Noturna)

Local - Campo Grande - Mato Grosso.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o Janes Monteiro Leite, prestou o seguinte depoimento:- O SR VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Sr Janes Monteiro Leite, o senhor deve inicialmente assumir o compromisso de que dirá perante esta Comissão a verdade, somente a verdade, do que souber e lhe fôr aqui perguntado. O SR JANES MONTEIRO LEITE - Permissão. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Vou dar a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral, para que inicie o interrogatório. O SR CELSO AMARAL - Sr Janes Monteiro Leite, qual a área que o senhor ocupa na Reserva Rabil-que? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Tenho contrato de 3.000 hectares, estou esperando a medição. O SR CELSO AMARAL - E alguma já foi feita? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Já. O SR CELSO AMARAL - Que acha do Inspetor da 5a. Inspetoria, Sr. Fernando Cruz? Foi um homem que realmente o Serviço de Proteção aos Índios? Deu assistência de fato aos índios, ou só veio trazer discórdia? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Nessa zona ele parece que deu assistência. Não conheço, a não ser por informações. Dizem que ele fez algumas construções. Agora, lá na Reserva ele só fomentou discórdia. O SR CELSO AMARAL - Alguma vez foi incomodado pelos índios? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Nem sumiram rêsas, nada do senhor? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Antes do Fernando, os índios andavam perseguindo o Sr. Manoel da Costa, Manequinho. Foram lá no Retiro três índios e exigiram pagamento de renda. Meu empregado respondeu que com o patrão em Campo Grande não podia resolver isso; que eu acertaria aqui. Isso antes da vinda do Fernando. Eles então pediram uma vaca gorda para comer. O rapaz carnou a vaca e eles acabaram com a vaca. O SR CELSO AMARAL - Era comum eles acabarem, digo, eles irem lá pedir renda? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Não, senhor; foi a primeira vez. Tanto que depois eu já deixava a documentação lá para evitar algum atrito. O SR CELSO AMARAL - O senhor declarou lá naquela reunião que havia luta interna muito grave no Serviço de Proteção aos Índios, e que a Inspetoria fazia verificação no desejo de obrigar a saída dos atuais arrandatários para permitir a entrada de outros. Por que o senhor chegou a essa conclusão? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Havia diversos funcionários que estavam se entrosando com

[Signature]

68907

coagidos. Agora, ele vendeu posse lá. O SR CELSO AMARAL - Ele vendeu posse ao Sr. Ivo Mota e outros dois. Eles não estavam ali-
ante essa posse? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Nem se localizaram. Quan-
do iam para se localizar, houve essa morte e essas ameaças que fizeram a
eles no caminho. Então, eles abandonaram. O SR CELSO AMARAL - Mas não
garam a pagar a posse? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Chegaram. O SR CELSO
AMARAL - Sabe a importância? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Um milhão
e meio, mais ou menos; a quantia exata não sei. O SR CELSO AMARAL - Quer
dizer que o Serviço de Proteção aos Índios recebeu o dinheiro e não en-
tregou as terras? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Não entregou. Nesse caso
parece que o Fernando mandou que essas pessoas se localizassem lá; quan-
do eles iam, houve isso. O SR CELSO AMARAL - E o que senhor poderia in-
formar sobre esse massacre de que foi vítima o Primitivo Couto?
conhecimento dos fatos ocorridos lá? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Tive.
O SR CELSO AMARAL - Acha que os índios foram induzidos por alguém a fa-
zer isso? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Os próprios índios com quem con-
versei depois disso -- porque eles são tratáveis, chamam a gente de pa-
trãozinho, essas coisas -- eles mesmo falavam lá que aquilo era manda-
do, chegaram a declarar para mim mesmo que eram mandados. O SR CELSO
AMARAL - Mas diziam por quem? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Pelo "chefe",
diziam, e o chefe que eles conhecem seria o chefe daqui. O SR CELSO
AMARAL - E o residente lá no Pôsto, Sr. Ducastel - chegou a conhecê-lo?
O SR JANES MONTEIRO LEITE - Cheguei a conhecer depois. Nunca fui lá
no posto. Aqui no Fomento, quando invadiram a Fazenda do Auro Paro-
Depois dessa invasão, massacraram o Primitivo e começaram a mandar
dos por um vizinho lá de casa, para que desocupasse as terras.
vizinhos foram lá em casa pedir auxílio. Meu empregado disse que
podia, porque tinha ordem do patrão para não se envolver com índios,
que, se precisassem de algum mantimento, alguma coisa, estava pronto a
dar; que brigar não podia. Foi quando procuramos as autoridades e pedi-
mos uma providência para acalmar, e aí justamente a gente presumiu que
o Fernando estava querendo que a gente abandonasse essas posses, para
ele colocar outros pagando mais. O SR CELSO AMARAL - O senhor também
ga arrendamento desde o ano de 1959? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Sim,
senhor. O SR CELSO AMARAL - Tem recibo? O SR JANES MONTEIRO LEITE -
Tenho. O SR CELSO AMARAL - Os pagamentos eram feitos em cheque ou em
dinheiro? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Em dinheiro. Aliás, ultimamente,
paguei em cheque para o Leôncio. O SR CELSO AMARAL - Cheque ao portador
ou nominal? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Dava ao portador, mas tenho re-
cibo do Leôncio; era como se fôsse dinheiro. O SR RACHID MAMED - Dos
primeiros pagamentos também tem recibo? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Te-
nho. Paguei ao Fernando a quantia de 360 contos. O SR RACHID MAMED -
E antes? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Antes, não paguei. De 1954. O SR
RACHID MAMED - Começou dessa época para cá? O SR JANES MONTEIRO LEITE -

100

1442 10/11/62 H.B.

Começou em 1 961, a vencer em 1 962. Quando foi em 1 962, entreguei a porcentagem, mandei entregar no Pôsto. Tenho recibo assinado pelo encarregado do Pôsto lá. O SR CELSO AMARAL - Quem era? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Alcebíades Ferreira. Aliás, ele conhecia tudo a respeito lá. O SR CELSO AMARAL - Ouviu falar em alguma irregularidade de Ferreira do no Pôsto, na Inspetoria? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Escutava muitos comentários; negócios de venda de gado. E esse Ferreira, quando chegou foi a primeira pessoa que mandou desocupar o pasto. O SR CELSO AMARAL - Sabe onde ele está hoje? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Não posso afirmar. Me parece que um está em Aquidauana e os outros dois estão em Ponta Porã. Esses homens, quando entregaram, contados por eles, tinham mais de 3.000 rêses o pasto. E agora também é notícia que corre que não tem mais que 500 a 700 rêses. O SR EDISON GARCIA - O senhor fez quantos pagamentos ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Três pagamentos: um em gado, no total de 12 rêses; outro em dinheiro, no total de 360 contos... O SR EDISON GARCIA - A quem? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Ao Sr. Fernando. E agora ultimamente ao Leôncio, no total de 108 contos. O SR EDISON GARCIA - Em que época pagou esses contos ao Fernando? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Logo que chegou aqui. Ao Alísio vamos ter que pagar agora o excesso de área, conforme está combinado. O SR CELSO AMARAL - Mas, desde que o senhor está nessa área, desde 1 959, fez quantos pagamentos? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Três. Foi realmente para lá no ano de 1 961. O SR CELSO AMARAL - Mas pagou em 1 959? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Sim. O SR CELSO AMARAL - Já pagou cinco anos? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Cinco anos. O SR CELSO AMARAL - Em média, quanto por ano? O SR JAMES MONTEIRO LEITE - Em média, 108 contos. Mas pagamos antecipado. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Algum dos senhores Deputados ainda quer fazer perguntas ao depoente? O SR WILSON MARTINS - Estou satisfeito. O SR RACHID MAMED - Também eu, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Então, considero encerrado o depoimento do Sr. James Monteiro Leite, a quem agradeço o comparecimento perante esta Comissão Parlamentar. Está encerrada a sessão.....

James Monteiro Leite

Observações: Onde se lê - Auro Pereira, leia-se Ayres Pereiras.
Onde se lê: Em cheque para Leôncio; leia-se Para Alísio.

James Monteiro Leite

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

Presidente - Deputado Valério Magalhães.

Depoente - João Isidoro Paim.

Reunião de - 17 de junho de 1963. (Noturna)

Local - Campo Grande - Mato Grosso.

659

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o Senhor João Isidoro Paim, prestou o seguinte depoimento:- O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Sr. Isidoro Paim, o senhor deve prestar o compromisso perante esta Comissão Parlamentar de que vai dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Sim, senhor. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Dou a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral, para fazer inquirição. O SR CELSO AMARAL - O senhor conhecia o chefe dos índios que foi a sua casa? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Conhecia. O SR CELSO AMARAL - Quem era? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - O chefe era Antônio Mendes. O SR CELSO AMARAL - Um prêto? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Um branco, alto. Para mim ele me disse que estava cumprindo ordens: "O nosso chefe chegou e nos mandou aqui". Ele falou assim. O SR CELSO AMARAL - Mas não falou quem era o chefe? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - O nome não disse. Mas quem tinha chegado lá que nós soubemos era o Paimando. O SR CELSO AMARAL - E eles declararam que precisavam levar o Paimando para o posto? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Quando me encontraram disseram que saísse. Eu disse que não podia sair assim; que amanhã dava um jeito. Disse ele: "Até as seis horas, porque até essa hora vem gente do Exército. Precisa sair hoje, porque aí vem gente do Exército e gente do Exército não é nós." O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito. O SR EDISON GARCIA - Sr. Presidente, eu desejava fazer algumas perguntas, com permissão de V.Exa. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - V.Exa. pode fazer as perguntas. O SR EDISON GARCIA - A Senhora Madalena, sua esposa, estava na casa, quando o avião sobrevoou o local? O SR CELSO AMARAL - Ela disse que foi no mesmo dia. A SRA MADALENA PAIM - Dias antes, de manhã. Passou baixinho, baixinho, por cima da casa. O SR EDISON GARCIA - Sr. João Paim, qual a quantidade de reses que o Walter tinha lá? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Na minha contagem, entre tudo, bezerrinho recém-nascido, eu tinha contando, eu com aquele capataz do Antônio Martins, contamos até na mangueira dele, contamos 1.025. O SR EDISON GARCIA - E esse gado? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Agora fomos buscar e trouxemos 600 e poucas reses. Trouxemos do Serviço dos Índios. E tem o capataz do Antônio que me deu -

ajudou a contar. O SR EDISON GARCIA - Quantos hectares era a casa do Walter ocupava lá, entre os dois? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Mais ou menos 3.800 ou 4.000 hectares. O SR EDISON GARCIA - Entre os dois, naquela zona de Lontra, quem mais tinha lá? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - O Antônio Martins era o mais perto de todos. O SR EDISON GARCIA - Quem mais? O SR EDISON GARCIA - O Solamanze, o corr, digo, o SR JOÃO ISIDORO PAIM - O Solamanze, o correntino. O EDISON GARCIA - Que benfeitorias tinha lá, além das duas casas? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - A casa do Finado era casa boa. Tinha um piquete, duas mangueiras boas, tinha casa de táboa, tinha uma invernada. O SR EDISON GARCIA - A invernada tinha que área? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Era uma invernada pequena: uns cento e poucos hectares do finado. O SR EDISON GARCIA - E do Walter? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Era uma invernada grande regulava mais ou menos 400 a 500 hectares. O SR EDISON GARCIA - O Finado foi apontado pelo Serviço de Proteção aos Índios como homem brigador, assassino, criminoso e que batia em índios; dizem até que há um índio aleijado por causa de uma surra que levou do Finado - que se be a respeito? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Lá eu nunca soube isso. O SR EDISON GARCIA - O senhor conhecia o Finado desde que época, desde quando? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Desde garotote, desde que ele tinha uns 15 ou 16 anos, e não conheço caso desses, não. O SR EDISON GARCIA - Aquêlê caso que houve quando ele era garoto como foi? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Eu não estava presente. O SR RACHID MAMED - Sabe quem matou? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Sei por ouvir dizer. Parece que ele tomou um tapa na cara. O SR RACHID MAMED - E essa questão de ter sido num índio, que pode o senhor nos dizer? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Nunca ouvi falar nisso nem pelos próprios índios. Sempre ouvi dizer que gostava dêlê. O SR EDISON GARCIA - Esses índios vinham sempre a sua casa antes dessa encrência? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Vi duas vezes. Uma vez o Walter encontrou com eles e eles pediram ao Walter para pegar uma rês, e o Walter pegou. O SR EDISON GARCIA - E os índios estavam todos armados? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Todos. O SR EDISON GARCIA - Que qualidade de arma? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Fuzis, carabinas, fuzis Mauser bons, novos. O SR EDISON GARCIA - Puseram arma no seu pescoço? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Um índio meteu a arma no meu pescoço, e um que eu tinha salvado me recomendou: "Não façam nada no Velhinho, que ele me tratou bem." O SR EDISON GARCIA - Como é o nome dêsse índio? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Esqueci. O SR CELSO AMARAL - O senhor conhece armas? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Conheço. O SR CELSO AMARAL - E que armas eles tinham, os índios? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Fuzis, carabinas, fuzis Mauser. Vi até uma arma que para mim era nova: era bala de cartucho, pente de bala Mauser. Ele falou: "As nossas armas agora quase tôdas é dessa." Porque os índios fazem prosa. O SR EDISON GARCIA - Eles acusam que apanharam Mauser nova, digo, pen

661
M
661
K. J. D.

pentes de Mauser nova na casa do Finado. O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Não
não tinha Mauser, que eu saiba. O SR EDISON GARCIA - O senhor viu -
êles armarem as Mauser com pentes? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Vi, sim,
senhor. O SR EDISON GARCIA - Novas. O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Novas,
e armas bem novinhas até. O SR EDISON GARCIA - Era o que eu desejava
perguntar, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não havendo mais
quem queira fazer perguntas, vou dispensar a testemunha, (Pausa). Es-
tá dispensado o Sr. João Isidoro Paim, a quem agradeço pelo compareci-
mento a esta Comissão Parlamentar. -----

João Isidoro Paim

Comissão dos Deputados